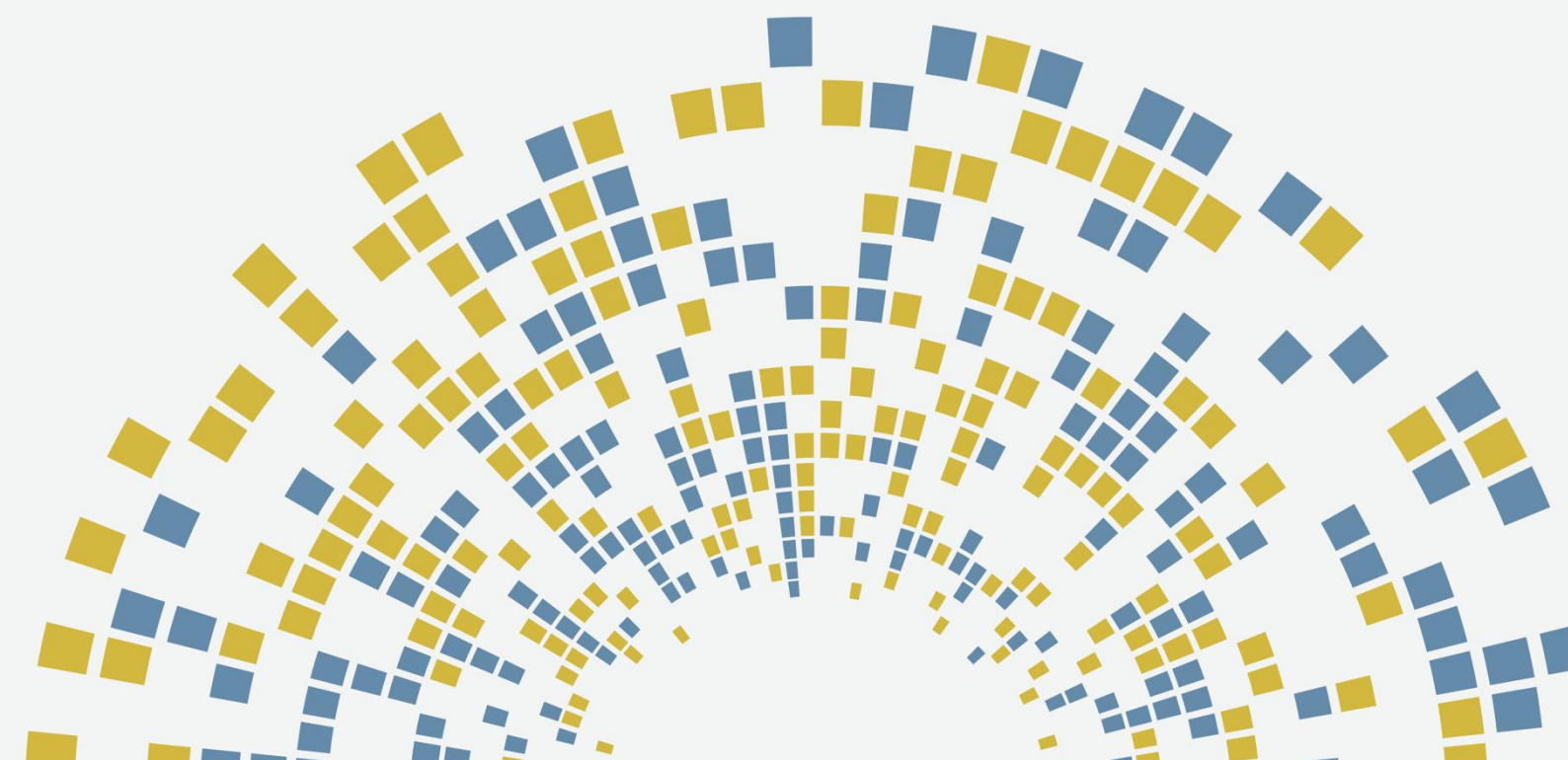




CARTA SOCIAL

MUNICÍPIO DA LOUSÃ

2025 ■ 2029





CARTA SOCIAL DA LOUSÃ

2025 ■ 2029



Ficha técnica

Título

Carta Social da Lousã

Coordenação técnica e científica |

Multiaveiro

Lúcia Santos

Equipa | Multiaveiro

Cristina Barros

Sandra Coelho

Djime Dourado

Joice Figueiredo

Carla Peixe

Câmara Municipal da Lousã

Victor Carvalho (Presidente)

Cristina Silva (Vereadora)

Gilda Silva (Técnica superior de serviço social - Coordenadora da Unidade de Intervenção Social e Saúde)

Design gráfico

Cristina Barros

Lúcia Santos

Lousã, janeiro de 2026

Mensagem do presidente

A Carta Social da Lousã é um instrumento central para orientar a ação política local na área social, permitindo-nos tomar decisões mais informadas, mais eficazes e mais próximas das necessidades reais das pessoas. Este documento, elaborado em estreita cooperação com a Rede Social da Lousã, reforça a estratégia municipal de colocar as pessoas no centro das políticas públicas.

A Lousã tem vindo a afirmar-se como um território comprometido com a inclusão, a coesão social e o desenvolvimento sustentável. Os desafios sociais que enfrentamos, sejam eles demográficos, económicos ou relacionados com a vulnerabilidade social exigem respostas políticas firmes, coordenadas e planeadas com rigor. É precisamente isso que esta Carta Social nos permite fazer: conhecer para agir, planejar para transformar.

Ao longo dos últimos anos, no concelho da Lousã tem-se investido fortemente na qualificação das respostas sociais, na proximidade às comunidades e no reforço do trabalho em rede. A cooperação entre instituições, organizações da sociedade civil, agentes locais e cidadãos é, hoje, uma marca distintiva da Lousã. Esta visão partilhada permite construir políticas mais robustas criando mecanismos para que ninguém fique para trás.

A Carta Social reafirma esse caminho, consolidando a nossa capacidade de antecipar desafios, definir prioridades estratégicas e implementar políticas públicas que melhoram efetivamente a vida das pessoas. É um documento que reforça a confiança no futuro e que traduz a determinação desta autarquia em garantir que a Lousã continua a ser um território de oportunidades, solidariedade e qualidade de vida.

Quero agradecer a todas as equipas de trabalho e parceiros que contribuíram para este trabalho, que é também um compromisso coletivo com o futuro do concelho. Continuaremos a trabalhar com ambição, responsabilidade e visão estratégica para construir uma Lousã mais forte, mais justa e mais preparada para os desafios que se avizinham.

Lousã: uma comunidade que planeia, decide e constrói o futuro com todos e para todos.



Vítor Carvalho

Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Mensagem da vereadora

É com particular satisfação que apresentamos a Carta Social do Município da Lousã, um documento que resulta de um trabalho aprofundado de análise, interpretação e atualização de dados sociais. Esta ferramenta permite-nos compreender com maior precisão as dinâmicas sociais do concelho e orientar a tomada de decisão com base em informação fiável e atualizada.

A Carta Social assume especial relevância num contexto em que a descentralização de competências reforça o papel das autarquias na definição e implementação de políticas sociais. Este instrumento permite-nos planejar de forma mais eficaz, ajustar as respostas às necessidades de cada território e promover intervenções que contribuam para uma comunidade mais equilibrada, inclusiva e resiliente.

Articulada com o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação anuais, a Carta Social integra a base estratégica da Rede Social da Lousã, reforçando o trabalho em parceria e a capacidade de decisão local.

Agradeço a todas as entidades, equipas técnicas e profissionais envolvidas neste processo. O seu rigor, empenho e dedicação tornam possível a construção de políticas sociais mais próximas, humanas e transformadoras.



Cristina Silva

Vereadora do Pelouro da Ação e Inovação Social

Agradecimentos

ACTIVAR - Associação de Cooperação da Lousã

ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã

ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares

Agrupamento de Escolas da Lousã

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras

Cáritas Diocesana de Coimbra

Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins

Centro Social de Casal de Ermio

Centro Social e Cultural Pinhal

IEFP, IP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP

Santa Casa da Misericórdia da Lousã

Serra e Vaz, Lda.

Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.

Siglas e acrónimos

AAAF - Atividades de Animação de Apoio à Família

AAC - Ajuda Alimentar a Carenciados

ABL - Academia de Bailado da Lousã

ADAI - Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial

ADFP - Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional

ADSCCL - Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares

AE - Agrupamento de Escolas

AFP - Associação Florestal do Pinhal

AMU - Área Mediamente Urbana

ANBP - Associação Nacional de Bombeiros Profissionais

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

APR - Área Predominantemente Rural

APSI - Associação para a Promoção da Segurança Infantil

APU - Área Predominantemente Urbana

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

ARS - Administração Regional de Saúde

BACF - Banco Alimentar Contra a Fome

BNAUT - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário

BVS - Bombeiros Voluntários de Serpins

CAARPD - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

CAb - Casa de Abrigo

CAc - Casa de Acolhimento

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAD - Comportamentos Aditivos e as Dependências

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAT - Centro de Alojamento Temporário

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CCISM - Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

CD - Centro de Dia

CDSS - Centro Distrital da Segurança Social

CEB - Ciclo do Ensino Básico

CI - Comunidade de Inserção

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CIM - Comunidade Intermunicipal

CIMRC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

CID - Crianças e Jovens com Deficiência

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CML - Câmara Municipal da Lousã

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

DGE - Direção Geral da Educação

DLD - Desempregados de Longa Duração

DS - Diagnóstico Social

EAD - Equipa de Apoio Domiciliário

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EID - Equipa de Intervenção Direta

EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial

ELI - Equipa Local de Intervenção

ENB - Escola Nacional de Bombeiros

ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação

ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

EP - Escola Profissional

EPE - Educação Pré-Escolar

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

FBDC - Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra

FPCEUC - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

FSO - Fórum Sócio-Ocupacional

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIF - Gabinete de Intervenção Familiar

GNR - Guarda Nacional Republicana

hab./km² - Habitantes por km²

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IP - Intervenção Precoce

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISF - Índice Sintético de Fecundidade

ISS - Instituto da Segurança Social

JI - Jardim de Infância

LA - Lar de Apoio

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

LR - Lar Residencial

ME - Ministério da Educação

MP - Ministério Público

MS - Ministério da Saúde

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NA - Não Aplicável

NAVVD - Núcleo de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

ND - Não Disponível

NE - Núcleo Executivo

NEE - Necessidades Educativas Específicas

NLI - Núcleo Local de Inserção

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

OTL - Ocupação dos Tempos Livres

PADI - Pessoas Adultas com Deficiência ou Incapacidade

PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PDM - Plano Diretor Municipal

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEM - Plano Estratégico para as Migrações

PES - Programa de Emergência Social

PMII - Plano Municipal para a Integração de Imigrantes

PMIND - Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação

PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial

PND - Perturbações do Neurodesenvolvimento

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

PNS - Plano Nacional de Saúde

PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PROCOOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais

PROT-C - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

PSSA - Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

PVVD - Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

R/CS - Refeitório/Cantina Social

RAI - Residência de Autonomização e Inclusão

RAMa - Residência de Apoio Máximo

RAMo - Residência de Apoio Moderado

RAP - Resposta de Apoio Psicológico a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

RATF - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

RSI - Rendimento Social de Inserção

RTA - Residência de Treino de Autonomia

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SAVI - Serviço de Apoio à Vida Independente

SCM - Santa Casa da Misericórdia

SCML - Santa Casa da Misericórdia da Lousã

SNIPi - Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância

SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

TIC - Tecnologias da Informação e da Comunicação

TIPAU - Tipologia de Áreas Urbanas

UC - Unidade de Convalescença

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UF - União das Freguesias

UISS - Unidade de Intervenção Social e Saúde

ULDM - Unidade de Longa Duração e Manutenção

ULS - Unidade Local de Saúde

UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação

USF - Unidade de Saúde Familiar

USOa - Unidade Sócio-Ocupacional

UVP - Unidade de Vida Protegida

Glossário

Área mediantemente urbana - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área predominantemente rural - Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediantemente Urbana".

Área predominantemente urbana - Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5.000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Atividade económica - A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio,

transportes, administração pública, educação ou saúde.

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural, saldo natural ou saldo fisiológico - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km²).

Desempregado - Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5)

procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Entidade gestora - Qualquer entidade, individual ou coletiva, que gere equipamentos sociais onde se desenvolvem respostas sociais.

Equipamento social - Tradução física da maioria das respostas sociais, já que as

alojam, tenham estas uma natureza residencial, ambulatoria ou mista.

Esperança média de vida à nascença ou esperança de vida à nascença - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

Ganho médio mensal - Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com carácter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas, mas não efetuadas. Inclui, para além da remuneração de base, todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Indicador *per capita* - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes concelhos ou regiões.

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o

número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice sintético de fecundidade -

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos.

População ativa - População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

População residente - Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Rendimento social de inserção -

Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. Foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Resposta social - Serviço social desenvolvido no interior ou a partir de um equipamento social.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Taxa de atividade - Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Taxa de crescimento natural - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1.000 habitantes).

Taxa de desemprego - Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Taxa de emprego - Taxa que permite definir a relação entre a população

empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Taxa de mortalidade ou taxa bruta de mortalidade - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1.000 habitantes).

Taxa de natalidade ou taxa bruta de natalidade - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1.000 habitantes).

Variação populacional - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Nomenclaturas e conceitos das respostas sociais

Apresentam-se de seguida as nomenclaturas e conceitos¹ referentes às respostas sociais existentes no concelho da Lousã, por população e grupo-alvo:

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e jovens

Creche: Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

Estabelecimento de educação pré-escolar: Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

Centro de atividades de tempos livres:

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e jovens com deficiência

Lar de apoio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas específicas que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas

complementadas pelas respostas da rede geral da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e pelas respostas de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

¹ Aprovadas em 19 de janeiro de 2006, por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social, revistas em novembro de 2022, pela DGSS-MTSSS, tendo presente os novos enquadramentos normativos das respostas sociais, e

necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas idosas

Serviço de apoio domiciliário: Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

Centro de dia: Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

Estrutura residencial para pessoas idosas: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais,

designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos; e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade

Centro de atividades e capacitação para a inclusão: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades ocupacionais para pessoas com deficiência, visando a promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

Lar residencial: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência ou incapacidade, que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar.

Serviço de apoio domiciliário: Resposta social, desenvolvida a partir de equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas

necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária.

Pessoas em situação de dependência

Equipa de cuidados continuados

integrados: Destina-se a pessoas em situação de dependência funcional transitória ou prolongada, que não se podem deslocar de forma autónoma, cujo critério de referenciação assenta na fragilidade, limitação funcional grave, condicionada por fatores ambientais, com doença severa, em fase avançada ou terminal, ao longo da vida, que reúnam condições no domicílio que permitam a prestação dos cuidados continuados integrados.

Unidade de convalescença: Dirigida a pessoas que já não necessitam de cuidados hospitalares, mas que, devido a uma situação de doença súbita ou ao agravamento duma doença ou deficiência crónica, requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e comunidade em geral

Serviço de atendimento e

acompanhamento social: O SAAS é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Ajuda alimentar a carenciados: Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Refeitório/cantina social: Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a pessoas e famílias com vulnerabilidade ou fragilidade social e económica, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Índice

INTRODUÇÃO	27
I. ENQUADRAMENTO.....	31
I.1. Enquadramento legal.....	31
I.2. Enquadramento concetual	33
I.3. Enquadramento metodológico	34
II. CARATERIZAÇÃO TERRITORIAL	41
II.1. Enquadramento geográfico.....	41
II.2. Aspetos físicos	42
II.3. Dinâmica demográfica	44
II.3.1. Evolução da população residente.....	45
II.3.2. Fatores da dinâmica demográfica	49
II.3.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	52
II.3.4. Projeções demográficas	60
II.3.4.1. Cenários	62
II.3.4.2. População residente.....	67
II.3.4.3. Natalidade	73
II.3.4.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência	76
II.3.4.5. Esperança média de vida à nascença	85
II.4. Caraterização socioeconómica	86
II.4.1. Atividade económica, emprego e mercado de trabalho	86
II.4.2. Desemprego	91
II.4.3. Rendimento e condições de vida.....	94
III. DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	101
III.1. Análise global	102
III.1.1. Entidades gestoras	102
III.1.1.1. Natureza jurídica	102
III.1.1.2. Distribuição territorial.....	103
III.1.2. Equipamentos sociais	103
III.1.2.1. Natureza jurídica	103
III.1.2.2. Distribuição territorial.....	104
III.1.3. Respostas sociais	105
III.1.3.1. Natureza jurídica	105
III.1.3.2. Distribuição territorial.....	105
III.1.3.3. Respostas sociais por população-alvo	106
III.1.3.4. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera	108
III.1.3.5. Área de influência	110
III.2. Análise das respostas por população-alvo.....	112
III.2.1. Crianças e jovens	112
III.2.1.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial	112

III.2.1.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização	113
III.2.1.3. Taxa de cobertura	115
III.2.1.4. Área de influência.....	116
III.2.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	117
III.2.2.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial	117
III.2.2.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização	118
III.2.2.3. Taxa de cobertura	120
III.2.2.4. Área de influência.....	120
III.2.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade	121
III.2.3.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial	121
III.2.3.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização	122
III.2.3.3. Taxa de cobertura	123
III.2.3.4. Área de influência.....	124
III.2.4. Família e comunidade.....	125
III.2.4.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial	125
III.2.4.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização	126
III.2.4.3. Área de influência.....	127
IV. OUTROS PROGRAMAS, PROJETOS E RECURSOS SOCIAIS	129
IV.1. Processos de rendimento social de inserção	129
IV.2. Cantinas sociais (âmbito do PES).....	130
IV.3. Outras ações e medidas sociais.....	132
V. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT	149
VI. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS NOVOS, EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO OU COM FINANCIAMENTO PÚBLICO APROVADO	161
VII. PROGRAMAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	167
VII.1. Missão, visão e valores	167
VII.2. Objetivos	170
VII.3. Critérios de programação	171
VII.4. Articulação com os instrumentos de orientação estratégica	174
VII.5. Estratégia de intervenção	176
VII.6. Plano de monitorização e avaliação	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221
ÍNDICE DE FIGURAS.....	225
ÍNDICE DE QUADROS	229
ÍNDICE DE MAPAS.....	233
ÍNDICE DE ANEXOS	235
ANEXOS.....	237

INTRODUÇÃO

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor e traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para toda a população, numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais, mas, sobretudo, para os grupos sociais mais vulneráveis.

Constitui-se como um elemento fundamental no desenvolvimento da proteção social, assumindo um papel determinante no combate às situações de pobreza e exclusão social e na promoção da inclusão e coesão social, bem como na conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Simultaneamente, afirma-se como um instrumento de estruturação e ordenamento do território e de fomento da qualidade de vida da população, dada a sua importância na promoção do desenvolvimento integrado e sustentável nas suas diversas dimensões.

O presente documento Carta Social da Lousã pretende constituir-se, a nível municipal, como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise da RSES de carácter oficial, global e de fácil acesso e tem como objetivo fornecer um diagnóstico dos serviços e equipamentos sociais existentes, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado e uma análise prospetiva que sirva de suporte à identificação de problemas e à definição de estratégias de intervenção, numa lógica de otimização dos recursos existentes e previsíveis. Assume-se como essencial no processo de conceção e adequação das políticas sociais municipais, de planeamento territorial, de tomada de decisão e de disponibilização de informação à população.

Enquanto instrumento de desenvolvimento social, mas, também, de planeamento e ordenamento do território, a Carta Social da Lousã sistematiza e correlaciona as várias dimensões de análise consideradas relevantes para a coerência no planeamento do alargamento da RSES, designadamente: aspetos físicos, perfil demográfico e socioeconómico, diagnóstico da RSES e análise prospetiva. A análise é feita, sempre que possível, ao nível da freguesia, refletindo a necessidade de adequar as respostas sociais às necessidades específicas de cada população e território.

A Carta Social da Lousã é constituída, fundamentalmente, por sete partes: enquadramento, caracterização territorial, diagnóstico da RSES, outros programas, projetos e recursos sociais, síntese do diagnóstico e análise SWOT, serviços e equipamentos sociais novos, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado e programação da RSES:

- No **enquadramento** são apresentadas as bases teóricas e metodológicas da carta social municipal, nomeadamente uma breve descrição do quadro de referência legal e uma abordagem concetual e metodológica;
- Na **caraterização territorial** é efetuado o enquadramento geográfico e a descrição dos aspetos físicos e da dinâmica demográfica e socioeconómica, designadamente: i) as condicionantes naturais à ocupação humana; ii) os fatores relacionados com os quantitativos e as caraterísticas da população; e iii) os aspetos relacionados com a ocupação e as condições de vida da população. A componente demográfica inclui a análise da situação atual, bem como a elaboração das projeções demográficas para o ano de 2041, que vão permitir conhecer as tendências evolutivas da população no futuro, no município e nas freguesias que o constituem, quer da população em geral, quer das diferentes populações-alvo, e construir um cenário prospetivo de procura;
- No **diagnóstico da RSES** é realizada a caraterização dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo a análise das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e, particularmente, das respostas sociais, através de indicadores relativos às várias dimensões de análise consideradas relevantes, sempre que possível à escala da freguesia: natureza jurídica, distribuição territorial, capacidade, utentes, acordo, lista de espera, taxa de utilização, taxa de cobertura, área de influência e caraterização dos utentes;
- Nos **outros programas, projetos e recursos sociais** incluem-se todas as respostas que complementam a RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor;
- Na **síntese do diagnóstico e análise SWOT** procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, tendo em conta os indicadores analisados, com vista à obtenção de uma caraterização do contexto demográfico, socioeconómico e dos serviços e equipamentos sociais;
- Nos **serviços e equipamentos sociais novos, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado** consideram-se os serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo e os previstos;
- Na **programação da RSES** é delineada uma estratégia de atuação capaz de planear as intervenções a realizar para assegurar a adaptação da oferta de serviços e equipamentos sociais às necessidades diagnosticadas e às perspetivas de desenvolvimento local, em particular no que se refere à dinâmica social, demográfica e urbanística, seguindo um modelo que integra a definição de missão, visão e valores, objetivos, critérios de

programação, articulação com os instrumentos de orientação estratégica, estratégia de intervenção e plano de monitorização e avaliação.

A elaboração da Carta Social da Lousã vai dotar o concelho de uma ferramenta prática e operacional capaz de auxiliar os seus responsáveis políticos e técnicos no melhor cumprimento das suas funções ao nível da gestão da RSES e do ordenamento e planeamento do território, com vista ao desenvolvimento consistente da RSES, à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

Só com base em ferramentas com estas características, que assentam num diagnóstico da RSES, numa análise prospetiva e na identificação dos principais problemas e prioridades de resposta, se torna possível, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço de forma adequada, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados. Este efetivo planeamento estratégico da intervenção territorial assenta, no essencial, nos princípios da adequação da oferta à procura e da otimização e racionalização dos meios existentes e previstos.

A Carta Social da Lousã foi desenvolvida pela Multiaveiro, em estreita articulação com a Unidade de Intervenção Social e Saúde (UISS) da Câmara Municipal da Lousã (CML), as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e o Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Lousã.

I.

ENQUADRAMENTO

I.1. Enquadramento legal

Em Portugal a área social demonstrou uma profunda evolução a partir da década de 70, provocada pelas transformações observadas na sociedade portuguesa ao nível dos valores pessoais, sociais e culturais e dos aspetos laborais, que tiveram repercussões muito significativas, dando origem a novos modos de vida e a exigências diferentes. Se até aquele momento a área social era restrita e deveras simplificada, após este período foi-se alargando e complexificando para responder a uma sociedade cujo desenvolvimento determinou o aparecimento de um número cada vez maior e mais diversificado de problemas sociais, que foram ganhando uma dimensão preocupante e afetando a cada dia mais pessoas.

Atualmente é inquestionável que a ação social desempenha um papel preponderante e imprescindível na sociedade, mas num contexto crescentemente marcado pela pluralidade e multidimensionalidade das dinâmicas sociais, pela forte mudança social e pela natureza evolutiva dos problemas, necessidades, direitos e expectativas dos cidadãos, que todos os dias nos coloca novos desafios, obrigando ao permanente repensar das soluções existentes, fornecer resposta a todos aqueles que dela precisam torna-se a cada dia um objetivo mais difícil de alcançar.

O que está hoje em causa é a capacidade da ação social responder de uma forma atempada e adequada aos reptos lançados pelas transformações aceleradas da realidade a que temos vindo a assistir, atendendo às condições e aos fatores que as produzem, às suas tendências evolutivas e aos princípios e valores sociais que devem ser salvaguardados. Para isso a área social tem de mudar de atitude, adquirir outros saberes e práticas e reconfigurar o modelo de atuação, impondo-se a definição de uma estratégia que adote uma perspetiva atenta e flexível na análise dos problemas sociais e ultrapasse os limites da intervenção tradicional, integrando novos componentes, parceiros e formas de abordagem.

Fruto desta consciencialização, a área social constituiu um dos campos que maior impulso sofreu nos últimos anos no domínio das políticas públicas, com a apresentação de uma nova geração de políticas públicas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do

conjunto da sociedade e de cada indivíduo e que expressam uma renovada perspetiva sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social e sobre os conceitos de inclusão e coesão social e reconhecem o planeamento rigoroso e aprofundado como um fator incontornável para o sucesso da intervenção social.

Hoje, no atual contexto de reforço da transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local, a área social entra numa nova fase, que atribui aos municípios um papel fundamental, acreditando que a sua dimensão de proximidade garante uma resposta mais eficaz e um melhor atendimento aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis.

Neste novo quadro concetual e legislativo e reconhecendo a necessidade de reforçar os mecanismos municipais de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, a Lei-Quadro da Transferência de Competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, designou novas atribuições aos municípios na área da ação social e estipulou que é a da competência dos órgãos municipais elaborar as cartas sociais municipais.

A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social foi concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que determinou que é da competência da câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal.

No seu seguimento, a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, criou as cartas sociais municipais, fixando os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Nos termos do artigo 6.º do referido diploma legal, a câmara municipal remete a proposta de carta social municipal para parecer do CLAS, no âmbito do qual se pronunciam os serviços competentes da segurança social, dispondo o CLAS de um prazo de 45 dias para proferir o mesmo, e submete a proposta final, acompanhada do referido parecer, à apreciação e votação pela assembleia municipal. Após a aprovação, a câmara municipal deve remeter a carta social municipal, para conhecimento, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais.

I.2. Enquadramento concetual

Conceito

A carta social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da RSES ao nível municipal. É também um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a assegurar que a RSES responde adequadamente às carências e problemáticas sociais identificadas, devendo, necessariamente, estar articulada com o ordenamento da RSES aos níveis supramunicipal e nacional e garantir a coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas aos níveis regional e nacional.

Objetivos

Assumindo uma dupla vertente de diagnóstico e de intervenção estratégica planeada, a carta social municipal tem como objetivo geral assegurar, em função das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, devendo, por forma a garantir uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, as entidades públicas competentes dos vários níveis de decisão articular a sua atuação com as instituições de solidariedade social e os CLAS.

Como objetivos específicos, a carta social municipal visa:

- Diagnosticar a RSES;
- Realizar uma análise prospetiva da procura;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Determinar os domínios e locais de intervenção social prioritária;
- Estabelecer os critérios de programação da RSES;
- Definir as medidas a adotar e a respetiva justificação;
- Orientar os investimentos das entidades públicas, solidárias e lucrativas na RSES;
- Contribuir para a concretização do Diagnóstico Social (DS) e do Plano de Desenvolvimento Social (PDS);
- Auxiliar no planeamento e ordenamento do território;
- Fornecer orientações para o Plano Diretor Municipal (PDM).

Ciclo temporal de implementação

A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo esse período ou sempre que a RSES se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis (n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março). Constituem fundamento para a revisão da carta social municipal transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da RSES anteriormente aprovados, bem como alterações na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município (n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março).

A carta social municipal deve, ainda, manter-se atualizada em consonância com o DS e o PDS, bem como com o encerramento ou a criação de serviços e equipamentos sociais.

I.3. Enquadramento metodológico

O processo de elaboração da Carta Social da Lousã assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis e na construção de um percurso metodológico à escala municipal, suportado na estreita articulação com a UISS da CML e na colaboração das entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e do CLAS da Lousã.

A metodologia selecionada e desenvolvida teve como base um modelo que assumiu uma perspetiva multidimensional, de modo a abranger todos os aspetos reconhecidos como fundamentais para o diagnóstico da RSES, e compreendeu o cruzamento de informação estatística com processos participativos, com vista a garantir, por um lado, o envolvimento e a auscultação dos atores locais e regionais implicados na prossecução do desenvolvimento social nas diferentes fases do processo e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas. Procurou-se, assim, conciliar objetivos de rigor, qualidade e relevância da informação, com lógicas de participação, motivada e comprometida, potenciadoras da compreensão global e prospetiva da situação social e da corresponsabilização dos diferentes *stakeholders*.

Em termos de estrutura, o procedimento metodológico integrou diferentes etapas de desenvolvimento, mas complementares entre si, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa do trabalho iniciou-se, primeiramente, com a revisão de literatura científica e consulta de documentos de carácter técnico com relevância para a compreensão

do planeamento da RSES, e, depois, com a análise de normativos legais nacionais, essenciais para o conhecimento da sua evolução cronológica, no sentido de fornecer um quadro concetual e metodológico robusto e sustentado em evidência.

A segunda etapa consistiu na definição das várias dimensões de análise consideradas relevantes para o diagnóstico e planeamento estratégico e prospetivo da RSES, bem como dos indicadores a recolher para abranger as diferentes áreas. A seleção dos indicadores teve em consideração critérios de desagregação espacial (escala do concelho e, sempre que possível, a escala da freguesia) e temporal (ano mais recente com dados disponíveis), bem como de fiabilidade e validade, privilegiando-se as fontes de dados oficiais.

A seleção das dimensões de análise teve por base o conteúdo definido na Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, e na Carta Social - Rede de serviços e equipamentos 2023, do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), a que foram acrescentados outros elementos considerados como relevantes para o diagnóstico da RSES.

As freguesias consideradas são as resultantes da Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, que desagregou uma das duas freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, a saber, a União das Freguesias (UF) de Lousã e Vilarinho, mantendo-se apenas agregada a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, num total de 5 unidades territoriais. No entanto, atendendo a que a reposição de freguesias agregadas é recente e que os dados estatísticos disponíveis no Instituto Nacional de Estatística (INE) ainda não permitem a desagregação da informação, na componente da dinâmica demográfica e socioeconómica são consideradas as freguesias resultantes da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (RATF), implementada em 2013, num total de 4 freguesias.

Na etapa seguinte procedeu-se à recolha da informação estatística (quantitativa e qualitativa) nos indicadores selecionados para oferecer aos diversos parceiros sociais um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade atual e prevista da RSES e para fundamentar o processo de programação da mesma.

Naturalmente, um projeto com estas características reúne informação de natureza distinta e proveniente de diversas fontes, que se podem subdividir em fontes de dados secundários e fontes de dados primários.

No que se refere às fontes de dados secundários, destacam-se, entre outras, as que se seguem:

- Bases de dados eletrónicas e publicações periódicas de acesso público, onde se salientam as estatísticas oficiais disponíveis no INE, no Pordata, no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e na Carta Social do GEP/MTSSS;

- Bases de dados não publicadas e de acesso restrito, mas acessíveis mediante um processo de justificação do pedido. Dentro deste grupo é, ainda, de referir a disponibilização de informação, estatística, geográfica e outra, produzida pelos serviços municipais e pelas entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas);
- Pesquisa bibliográfica no âmbito da caracterização territorial (aspetos físicos, demográficos e socioeconómicos).

Relativamente às fontes de dados primários, recorreu-se aos dados recolhidos no âmbito do projeto PDS e Carta Social da Região de Coimbra.

A técnica selecionada para a recolha dos dados neste projeto foi o questionário, aplicado por inquérito às entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas). Foi a inexistência de informação relativa a algumas variáveis de caracterização da RSES que determinou o recurso a esta técnica de recolha de dados.

Elaborou-se um questionário para as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais incluídas na RSES², organizadas por área de intervenção, excluindo a resposta da rede geral da RNCCI, a equipa de cuidados continuados integrados (ECCI), da responsabilidade da Unidade Local de Saúde (ULS) de Coimbra, E.P.E., e para os outros programas, projetos e recursos sociais³.

A aplicação do inquérito por questionário às entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) decorreu, na generalidade, entre agosto de 2023 e junho de 2024, em formato *online*.

Naturalmente, o desfasamento temporal dos dados recolhidos no âmbito do projeto PDS e Carta Social da Região de Coimbra determinou a atualização de algumas variáveis, a saber, capacidade, utentes, lotação do acordo, utentes participados, lista de espera e área de influência.

A técnica selecionada para o processo de atualização foi o contacto telefónico às entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas), que decorreu, na generalidade, entre abril e outubro de 2025.

O processo de divulgação do projeto junto das entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) foi da responsabilidade da UISS da CML, que assumiu o papel de interlocutor

² Creche, estabelecimento de Educação Pré-Escolar (EPE), Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) - idosos, Centro de Dia (CD), Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Lar de Apoio (LA), SAD - deficiência, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), Lar Residencial (LR), Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), Ajuda Alimentar a Carenciados (AAC) - Privação Material e Refeitório/Cantina Social (R/CS).

³ Processos de Rendimento Social de Inserção (RSI), cantina social - âmbito do Programa de Emergência Social (PES) e outras ações e medidas sociais.

entre a equipa técnica da Multiaveiro e as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas), e contou com a colaboração e o envolvimento ativo da equipa técnica da Multiaveiro.

A recolha da informação foi, assim, desenvolvida abrangendo dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção social local e regional.

Na quarta etapa realizou-se o tratamento e a análise da informação estatística (quantitativa e qualitativa) recolhida. A informação estatística recolhida foi introduzida em bases de dados e sujeita a tratamento e cruzamento, com recurso a ferramentas de análise estatística e espacial.

Para a realização das projeções demográficas recorreu-se ao método das componentes por *coortes*, considerado pela literatura científica especializada como o modelo mais adequado, na medida em que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional e permite apresentar hipóteses de comportamento e sugerir quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Pela dificuldade de obtenção dos valores da componente migratória, apresentam-se os efetivos deduzidos apenas do movimento natural.

Por fim, com base no diagnóstico efetuado, que serviu de base de evidência e conhecimento, concretizou-se a programação da RSES, tendo sido definido o quadro de referência para o planeamento estratégico e prospetivo da RSES (missão, visão e valores, objetivos e critérios de programação), a articulação com os instrumentos de orientação estratégica, a estratégia de intervenção e o plano de monitorização e avaliação.

O estabelecimento de prioridades de atuação é fundamental para a formulação de políticas e estratégias de intervenção, para garantir um processo de planeamento e de tomada de decisão informado. Assim, o processo conducente à elaboração da estratégia de intervenção assentou, num primeiro momento, na identificação e priorização dos problemas, sustentadas no diagnóstico da RSES efetuado no âmbito da carta social, bem como no DS 2024.

Definidos os problemas que exigem uma resposta prioritária, a estratégia de intervenção estruturou-se em torno de eixos de intervenção, que procuram representar as preocupações estruturantes do conceito de desenvolvimento social que aqui se prossegue e, desta forma, determinar as prioridades que orientam este exercício de planeamento. Os eixos de intervenção identificam as dimensões em que se pretende alcançar impactos, diretos e indiretos, com a concretização da estratégia de intervenção. Correspondem, na prática, a formulações que enquadram as ações e medidas e a serem seguidas para concretizar os objetivos estratégicos.

Para cada eixo de intervenção foram definidos objetivos estratégicos, que procuram estabelecer, de forma não operacional, as metas que se pretendem atingir, a médio e longo prazo, através da planificação de ações e medidas concretas, tangíveis e mensuráveis, a empreender no horizonte temporal da “Carta Social da Lousã”, a fim de ultrapassar, controlar, reduzir ou eliminar os problemas identificados. A formulação dos objetivos estratégicos considera os problemas identificados e a sua priorização e garante a sua coerência com as políticas e prioridades definidas a nível local, regional e nacional.

Em cada objetivo estratégico definiram-se linhas de ação estratégica especialmente relevantes para enquadrar as ações e medidas, que procuram contribuir para atingir as metas propostas.

Por cada objetivo estratégico foram, também, estabelecidas metas de implementação, que traduzem a quantificação e/ou qualificação dos objetivos estratégicos definidos, ou seja, são expressões quantitativas e/ou qualitativas dos objetivos estratégicos a atingir, concretizando-os no tempo em que deverão ser alcançados (dentro de um período de tempo estipulado - horizonte temporal). Para cada objetivo estratégico foram estabelecidas uma ou mais metas, refletindo, sempre que possível, as prioridades de atuação definidas, bem como o seu potencial de concretização.

A formulação de metas de implementação dá suporte à monitorização e avaliação, última etapa do ciclo de desenvolvimento da programação da RSES. A monitorização e avaliação pretende acompanhar a implementação das ações e medidas definidas na estratégia de intervenção no período temporal estipulado, conforme as metas de implementação estabelecidas. O que se pretende é aferir o seu real impacto na população, identificar atempadamente desvios face ao previsto e, se necessário, adotar medidas corretivas que possibilitem reestruturar as iniciativas planeadas e/ou reorientar os recursos humanos e materiais. Deste modo salvaguarda-se que os propósitos inicialmente estabelecidos possam vir a ser alcançados e assegura-se a melhoria contínua da intervenção. A monitorização e avaliação das ações e medidas é essencial para potenciar e garantir a sua efetiva implementação.

Para a construção da estratégia de intervenção foram desenvolvidos processos participativos que garantiram, por um lado, o envolvimento de representantes da CML implicados diretamente neste projeto e de entidades sociais com responsabilidades na RSES (locais e regionais) e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas.

A auscultação dos *stakeholders* foi realizada através de um processo participativo, que envolveu a UISS da CML e o CLAS e decorreu no dia 16 de janeiro de 2026, na Biblioteca Municipal da Lousã.

O principal objetivo desta etapa foi envolver os *stakeholders*, primeiro, na identificação e priorização dos problemas sociais, de modo a definir as necessidades da RSES municipal e as prioridades de atuação, e, depois, na análise e discussão da estratégia de intervenção, para validação dos eixos de intervenção, dos objetivos estratégicos, das linhas de ação estratégica, das ações e medidas e das metas de implementação.

No sentido de apoiar a leitura do diagnóstico, os diferentes indicadores foram representados através de figuras, quadros e mapas, tendo-se procurado, sempre que possível, enquadrar e comparar o desempenho do concelho da Lousã com o desempenho de outras unidades de referência a diferentes escalas, tais como a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC) - NUTIII, a Região Centro - NUTII e Portugal - NUTI.

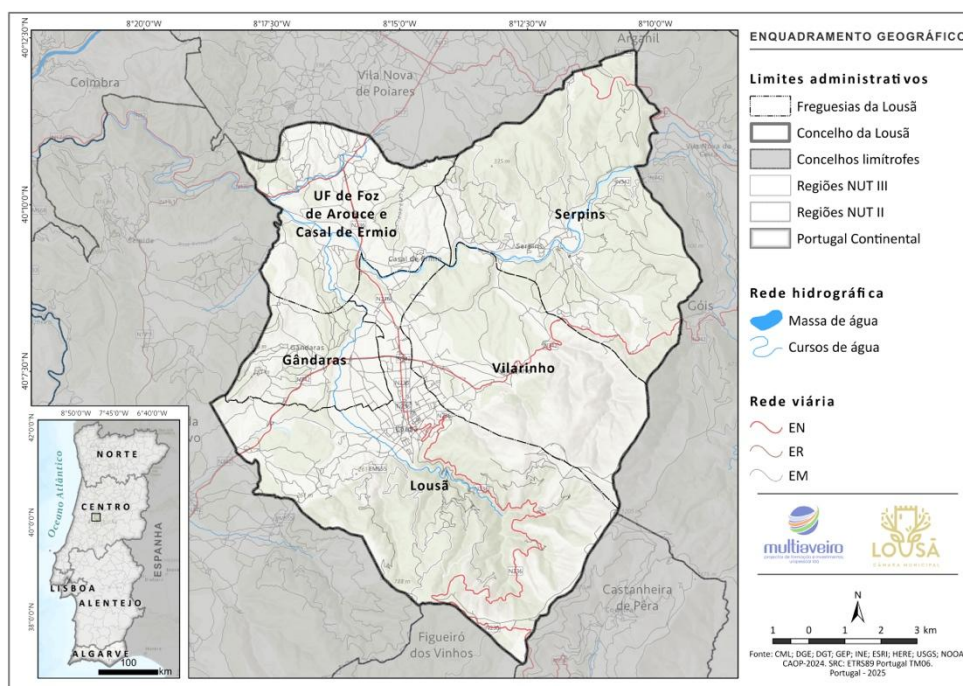
Em todo o processo de elaboração da Carta Social da Lousã foi considerada a Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais e respetiva legislação em vigor aplicável aos serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir o cumprimento dos princípios, objetivos e parâmetros técnicos previstos legalmente quanto ao ordenamento da RSES.

Sendo certo que a forma como o planeamento é concretizado condiciona o seu resultado final e que pensar o desenvolvimento não pode ser um exercício solitário e compartimentado, a boa execução da Carta Social da Lousã implicou a cooperação estreita e empenhada entre a Multiaveiro, a UISS da CML, as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e o CLAS da Lousã, no sentido de mobilizar todas as áreas de competência abrangidas, facilitar as operações de cooperação, gerar compromissos na ação e implicar formal e efetivamente os agentes de planeamento e de decisão envolvidos. Estas condições, habitualmente tidas como necessárias em exercícios de planeamento, tornam-se quase que imperativas em temas tão cruciais e transversais como este.

II. CARATERIZAÇÃO TERRITORIAL

II.1. Enquadramento geográfico

O concelho da Lousã localiza-se no centro interior de Portugal continental. Integra a CIM Região de Coimbra (NUT III), onde ocupa 3,2% da sua área total (Mapa 1). O concelho é delimitado a norte pelo concelho de Vila Nova de Poiares, a este pelo concelho de Góis, a sul pelos concelhos de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos e a oeste pelo concelho de Miranda do Corvo.



Mapa 1. Enquadramento geográfico.

O concelho da Lousã possui uma área total de 138,4 km² e encontra-se administrativamente subdividido em cinco unidades territoriais, a saber, Gândaras (10 km²)⁴, Lousã (47,1 km²), Serpins (36,1 km²), UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (19,8 km²) e Vilarinho (25,3 km²), que perfazem um total de 114 lugares.

⁴ A freguesia de Gândaras foi criada em 3 de julho de 2001, por desanexação da freguesia da Lousã (Lei n.º 18-A/2001, de 3 de julho).

Esta reorganização administrativa é o resultado da Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, que desagregou uma das duas freguesias agregadas pela RATF (UF de Lousã e Vilarinho⁵), implementada em 2013, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrupou quatro das seis freguesias existentes até então (Lousã, Vilarinho, Foz de Arouce e Casal de Ermio).

De acordo com a Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU 2014), definida pelo INE, e considerando as quatro unidades territoriais resultantes da RATF de 2013, a UF de Lousã e Vilarinho encontra-se classificada como Área Predominantemente Urbana (APU), concentrando 76% da população residente do concelho (12.921 habitantes). A freguesia de Gândaras é classificada como Área Mediamente Urbana (AMU), representando apenas 6,5% da população (1.111 habitantes). As restantes duas unidades territoriais — Serpins e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio — estão classificadas como Áreas Predominantemente Rurais (APR), totalizando 17,5% da população residente (1.711 e 1.263 habitantes, respetivamente).

II.2. Aspetos físicos

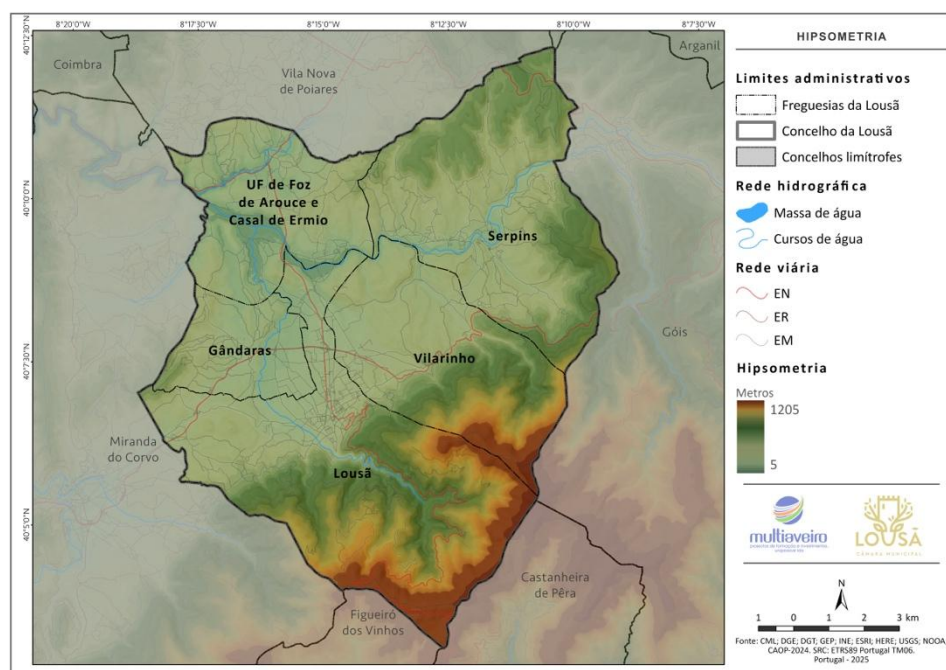
Em termos físicos o concelho da Lousã, que se desenvolve na sua totalidade no Maciço Hespérico, apresenta uma morfologia bastante diferenciada, marcada pela serra da Lousã no seu setor sudeste, a qual representa a extremidade sudoeste do mais importante bloco montanhoso do país, a Cordilheira Central, e pela bacia da Lousã no setor central, uma das bacias situadas no sopé da Cordilheira Central e onde reside a esmagadora maioria dos habitantes do concelho.

A análise da hipsometria mostra claramente o contraste morfológico entre estes dois setores, o qual se traduz pela amplitude de classes que evidenciam altitudes compreendidas entre os 200m e os cerca de 1200m (Mapa 2). As altitudes mais expressivas encontram-se nas rochas metassedimentares que compõem a serra da Lousã, que, orientada segundo a direção NE-SW, se eleva abruptamente no setor sudeste do concelho a partir de uma área deprimida que se encontra desenvolvida em depósitos sedimentares, que cobrem o substrato rochoso e que correspondem à bacia da Lousã, que raramente ultrapassa os 200m de altitude.

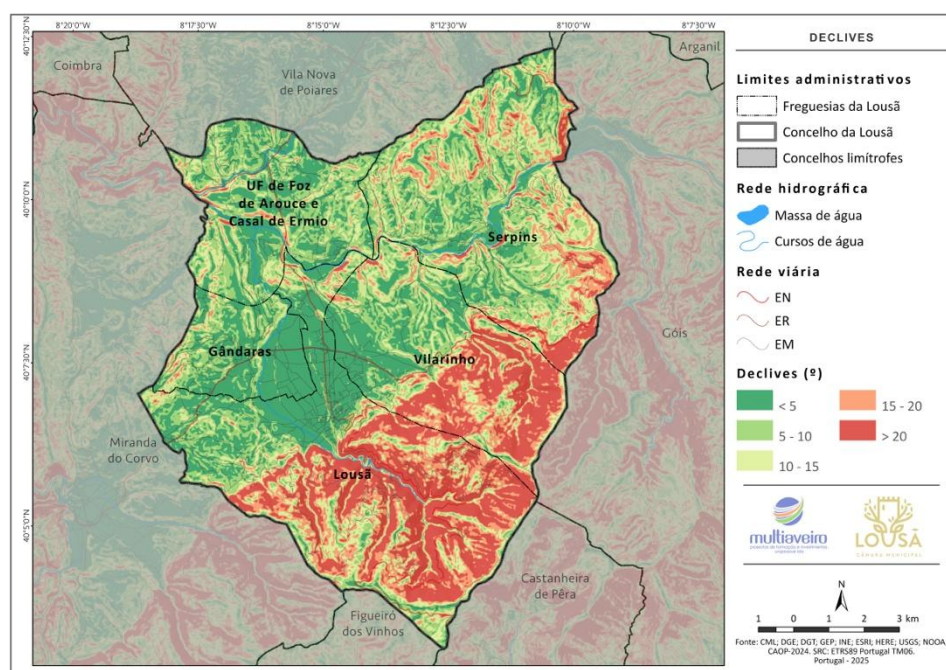
Os declives, que são essenciais na identificação de fatores limitantes ou condicionantes à ocupação humana do território, sendo geralmente apontados como um dos fatores não antrópicos com maior contribuição para os diferentes riscos naturais, apresentam-se como

⁵ Apenas se manteve agregada a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio.

decisivos em termos de acessibilidades e povoamento no concelho da Lousã, como facilmente se pode constatar, verificando-se uma diferença substancial entre, por um lado, a serra da Lousã, onde se encontram os maiores declives, e, por outro lado, a depressão tectónica correspondente à bacia da Lousã, onde estes apresentam os valores mais baixos (Mapa 3).



Mapa 2. Hipsometria.



Mapa 3. Declives.

Relativamente à rede hidrográfica, o rio Ceira (principal curso de água da região) faz a sua entrada no concelho através de um pronunciado encaixe de cerca de 100m de profundidade

no canhão quartzítico da Senhora da Candosa, mantendo um vale relativamente apertado até às proximidades de Foz de Arouce, onde se alarga.

A Lousã apresenta um clima de influências mediterrâneas, assumindo-se a serra da Lousã como um fator local que condiciona a distribuição da temperatura e precipitação, exercendo uma influência significativa. Neste sentido, no setor da serra da Lousã o efeito da altitude acentua o rigor invernal, verificando-se um aumento dos quantitativos de precipitação (1221,2mm anuais - estação meteorológica da Lousã) e o registo de temperaturas inferiores ao restante concelho. Por sua vez, durante o período estival a altitude determina, uma vez mais, contrastes térmicos espaciais, verificando-se um maior risco de ondas de calor nos setores da bacia da Lousã, onde a ventilação é menor e a altitude inferior.

Deste modo, e, tendo como base os registos da estação meteorológica da Lousã, a temperatura média mensal ronda os 13,4°C. Já a média máxima regista-se no mês de agosto com 20°C e a média mínima no mês de janeiro com 7,8°C.

II.3. Dinâmica demográfica

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, portanto, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

II.3.1. Evolução da população residente

O concelho da Lousã, com os seus 17.006 habitantes, é o oitavo concelho mais populoso da CIM Região de Coimbra, representando 3,9% da sua população residente. Apesar da dinâmica regressiva observada na última década, o concelho da Lousã mantém a sua importância no contexto da CIM Região de Coimbra, representando 3,8% do seu total em 2011 e 3,3% em 2001.

Um olhar atento sobre os valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no concelho da Lousã permite efetuar uma análise evolutiva, enquanto possibilita retirar algumas conclusões sobre as características deste território (Figura 1 e quadro 1). Destaca-se de imediato o aumento populacional ocorrido entre 1950 e 2021, efetivamente o concelho da Lousã aumentou 1.956 habitantes, valor correspondente a 13% (de 15.050 para 17.006 residentes). O ganho demográfico mais expressivo registou-se entre 1991 e 2001, passando de 13.447 para 15.753 residentes (17,1% que corresponde a 2.306 pessoas).

Até aos anos 70, o concelho da Lousã regista um decréscimo populacional de -15,3% (-2300 residentes), passando de 15.050 habitantes, em 1950, para 12.750 habitantes, em 1970. Não pode deixar de ser referido que a década de 60, corresponde ao grande momento migratório português da 2.ª metade do século XX.

A última década, também, se caracteriza por uma diminuição da população residente, traduzida numa variação de -3,14%, ou seja, -598 habitantes (de 17.604, em 2011 para 17.006 residentes, em 2021).

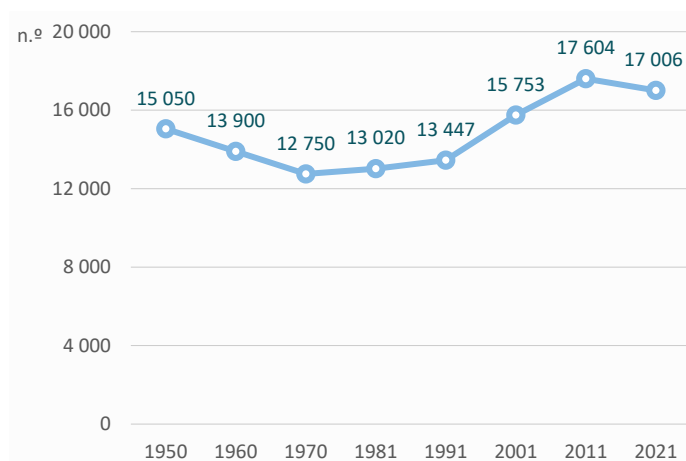
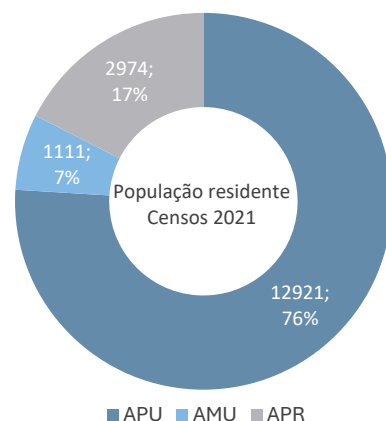
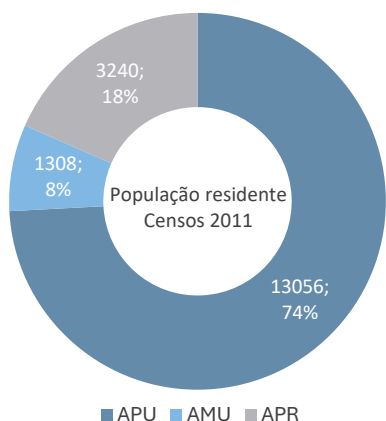
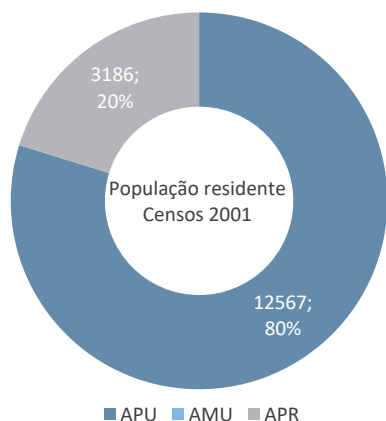


Figura 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Quadro 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	15 050	—	—
1960	13 900	-1 150	-7,6
1970	12 750	-1 150	-8,3
1981	13 020	270	2,1
1991	13 447	427	3,3
2001	15 753	2 306	17,1
2011	17 604	1 851	11,8
2021	17 006	-598	-3,4

Fonte: INE.

17.006

População residente
(2021)



Variação
1950 | 2021

+13%

Variação
2011 | 2021

-3,4%

Considerando apenas a década mais recente, o concelho da Lousã acompanhou a tendência de decréscimo verificada na CIM Região de Coimbra (-5,1%), na Região Centro (-5,2%) e no Continente (-1,9%). Quando comparamos com a década anterior, o concelho da Lousã acompanha a dinâmica de crescimento populacional de Portugal Continental (1,8%), mas não a dinâmica negativa que já se observava na CIM Região de Coimbra (-2,6%) e na Região Centro (-2,2%).

Numa análise conjunta das últimas décadas, verifica-se que o concelho da Lousã registou um aumento populacional de 12,1% (Quadro 2), correspondendo a mais 1.909 residentes — passando de 15.753 habitantes em 2001 para 17.662 em 2024⁶. Este crescimento foi, contudo, interrompido entre 2011 e 2019 e novamente em 2021, anos em que se observou um decréscimo do número de habitantes. A redução mais expressiva ocorreu em 2014, com uma quebra de 0,8%, equivalente a menos 133 residentes. Entre 2021 e 2024, contudo, regista-se uma tendência de recuperação demográfica, com um acréscimo estimado de 656 residentes, correspondente a um crescimento de 3,9%.

Considerando agora a análise da distribuição dos valores de população residente nas freguesias que integram na atualidade o concelho da Lousã é possível distinguir as que apresentam comportamentos semelhantes. Analisando o ano de 2021, a UF de Lousã e Vilarinho, com um total de 12.921 habitantes, que corresponde a 76% do total de residentes do concelho, é a mais populosa, destacando-se claramente das restantes (Figura 2, mapa 4 e anexo I). Segue-se a freguesia de Serpins, com 1.711 habitantes, e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, com 1.263 habitantes, que correspondem a 10,1% e a 7,4%, respetivamente. Por último, surge a freguesia de Gândaras, com 1.111 habitantes, que representa 6,5% do total populacional.

⁶ Excetuando os anos de 2001, 2011 e 2021, provenientes dos censos, os valores de população residente foram retirados das estimativas anuais da população residente do INE, realizadas com base nas componentes demográficas natural e migratória (nados-vivos, óbitos e estimativas da emigração e imigração).

Quadro 2. População residente no concelho entre 2001 e 2024.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
2001	15 753	-	-
2002	16 157	404	2,6
2003	16 340	183	1,1
2004	16 525	185	1,1
2005	16 710	185	1,1
2006	16 927	217	1,3
2007	17 150	223	1,3
2008	17 306	156	0,9
2009	17 468	162	0,9
2010	17 619	151	0,9
2011	17 604	-15	-0,1
2012	17 509	-95	-0,5
2013	17 381	-128	-0,7
2014	17 248	-133	-0,8
2015	17 181	-67	-0,4
2016	17 093	-88	-0,5
2017	17 041	-52	-0,3
2018	16 966	-75	-0,4
2019	16 947	-19	-0,1
2020	17 058	111	0,7
2021	17 006	-52	-0,3
2022	17 216	210	1,2
2023	17 419	203	1,2
2024	17 662	243	1,4

Fonte: INE.

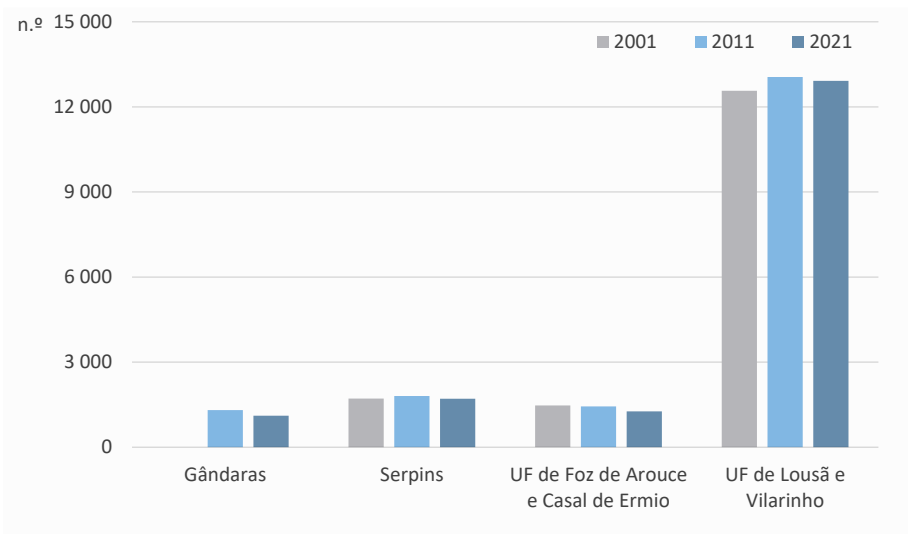
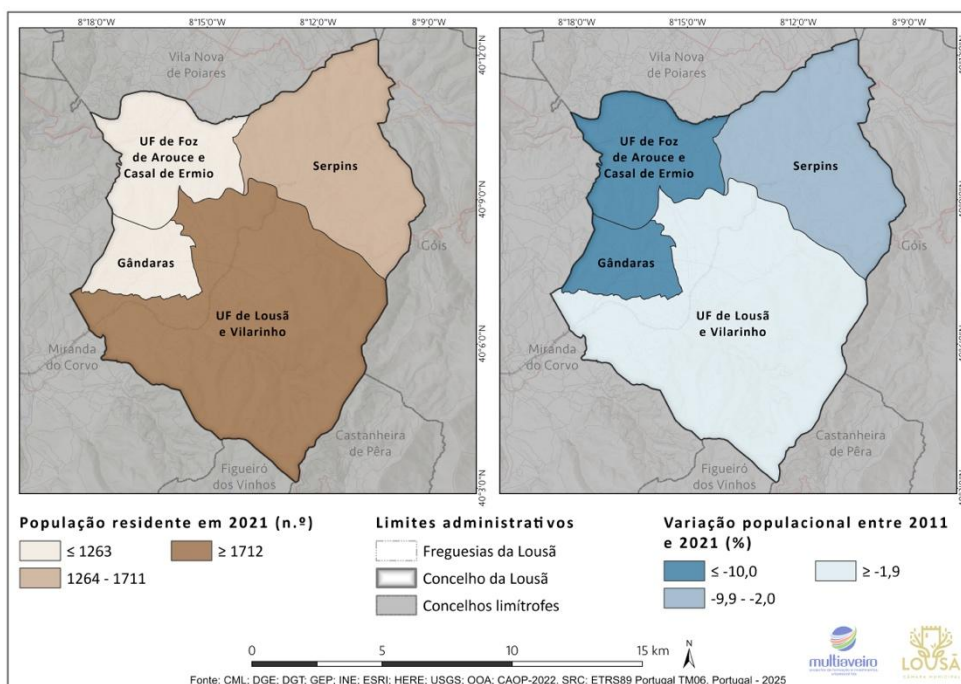


Figura 2. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Fonte: INE.



Mapa 4. População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021 por freguesia.

Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2001 e 2011, sendo que a UF de Lousã e Vilarinho sempre se assumiu como o principal polo de atração durante todo o período em estudo.

Relativamente à dinâmica populacional é possível identificar um padrão de comportamento comum à totalidade das unidades territoriais que constituem o concelho da Lousã. Examinando a década mais recente (Figura 3), constata-se que todas as unidades territoriais registam um decréscimo populacional, observando-se os mais significativos na freguesia de Gândaras (-15,1%) e na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-12,2%). Por seu turno, a diminuição menos significativa verifica-se na freguesia de Serpins (-5%) e na UF de Lousã e Vilarinho (-1%).

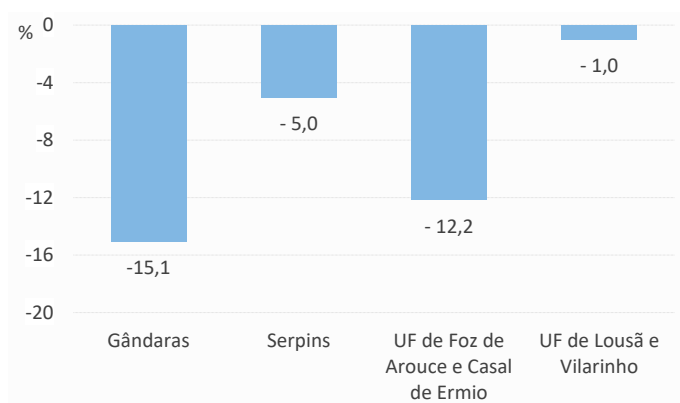


Figura 3. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

No período intercensitário anterior observava-se uma dinâmica positiva, com o concelho da Lousã a registar um aumento de 10,5%, dinâmica visível na freguesia de Serpins e na UF Lousão e Vilarinho (Figura 4 e anexo II). A UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio já apresentava uma dinâmica negativa, traduzida num decréscimo de -2,5%, não acompanhando, assim, a dinâmica positiva global.

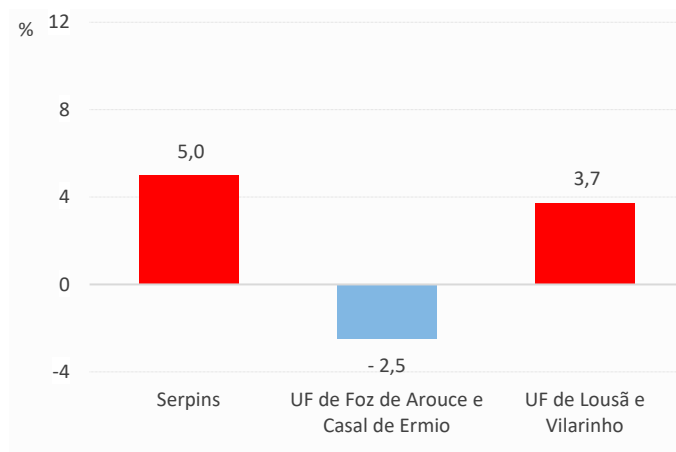


Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: INE.

Analisando o período entre 2001 e 2021 verifica-se que a maior perda populacional ocorreu na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-14,3%, o que representa -111 residentes). De salientar, o aumento da população residente de 2,8%, ou seja, mais 354 residentes, registado na UF de Lousã e Vilarinho.

A realidade descrita no concelho da Lousã deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos cinquenta do século XX, tendo em atenção a diversidade de territórios e de dinamismos (social, económico, cultural e político) existentes.

II.3.2. Fatores da dinâmica demográfica

As variações observadas no concelho e nas unidades territoriais que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2011 e 2024 no concelho da Lousã revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 5 e anexo III).

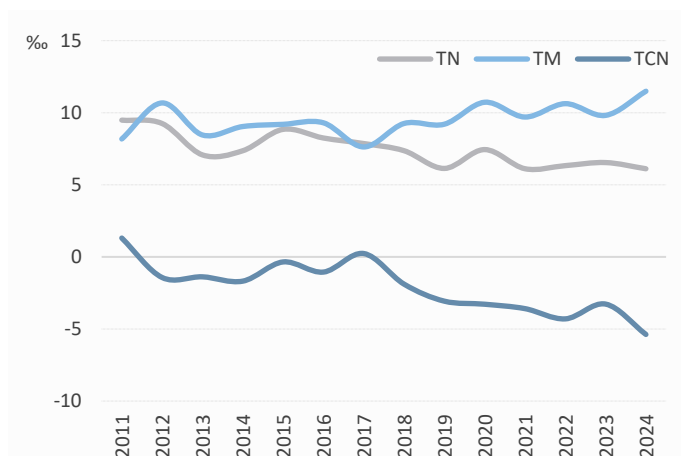


Figura 5. Crescimento natural no concelho entre 2011 e 2024.

Fonte: INE.

A consideração da natalidade mostra que o número médio foi de 128 de nados-vivos ao longo do período em análise, ocorrendo o valor mais elevado no ano 2011, com 167 nascimentos e o valor mais baixo nos anos de 2019 e 2021, com 104 nascimentos. A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência de diminuição (de 9,5% em 2011 para 6,1% em 2024), ainda, que oscilando entre ligeiros aumentos e diminuições. A taxa de natalidade mais elevada verifica-se, à semelhança do observado na natalidade, no ano de 2011 (9,5%) e a mais baixa nos anos de 2019, 2021 e 2024 (6,1%).

A análise da mortalidade evidencia, ao longo do período em estudo, um número médio de 164 óbitos. O valor mais elevado foi de 203 óbitos em 2024, enquanto o valor mais baixo foi de 130 óbitos em 2017. A taxa de mortalidade é bastante irregular entre 2011 e 2024, ainda, que com uma tendência de crescimento (de 8,2% em 2011 para 11,5% em 2024). O ano de 2024 é o que regista a taxa de mortalidade mais elevada (11,5%), enquanto o ano de 2017 observa-se a taxa mais baixa (7,6%), à semelhança da mortalidade.

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que os nascimentos apresentam valores inferiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural negativo ao longo de todo o período em estudo, exceção feita aos anos de 2011 e 2017, que registam uma taxa de crescimento natural ligeiramente positiva de 1,3% e 0,2%, respetivamente. Não obstante, a perda populacional com maior significado verifica-se no ano de 2024, com o registo de uma taxa de crescimento natural de -5,4%, a que corresponde -95 indivíduos.

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, no ano de 2021, um cenário de crescimento natural negativo em todas as unidades territoriais do concelho da Lousã (Figura 6 e anexo IV). A perda populacional mais expressiva verificou-se na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-7,9%) e a menos expressiva em Gândaras (-3,6%) e na UF de Lousã e Vilarinho (-3%).

-276

Saldo natural negativo
Entre 2011 e 2021 houve mais 4216
óbitos do que nascimentos
(2011-2021)



-322

Saldo migratório negativo
(2011-2021)



-598

Saldo total negativo
(2011-2021)



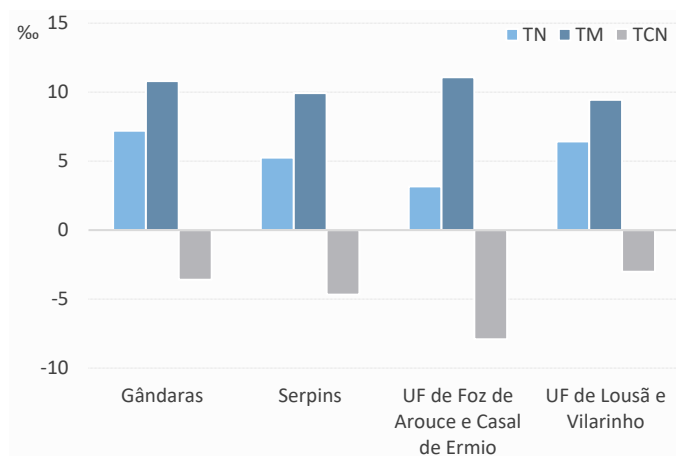


Figura 6. Crescimento natural por freguesia em 2021.

Fonte: INE.

Em 2011, por comparação, verificava-se, ainda, um crescimento natural positivo na UF de Lousã e Vilarinho (2,5‰, correspondente a 33 indivíduos). As freguesias de Gândaras e Serpins registavam crescimento natural nulo. A UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio era a única que apresentava uma taxa de crescimento natural negativo, com -7‰, que representa -10 habitantes. De uma forma geral entre 2011 e 2021 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de uma taxa de crescimento natural positiva de 1,3‰ para uma taxa de crescimento natural negativa de -3,6‰ (de 23 para -61 pessoas).

A consideração do crescimento efetivo no concelho da Lousã para o período entre 2011 e 2021 vem confirmar o cenário de perda populacional (Figura 7 e anexo V). Efetivamente, o concelho apresenta um crescimento natural (-276 indivíduos), como um saldo migratório negativo (-322 indivíduos), o que resulta num crescimento efetivo de -598 indivíduos. A realidade descrita estende-se a todas as unidades territoriais que constituem o concelho da Lousã.

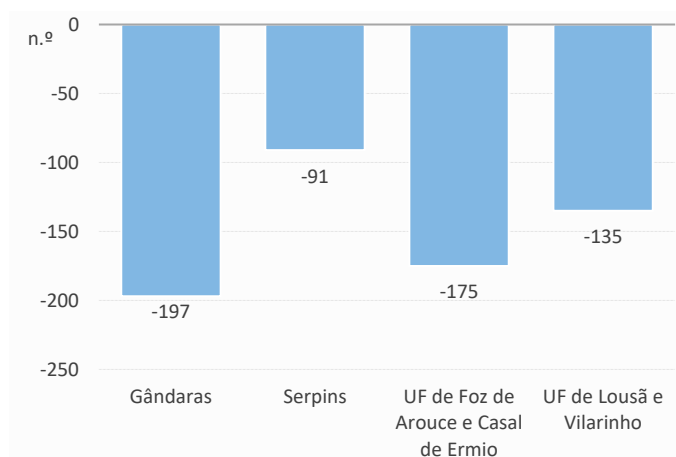


Figura 7. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do concelho e do território envolvente.

II.3.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da distribuição da população residente por grupo etário. Neste em particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a história dos acontecimentos que a marcam. Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise da população residente por grupo etário no concelho da Lousã entre 1950 e 2021 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, seguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 8 e quadro 3).

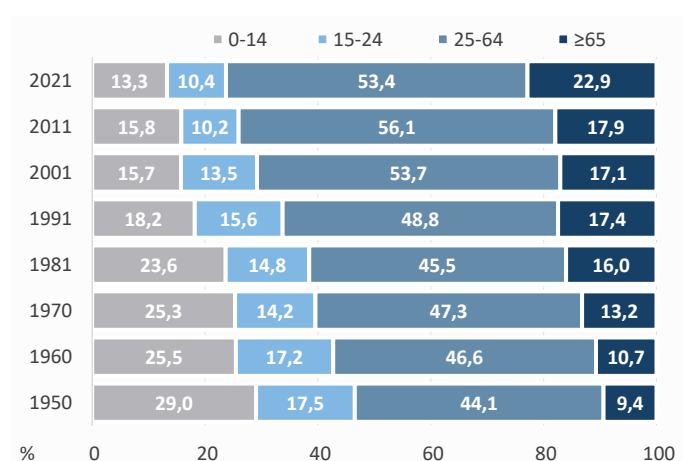


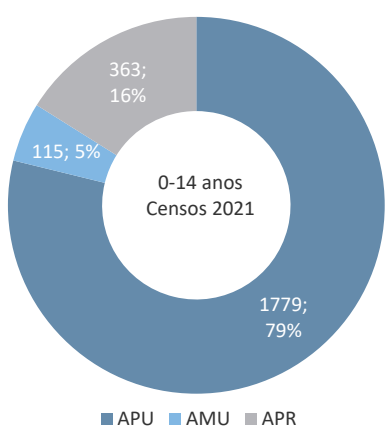
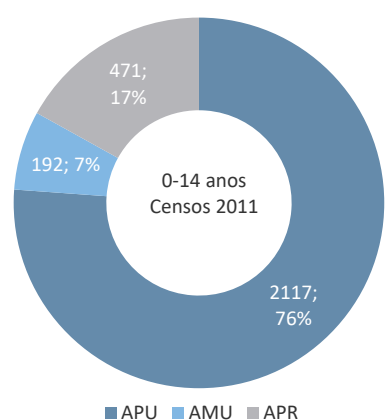
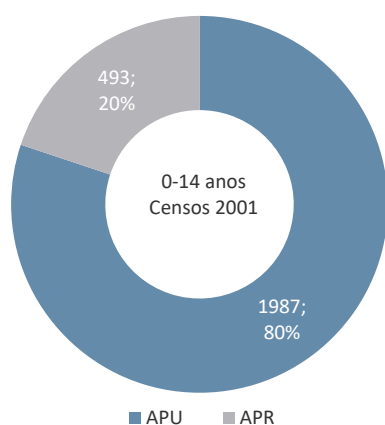
Figura 8. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Quadro 3. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Anos	Unidade de medida	0-14	15-24	25-64	≥65	Total
1950	(n.º)	4 369	2 637	6 633	1 411	15 050
	(%)	29,0	17,5	44,1	9,4	100
1960	(n.º)	3 539	2 397	6 473	1 491	13 900
	(%)	25,5	17,2	46,6	10,7	100
1970	(n.º)	3 230	1 815	6 025	1 680	12 750
	(%)	25,3	14,2	47,3	13,2	100
1981	(n.º)	3 079	1 927	5 926	2 088	13 020
	(%)	23,6	14,8	45,5	16,0	100
1991	(n.º)	2 443	2 096	6 562	2 346	13 447
	(%)	18,2	15,6	48,8	17,4	100
2001	(n.º)	2 480	2 120	8 466	2 687	15 753
	(%)	15,7	13,5	53,7	17,1	100
2011	(n.º)	2 780	1 789	9 878	3 157	17 604
	(%)	15,8	10,2	56,1	17,9	100
2021	(n.º)	2 257	1 773	9 088	3 888	17 006
	(%)	13,3	10,4	53,4	22,9	100

Fonte: INE.



Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verifica-se que a população jovem (0-14 anos) e jovem adulta (15-24 anos) registaram um forte decréscimo (de 29% para 13,3% e de 17,5% para 10,4%). Em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e idosa (65 anos ou mais) apresentaram um crescimento expressivo (de 44,1% para 53,4% e de 9,4% para 22,9%).

Analisando somente os anos de 2011 e 2021, observa-se uma diminuição da representatividade na população jovem (-2,5%) e na população adulta (-2,7%). O acréscimo na população idosa foi de 4,9%, enquanto na população jovem adulta foi de 0,3%.

Esta evolução com perda de jovens e acréscimo de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito rapidamente, devendo a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida merecer uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do concelho da Lousã para o ano de 2021 reflete, comparativamente ao ano de 2011, o duplo envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária (Figura 9). O número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta, adulta (até aos 44 anos) em 2021 é inferior comparativamente com a 2011, não havendo diferenças muito significativas por sexo. Já na população adulta (entre os 45 e os 64 anos) e na população

idosa regista-se um aumento do número de residentes face a 2011, existindo neste caso diferenças mais relevantes por sexo.

O fenómeno de duplo envelhecimento da população descrito era já bastante visível na década anterior, mas ganha outra expressão quando comparada com as últimas duas décadas e, particularmente, quando se compara o ano de 2021 à década de 50 (Figuras 10 a 12).

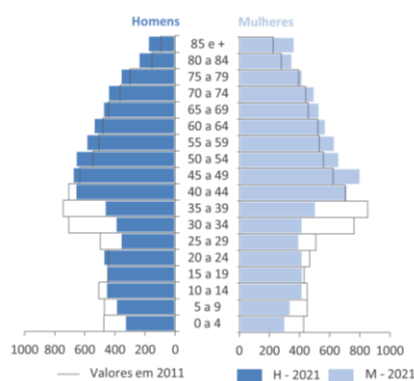


Figura 9. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

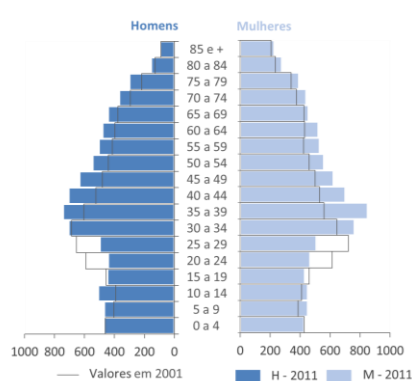


Figura 10. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2011.

Fonte: INE.

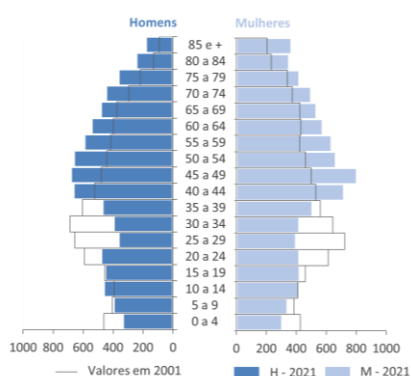


Figura 11. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2021.

Fonte: INE.

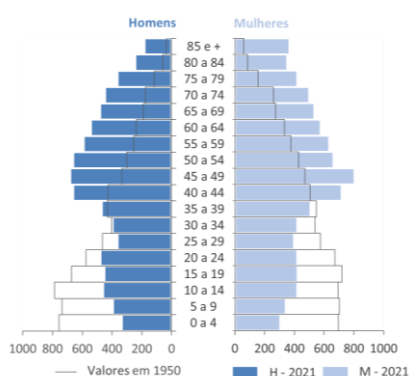


Figura 12. Pirâmide etária da população residente no concelho em 1950 e 2021.

Fonte: INE.

Os valores do índice de envelhecimento confirmam a tendência de envelhecimento demográfico no concelho, tendo aumentado de 113,6 em 2011 para 172,3 em 2021 (Figura 13, mapa 5 e anexo VI). Em termos práticos, isto significa que, por cada 100 jovens, existiam cerca de 113 idosos em 2011 e 172 idosos em 2021.

Apesar do crescimento deste indicador, importa salientar que os valores registados na Lousã são relativamente mais favoráveis do que os observados nas unidades territoriais de referência, uma vez que o concelho apresenta, em ambos os momentos, um índice de

envelhecimento inferior, refletindo uma situação comparativamente menos crítica no contexto regional.

172,3
Índice de envelhecimento
(2021)

Para cada 100 crianças
(até aos 14 anos)



Existiam 172 idosos
(com 65 ou + anos)

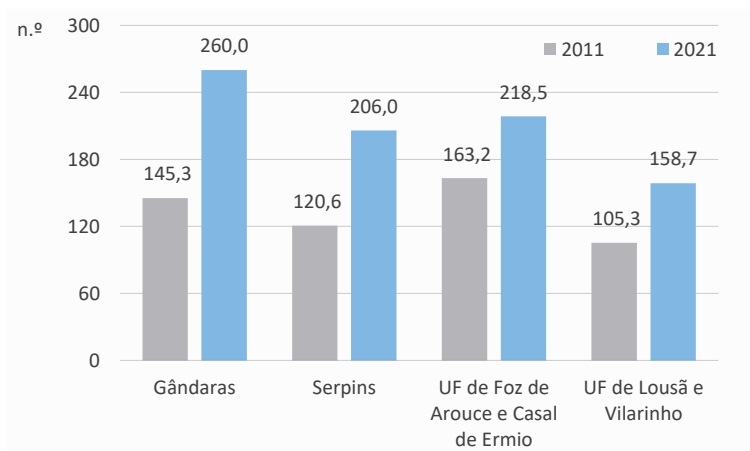
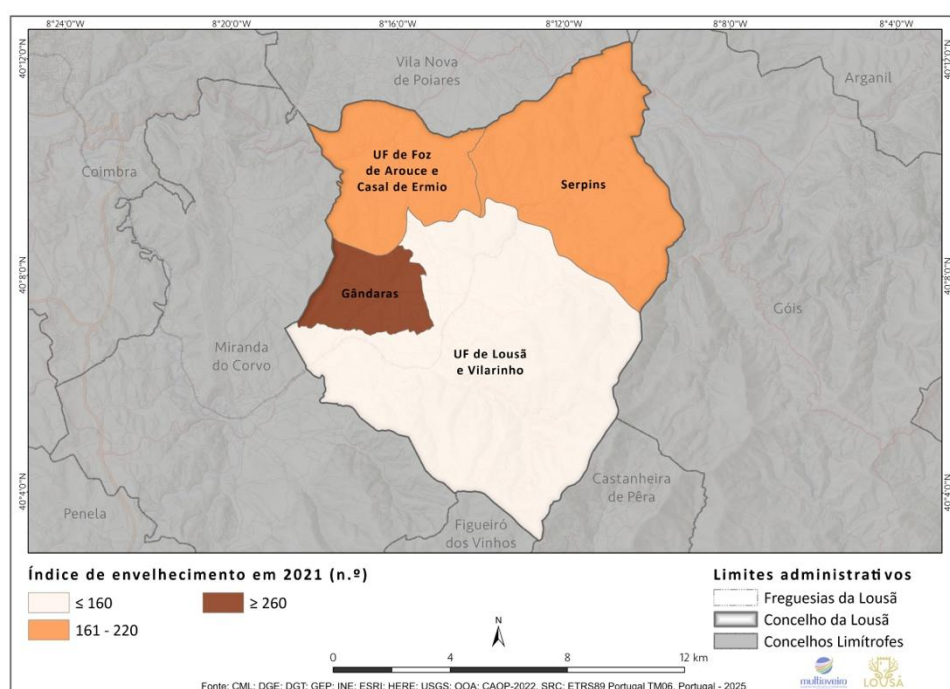


Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Considerando os valores por freguesia em 2021, sobressaem, pelos resultados mais elevados e preocupantes, a freguesia de Gândaras e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, com índices de envelhecimento de 260 e 218,5, respetivamente. Já a freguesia de Serpins (206) e a UF de Lousã e Vilarinho (158,7) registam valores relativamente mais baixos, ainda que igualmente reveladores de uma situação demográfica preocupante.



Mapa 5. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.

Numa perspetiva evolutiva, observa-se que, ao longo da última década, o índice de envelhecimento aumentou em todas as unidades territoriais do concelho, confirmando a intensificação do processo de envelhecimento demográfico.

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 14 e mapa 6). Entre 2011 e 2021 ocorreu um aumento do índice de dependência total de 5,7 (de 50,9 para 56,6), o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos face aos ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2011 e 2021 existiam cerca de 50 e 56 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada em igual período na CIM Região de Coimbra (de 55,4 para 64,2), na Região Centro (de 56,6 para 63,9) e em Portugal Continental (de 51,6 para 57,5).

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, consta-se que é nas freguesias de Serpins (63,4) e Gândaras (59,4) que o peso dos dependentes sobre os ativos é maior. Na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (58,3) e na UF de Lousã e Vilarinho (55,3) é onde o esforço da sociedade sobre a população ativa é menor. Entre 2011 e 2021 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total.

O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um crescimento de 8,7 na última década, passando de 27,1 para 35,8 (Figura 15 e mapa 7). Dinâmica visível nas quatro freguesias que constituem o concelho da Lousã. Em 2021 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado nas freguesias de Gândaras e Serpins (42,9 e 42,7, respetivamente) e menor na UF de Lousã e Vilarinho (33,9).

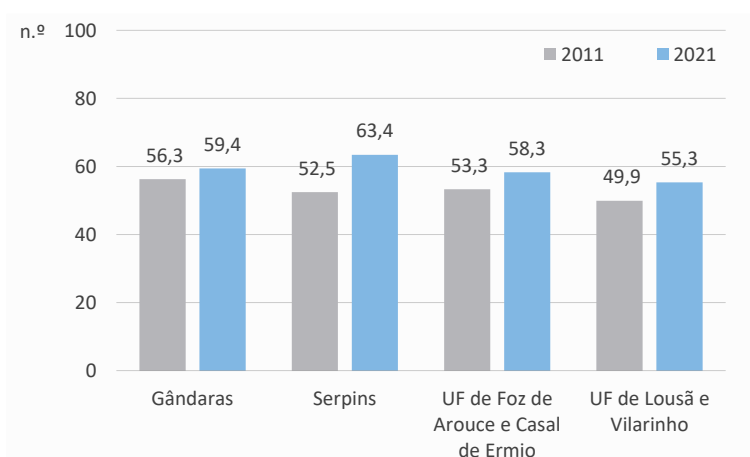


Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

56,6

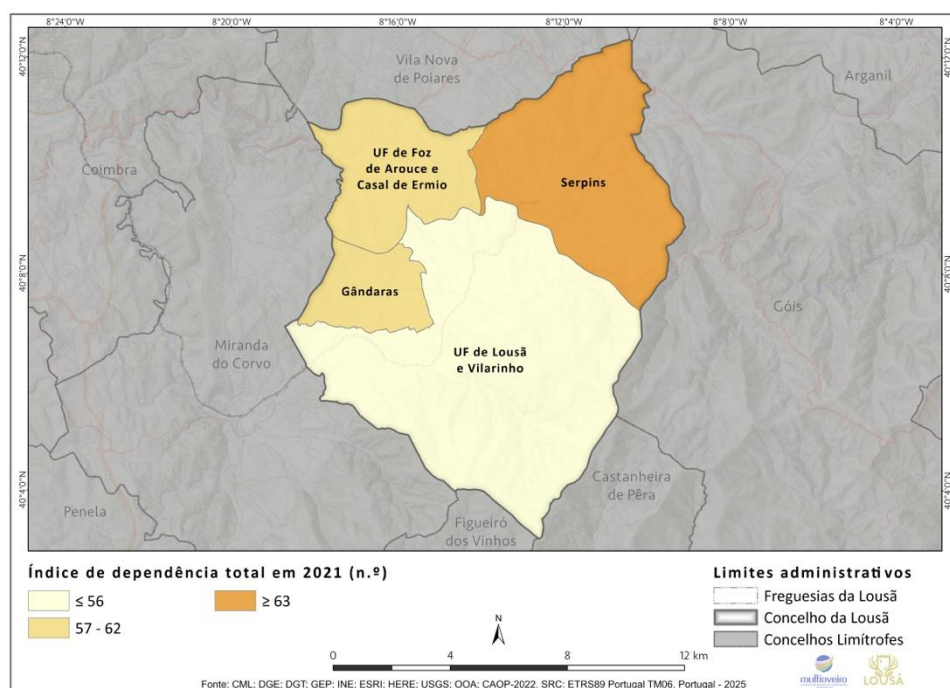
Índice de dependência total
(2021)

Para cada 100 pessoas em idade ativa
(15-64 anos)



Existiam 57 não ativos





Mapa 6. Índice de dependência total por freguesia em 2021.

35,8

**Índice de dependência de idosos
(2021)**

Para cada 100 pessoas em idade ativa
(15-64 anos)



Existiam 36 idosos (65 ou + anos)

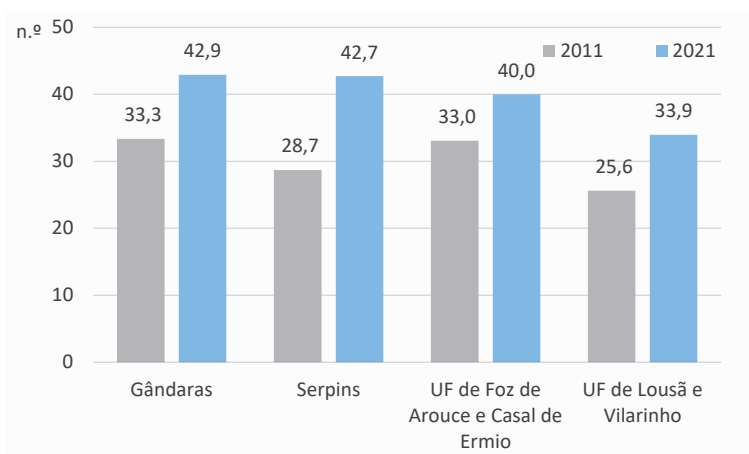
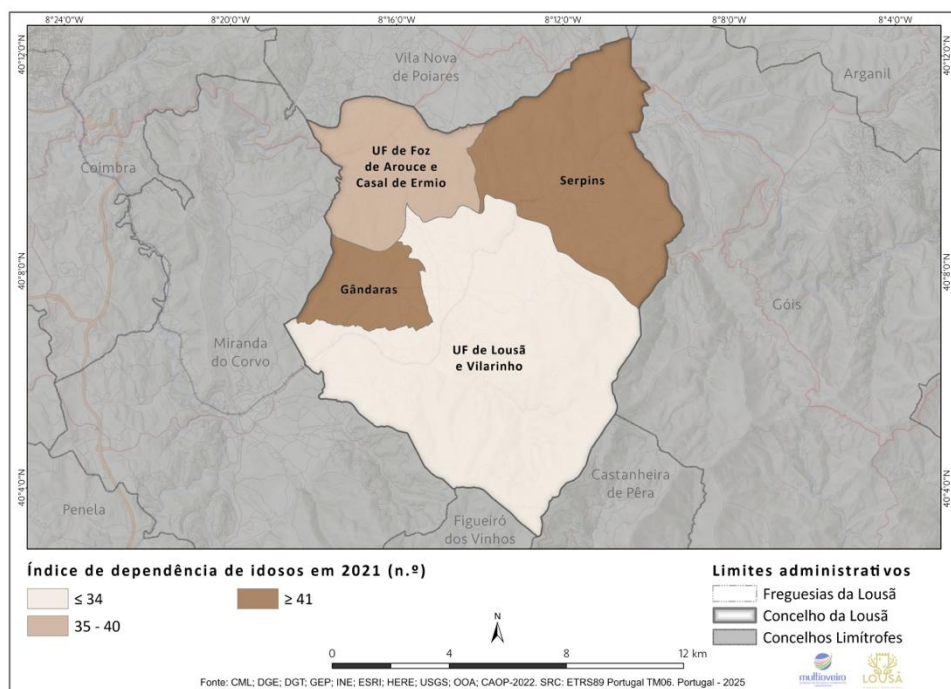


Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: INE.

Por sua vez, e comprovando o fenómeno de duplo envelhecimento da população, o índice de dependência de jovens diminuiu, passando de 23,8 em 2011 para 20,8 em 2021 (Figura 16 e mapa 8). Em 2021 o peso dos jovens sobre a população ativa é mais vincado UF de Lousã e Vilarinho (21,4) e menor na freguesia de Gândaras (16,5). Na última década todas freguesias registaram uma diminuição do índice de dependência de jovens.



Mapa 7. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.

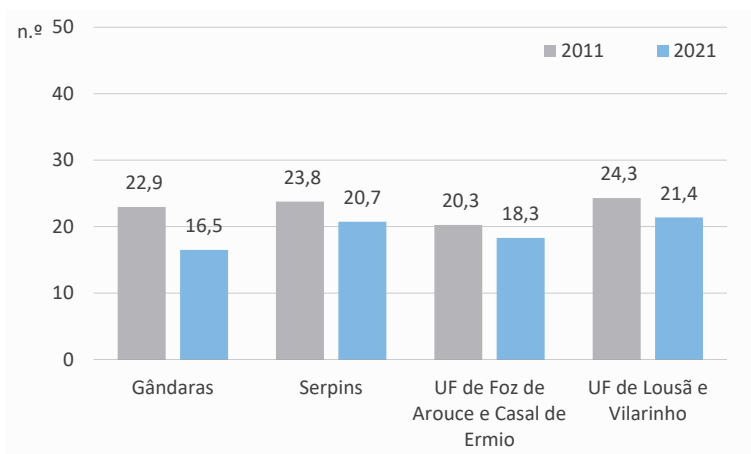


Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: INE.

20,8

Índice de dependência de jovens
(2021)

Para cada 100 pessoas em idade ativa
(15-64 anos)

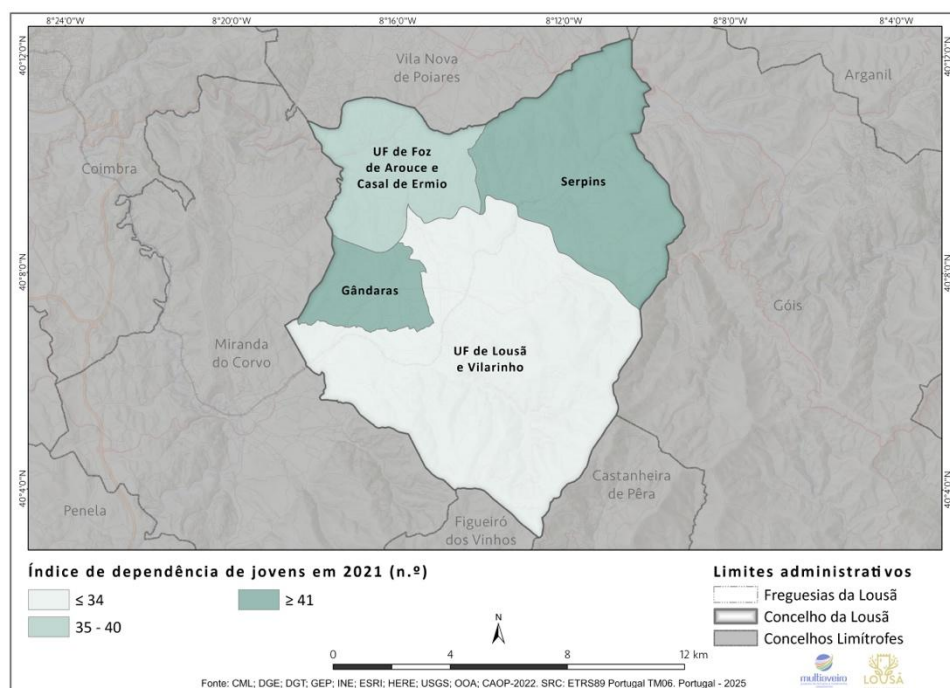


Existiam 21 crianças (0-14 anos)



Em síntese, o concelho da Lousã tem vindo a envelhecer, existindo cada vez menos jovens e ativos e cada vez mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, onde representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes, está relacionado com a profunda mudança de mentalidades, que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos mais próximos, para as duas grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. Mas este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, em muito resultante da melhoria das condições de vida da

população, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida da população encontra-se diretamente relacionada com a drástica alteração dos hábitos alimentares, de prática de atividade física e outros, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).



Mapa 8. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.

O envelhecimento populacional é, assim, um fenómeno extremamente controverso. O grande problema associado não é o aumento da esperança média de vida da população, mas sim o decréscimo do número de nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem durante mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas a necessidade de adaptar a sociedade a uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito económico e social com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de saúde, ação social e sustentabilidade tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual e coletiva conducentes a um envelhecimento ativo e saudável e a uma melhoria da qualidade de vida.

Sendo amplamente conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional nos territórios e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica instalada, urge definir políticas públicas ativas e eficazes de incentivo à natalidade e de apoio à família.

II.3.4. Projeções demográficas

Na sociedade contemporânea, compreender a dimensão da população e antecipar a sua evolução no futuro são aspetos que se revestem da maior importância. As projeções demográficas, para além de procurarem explicar a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, possibilitam informação de enorme relevância em processos de tomada de decisão a nível social, económico, ambiental e de planeamento territorial, como é o caso do planeamento de equipamentos sociais.

A população está sempre em constante alteração, não é fixa no tempo, movimenta-se no espaço e modifica-se estruturalmente. Procurar conhecer o volume e as características que assumirá num futuro próximo afigura-se como um desafio que implica riscos, mas que pode ser realizado com sucesso, atendendo a que a evolução populacional é consequência de várias causas interrelacionadas.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por *coortes* é o modelo mais adequado, na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional, permitindo apresentar hipóteses de comportamento para as componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo.

As projeções da população segundo o método *cohort*⁷ *survival* são calculadas em quatro fases fundamentais:

- **Fase 1:** as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- **Fase 2:** é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos. Os nascimentos são o resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina

⁷ *Cohort* (*cohorte* ou *coorte*) define-se “como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período” (Torres, 1996).

em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), em particular nas idades mais férteis (20-29 anos). Aqui é de considerar que a mudança de comportamentos na sociedade atual, resultante do aumento do nível de escolaridade, da entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), da precariedade do emprego (contratos a prazo), da incerteza que o futuro reserva, da ligação à família e do contexto e expectativas, sobretudo dos jovens, na atual sociedade em aceleração crescente, do tudo ou nada, faz adiar o nascimento do primeiro filho;

- **Fase 3:** a terceira fase a considerar tem a ver com os óbitos que irão ocorrer. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, os valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população;
- **Fase 4:** é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração média, considerando a manutenção do saldo migratório médio anual verificado entre 2011 e 2021, por freguesia.

Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade como indicador variável:

- O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 79 anos para os homens e 86 anos para as mulheres. O comportamento registado no concelho nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados;
- O **cenário “otimista”** assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida. Ou seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para as diferentes freguesias, os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2021. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os ganhos tenderão a ser pouco expressivos. Este cenário é plausível, mas pouco provável tendo em conta a evolução populacional mais recente e a tendência para o progressivo declínio da fecundidade;

O **cenário “desejável”** assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2021. O comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 e pós-covid 2019, fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos).

A opção para a projeção de valores de população, por sexo e escalão etário, para os concelhos, mostra o cenário “base/normal”, apresentando, contudo, para o concelho da Lousã, os valores dos cenários “otimista” e “desejável”.

II.3.4.1. Cenários

Os resultados das projeções são apresentados com base em três cenários, resultado de diferentes combinações possíveis das variantes consideradas em cada uma das componentes de evolução. O cenário “base/normal” conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos. Contudo, face à incerteza associada ao comportamento demográfico futuro, para além deste cenário, estabeleceram-se dois cenários alternativos, um cenário “otimista” e um cenário “desejável”, em que as hipóteses de evolução para as componentes de fecundidade se assumem mais favoráveis.

Assim, estima-se que, em 2031, a população do concelho da Lousã se situe entre 16.180 e 16.952 habitantes. No cenário base/normal, que pressupõe a continuidade dos comportamentos demográficos verificados na última década, projeta-se uma redução de 4,9%, correspondente a menos 826 residentes face a 2021. Num cenário otimista, que assume a inversão das tendências atuais, antecipa-se ainda assim uma quebra de 2,1% (-364 residentes). Já no cenário desejável, o decréscimo seria ligeiro, fixando-se em -0,3% (-54 residentes).

Importa, contudo, salientar que estas projeções estão fortemente condicionadas pela imprevisibilidade do fenómeno migratório, cuja evolução poderá atenuar ou agravar as tendências demográficas aqui apresentadas.

É importante destacar os principais resultados e indicadores demográficos de acordo com os três cenários apresentados, os quais serão detalhados a seguir. No entanto, os resultados referentes às freguesias são apresentados exclusivamente para o cenário “base/normal”, considerado o mais provável.

O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis do concelho da Lousã - fecundidade e número médio de filhos por mulher de 1,3 (ISF) e uma esperança de vida à nascença de 79 anos para o sexo masculino e de 86 anos para o sexo feminino (Quadro 4).

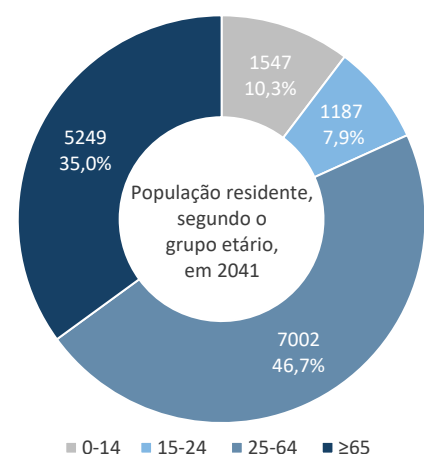
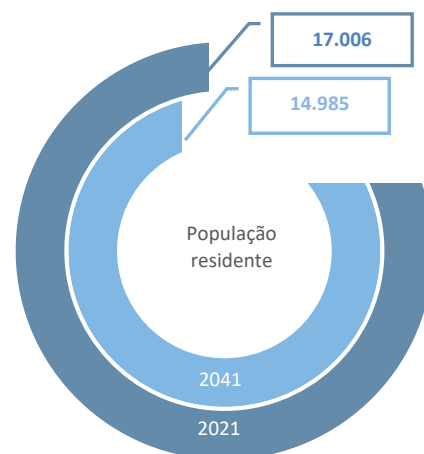
O **cenário “otimista”** considera que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável (Quadro 5). Utilizou-se os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mesmo considerando a improbabilidade de se atingir este valor num horizonte temporal mais curto.

O **cenário “desejável”** (Quadro 6) assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041) e nos valores de esperança média de vida de 2021 (79 anos para o sexo masculino e 86 anos para o sexo feminino).

Quadro 4. Cenário "base/normal".

Cenário "base/normal" (ISF = 1,3)	2021	2031	2041
População total (n.º)	17 006	16 180	14 985
Homens (n.º)	8 196	7 744	7 115
Mulheres (n.º)	8 810	8 436	7 869
0 - 14 anos (n.º)	2 257	1 719	1 547
15 - 24 anos (n.º)	1 773	1 614	1 187
25 - 64 anos (n.º)	9 088	8 266	7 002
65 e + anos (n.º)	3 888	4 581	5 249
% Jovens (0 - 14 anos)	13,3	10,6	10,3
% Adultos (15 - 64 anos)	63,9	61,1	54,7
% Idosos (65 anos ou mais)	22,9	28,3	35,0
Índice de envelhecimento (n.º)	172,3	266,5	339,4
Índice de dependência total (n.º)	56,6	63,8	83,0
Índice de dependência de jovens (n.º)	20,8	17,4	18,9
Índice de dependência de idosos (n.º)	35,8	46,4	64,1
Índice de longevidade (%)	49,6	52,7	52,6
Nados-vivos (n.º)	104	106	99
Taxa de natalidade (‰)	6,1	6,6	6,6
Índice sintético de fecundidade (n.º)	1,3	1,3	1,3
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	79	79	79
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.



Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderão ser

339

Em 2021 eram

172



99



Nados-vivos em 2041

79 anos



Esperança média de vida

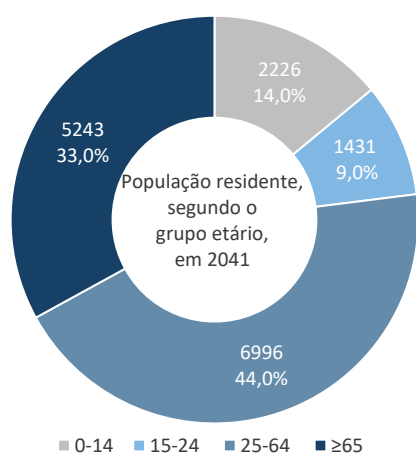
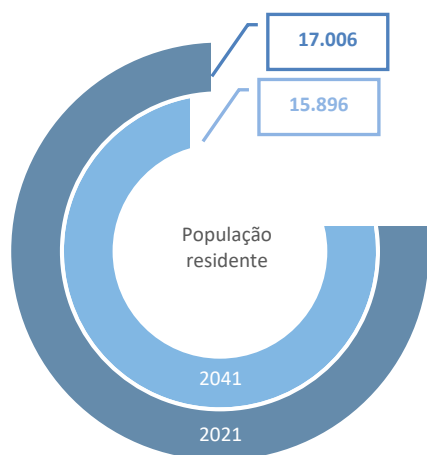
86 anos



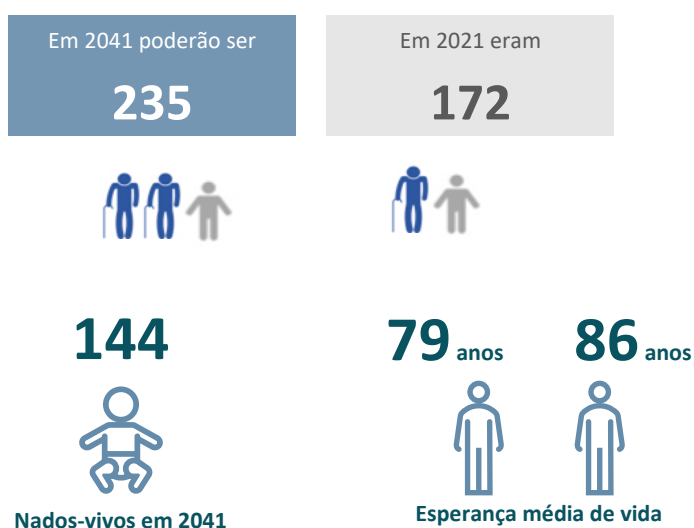
Quadro 5. Cenário "otimista".

Cenário "otimista" (ISF = 1,8)	2021	2031	2041
População total (n.º)	17 006	16 642	15 896
Homens (n.º)	8 196	7 991	7 598
Mulheres (n.º)	8 810	8 651	8 298
0 - 14 anos (n.º)	2 257	2 189	2 226
15 - 24 anos (n.º)	1 773	1 615	1 431
25 - 64 anos (n.º)	9 088	8 261	6 996
65 e + anos (n.º)	3 888	4 577	5 243
% Jovens (0 - 14 anos)	13,3	13,2	14,0
% Adultos (15 - 64 anos)	63,9	59,3	53,0
% Idosos (65 anos ou mais)	22,9	27,5	33,0
Índice de envelhecimento (n.º)	172,3	209,1	235,5
Índice de dependência total (n.º)	56,6	68,5	88,6
Índice de dependência de jovens (n.º)	20,8	22,2	26,4
Índice de dependência de idosos (n.º)	35,8	46,3	62,2
Índice de longevidade (%)	49,6	52,7	52,7
Nados-vivos (n.º)	104	151	144
Taxa de natalidade (‰)	6,1	9,1	9,1
Índice sintético de fecundidade (n.º)	1,8	1,8	1,8
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	79	79	79
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.



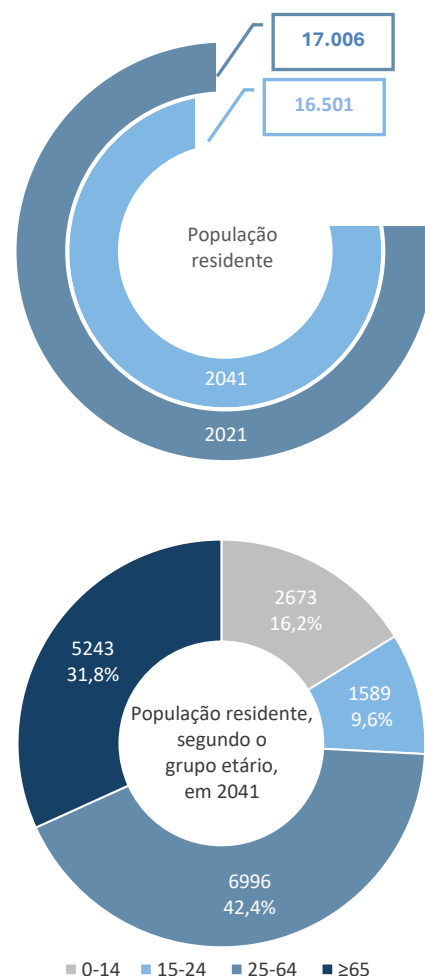
Número de idosos por cada 100 jovens



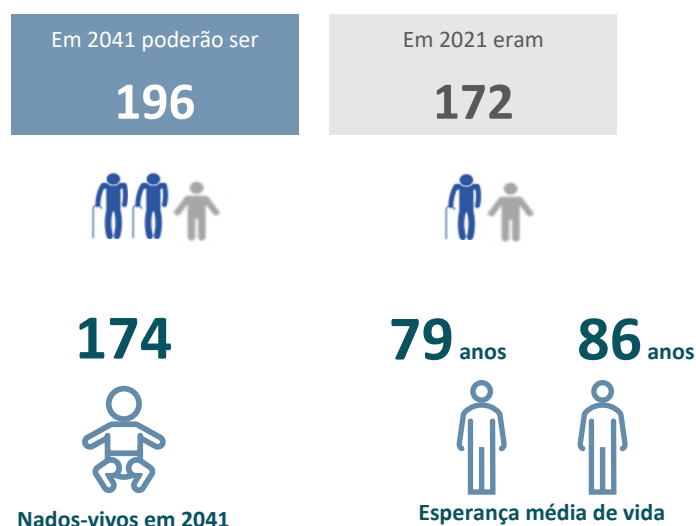
Quadro 6. Cenário “desejável”.

Cenário "desejável" (ISF = 2,1)	2021	2031	2041
População total (n.º)	17 006	16 952	16 501
Homens (n.º)	8 196	8 151	7 911
Mulheres (n.º)	8 810	8 801	8 590
0 - 14 anos (n.º)	2 257	2 499	2 673
15 - 24 anos (n.º)	1 773	1 615	1 589
25 - 64 anos (n.º)	9 088	8 261	6 996
65 e + anos (n.º)	3 888	4 577	5 243
% Jovens (0 - 14 anos)	13,3	14,7	16,2
% Adultos (15 - 64 anos)	63,9	58,3	52,0
% Idosos (65 anos ou mais)	22,9	27,0	31,8
Índice de envelhecimento (n.º)	172,3	183,2	196,1
Índice de dependência total (n.º)	56,6	71,6	92,2
Índice de dependência de jovens (n.º)	20,8	25,3	31,1
Índice de dependência de idosos (n.º)	35,8	46,3	61,1
Índice de longevidade (%)	49,6	52,7	52,7
Nados-vivos (n.º)	104	182	174
Taxa de natalidade (‰)	6,1	10,7	10,5
Índice sintético de fecundidade (n.º)	2,1	2,1	2,1
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	79	79	79
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	86	86	86

Fonte: INE e cálculos próprios.



Número de idosos por cada 100 jovens



II.3.4.2. População residente

As projeções demográficas para o concelho da Lousã, referentes ao período de 2021 a 2041, permitem uma análise evolutiva sobre o possível comportamento da população e as características do território nas próximas duas décadas. Seguindo a metodologia definida, os resultados apresentados baseiam-se no cenário "base/normal", que assume a manutenção das premissas inalteradas durante esse período. Tal como já mencionado, o comportamento demográfico da Lousã nas últimas décadas sugere que este será o cenário mais provável. Contudo, reconhece-se que o atual contexto de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo possíveis fluxos migratórios, pode alterar significativamente os valores projetados. A migração, em particular, pode ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, mitigando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

A análise da evolução da estrutura populacional revela uma tendência de diminuição em quase todos os grupos etários, acompanhada por um acentuado envelhecimento da população. Este fenómeno é amplamente explicado pelo aumento da longevidade e pela contínua queda nos índices de fecundidade e natalidade. Esses fatores terão um impacto direto na evolução futura da população residente neste território.

De acordo com os resultados obtidos no cenário "base/normal" (Figura 17), a população residente na Lousã deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 16.180 indivíduos (-4,9% face a 2021). Na década seguinte estima-se um decréscimo de 1.195 residentes (-7,4% face a 2031). Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 2.021 residentes (-11,9%), correspondendo à passagem dos 17.006 para os 14.985 residentes.

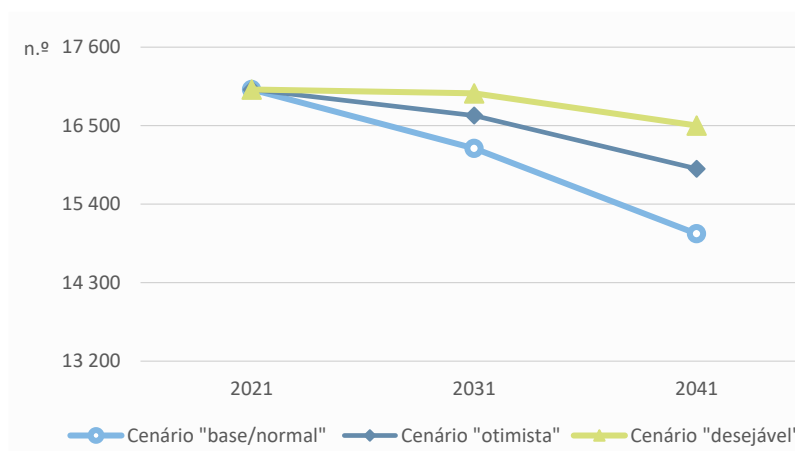


Figura 17. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: INE e cálculos próprios.

O cenário "otimista" prevê uma população de 16.642 em 2031 e de 15.896 em 2041. Entre 2021 e 2041, a redução poderia ser de 1.110 residentes (-6,5%), evidenciando diferenças significativas em relação ao cenário "base/normal".

No cenário considerado "desejável", projeta-se uma ligeira redução populacional de 0,3% entre 2021 e 2031 (-54 residentes). Para a década seguinte, antecipa-se uma tendência de decréscimo mais acentuada, estimada em -2,7% entre 2031 e 2041 (-450 residentes). Globalmente, entre 2021 e 2041, a variação populacional poderá traduzir-se numa diminuição de 3%, o que corresponde a -505 residentes.

A análise dos valores de população residente entre 2021 e 2041 no concelho ganha outros contornos com a consideração dos valores a partir dos anos 50 do século XX, que possibilitam uma perspetiva diferente sobre a evolução prevista (Figura 18 e quadro 7).

A análise da evolução demográfica do concelho da Lousã, nas últimas décadas, mostra um crescimento de 15.050 residentes em 1950 para 17.006 em 2021. Entre 1950 e 1970 registou-se uma redução da população, atingindo o valor mínimo de 12.750 residentes. Seguiu-se um período de crescimento sustentado, sobretudo entre 1970 e 2011, ano em que se atingiu o máximo de 17.604 habitantes. A partir desse momento observa-se uma inversão da tendência, com decréscimo para 17.006 residentes em 2021. As projeções apontam para a continuação desta tendência negativa, estimando-se cerca de 16.180 habitantes em 2031 e 14.985 em 2041, o que evidencia um declínio populacional progressivo.

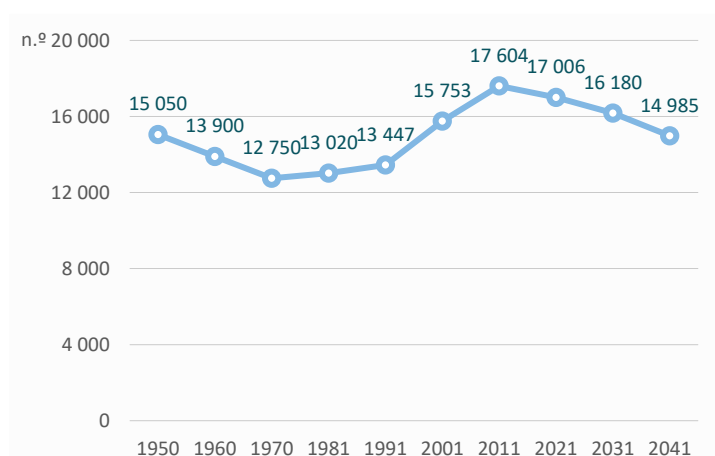


Figura 18. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Este decréscimo traduz-se em desafios relevantes para a gestão de recursos e serviços públicos, refletindo problemas estruturais como a baixa natalidade e o envelhecimento populacional.

Quadro 7. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	15 050	—	—
1960	13 900	-1 150	-7,6
1970	12 750	-1 150	-8,3
1981	13 020	270	2,1
1991	13 447	427	3,3
2001	15 753	2 306	17,1
2011	17 604	1 851	11,8
2021	17 006	-598	-3,4
2031	16 180	-826	-4,9
2041	14 985	-1 195	-7,4

Fonte: INE e cálculos próprios.

Ao analisar a distribuição dos valores da população residente projetada para as 4 freguesias⁸, entre 2021 e 2041, é possível identificar grupos de freguesias com comportamentos demográficos semelhantes (Figura 19, mapa 9 e quadro 8).

No período 2021-2031, prevê-se um decréscimo populacional em todas as freguesias, ainda que com intensidades diferenciadas (Figura 20 e mapa 10). As maiores variações percentuais projetam-se em Serpins (-7,5%) e na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-5,6%), evidenciando um processo mais marcado de perda demográfica em territórios de menor densidade populacional.

Em termos absolutos, a UF de Lousã e Vilarinho destaca-se pela maior redução, estimada em menos 581 residentes (-4,5%). Já a freguesia de Gândaras apresenta a quebra menos significativa, projetando-se uma diminuição de 48 residentes, equivalente a -4,3%.

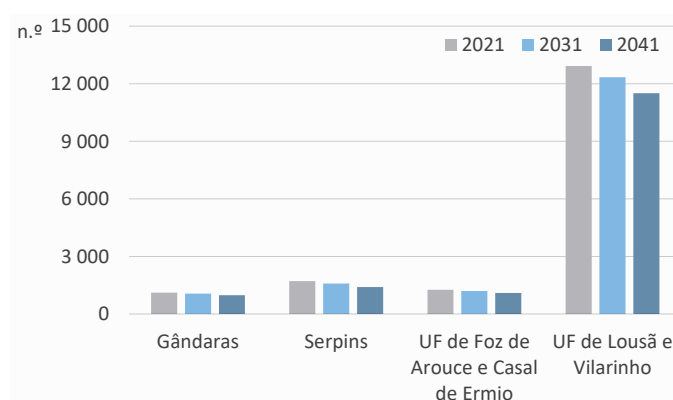
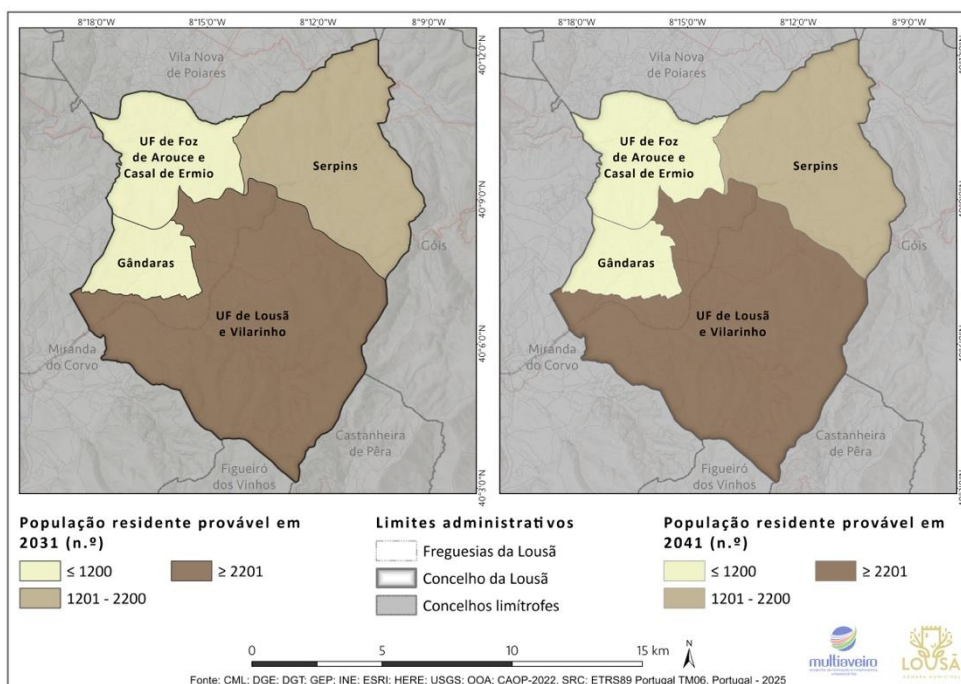


Figura 19. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

⁸ A presente análise considera ainda a divisão administrativa anterior, correspondente a quatro freguesias, não integrando as cinco freguesias resultantes da reorganização administrativa de 2025. Tal opção deve-se ao facto de o INE não disponibilizar, até à data, a informação estatística necessária (designadamente população residente por idades, nascimentos e óbitos) desagregada segundo a nova configuração territorial, o que inviabiliza a elaboração de projecções demográficas com base nessa delimitação.



Mapa 9. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.

Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Gândaras	1 111	1 087	1 063	1 026	976	-48	-4,3	-87	-8,2	-135	-12,1
Serpins	1 711	1 654	1 583	1 496	1 406	-128	-7,5	-178	-11,2	-305	-17,8
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	1 263	1 234	1 193	1 145	1 094	-70	-5,6	-99	-8,3	-169	-13,4
UF de Lousã e Vilarinho	12 921	12 674	12 340	11 953	11 509	-581	-4,5	-832	-6,7	-1 412	-10,9
Total	17 006	16 649	16 180	15 620	14 985	-826	-4,9	-1 195	-7,4	-2 021	-11,9

Fonte: INE e cálculos próprios.

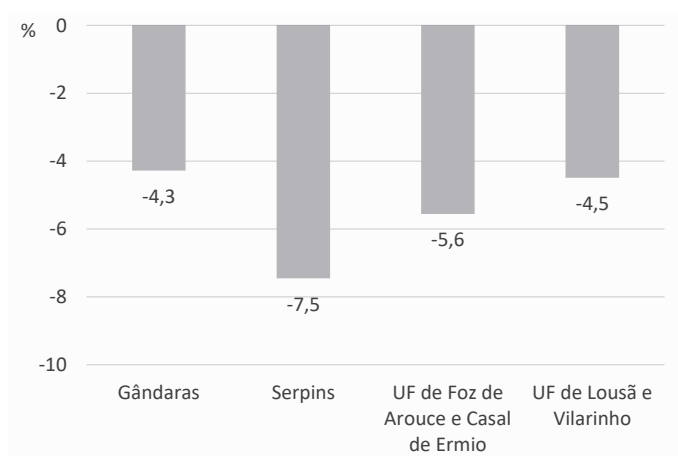
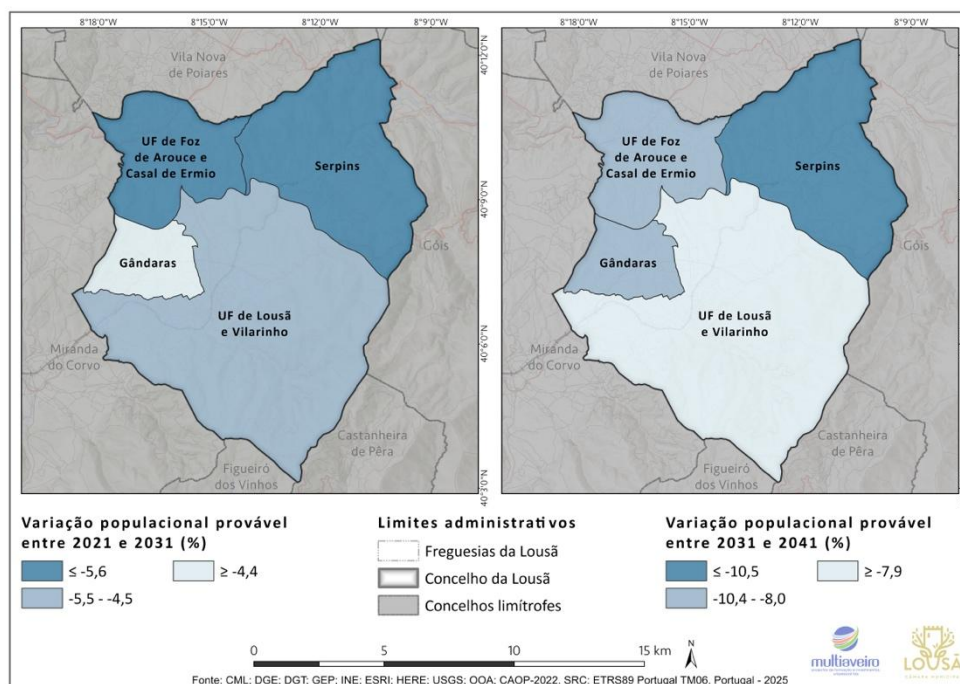


Figura 20. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.

Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 10. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.

A evolução perspectivada para o período 2031-2041 será semelhante à analisada para a década anterior (Figura 21). Destaca-se a freguesia de Serpins, com um decréscimo estimado em -11,2%.

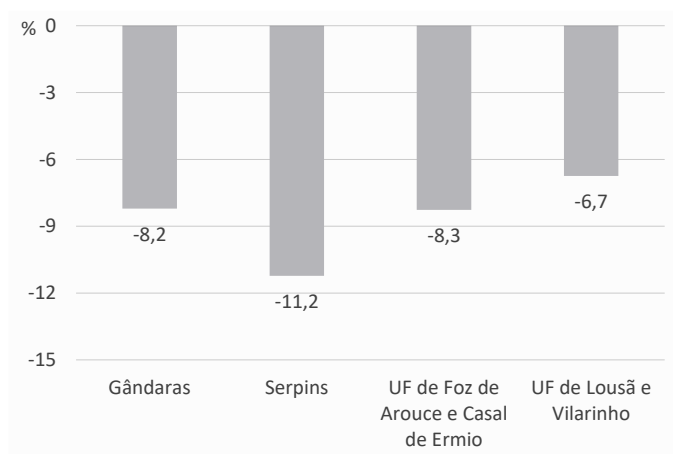


Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Num horizonte temporal mais alargado, a tendência de decréscimo demográfico assume maior expressão (Figura 22 e mapa 11). Entre 2021 e 2041, projeta-se para o concelho da Lousã uma redução populacional de 11,9%, o que corresponde a menos 2.021 habitantes. A UF de Lousã e Vilarinho, ainda que registando o menor decréscimo em termos percentuais

(-10,9%), evidencia igualmente uma perda populacional significativa, estimada em 1.412 residentes.

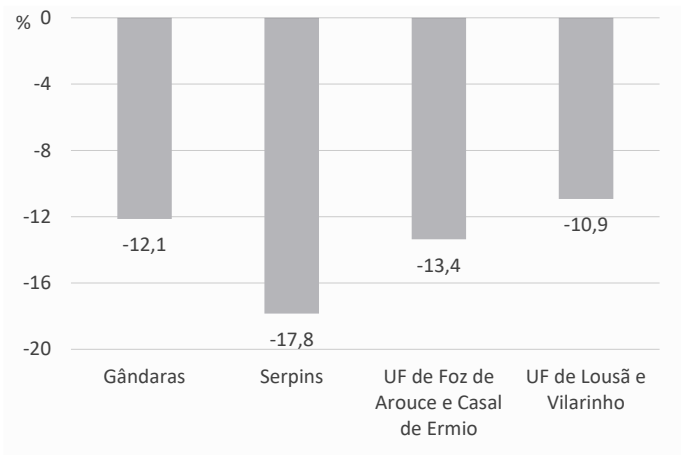
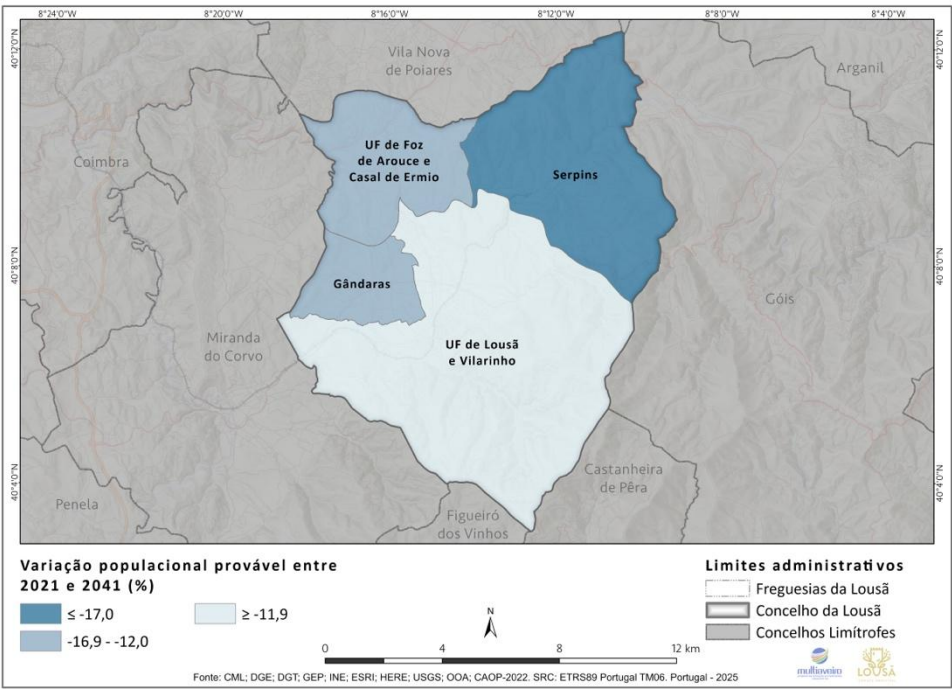


Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.
Fonte: INE e cálculos próprios.



Mapa 11. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.

Considerando a dinâmica migratória e assumindo que o saldo migratório observado entre 2011 e 2021 (-322 residentes) se manterá nas próximas décadas, algumas freguesias poderão experienciar um decréscimo populacional mais acentuado.

Neste cenário, mantendo-se o saldo migratório, a população diminuiria de 17.006 em 2021 para 15.858 em 2031 e para 14.663 em 2041 (Quadro 9). Em termos gerais, esta redução

populacional seria ligeiramente mais acentuada comparativamente ao cenário "base/normal".

Contudo, importa salientar que, a partir de 2019, o concelho tem registado um saldo migratório positivo, o que, a manter-se, poderá contribuir para atenuar a tendência de decréscimo populacional projetada.

A entrada de migrantes jovens em idade ativa e reprodutiva pode não só reforçar o efetivo populacional, mas também contribuir para atenuar o envelhecimento da população e sustentar o crescimento económico. Assim, políticas de atração e integração de migrantes podem representar uma resposta importante para enfrentar os desafios demográficos e assegurar uma renovação geracional mais equilibrada.

Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2031	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Gândaras	1 111	910	823	-201	-18,0	-87	-9,6	-288	-25,9
Serpins	1 711	1 556	1 379	-155	-9,0	-178	-11,4	-332	-19,4
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	1 263	1 105	1 006	-158	-12,5	-99	-8,9	-257	-20,3
UF de Lousã e Vilarinho	12 921	12 286	11 455	-635	-4,9	-832	-6,8	-1 466	-11,3
Total	17 006	15 858	14 663	-1 148	-6,7	-1 195	-7,5	-2 343	-13,8

Fonte: INE e cálculos próprios.

II.3.4.3. Natalidade

No âmbito da reorganização da rede de equipamentos sociais, é crucial analisar a evolução da natalidade. A análise desta variável é essencial para prever os volumes de população nos diferentes grupos etários. A evolução da fecundidade em Portugal evidencia uma tendência de decréscimo do número de filhos por mulher, seguida de uma estabilização em valores estruturalmente baixos.

Os resultados projetados para cada cenário encontram-se diretamente condicionados pela evolução da fecundidade (Figura 23). No cenário "base/normal", que pressupõe a manutenção do ISF, observa-se inicialmente uma estabilização do número de nascimentos, seguida de um decréscimo até 2041: de 104 nascimentos em 2021 para 106 em 2031 e 99 em 2041. Em termos comparativos, esta evolução traduz-se, em 2041, num valor inferior em 5 nascimentos face a 2021, correspondendo a -4,6%.

No cenário "otimista", a consideração da recuperação do ISF para 1,8 traria importantes diferenças (151 nascimentos em 2031 e 144 nascimentos em 2041). Considerando o período 2021-2031 isto significaria um aumento de 47 nascimentos.

No cenário "desejável", em que o ISF subiria para 2,1, o impacto no número de nascimentos seria ainda mais significativo. Embora este cenário seja ideal, ele serve apenas para ilustrar os benefícios evidentes que um aumento hipotético da fecundidade traria ao território, não sendo, de forma realista, uma projeção provável de se concretizar.

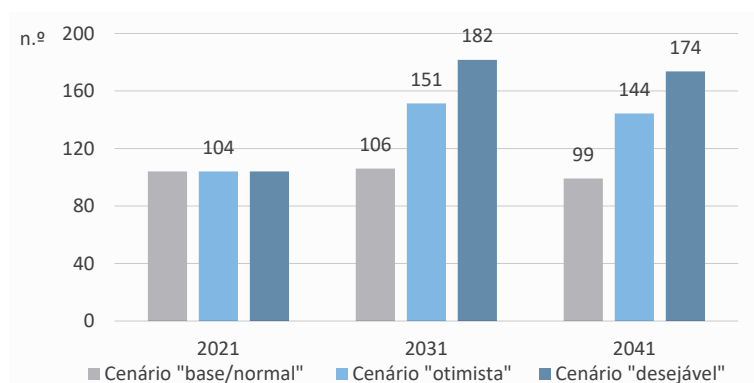


Figura 23. Provável evolução dos nascimentos no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: INE e cálculos próprios.

Dado que os cenários "otimista" e "desejável" são considerados menos prováveis, a análise que se segue foca-se no cenário "base/normal". Nesse contexto, projeta-se que, entre 2021 e 2031, o número de nascimentos diminua em duas freguesias e aumente em outras duas (Quadro 10 e mapa 12).

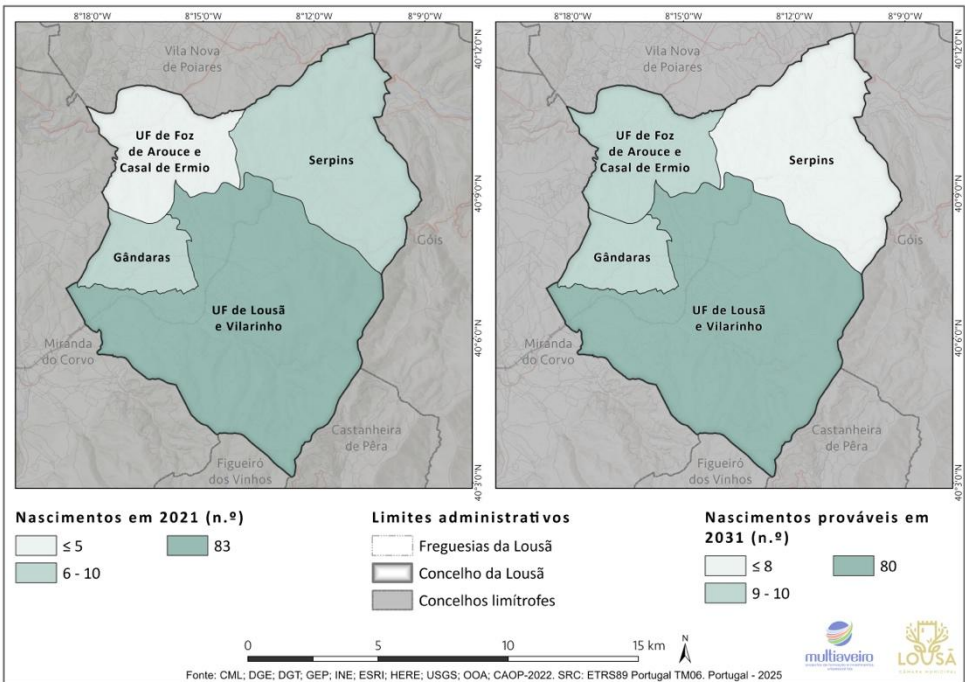
Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Gândaras	8	9	10	9	7	2	22,6	-3	-29,6	-1	-13,7
Serpins	9	8	7	7	7	-2	-19,5	0	-3,9	-2	-22,6
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	4	9	9	9	9	5	115,7	0	-1,2	5	113,1
UF de Lousã e Vilarinho	83	84	80	79	77	-3	-3,2	-4	-4,4	-6	-7,5
Total	104	110	106	104	99	2	2,0	-7	-6,5	-5	-4,6

Fonte: INE e cálculos próprios.

A evolução projetada do comportamento reprodutivo, refletida no adiamento do nascimento do primeiro filho, é influenciada por diversos fatores sociais. O aumento do nível de escolaridade das mulheres leva muitas a priorizarem a educação e a carreira, adiando a maternidade. A entrada mais tardia no mercado de trabalho e a elevada taxa de desemprego jovem criam inseguranças que dificultam decisões sobre a formação de uma família. Além disso, a precariedade do emprego, caracterizada por contratos temporários, contribui para um cenário de incerteza financeira. As novas expectativas sociais e a

valorização da ligação familiar também impactam estas decisões, resultando num adiamento crescente da parentalidade entre os jovens.



Mapa 12. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.

Apesar da tendência de diminuição do número absoluto de nascimentos, a taxa de natalidade poderá estabilizar ou mesmo apresentar um ligeiro aumento, em resultado da redução projetada da população residente. No concelho da Lousã, estima-se que este indicador evolua de 6,1‰ em 2021 para 6,6‰ em 2031, mantendo-se no mesmo valor em 2041 (Quadro 11). Para este último ano, todas as freguesias apresentam taxas de natalidade relativamente baixas, destacando-se Serpins com o valor mais desfavorável, projetado em 5‰.

Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(‰)				
Gândaras	7,2	8,1	9,2	8,7	7,1
Serpins	5,3	4,7	4,6	4,8	5,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	3,2	7,1	7,2	7,6	7,8
UF de Lousã e Vilarinho	6,4	6,7	6,5	6,6	6,7
Total	6,1	6,6	6,6	6,7	6,6

Fonte: INE e cálculos próprios.

Este cenário evidencia, de forma global, a vulnerabilidade das estruturas demográficas no que respeita à substituição de gerações. A redução da natalidade projetada para as próximas décadas conduzirá a uma diminuição do contingente juvenil e, subsequentemente, do número de mulheres em idade reprodutiva, comprometendo a dinâmica populacional, uma vez que os nascimentos deixam de compensar os óbitos.

II.3.4.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

No quadro da organização de equipamentos, infraestruturas e atividades no território é ainda indispensável analisar a evolução da população residente prevista por grupo etário. A consideração dos valores dos sobreviventes projetados por grupo etário, ao permitir identificar o volume e as características da população e, consequentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento do Município, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas, sobretudo, na vertente qualitativa (tipologia).

Os resultados do cenário “base/normal” indicam uma diminuição da população em todos os grupos etários, exceto no grupo de 65 anos e mais, entre 2021 e 2031 (Figura 24 e quadros 12 e 13). No grupo dos 0 a 14 anos, o decréscimo poderá ser de 23,8%, correspondendo a uma perda de 538 crianças. O grupo dos 15 a 24 anos registará um decréscimo inferior, de 8,9%, o que representa uma redução de 159 jovens. No grupo dos 25 a 64 anos, a diminuição poderá ser de 9%, correspondendo a -822 indivíduos. Em contraste, o grupo de idosos (65 anos e mais) deverá aumentar em 17,8%, resultando em mais 693 idosos.

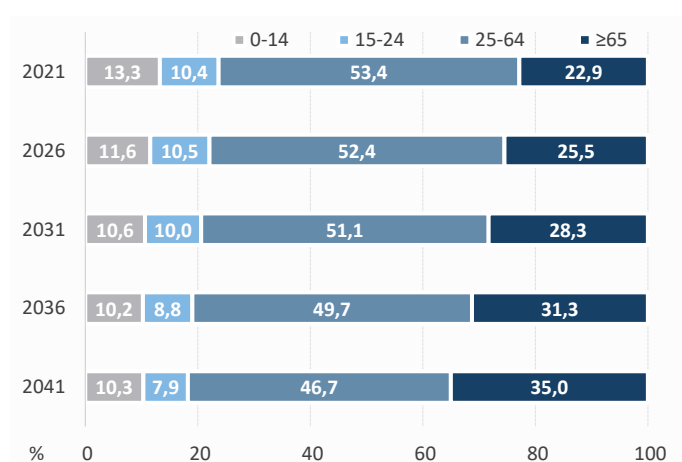
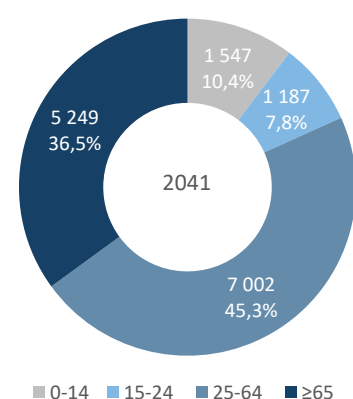
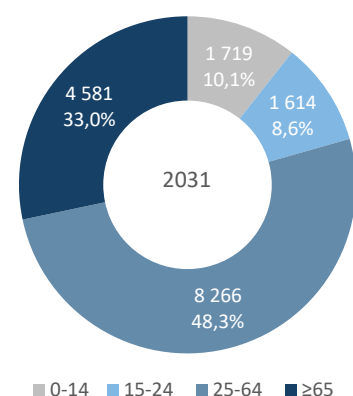
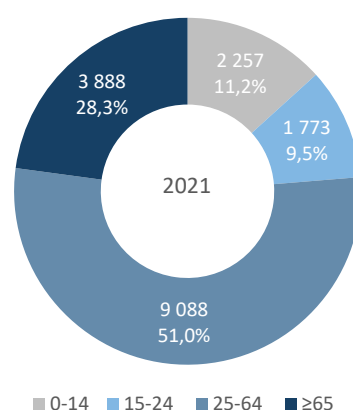


Figura 24. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.



Quadro 12. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Anos		0-14	15-24	25-64	≥65	Total
2021	(n.º)	2 257	1 773	9 088	3 888	17 006
	(%)	13,3	10,4	53,4	22,9	100
2026	(n.º)	1 925	1 753	8 726	4 245	16 649
	(%)	11,6	10,5	52,4	25,5	100
2031	(n.º)	1 719	1 614	8 266	4 581	16 180
	(%)	10,6	10,0	51,1	28,3	100
2036	(n.º)	1 600	1 374	7 761	4 885	15 620
	(%)	10,2	8,8	49,7	31,3	100
2041	(n.º)	1 547	1 187	7 002	5 249	14 985
	(%)	10,3	7,9	46,7	35,0	100

Fonte: INE e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais amplo, projeta-se uma diminuição acentuada da população jovem, com uma redução de 31,5% entre 2021 e 2041. A população jovem adulta deverá sofrer uma diminuição de 33,1%, enquanto a população adulta poderá registar uma redução de 22,9%. Em contrapartida, a população idosa (com 65 anos ou mais) poderá aumentar em 35%, correspondendo a um acréscimo de 1.361 idosos.

Quadro 13. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Grupos etários	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-4	640	549	530	521	496	-110	-17,2	-34	-6,5	-144	-22,5
5-9	736	640	549	530	521	-187	-25,4	-28	-5,2	-215	-29,3
10-14	881	736	640	549	530	-241	-27,4	-110	-17,2	-351	-39,8
15-19	875	881	736	640	549	-139	-15,9	-187	-25,4	-326	-37,3
20-24	898	872	878	734	638	-20	-2,2	-240	-27,4	-260	-29,0
25-29	761	889	864	870	727	103	13,5	-137	-15,9	-34	-4,5
30-34	816	756	883	858	864	67	8,2	-19	-2,2	48	5,8
35-39	977	816	756	883	858	-221	-22,6	102	13,5	-119	-12,1
40-44	1 381	970	810	750	876	-571	-41,3	66	8,2	-505	-36,5
45-49	1 486	1 352	949	792	733	-537	-36,1	-216	-22,7	-753	-50,6
50-54	1 324	1 450	1 319	926	773	-5	-0,4	-546	-41,4	-551	-41,6
55-59	1 225	1 293	1 418	1 290	906	193	15,8	-512	-36,1	-319	-26,1
60-64	1 118	1 200	1 267	1 391	1 265	149	13,3	-2	-0,1	147	13,1
65-69	1 014	1 081	1 161	1 225	1 346	147	14,5	186	16,0	332	32,8
70-74	946	942	1 005	1 080	1 140	59	6,2	135	13,4	194	20,5
75-79	784	863	861	918	987	77	9,8	126	14,7	203	25,9
80-84	595	693	765	763	812	170	28,6	47	6,1	217	36,5
≥85	549	666	789	900	964	240	43,6	175	22,2	415	75,5
Total	17 006	16 649	16 180	15 620	14 985	-826	-4,9	-1 195	-7,4	-2 021	-11,9

Fonte: INE e cálculos próprios.

Face aos valores descritos, o peso da população jovem (0-14 anos) na estrutura total deverá passar de 13,3% em 2021 para 10,3% em 2041. Paralelamente, o peso da população jovem adulta (15-24 anos) deverá passar de 10,4% para 7,9% em 2041. A população adulta (25-64 anos) poderá passar de 53,4% para 46,7% em 2041.

Por sua vez, o peso da população idosa poderá passar de 22,9% em 2021 para 35% em 2041. Este aumento neste grupo etário pode acentuar a pressão sobre os serviços de saúde e de ação social, além de impactar a sustentabilidade da Segurança Social. Com um número crescente de idosos em relação à população ativa, é provável que surjam desafios significativos, como a necessidade de maior apoio e recursos para cuidados geriátricos, bem como a urgência de políticas que promovam a integração dos idosos na comunidade e o fortalecimento das redes de apoio.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada, a tendência entre 2021 e 2031 será no sentido da redução da população residente até ao grupo etário 44-49 anos e um acréscimo nos grupos etários superiores (Figura 25).

Os escalões etários dos 75 e mais anos poderá ter um incremento de 487 idosos entre 2021 e 2031, correspondendo a 25,3%. A evolução prevista para o período 2031-2041 será semelhante à descrita, observando-se, nos grupos etários acima dos 75 anos um aumento de 348 idosos face a 2031 (Figura 26). Nos grupos etários mais jovens, os resultados indicam que o número de homens será superior ao número de mulheres, sendo que, à medida que se avança nos grupos etários, se projeta que o número de mulheres aumente em relação aos homens, tornando-se muito superior nos grupos etários mais idosos (Figura 27).

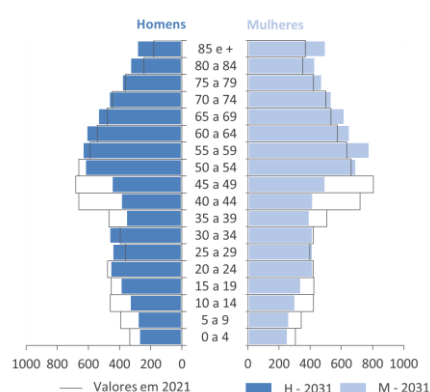


Figura 25. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

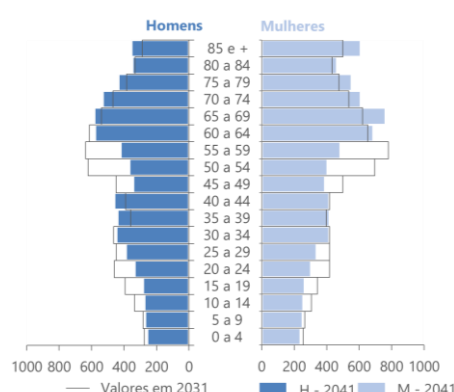


Figura 26. Pirâmide etária da população no concelho em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: INE e cálculos próprios.

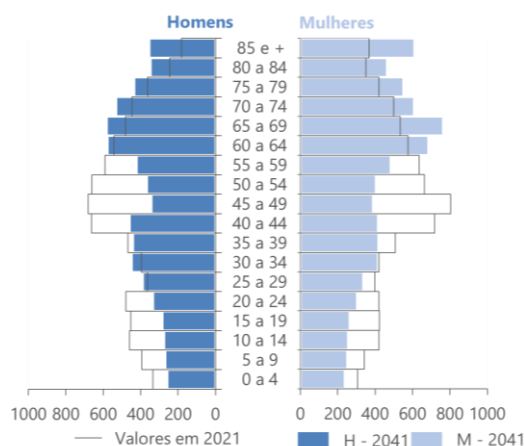


Figura 27. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2041 (cenário "base/normal").

Fonte: INE e cálculos próprios.

339,4

Provável índice de envelhecimento (2041)

Para cada 100 crianças (até aos 14 anos)



Poderão existir 339 idosos (com 65 ou + anos)



A análise evidencia um declínio expressivo nos efetivos populacionais dos grupos etários mais jovens, a par de um aumento relativo da população idosa, confirmando o fenómeno de triplo envelhecimento demográfico — crescimento do número de idosos, idosos mais velhos e envelhecimento da estrutura etária juvenil. Esta configuração resulta de uma dinâmica natural marcada por níveis persistentemente baixos de fecundidade e pela contração do volume populacional total.

Face a este contexto, e considerando a continuidade da tendência de decréscimo populacional, estima-se que o índice de envelhecimento do concelho da Lousã apresente incrementos substanciais nas próximas décadas, em conformidade com o cenário 'base/normal', traduzindo um agravamento da pressão demográfica exercida sobre a população em idade ativa (Figura 28).

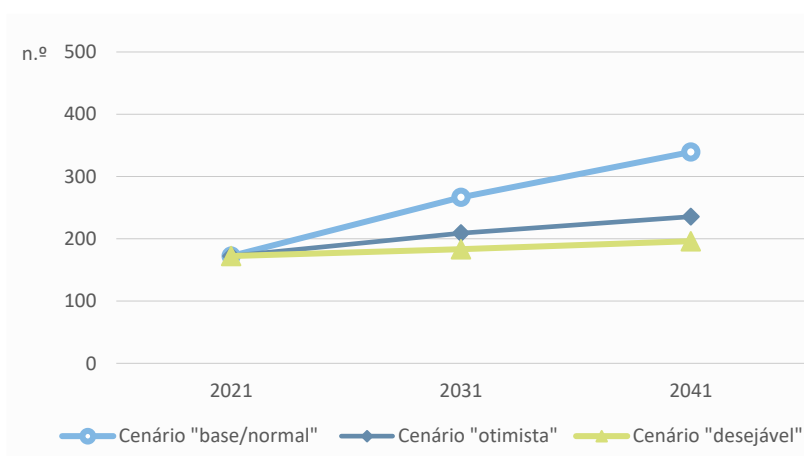


Figura 28. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

De facto, se em 2021 o índice de envelhecimento era de 172,3 (o que representa 172 idosos para cada 100 jovens), em 2031 poderá subir para 266 idosos para cada 100 jovens. Em 2041, este número poderá atingir 339 idosos para cada 100 jovens. O progressivo envelhecimento populacional pode ser atenuado considerando os cenários “otimista” (209 e 235 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041) e “desejável” (183 e 196 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041). Esses cenários alternativos sublinham a importância de implementar políticas eficazes que promovam a natalidade a fim de equilibrar a estrutura etária da população.

Considerando o cenário “base/normal” os índices de envelhecimento em 2041 serão superiores para as mulheres em relação aos homens (402,0 contra 280,9, tal como já se verificava em 2021, 203,4 contra 144,3), em resultado de existir uma mortalidade superior nos homens com consequência nas diferenças na esperança média de vida (Figura 29).

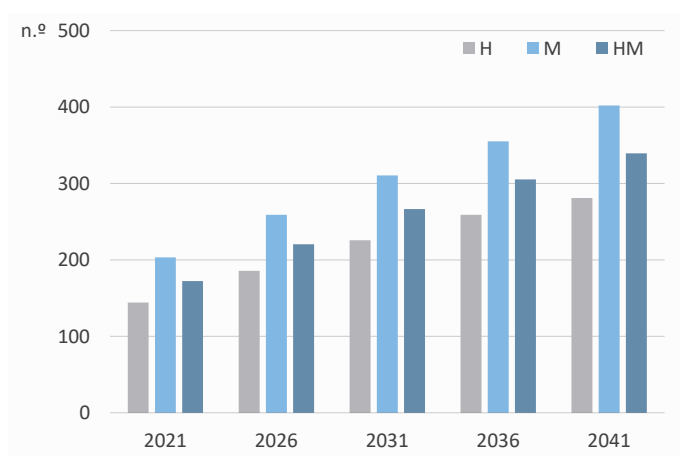


Figura 29. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

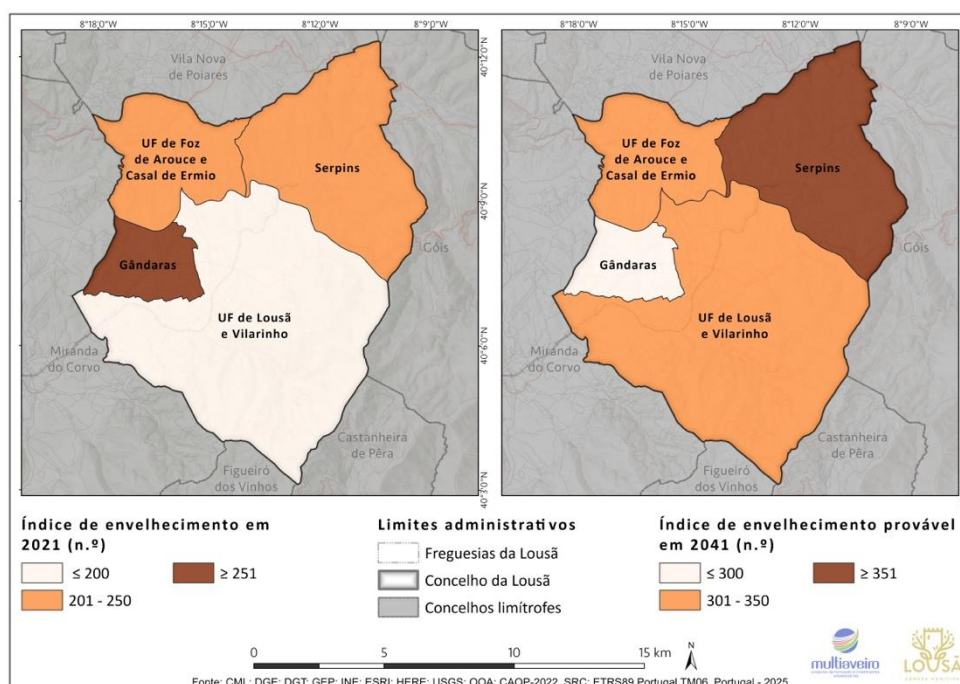
Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(n.º)				
Gândaras	260,0	281,3	273,9	258,7	295,0
Serpins	206,0	284,5	391,4	456,4	500,4
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	218,5	253,9	289,7	308,1	314,2
UF de Lousã e Vilarinho	158,7	205,9	251,5	296,6	332,4
Total	172,3	220,6	266,5	305,4	339,4

Fonte: INE e cálculos próprios.

A análise por freguesia evidencia que, nas próximas décadas, a maioria dos territórios registará um aumento do índice de envelhecimento (Quadro 14 e mapa 13). Destaca-se a

freguesia de Serpins, onde este indicador poderá atingir valores particularmente elevados, estimando-se que existam 500 idosos para cada 100 jovens.



Mapa 13. Índice de envelhecimento em 2021 e provável em 2041 por freguesia.

São inúmeros os desafios que se colocam a uma sociedade que terá um peso crescente dos idosos na sua estrutura demográfica. Às autarquias cabe repensar as estratégias e medidas de apoio à população sénior, garantindo a adequação de equipamentos, infraestruturas e serviços. É fundamental promover a minimização do isolamento e da exclusão social, assim como assegurar a dignificação do envelhecimento. Isso implica a implementação de políticas que favoreçam a inclusão ativa dos idosos na comunidade, o acesso a cuidados de saúde adequados e a oferta de programas de apoio social que atendam às suas necessidades específicas.

Relativamente ao índice de dependência total, e considerando o cenário “base/normal”, projeta-se um acréscimo nos valores deste índice (de 56,6 em 2021 para 63,8 em 2031). Ou seja, em 2031 haverá cerca de 63 não ativos para cada 100 ativos (Quadro 15 e mapa 14). Em 2041 a situação poderá ser agravada, para cerca de 83 não ativos para cada 100 ativos.

Um número significativo de freguesias poderá apresentar valores muito preocupantes em 2041. A freguesia de Gândaras e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio poderão registar valores muito elevados (107,8 e 95,4).

Este aumento do índice de dependência total deve-se, em grande parte, ao acréscimo do índice de dependência de idosos, resultado do progressivo envelhecimento da população

(Figura 30). O índice de dependência de idosos poderá passar de 35,8 em 2021 para 46,4 em 2031. Isto significa que, em 2031, haverá cerca de 46 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2041, prevê-se que este número aumente para aproximadamente 64 idosos para cada 100 ativos. Essa crescente dependência dos idosos poderá ter implicações significativas nas políticas sociais, nos sistemas de saúde e na economia, exigindo uma adaptação das estratégias de apoio à população sénior.

Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Gândaras	59,4	66,6	78,4	92,7	107,8
Serpins	63,4	62,8	66,0	70,2	84,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	58,3	65,2	73,6	86,4	95,4
UF de Lousã e Vilarinho	55,3	57,2	61,5	68,1	79,9
Total	56,6	58,9	63,8	71,0	83,0

Fonte: INE e cálculos próprios.

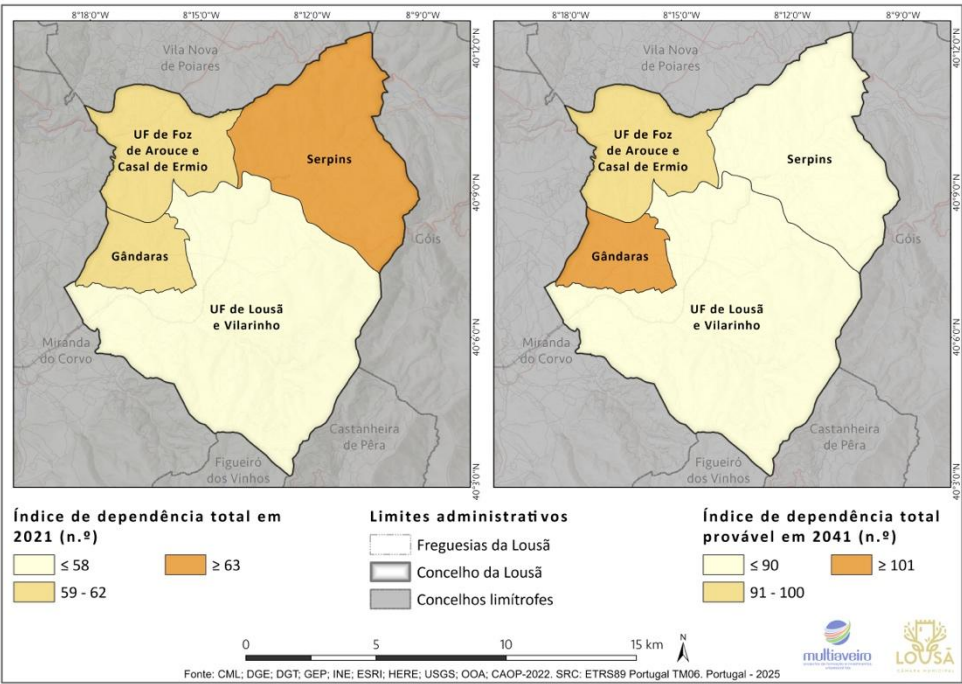
83,0

Provável índice de dependência total
(2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa
(15-64 anos)



Poderão existir 83 não ativos



Mapa 14. Índice de dependência total em 2021 e provável em 2041 por freguesia.

64,1

Provável índice de dependência de idosos (2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa (15-64 anos)



Poderão existir 64 idosos (65 ou + anos)

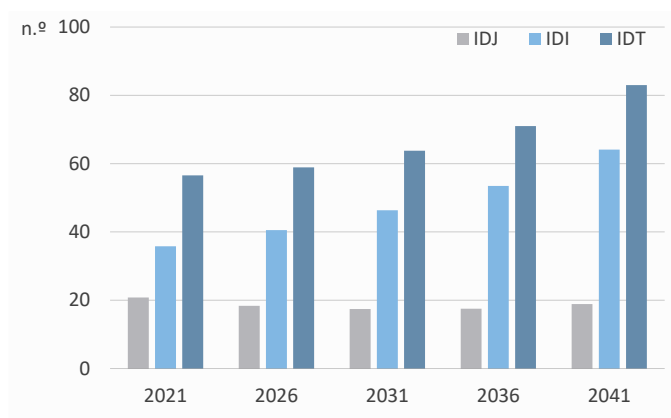


Figura 30. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

A nível das freguesias, destacam-se os maiores índices de dependência de idosos associados a territórios tendencialmente mais envelhecidos (Figura 31 e quadro 16). Em 2041, prevê-se que as freguesias de Gândaras (80,5) e UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (72,4) apresentem os valores mais elevados. Por outro lado, a UF de Lousã e Vilarinho terá o índice de dependência de idosos mais baixo (61,5), embora este valor seja significativamente superior ao registado em 2021 (33,9).

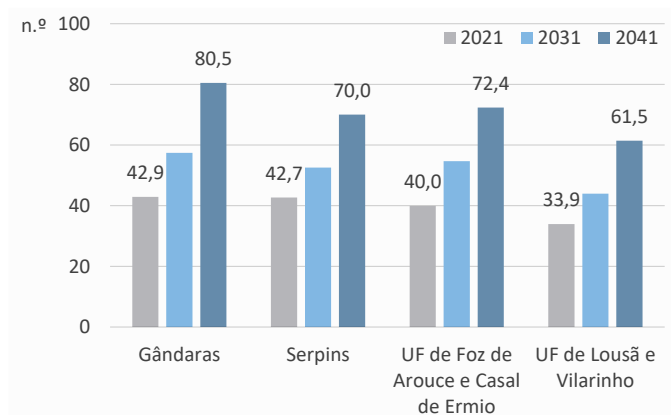


Figura 31. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(n.º)				
Gândaras	42,9	49,1	57,4	66,8	80,5
Serpins	42,7	46,5	52,6	57,6	70,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	40,0	46,8	54,7	65,2	72,4
UF de Lousã e Vilarinho	33,9	38,5	44,0	51,0	61,5
Total	35,8	40,5	46,4	53,5	64,1

Fonte: INE e cálculos próprios.

Numa leitura complementar, o índice de dependência dos jovens apresenta oscilações pouco expressivas, passando de 20,8 em 2021 para 18,9 em 2041 (Figura 32 e quadro 17). Esta ligeira redução evidencia que, embora a população jovem enfrente desafios estruturais, a sua proporção face à população em idade ativa tenderá a diminuir de forma moderada ao longo das próximas décadas. Tal informação assume particular relevância para o planeamento de políticas públicas orientadas para o apoio à juventude e para a promoção do seu desenvolvimento num quadro marcado pelo envelhecimento demográfico.

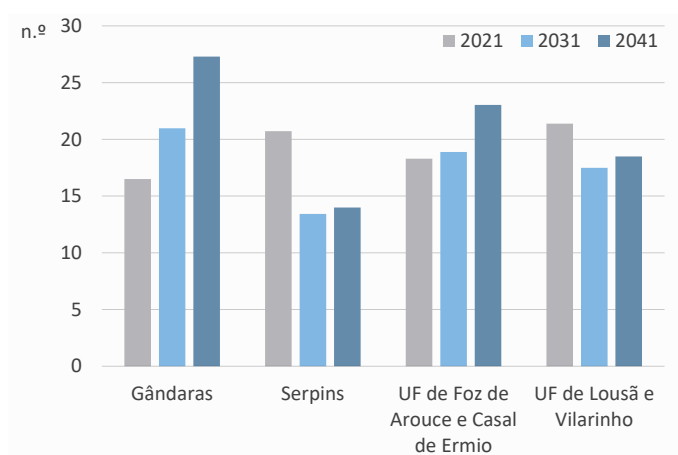


Figura 32. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(n.º)				
Gândaras	16,5	17,5	21,0	25,8	27,3
Serpins	20,7	16,3	13,4	12,6	14,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	18,3	18,4	18,9	21,2	23,0
UF de Lousã e Vilarinho	21,4	18,7	17,5	17,2	18,5
Total	20,8	18,4	17,4	17,5	18,9

Fonte: INE e cálculos próprios.

Sendo um indicador que permite perceber o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, as projeções realizadas indicam que haverá um aumento da “pressão” sobre este grupo. A menos que haja uma inversão na tendência de diminuição da natalidade ou um aumento da população migrante, este indicador tenderá a agravar-se. Esses resultados refletem o perfil demográfico do concelho, caracterizado por um aumento da proporção da população mais idosa, resultado do aumento da esperança média de vida, e pela diminuição da população mais jovem, motivada sobretudo pela baixa natalidade. Esta

18,9

Índice de dependência de jovens
(2041)

Para cada 100 pessoas em idade ativa
(15-64 anos)



Poderão existir 19 crianças (0-14 anos)



dinâmica demográfica requer a implementação de políticas adequadas que visem a sustentabilidade social e económica do concelho.

II.3.4.5. Esperança média de vida à nascença

As alterações na sociedade e economia desde meados do século passado traduziram-se em mudanças qualitativas e quantitativas que resultaram no aumento do número de anos que as pessoas vivem.

No concelho da Lousã, a esperança média de vida à nascença em 2021 era de 79 anos para os homens e de 86 anos para as mulheres (Figura 33 e quadro 18). Estes valores aproximam-se dos registados a nível nacional no caso dos homens (79 anos) e revelam uma situação mais favorável no caso das mulheres, cuja esperança média de vida é superior em dois anos face à média nacional (84 anos).

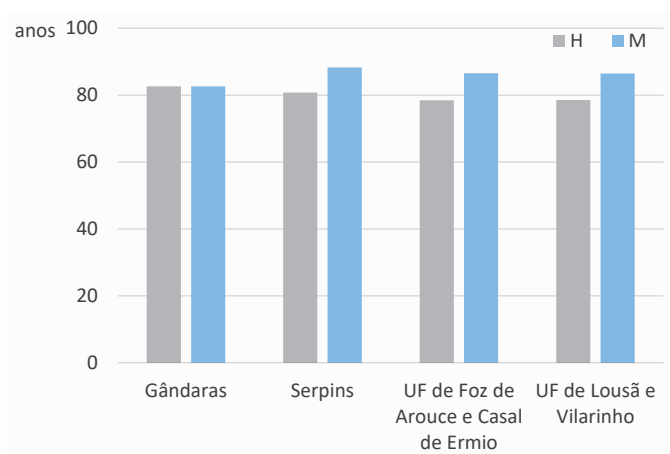


Figura 33. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Fonte: INE e cálculos próprios.

Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Unidade territorial	H	M
	(anos)	
Gândaras	83	83
Serpins	81	88
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	78	87
UF de Lousã e Vilarinho	79	86
Total	79	86

Fonte: INE e cálculos próprios.

A diferença na esperança de vida entre homens e mulheres, geralmente favorável às mulheres devido a menores coeficientes de mortalidade, é uma constatação ao longo do

século XX em Portugal e na maioria dos países europeus. Essa disparidade justifica-se por fatores biológicos, como um sistema imunológico mais robusto nas mulheres, e comportamentais, uma vez que os homens tendem a adotar estilos de vida mais arriscados, como o consumo excessivo de álcool e tabaco. Além disso, as mulheres geralmente fazem mais consultas médicas e possuem hábitos de saúde mais saudáveis. Esses fatores combinados contribuem para a maior longevidade feminina, destacando a necessidade de considerar estas diferenças nas políticas de saúde pública.

Não é possível fazer previsões precisas sobre o aumento da esperança média de vida no futuro pois esta evolução depende de muitos fatores complexos e interligados. No entanto, há um conjunto de tendências gerais que têm contribuído para o aumento da esperança de vida nas últimas décadas e que podem continuar a influenciar o futuro. Os avanços na medicina e nas condições de vida, a adoção de estilos de vida saudáveis, a educação para a saúde e os avanços da ciência para as doenças associadas ao envelhecimento, poderão e deverão ter um impacto significativo na esperança média de vida.

II.4. Caraterização socioeconómica

II.4.1. Atividade económica, emprego e mercado de trabalho

No que diz respeito à caraterização da população ativa no concelho da Lousã em 2021 (Figura 34), em termos globais contabiliza-se um total de 7.830 ativos, dos quais 3.904 são homens (49,9%) e 3.926 são mulheres (50,1%).

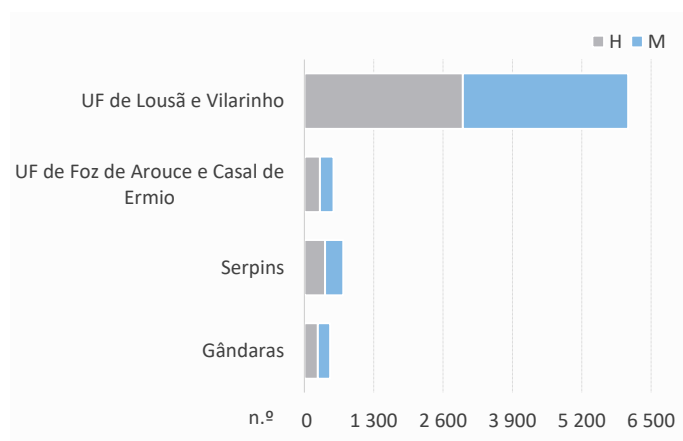
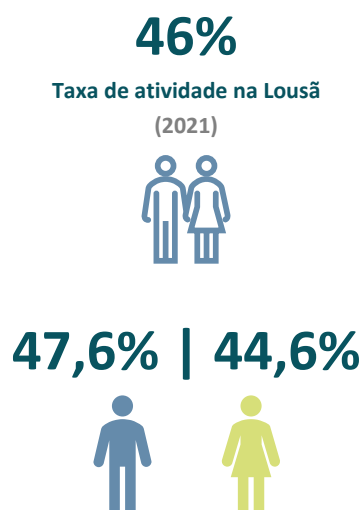


Figura 34. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Por freguesia, é a UF de Lousã e Vilarinho que apresenta, de forma destacada, o maior número de ativos (6.069). Segue-se a freguesia de Serpins e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, com 731 e 547 ativos, respetivamente. Por último, surge a freguesia de Gândaras, com 483 ativos. Observa-se que o número homens é superior aos das mulheres, exceção feita à UF de Lousã e Vilarinho, em que o número de mulheres (3.098) é superior ao número de ativos homens (2.971).

A taxa de atividade no concelho da Lousã era de 46% (Quadro 19), sendo superior à da CIM Região de Coimbra (45%) e à da Região Centro (44,7%) e ligeiramente inferior à de Portugal Continental (46,6%). Os homens apresentam uma taxa de atividade superior (47,6%) à das mulheres (44,6%), dinâmica que se observa não só nas quatro freguesias do concelho da Lousã, como nas unidades territoriais de referência.



Quadro 19. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Gândaras	45,3	41,7	43,5
Serpins	46,4	39,2	42,7
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	48,0	39,0	43,3
UF de Lousã e Vilarinho	48,0	46,0	47,0
Lousã	47,6	44,6	46,0
Região de Coimbra	47,4	42,8	45,0
Centro	47,7	42,0	44,7
Continente	49,5	44,0	46,6

Fonte: INE.

Por sua vez, no ano de 2021 existiam 7.314 indivíduos empregados no concelho da Lousã (Figura 35 e anexo VII), 3.688 homens (50,4%) e 3.626 mulheres (49,6%). Em termos de distribuição territorial, é, mais uma vez, a UF de Lousã e Vilarinho que apresenta os maiores quantitativos (5 666 empregados), seguindo-se, com um número muito inferior, a freguesia de Serpins (684 empregados) e a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (512 empregados). Por último, surge a freguesia de Gândaras (452 empregados). À exceção da UF de Lousã e Vilarinho, todas as freguesias registam valores superiores no sexo masculino, à semelhança do observado na análise da população ativa.

No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário (Figura 36), constata-se, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos (com 3 431 empregados, o que corresponde a 46,9%), dinâmica que, também, se verifica nas unidades territoriais de referência. Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 25 aos 39 anos (28,2%), dos 55 ou mais anos (19,4%) e dos 15 aos 24 anos (5,4%). A realidade descrita é comum a todas as freguesias, observando-se, na sua totalidade, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos.

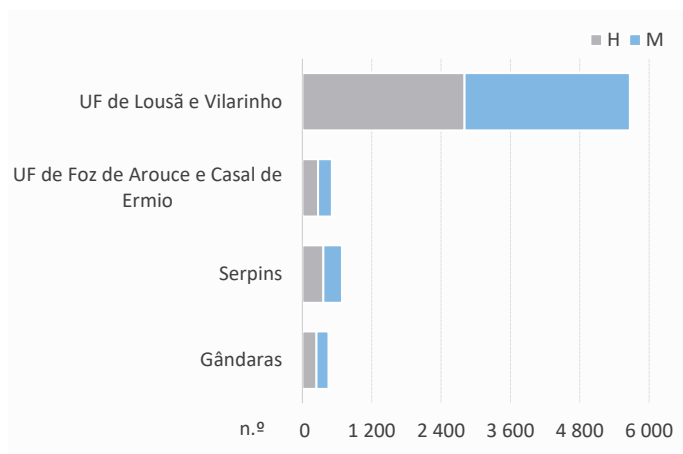


Figura 35. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

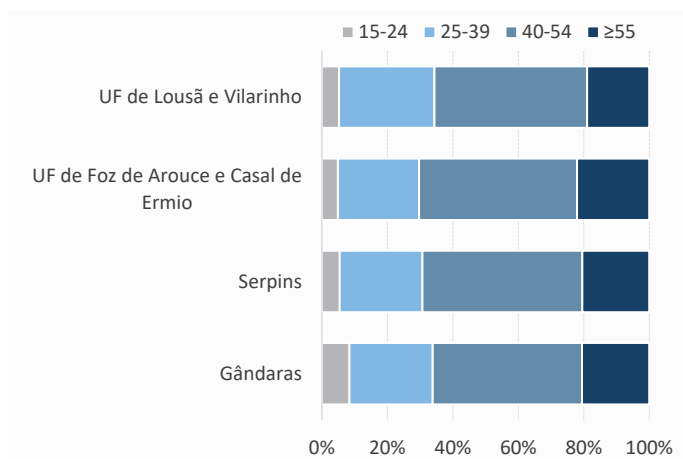


Figura 36. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: INE.

Em 2021, o perfil da população empregada no concelho da Lousã revela uma predominância de indivíduos com o ensino básico completo, que representam 38,8% do total (Figura 37 e anexo VIII). Este valor posiciona a Lousã ligeiramente acima da média da Região Centro (39,7%), mas inferior à da CIM Região de Coimbra (36,3%) e à nacional (37,2%).

Segue-se o grupo com ensino secundário, que corresponde a 32,3% da população empregada, valor que se destaca por ser superior ao das unidades territoriais de referência. Já a proporção de empregados com ensino superior (25,8%) é inferior à observada na CIM, na Região Centro e no país, revelando uma menor qualificação ao nível mais elevado.

As restantes categorias apresentam expressão residual, com 2,6% da população empregada com ensino pós-secundário e 0,5% sem qualquer nível de escolaridade concluído, em linha com a realidade das unidades territoriais de referência.

38,8%
População empregada com o
ensino básico
(2021)



32,3%
População empregada com o
ensino secundário
(2021)



25,8%
População empregada com o
ensino superior
(2021)



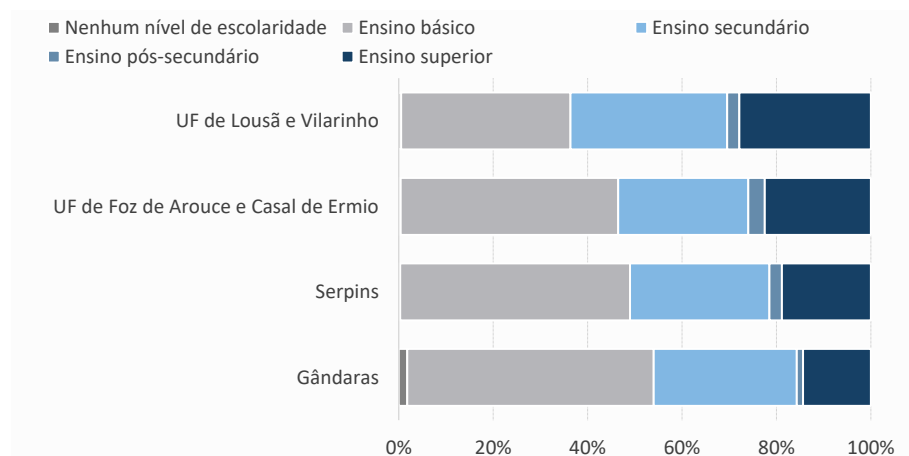


Figura 37. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.

Fonte: INE.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2021 (Figura 38 e anexo IX), é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no concelho da Lousã, que representa 71,1%, concentrando as atividades relacionadas com a atividade económica um maior quantitativo (50,2%), que o terciário de natureza social (49,8%). Trata-se de um valor inferior ao observado na CIM Região de Coimbra (73,6%) e em Portugal Continental (71,9%), embora superior ao da CIM Região Centro (66,4%). O setor secundário corresponde a 25,7%, valor superior ao da CIM Região de Coimbra (23,8%) e do Continente (25,2%), mas inferior ao da Região Centro (30,5%). Por último, os empregados no setor primário equivalem a apenas 3,2%, valor superior ao verificado na CIM Região de Coimbra (2,6%), na Região Centro (3,1%) e no Continente (2,8%).

3,2%

Empregados no setor primário
(2021)



25,7%

Empregados no setor secundário
(2021)



71,1%

Empregados no setor terciário
(2021)

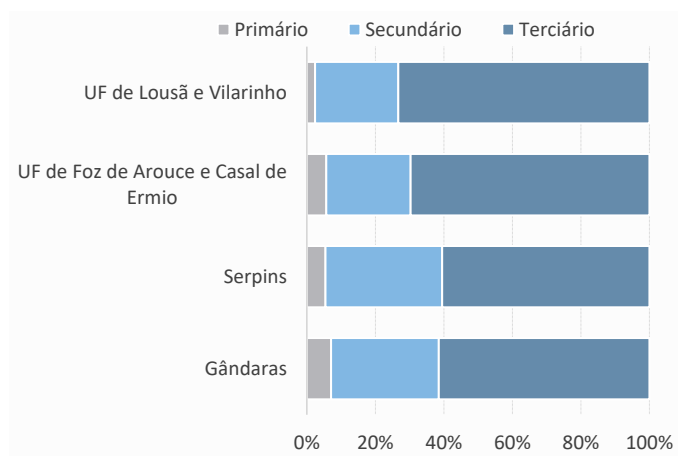


Figura 38. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: INE.

A análise da estrutura da população empregada, segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos profissionais em 2021, permite aprofundar o conhecimento sobre a realidade socioeconómica do concelho.

No que respeita à situação na profissão (Quadro 20), observa-se o predomínio dos trabalhadores por conta de outrem (78,3%), evidenciando a forte dependência do emprego assalariado. Seguem-se os empregadores/patrões (9,7%) e os trabalhadores por conta própria ou isolados (9,4%), categorias que, embora com menor expressão, mantêm alguma relevância na estrutura local. No conjunto, estes valores aproximam-se do verificado nas freguesias do concelho e nas restantes unidades territoriais de referência, refletindo um perfil de emprego relativamente homogéneo no contexto regional.

Quadro 20. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.

Unidade territorial	Empregador/patrão						Trabalhador por conta própria ou isolado		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação		Total
	Com < 10 empregados		Com ≥10 empregados		Total								
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Gândaras	21	4,6	11	2,4	32	7,1	54	11,9	352	77,9	14	3,1	452
Serpins	35	5,1	25	3,7	60	8,8	77	11,3	533	77,9	14	2,0	684
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	36	7,0	23	4,5	59	11,5	68	13,3	369	72,1	16	3,1	512
UF de Lousã e Vilarinho	330	5,8	225	4,0	555	9,8	485	8,6	4 476	79,0	150	2,6	5 666
Lousã	422	5,8	284	3,9	706	9,7	684	9,4	5 730	78,3	194	2,7	7 314
Região de Coimbra	9 954	5,4	7 180	3,9	17 134	9,3	17 934	9,7	145 190	78,6	4 484	2,4	184 742
Centro	41 318	5,9	28 920	4,2	70 238	10,1	66 790	9,6	542 156	78,0	15 949	2,3	695 133
Continente	252 593	6,0	194 957	4,6	447 550	10,6	402 891	9,5	3 272 300	77,5	97 682	2,3	4 220 423

Fonte: INE.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 21), predomina o grupo das profissões não manuais altamente qualificadas (30,9%), salientando-se neste grupo os especialistas das atividades intelectuais e científicas (16,3%). Segue-se o grupo das profissões não manuais qualificadas (28,8%), destacando-se aqui os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (20,3%). Abaixo encontra-se o grupo das profissões manuais qualificadas (21,6%), onde se destacam os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (12,5%) e o grupo das profissões elementares, que integra os trabalhadores não qualificados (18,4%). Por último, os profissionais das forças armadas têm uma menor representatividade (0,3%).

Como se constata, em termos globais, evidenciam-se os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (20,3%), os trabalhadores não qualificados (18,4%) e os especialistas das atividades intelectuais e científicas (16,3%). De sublinhar que

estes são, também, os grupos de profissões mais representativos no contexto das unidades territoriais de referência.

Quadro 21. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Gândaras	Serpins	UF de Foz de Arouce e Casal de	UF de Lousã e Vilarinho	Lousã	Região de Coimbra	Centro	Continente
		(n.º)							
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	9	28	26	253	316	9 055	36 764	259 674
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	42	71	82	1 000	1 195	39 587	120 947	772 158
	Técnicos e profissões de nível intermédio	35	58	43	611	747	17 671	66 485	451 015
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	26	46	32	519	623	15 445	58 733	403 855
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	91	128	94	1 173	1 486	34 352	124 042	773 562
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	24	13	18	116	171	3 736	16 746	87 559
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	88	112	71	643	914	23 223	103 937	580 823
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	40	86	38	332	496	10 597	42 037	225 554
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	96	142	108	1 001	1 347	30 517	123 005	644 966
-	Profissões das forças armadas	1	0	0	18	19	559	2 437	21 257
Total		452	684	512	5 666	7 314	184 742	695 133	4 220 423

Fonte: INE.

II.4.2. Desemprego

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego no concelho da Lousã (de 11% para 6,6%, correspondente a -4,4%), tendência também observada nas unidades territoriais de referência (Figura 39 e anexo X). A taxa de desemprego na Lousã, em 2021, é ligeiramente superior à da CIM Região de Coimbra e da Região Centro (ambas com 6%), mas inferior à de Portugal Continental (8,1%). Segundo o sexo (Figura 40), durante o período em análise, a taxa de desemprego apresentou um decréscimo mais pronunciado nas mulheres (-5,1%) que nos homens (-3,9%). Esta dinâmica observa-se na Região Centro, já no Continente foi o sexo masculino que se registou a diminuição mais significativa. Na CIM Região de Coimbra o decréscimo foi bastante semelhante entre homens e mulheres.

Descendo a escala de análise, no último período intercensitário todas as freguesias registaram uma diminuição da taxa de desemprego (Figura 41). Os decréscimos mais expressivos ocorreram na UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (de 13,4% para 6,4%, correspondendo a -7%) e na freguesia de Gândaras (de 13,2% para 6,4%, correspondendo a -6,8%). Por sua vez, o menos expressivo ocorreu na freguesia de Serpins (de 8% para 6,4%, correspondendo a -1,6%).

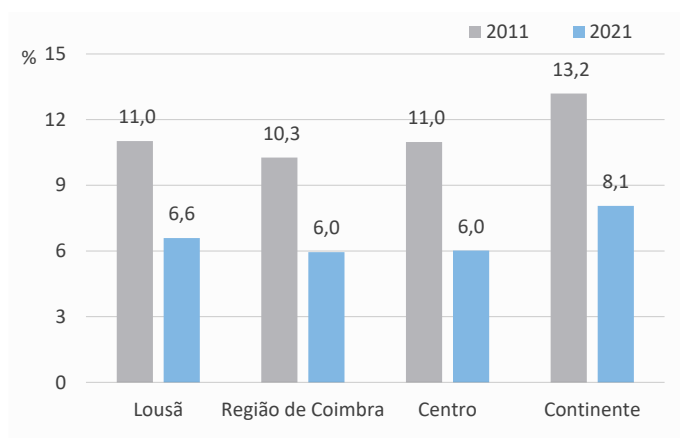


Figura 39. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

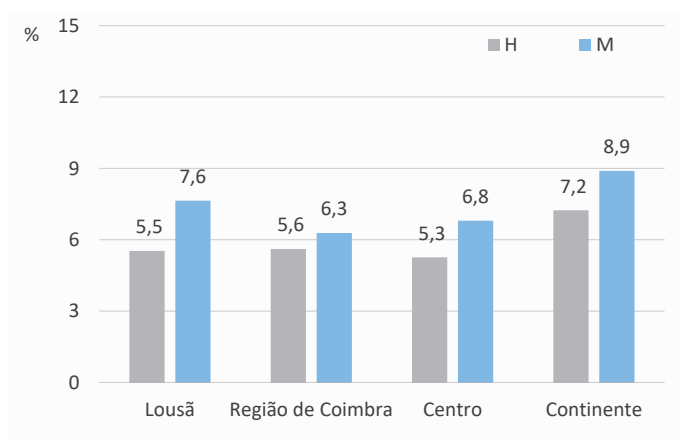


Figura 40. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

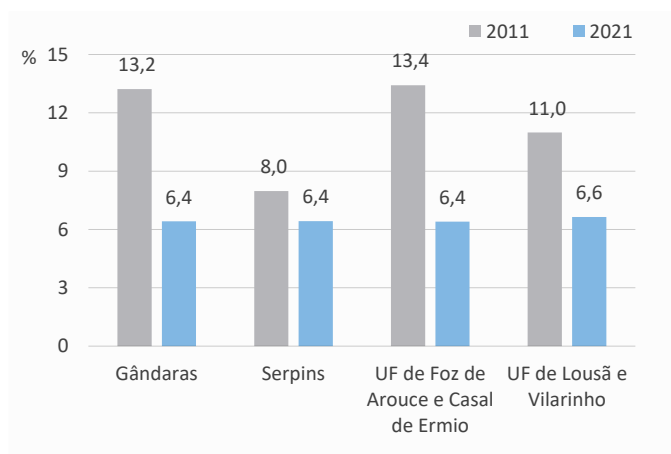
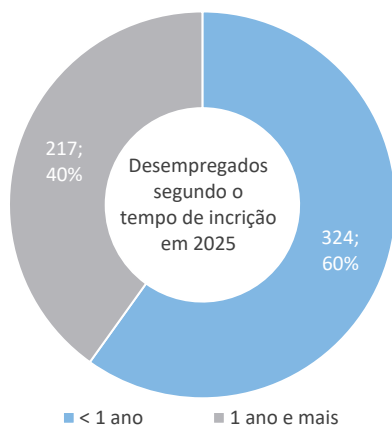
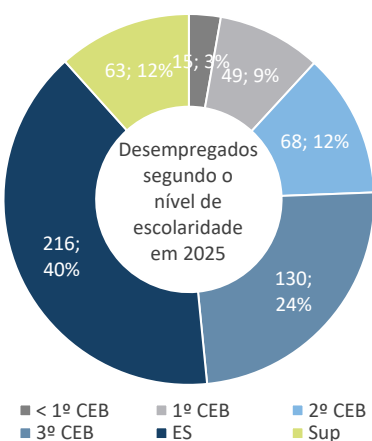
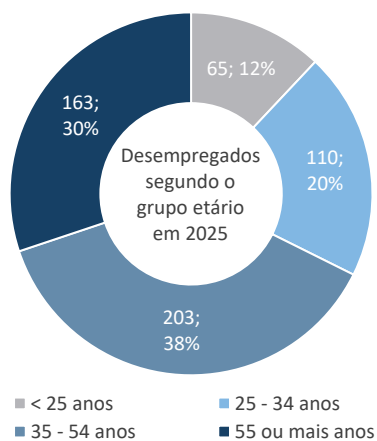


Figura 41. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.

Fonte: INE.

Segundo o sexo, a taxa de desemprego é, em 2021, de 5,5% nos homens e de 7,6% nas mulheres (Figura 42). Por freguesia, à exceção da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, todas as unidades territoriais do concelho da Lousã apresentam taxas de desemprego superiores no sexo feminino.

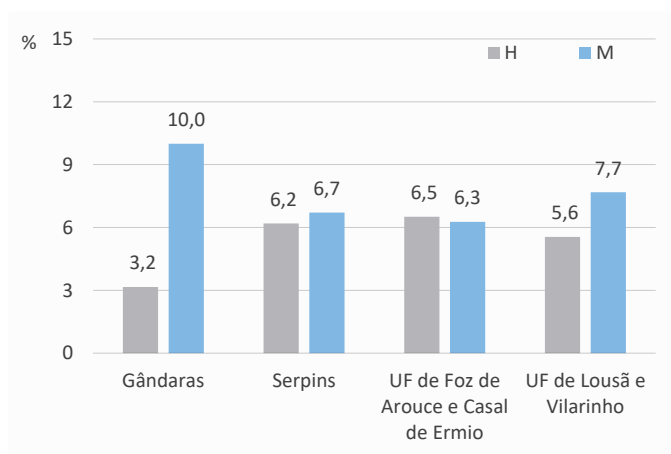


Figura 42. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: INE.

Tendo por base as estatísticas do IEF (Figura 43), constata-se que de 2015 até 2025 a tendência é de decréscimo do número de desempregados, com a passagem dos 845 para os 541, o que representa um decréscimo de -36% (-304 desempregados). De referir que esta dinâmica foi apenas interrompida em 2020, 2021, 2023 e 2024, anos marcados por um aumento no número de desempregados.

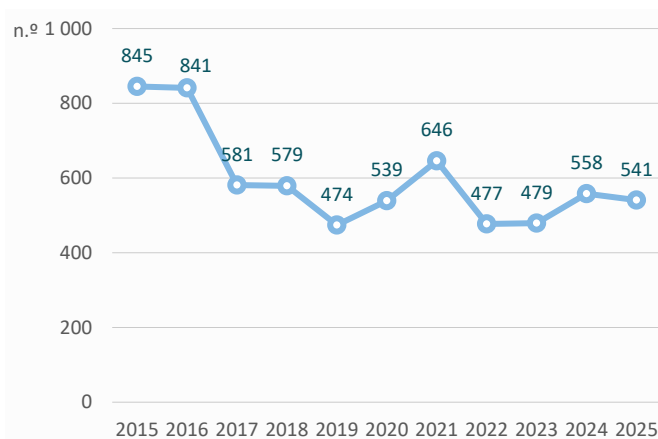


Figura 43. Evolução da população desempregada entre 2015 e 2025 (março).

Fonte: IEFP.

Numa referência ao perfil dos desempregados no concelho da Lousã em 2025, constata-se, no que se refere à idade, que o grupo etário dos 35 aos 54 anos é o que tem maior representatividade, com 37,5%, seguindo-se o grupo etário com 55 ou mais anos, com 30,1%. Os grupos etários dos 25 aos 34 anos de idade e com idade inferior a 25 anos representam 20,3% e 12%, respetivamente.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, 39,9% dos desempregados apresenta o ensino secundário completo, 24% o 3.º CEB, 12,6% o 2.º CEB, 11,6% o ensino superior, 9,1% o 1.º CEB e, por fim, 2,8% apresentam níveis inferiores ao 1.º CEB.

Relativamente ao tempo de inscrição, 59,9% dos desempregados estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto 40,1% estão inscritos há um ano e mais. Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (91,3%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 8,7%.

II.4.3. Rendimento e condições de vida

No concelho da Lousã, no ano de 2021, o principal meio de vida da população residente com 15 ou mais anos de idade é o trabalho (48,8%) e a reforma/pensão (33,1%), o que reflete o envelhecimento da população no território municipal, à semelhança da totalidade das unidades territoriais de referência (Quadro 22). Seguem-se as pessoas a cargo da família, que corresponde a 13,3% e outra situação, que corresponde a 4,5%. O subsídio de desemprego, rendimento social de inserção, outro subsídio temporário e o rendimento da propriedade ou da empresa apresentam uma representatividade residual. Ao nível da freguesia, esta dinâmica mantém-se.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no concelho da Lousã em 2023 era de 1.220,6€ (Figura 44 e quadro 23). Com este valor, a Lousã ocupa uma posição desfavorável face à CIM Região de Coimbra (1.319,2€), à Região Centro (1.305,7€) e a Portugal Continental (1.466,7€). A diferença é de -98,6€ em relação à CIM Região de Coimbra, de -85,1€ em relação à Região Centro e de -246€ em relação ao Continente.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos varia em função do género, das atividades económicas e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que a diferença salarial entre homens e mulheres é desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 45). Com efeito, e olhando apenas para a Lousã, o vencimento médio mensal é de 1.329,1€ nos homens e de 1.090,2€ nas mulheres, o que se traduz numa disparidade salarial de 238,9€, este valor é inferior ao da CIM Região de Coimbra (274,3€), da Região Centro (266,5€) e do Continente (245,3€).

Quadro 22. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ pensão	Subsídio de desemprego	Rendimento social de inserção	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc)	Rendimento da propriedade ou da empresa	A cargo da família	Outra situação	Total
	(n.º)								
Gândaras	446	333	16	14	15	0	125	47	996
Serpins	689	510	19	12	14	4	186	60	1 494
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	500	349	8	9	14	12	166	59	1 117
UF de Lousã e Vilarinho	5 560	3 107	175	117	143	60	1 480	500	11 142
Lousã	7 195	4 299	218	152	186	76	1 957	666	14 749
Região de Coimbra	182 101	126 750	6 234	3 338	3 810	2 075	47 825	15 083	387 216
Centro	685 947	473 737	24 412	12 539	17 073	8 018	179 499	60 494	1 461 719
Continente	4 173 873	2 462 265	203 489	89 024	106 699	60 631	1 137 196	358 035	8 591 212

Fonte: INE.

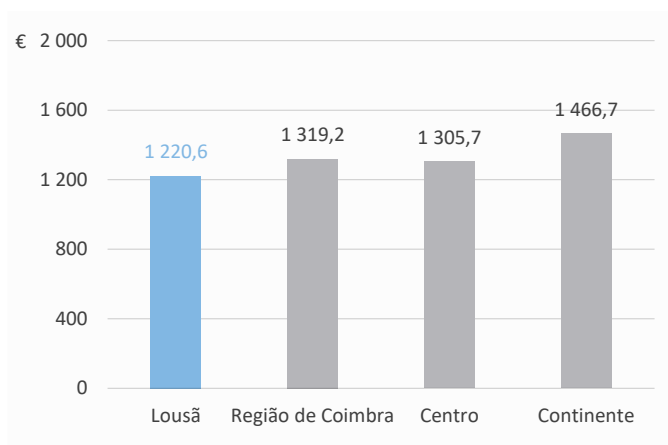


Figura 44. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2023.
Fonte: INE.

Quadro 23. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2023.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial	H	M	HM
	(€)						
Lousã	1 329,1	1 090,2	1 220,6	238,9	-	-	-
Região de Coimbra	1 446,1	1 171,8	1 319,2	274,3	-116,9	-81,5	-98,6
Centro	1 424,6	1 158,1	1 305,7	266,5	-95,5	-67,8	-85,1
Continente	1 577,3	1 332,0	1 466,7	245,3	-248,2	-241,8	-246,0

Fonte: INE.

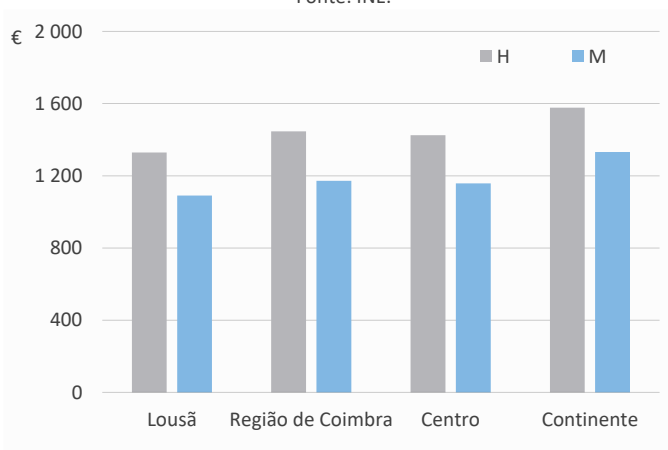


Figura 45. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2023.
Fonte: INE.

Relativamente ao setor da atividade económica, no concelho da Lousã é o setor secundário o que apresenta um ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos mais elevado, com 1.269€, -109,3€ que a CIM Região de Coimbra, -100,1€ que a Região Centro e -207,3€ que o Continente (Figura 46 e quadro 24). Em seguida surge

1.220,6€
Ganho médio mensal na
Lousã
(2023)

-246€
Diferença salarial face ao
Continente
(2023)



1.329,1€



1.090,2€



**Disparidade salarial entre
homens e mulheres
(2023)**

o setor terciário, com 1 195,4€ de remuneração média mensal, -100,2€ que a CIM Região de Coimbra, -72€ que a Região Centro e -319,6€ que o Continente. Em último lugar encontra-se o setor primário que, com um rendimento médio mensal de 954,2€, apresenta um valor inferior ao da CIM Região de Coimbra (-146,3€), ao da Região Centro (-141,3€) e ao do Continente (-171,5€). De referir que na totalidade das unidades espaciais de referência, o setor primário aparece sempre em último lugar e o setor secundário no primeiro lugar, à exceção do Continente, onde o primeiro lugar é ocupado pelo setor terciário.

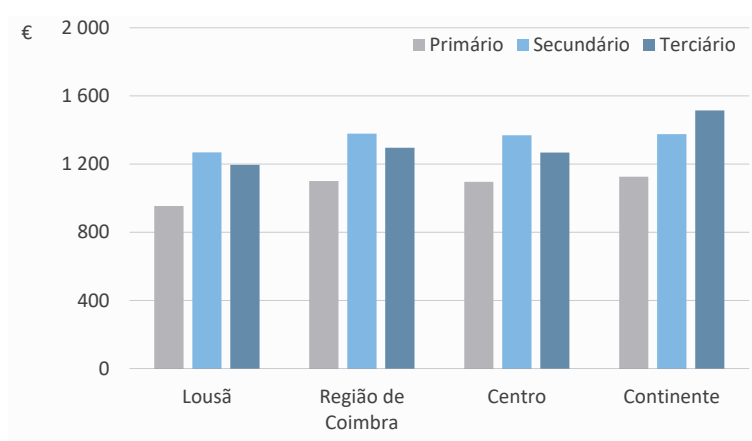


Figura 46. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2023.

Fonte: INE.

Quadro 24. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2023.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	(€)					
Lousã	954,2	1 269,0	1 195,4	-	-	-
Região de Coimbra	1 100,6	1 378,3	1 295,6	-146,3	-109,3	-100,2
Centro	1 095,5	1 369,1	1 267,4	-141,3	-100,1	-72,0
Continente	1 125,7	1 376,3	1 515,0	-171,5	-107,3	-319,6

Fonte: INE.

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, na Lousã o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 25 e 26).

Numa referência aos valores para este território municipal, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 669,4€ do que os trabalhadores com o 1.º CEB, mais 567,3€ do que os trabalhadores que possuem o 3.º CEB e mais 463€ do que os trabalhadores que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que, embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a remuneração dos diferentes profissionais.

A média salarial praticada no concelho da Lousã é inferior em todos níveis de ensino ao das unidades territoriais de referência.

Quadro 25. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2023.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	(€)										
Lousã	892,3	960,0	1047,5	1062,1	1166,5	1101,0	1432,7	1629,4	1718,7	...	1220,6
Região de Coimbra	941,2	1 048,1	1 139,6	1 142,4	1 202,4	1 265,2	1667,3	1 764,3	1 958,6	2 623,2	1 319,2
Centro	966,6	1 059,9	1 147,3	1 150,9	1 208,0	1 245,5	1755,5	1 756,2	1 965,8	2 739,4	1 305,7
Continente	968,2	1 048,3	1 112,4	1 144,1	1 297,6	1 414,8	2193,3	2 155,4	2 377,4	3 072,4	1 466,7

Fonte: INE.

Quadro 26. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2023.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	(€)										
Lousã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Região de Coimbra	-48,9	-88,1	-92,1	-80,3	-35,9	-164,2	-234,6	-134,9	-239,9	-	-98,6
Centro	-74,3	-99,9	-99,7	-88,8	-41,6	-144,5	-322,8	-126,8	-247,1	-	-85,1
Continente	-75,9	-88,2	-64,9	-82,0	-131,1	-313,8	-760,7	-526,0	-658,7	-	-246,0

Fonte: INE.

Por fim, o indicador do poder de compra per capita, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2021 (Figura 47), o concelho da Lousã apresenta um poder de compra per capita de 84,4, valor abaixo do registado na CIM Região de Coimbra (94) e na Região Centro (89,9).

Em termos evolutivos, observa-se um aumento do poder de compra per capita, passando de 73,4, em 2004, a 84,4, em 2021 (Figura 48).

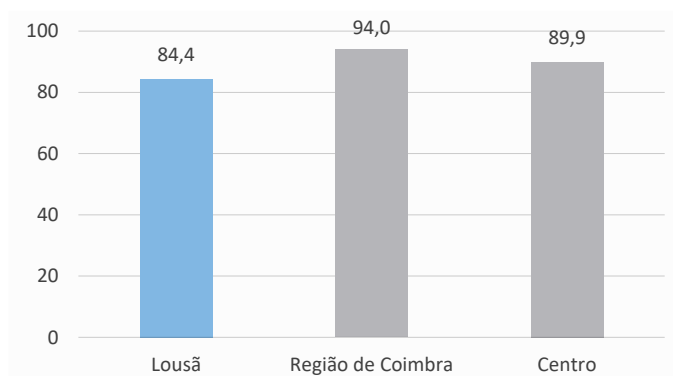


Figura 47. Poder de compra *per capita* em 2021.

Fonte: INE.

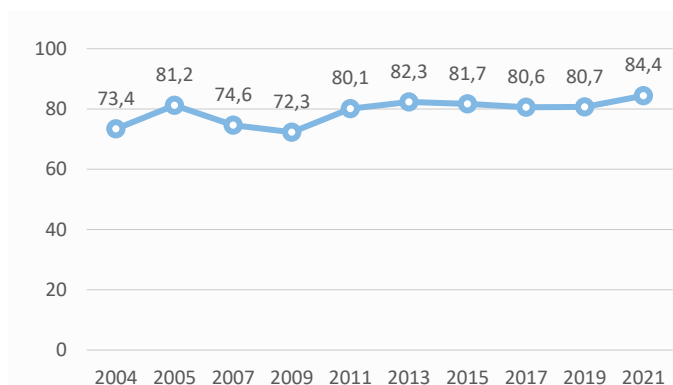


Figura 48. Evolução do poder de compra per capita entre 2004 e 2021.

Fonte: INE.

III. DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A RSES, que integra as múltiplas modalidades de intervenção no âmbito da ação social tuteladas pelo MTSSS, tem vindo a adaptar-se, quer em quantidade, quer em qualidade, às necessidades dos cidadãos, em virtude de uma realidade demográfica, social, económica e cultural em permanente evolução.

Mas atender aos problemas dos grupos sociais mais vulneráveis, cada vez mais amplos e abrangentes, é um desígnio exigente que impõe uma intervenção próxima das pessoas, integrada, inovadora e capaz de colmatar ou minimizar diversas e complexas necessidades em diferentes áreas.

O diagnóstico da RSES, ao permitir avaliar a capacidade de resposta municipal e, por conseguinte, priorizar necessidades e corrigir assimetrias, reveste-se de uma importância incontornável para o planeamento estratégico da intervenção territorial, com vista à satisfação das necessidades das gerações atuais, mas, sobretudo, das gerações vindouras, na medida em que as opções tomadas hoje terão consequências que irão perdurar por muitos anos, por se tratar de uma matéria com impactos diretos nos direitos sociais fundamentais dos cidadãos, na qualidade de vida da população e no desenvolvimento local sustentável.

No concelho da Lousã, os serviços e equipamentos sociais apresentam uma rede de dimensão moderada, mas bem estruturada e funcional, assegurando uma abrangência significativa de respostas sociais. Esta rede resulta da articulação entre diferentes entidades

públicas, privadas e solidárias, que atuam em áreas distintas de intervenção social (Anexo XI)⁹.

III.1. Análise global

III.1.1. Entidades gestoras

III.1.1.1. Natureza jurídica

As entidades gestoras de equipamentos sociais são de natureza diversa, podendo ser agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública) e entidades lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as IPSS e outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, os serviços sociais de empresas e a Santa Casa da Misericórdia (SCM) de Lisboa. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos.

No concelho da Lousã foram identificadas 12 entidades gestoras de equipamentos sociais¹⁰, predominando as entidades de natureza não lucrativa (91,7%, correspondendo a 11 entidades), face a apenas uma entidade com fins lucrativos (8,3%) (Figura 49 e anexo XII). Nas entidades não lucrativas é evidente o predomínio da rede solidária, que representa 66,7% (8), comparativamente à rede pública, que corresponde a 25% (3). A rede solidária é maioritariamente constituída por centros sociais e/ou paroquiais, que representam 25% (3), e associações, que correspondem a 25% (3). Já a rede pública integra o agrupamento de escolas da Lousã, a ULS de Coimbra, E.P.E. e o Município da Lousã.

12

Entidades gestoras de
equipamentos sociais
(2025)



3

Rede pública

8

Rede solidária

1

Rede lucrativa

⁹ De acordo com a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, a RSES corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor (n.º 1 do artigo 12.º), incluindo os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, as respostas sociais de SAAS e AAC - Privação Material e a resposta da rede geral da RNCCI (ECCI), e incide sobre a rede pública, solidária e lucrativa (n.º 4 do artigo 5.º).

¹⁰ O total de entidades gestoras no concelho não corresponde à soma das mesmas por freguesia, uma vez que existem entidades gestoras que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias.

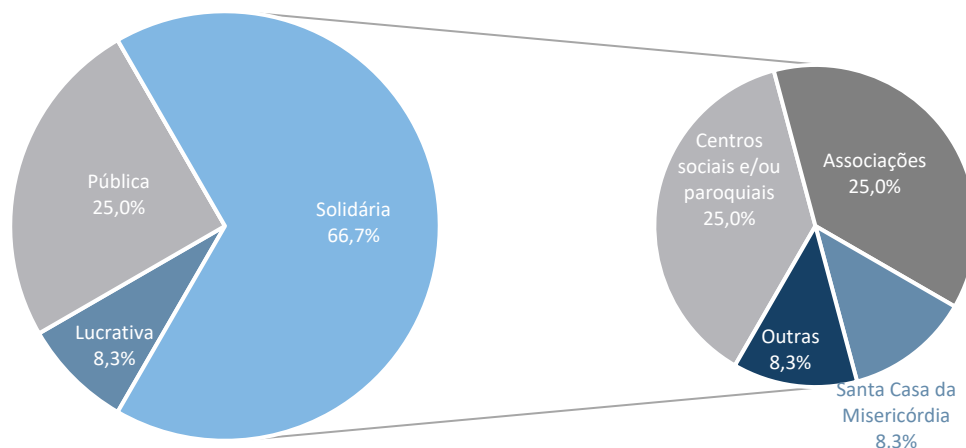


Figura 49. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.1.2. Distribuição territorial

A análise da distribuição territorial dos equipamentos sociais das 12 entidades gestoras revela-nos que a freguesia da Lousã é a que concentra o maior número (8), sendo também onde se localiza a única entidade da rede lucrativa.

Seguem-se, ainda que com valores bastante distanciados, as freguesias de Gândaras (3), Serpins (2), UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (2). Por último, a freguesia de Vilarinho, regista apenas uma entidade gestora.

III.1.2. Equipamentos sociais

III.1.2.1. Natureza jurídica

No concelho da Lousã encontram-se 28 equipamentos sociais (Figura 50 e anexo XIII). A análise da natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos sociais revela que 96,4% (27) do universo é constituído por equipamentos sociais não lucrativos, correspondendo os restantes 3,6% (1) a equipamentos sociais lucrativos. Nos equipamentos sociais não lucrativos a rede solidária representa 71,4% (20), enquanto a rede pública representa 25% (7). O peso da rede pública deve-se sobretudo aos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME, geridos pelo agrupamento de escolas da Lousã.

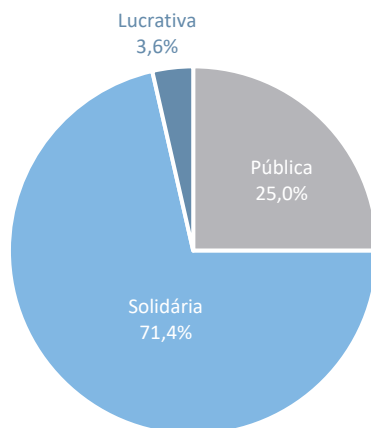


Figura 50. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

28

**Equipamentos sociais
(2025)**



7

Rede pública

20

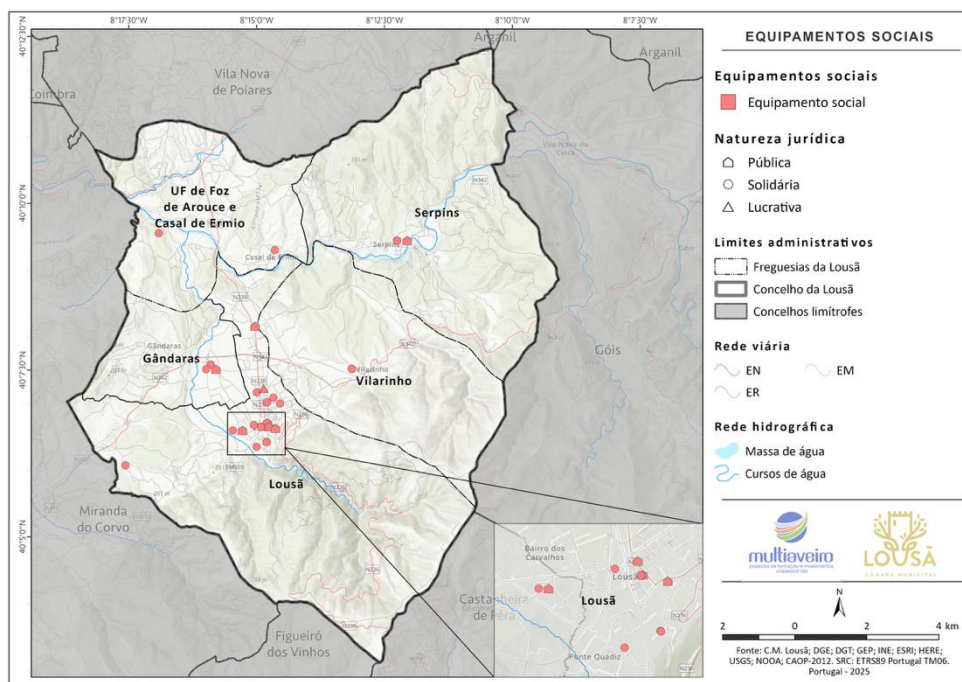
Rede solidária

1

Rede lucrativa

III.1.2.2. Distribuição territorial

A análise da distribuição territorial dos 28 equipamentos sociais (Mapa 15) revela que a freguesia da Lousã concentra o maior número de equipamentos (20). Com valores substancialmente mais reduzidos, seguem-se as freguesias de Gândaras (3), Serpins (2), UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (2) e, por último, Vilarinho (1). Verifica-se que todas as freguesias do concelho dispõem de equipamentos sociais, não existindo territórios sem cobertura.



Mapa 15. Distribuição territorial dos equipamentos sociais.

III.1.3. Respostas sociais

III.1.3.1. Natureza jurídica

No concelho da Lousã identificam-se 43 respostas sociais. A análise da natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos evidencia que 97,7% (42) correspondem a respostas sociais não lucrativas, enquanto os restantes 2,3% (1) dizem respeito a respostas sociais lucrativas (Figura 51 e anexo XIV).

Este resultado confirma a relevância do setor não lucrativo no âmbito da proteção social às populações, destacando-se a preponderância da rede solidária, que representa 81,4% (35), face à rede pública, que corresponde a 16,3% (7). O peso da rede pública advém essencialmente da oferta dos estabelecimentos de educação pré-escolar do Ministério da Educação, da ULS de Coimbra, E.P.E. e do Município da Lousã. Por sua vez, a rede lucrativa integra apenas uma resposta social de creche.

43
Respostas sociais
(2025)



7
Rede pública

35
Rede solidária

1
Rede lucrativa

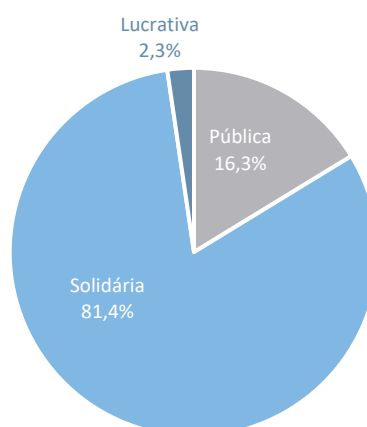
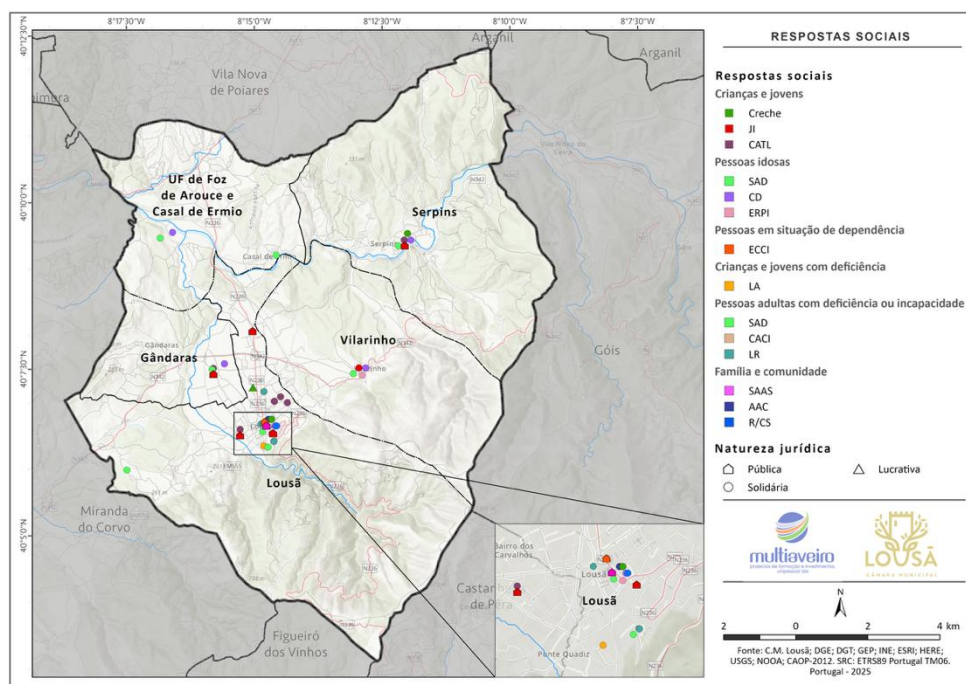


Figura 51. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.3.2. Distribuição territorial

A distribuição das 43 respostas sociais identificadas no concelho da Lousã reflete o padrão de distribuição populacional, concentrando-se nas centralidades tradicionais (ver Mapa 16 e anexo XV). A freguesia da Lousã destaca-se com o maior número de respostas sociais (27), seguida, embora com valores bastante inferiores, pelas freguesias de Serpins (5), Gândaras (4) e Vilarinho (4). Por sua vez, a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio reúne 3 respostas sociais.



Mapa 16. Distribuição territorial das respostas sociais¹¹.

III.1.3.3. Respostas sociais por população-alvo

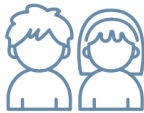
As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (17, valor correspondente a 39,5%) e pessoas idosas e/ou em situação de dependência (15, valor que representa 34,9%) são as mais presentes no território (Figuras 52, 53 e 54 e anexo XVI). A superioridade das respostas sociais direcionadas às crianças e jovens deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar, que equivalem a 35,3% (6) das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, dos quais 29,4% (5) são relativos a estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública. Numa posição intermédia encontram-se as respostas sociais direcionadas a pessoas com deficiência ou incapacidade (8, correspondendo a 18,6%). Por último, as respostas dirigidas à família e comunidade correspondem a 7% (3 respostas).

¹¹ No sentido de apoiar a leitura da informação, sempre que um equipamento social desenvolve mais do que uma atividade e/ou serviço, as respostas sociais são representadas através de uma localização relativa.

Respostas sociais por grupo-alvo

17

Crianças e jovens



15

Pessoas idosas e/ou em
situação de dependência



8

Pessoas com deficiência e/ou
incapacidade



3

Família e comunidade

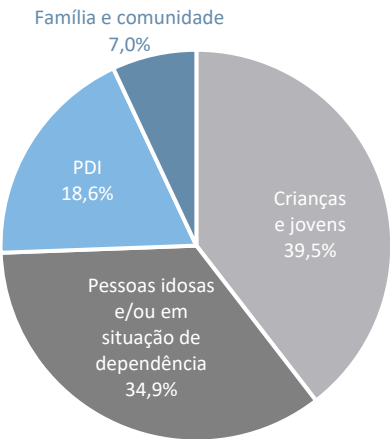


Figura 52. Respostas sociais, segundo a população-alvo, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

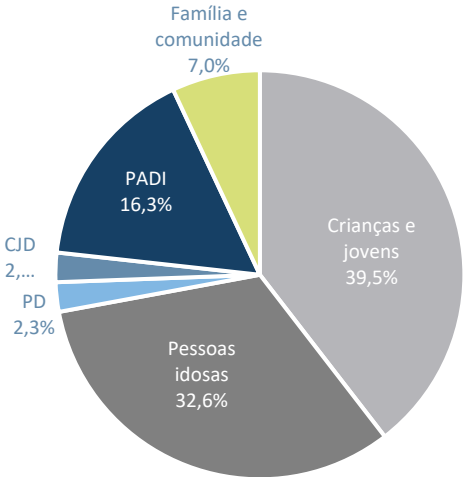


Figura 53. Respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

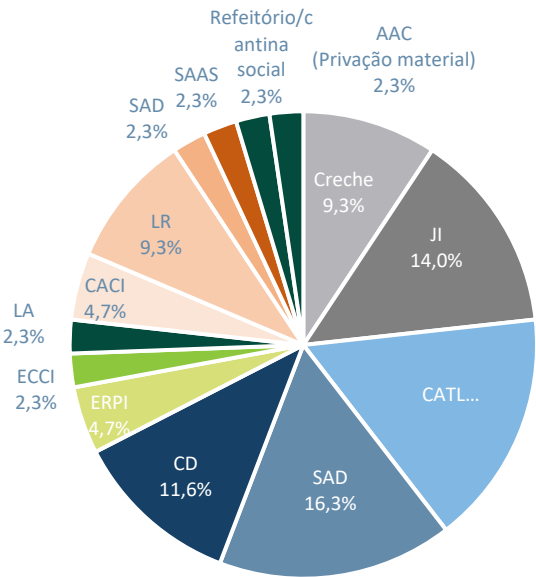


Figura 54. Respostas sociais, segundo a tipologia, no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.3.4. Capacidade, utentes, utentes com acordo¹² e lista de espera¹³

A capacidade instalada das respostas sociais constitui uma das principais vertentes da sua análise, apesar do conceito não possuir, para todas, interpretação similar, ou mesmo, definição objetiva unívoca. Seguindo um padrão idêntico ao da distribuição das respostas sociais por população-alvo, a capacidade instalada acentua a relevância das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (1.062) e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (555), ainda que, com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas (Figura 55 e anexo XVII). Com valores mais baixos, mas igualmente significativos, encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade (483). Por fim, com valores bastante inferiores surgem as respostas sociais vocacionadas para as pessoas com deficiência ou incapacidade (272).

O destaque das respostas sociais destinadas a crianças e jovens deve ser interpretado à luz do peso dos estabelecimentos de educação pré-escolar, integrados no sistema educativo. Já a expressão mais elevada das respostas sociais orientadas para o apoio à família e comunidade resulta da integração da resposta social Ajuda Alimentar a Carenciados (AAC)¹⁴, correspondente à atividade de distribuição de bens alimentares desenvolvida no âmbito da Privação Material (anteriormente POAPMC).

Eliminando a influência destes dois fatores, verifica-se que as respostas sociais dirigidas a crianças e jovens, embora continuem a representar a maior capacidade instalada, reduzem para menos de metade a sua representatividade (de 1.062 para 637). Por sua vez, as respostas sociais direcionadas à família e à comunidade passam a evidenciar uma capacidade instalada inferior, diminuindo de 483 para 410.

2.372

Capacidade



2.098

Utentes



1.098

Utentes com acordo de
cooperação com a SS



562

Lista de espera

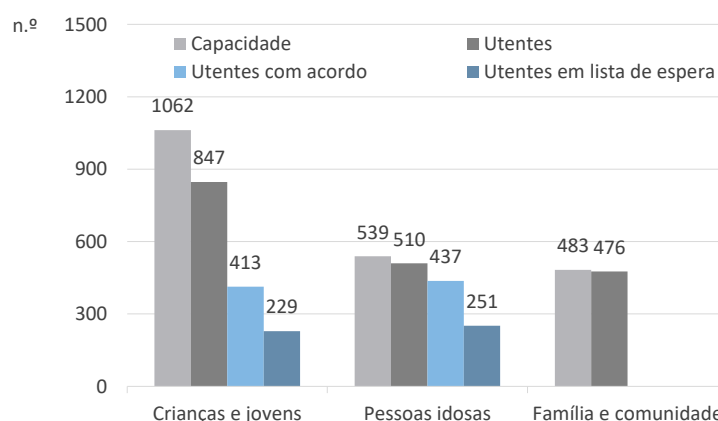


¹² O conceito de acordo não se aplica às respostas sociais de natureza pública (estabelecimentos de EPE e SAAS), bem como às respostas sociais de AAC - Privação Material e R/CS e à resposta da rede geral da RNCCI (ECCI).

¹³ O conceito de lista de espera não se aplica às respostas sociais de SAAS, AAC - Privação Material e R/CS e à resposta da rede geral da RNCCI (ECCI).

¹⁴ A resposta social de AAC, correspondente à atividade de distribuição de ajuda alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental, em resultado da celebração de um memorando de cooperação entre o GEP e a autoridade de gestão do POAPMC, foi substituída pelo Programa PESSOAS 2030 - Privação Material, que apresenta duas tipologias: i) a distribuição direta, através da entrega, às pessoas carenciadas, de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade; e ii) a distribuição indireta, através da atribuição de um montante financeiro associado a um cartão eletrónico, para a aquisição desses mesmos bens.

A - Crianças e jovens, pessoas idosas e família e comunidade



B - Pessoas em situação de dependência, crianças e jovens com deficiência e pessoas adultas com deficiência ou incapacidade

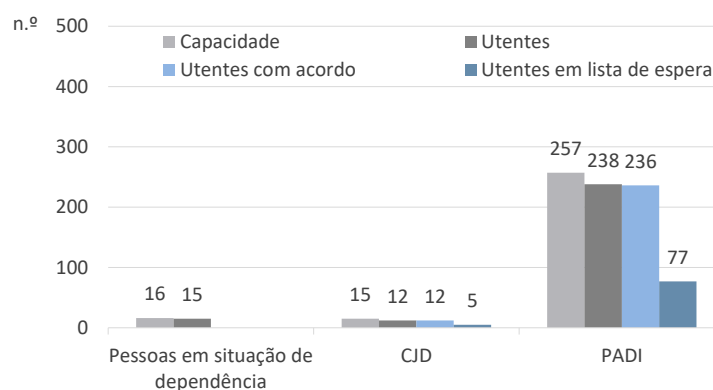


Figura 55 [A e B]. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

No que se refere à repartição dos utentes, evidenciam-se as respostas sociais dedicadas à às crianças e jovens (847) e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (525), que superam claramente as respostas sociais destinadas à família e comunidade (476).

Numa posição mais distanciada aparecem as respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência ou incapacidade (250).

Deste modo, confirma-se a forte centralidade das políticas de apoio à infância, juventude e famílias em situação de vulnerabilidade, traduzida no peso das creches e dos estabelecimentos de educação pré-escolar e no número de utentes apoiados pelo SAAS e pela AAC - Privação Material.

Relativamente aos utentes com acordo, as respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (437) são as que observam os valores mais expressivos, seguidas, de perto, das respostas sociais para as crianças e jovens (413). Em menor expressão surgem, as respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade (248).

No que respeita aos utentes em lista de espera, sobressaem novamente as respostas sociais voltadas para crianças e jovens, sobretudo devido à forte procura da resposta de creche (que representa 209 das 229 crianças em lista de espera). Também se evidenciam as respostas destinadas a pessoas idosas e/ou em situação de dependência, com especial destaque para a resposta de ERPI, que abrange 247 das 251 pessoas em lista de espera nesta população-alvo. Por fim, registam-se as respostas dirigidas a pessoas com deficiência ou incapacidade (82)¹⁵.

Ao analisar a capacidade instalada e a frequência, constata-se que as respostas sociais geridas por entidades de natureza solidária evidenciam uma predominância expressiva relativamente às de natureza pública e lucrativa (Figuras 56 e 57).

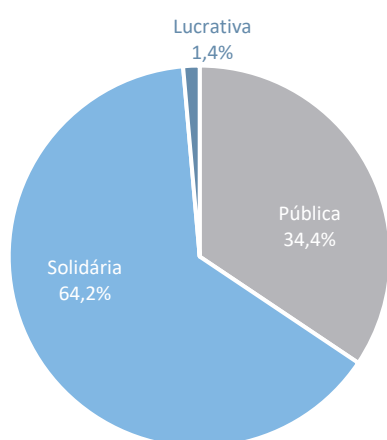


Figura 56. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

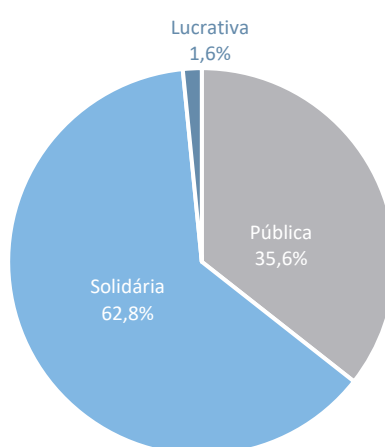


Figura 57. Uteses das respostas sociais segundo a natureza jurídica no concelho.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

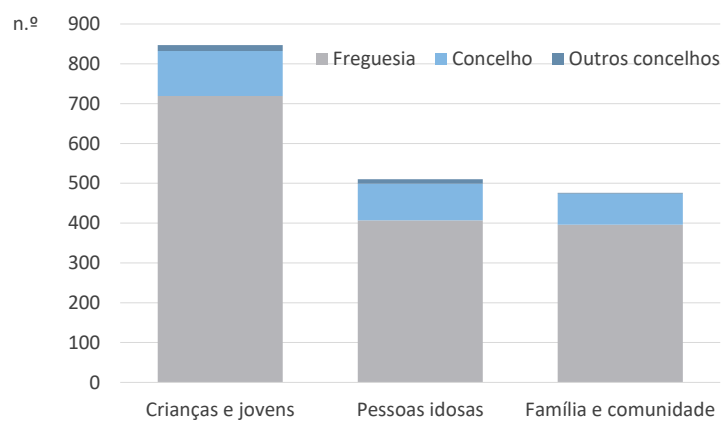
III.1.3.5. Área de influência

A análise da área de influência das respostas sociais por população-alvo põe em evidência a existência de diferentes padrões (Figura 58 e anexo XVIII). Nas respostas sociais de proximidade, geralmente vocacionadas para colmatar as necessidades das famílias durante o período diário nos dias úteis, o raio de implantação é maioritariamente municipal, acolhendo utentes do concelho e, sobretudo, da própria freguesia onde os equipamentos sociais se situam. São disso exemplo as creches, os estabelecimentos de educação pré-escolar, os CATL, os SAD e os CD. Em contraponto, nas respostas sociais que implicam institucionalização, funcionando, na generalidade, ao longo das 24 horas diárias e durante

¹⁵ As listas de espera apresentadas correspondem a valores indicativos, uma vez que, primeiro, estas não se encontram atualizadas na generalidade das instituições e, depois, é representativo o número de utentes inscritos em mais do que uma instituição.

os sete dias da semana, a área de abrangência geográfica é mais alargada, como é o caso das ERPI.

A - Crianças e jovens, pessoas idosas e família e comunidade



B - Pessoas em situação de dependência, crianças e jovens com deficiência e pessoas adultas com deficiência ou incapacidade

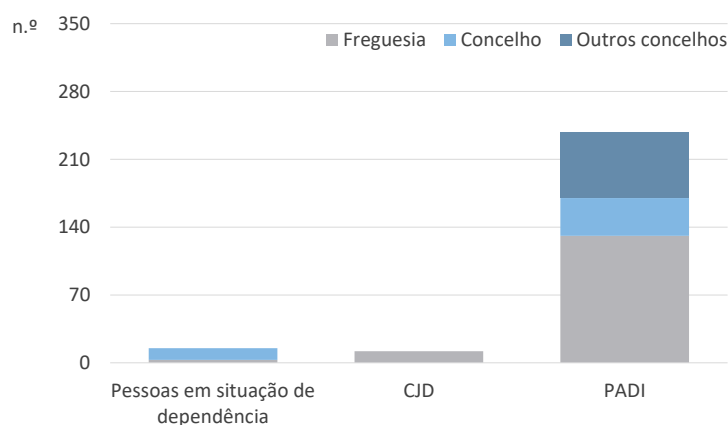


Figura 58 [A e B]. Área de influência das respostas sociais por população-alvo.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2. Análise das respostas por população-alvo

III.2.1. Crianças e jovens

III.2.1.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No concelho da Lousã identificam-se 17 respostas sociais destinadas a crianças e jovens, distribuídas por 4 creches, 6 estabelecimentos de educação pré-escolar e 7 CATL (Quadro 27 e anexo XIX). No que respeita à natureza jurídica das entidades gestoras, observa-se o predomínio da rede solidária, presente em todos os tipos de resposta social. A rede lucrativa encontra-se representada apenas numa resposta social de creche. Relativamente à resposta social de educação pré-escolar, verifica-se uma repartição entre a rede pública do Ministério da Educação, que representa 83,3 % das respostas, e a rede solidária, com 16,7%.

Quadro 27. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

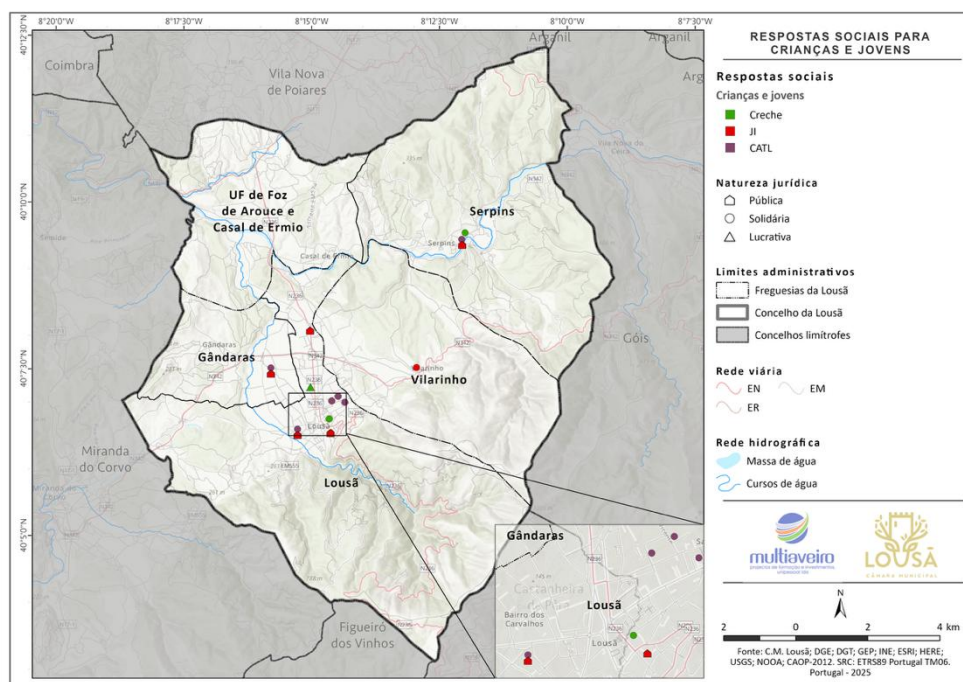
Natureza jurídica	Crianças e jovens			Total
	Creche	Jl	CATL	
	(n.º)			
Pub	0	5	0	5
Sol	3	1	7	11
Luc	1	0	0	1
Total	4	6	7	17

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

A análise da distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a crianças e jovens evidencia, por um lado, a ampla disseminação da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar pelo território municipal, com exceção da União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, que não dispõe de qualquer equipamento com esta resposta.

Nas freguesias de Serpins e Gândaras, verifica-se a existência de duas respostas sociais em cada uma, enquanto em Vilarinho está presente apenas uma resposta social.

Esta distribuição confirma a centralidade da freguesia da Lousã, que concentra 12 das 17 respostas existentes, englobando a maioria das respostas de creche, educação pré-escolar e CATL, e evidencia igualmente a predominância da rede solidária, responsável por garantir a cobertura territorial das respostas sociais no concelho (Mapa 17).



Mapa 17. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

III.2.1.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização¹⁶

Numa análise global à capacidade e aos utentes, constatamos que a capacidade instalada é superior à procura registada em todas as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens (Quadro 28 e anexos XX, XXI e XXII). A realidade descrita traduz-se numa taxa de utilização

¹⁶ Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e a capacidade total da resposta social em análise $[(\text{número total de utentes da resposta social} / \text{capacidade total da resposta social}) \times 100]$.

global de 91,2% na resposta social de creche, 85,6% na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, 67,9% na resposta social de CATL.

Relativamente à natureza jurídica da resposta de estabelecimento de educação pré-escolar, observa-se que a taxa de utilização é superior na rede solidária (100%), comparativamente à registada na rede pública (84,8%), o que evidencia a importância do setor solidário na cobertura e equilíbrio da oferta existente. No que respeita à resposta social de creche, embora a taxa global de utilização se situe nos 91,2%, destaca-se a freguesia de Serpins, onde se regista uma taxa de ocupação total (100%). Já nos estabelecimentos de educação pré-escolar, as freguesias de Vilarinho e Gândaras apresentam igualmente taxas de utilização de 100%, refletindo uma procura elevada e constante.

Em termos de lista de espera, todas as respostas registam utentes em situação de espera por vaga. A resposta social de creche concentra a maior parte dos casos (209 dos 229 utentes em lista de espera), seguindo-se os CATL's, com 15 e os estabelecimentos de educação pré-escolar, com cinco utentes. Esta análise permite concluir que a maior carência se verifica ao nível da resposta social de creche, evidenciando uma insuficiência de lugares disponíveis para crianças até aos três anos¹⁷. Nas restantes respostas, embora com expressão mais reduzida, a existência de listas de espera traduz algumas fragilidades na rede instalada, que importa considerar no planeamento de futuras respostas sociais, de modo a reforçar a equidade territorial e a garantir uma melhor adequação às necessidades das famílias.

Quadro 28. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens.

Indicador	Unidade de medida	Crianças e jovens										
		Creche			JI			CATL	Total			
		Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Total	Sol	Pub	Sol	Luc	Total
Capacidade	n.º	184	33	217	400	25	425	420	400	629	33	1 062
Utentes	n.º	165	33	198	339	25	364	285	339	475	33	847
Utentes com acordo	n.º	153	NA	153	NA	20	20	240	NA	413	NA	413
Utentes em lista de espera	n.º	187	22	209	0	5	5	15	0	207	22	229
Taxa de utilização	%	89,7	100,0	91,2	84,8	100	85,6	67,9	84,8	75,5	100,0	79,8

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

¹⁷ Os dados relativos à lista de espera na resposta social de creche foram disponibilizados pelas próprias entidades sociais. Importa referir que o número de crianças em lista de espera poderá incluir situações de duplicação, uma vez que a mesma criança pode encontrar-se inscrita em mais do que um equipamento em simultâneo. A lista de espera atual (fevereiro de 2026) é de 57 crianças.

Crianças e jovens

1.062

Capacidade



847

Utentes



413

Utentes com acordo de cooperação com a SS



229

Lista de espera



79,8%

Taxa de utilização



Por fim, relativamente aos utentes com acordo na rede solidária, verifica-se que estes representam 48,8% da frequência total e 81,3% da frequência na rede solidária. Por resposta social, e restringindo a análise ao número de utentes na rede solidária, observa-se que é nas respostas sociais de CATL (84,2%) e estabelecimento de educação pré-escolar (80%) que os utentes com acordo assumem maior expressão. Seguem-se as respostas sociais de creche (77,3%), onde a sua representatividade é igualmente relevante.

III.2.1.3. Taxa de cobertura¹⁸

Numa outra perspetiva de análise (Figura 59), a observação da taxa de cobertura¹⁹ referente ao ano de 2023 para as respostas sociais dirigidas à primeira infância (creche e ama) revela-nos que o valor do concelho da Lousã (56,8%) é ligeiramente superior ao valor do Continente (55,2%). Confirmando a realidade descrita, este valor encontra-se muito acima do valor adotado em dezembro de 2022, pelo Conselho da UE, como objetivo para 2030 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos (45%)²⁰.

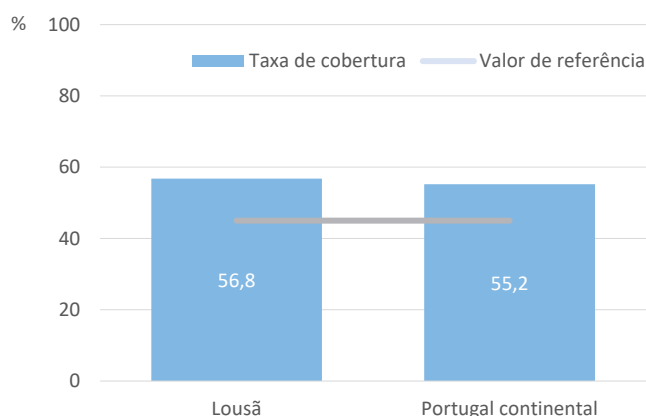


Figura 59. Taxa de cobertura das respostas sociais para primeira infância em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para a primeira infância (creche e ama): população residente com idade inferior a 3 anos em 2021.

¹⁸ A Carta Social do GEP/MTSSS apenas disponibiliza a taxa de cobertura para a primeira infância (creche e ama), para as pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) e para as pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR).

¹⁹ Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados a capacidade total e a população de referência da resposta social em análise $[(\text{capacidade total da resposta social} / \text{população de referência}) \times 100]$.

²⁰ Valor adotado em dezembro de 2022, pelo Conselho da UE, como objetivo para 2030 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos e que resulta da revisão da meta definida em 2002, pelo Conselho Europeu de Barcelona, como objetivo para 2010 (33%).

Apesar deste indicador positivo, a análise revela também limitações estruturais, uma vez que a taxa de cobertura é calculada a nível global, podendo ocultar assimetrias territoriais internas. Em particular, nas freguesias mais povoadas, onde a procura é mais elevada, verifica-se uma insuficiência de vagas, traduzida em listas de espera significativas. Assim, ainda que o concelho apresente um valor global superior às referências nacional e europeia, subsiste a necessidade de reforçar a resposta de creche em zonas de maior densidade populacional, garantindo maior equilíbrio e equidade territorial no acesso a este tipo de serviço.

III.2.1.4. Área de influência

Nas respostas sociais direcionadas às crianças e jovens, vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, observa-se que a área de influência destas respostas é maioritariamente de âmbito municipal, com uma clara concentração de utentes residentes na própria freguesia e no concelho onde os equipamentos se localizam (Figura 60 e anexo XVIII). Esta realidade confirma o carácter de proximidade que caracteriza as respostas sociais dirigidas à infância, refletindo a importância das dinâmicas locais de prestação de serviços sociais e educativos.

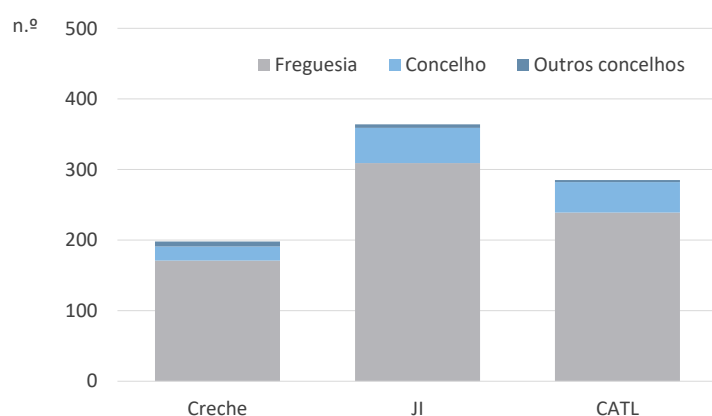


Figura 60. Área de influência das respostas sociais para crianças e jovens.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Os dados disponíveis indicam que a maioria dos utentes frequenta equipamentos situados na sua freguesia de residência (719 crianças e jovens), seguindo-se os que residem noutras freguesias do mesmo concelho (113) e, em menor número, os provenientes de outros concelhos (15). Esta distribuição reforça a natureza de respostas de proximidade, concebidas para apoiar as famílias localmente, garantindo uma resposta mais imediata e ajustada às necessidades quotidianas das crianças e dos encarregados de educação.

A presença, ainda que residual, de utentes provenientes de outros concelhos poderá estar associada à proximidade geográfica e facilidade de acessos, mas também à reputação e qualidade percebida dos serviços prestados, fatores que contribuem para a mobilidade entre territórios limítrofes. Esta situação revela igualmente o papel intermunicipal de alguns equipamentos, que, embora ancorados localmente, acabam por funcionar como polos de atração educativa e social no contexto territorial mais alargado.

III.2.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência

III.2.2.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No concelho da Lousã existem 15 respostas sociais vocacionadas para o apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência, nomeadamente 7 SAD's, 5 CD's, 2 ERPI's e 1 ECCI (Quadro 29 e anexo XXIII). A análise da natureza jurídica das entidades gestoras permite constatar que predomina a rede solidária, presente em todas as respostas sociais, com exceção da resposta da rede geral da RNCCI, de natureza pública.

A análise da distribuição territorial destas respostas (Mapa 18) evidencia uma abrangência significativa da rede de apoio, com presença de serviços em todas as freguesias do concelho. As respostas de SAD e CD encontram-se disseminadas por todo o território, assegurando um apoio de proximidade às populações envelhecidas, enquanto as respostas de ERPI se localizam exclusivamente nas freguesias de Lousã e Vilarinho, refletindo a concentração das respostas residenciais nos territórios mais centrais e populosos.

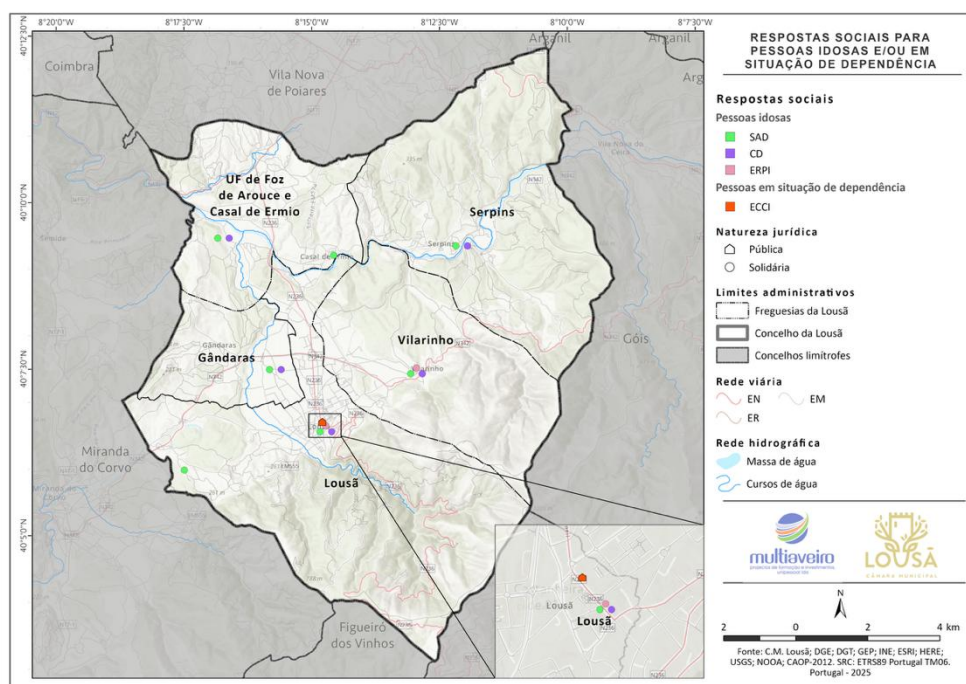
A única ECCI da rede geral da RNCCI encontra-se igualmente localizada na freguesia da Lousã, reforçando o papel desta freguesia como polo central de serviços de saúde e apoio social e demonstrando a articulação existente entre a rede social e os cuidados continuados.

De forma global, observa-se uma maior concentração de respostas sociais nas freguesias da Lousã (5), UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (3) e Vilarinho (3), o que traduz uma maior densidade de serviços sociais nestes territórios, coerente com o seu peso populacional no contexto concelhio. Esta concentração confirma o papel destas freguesias enquanto núcleos estruturantes da RSES.

Quadro 29. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Natureza jurídica	Pessoas idosas				Pessoas em situação de dependência	Total
	SAD	CD	ERPI	Sub-total	ECCI	
	(n.º)					
Pub	0	0	0	0	1	1
Sol	7	5	2	14	0	14
Luc	0	0	0	0	0	0
Total	7	5	2	14	1	15

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 18. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

III.2.2.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização

A análise dos valores globais de capacidade e de utentes (Quadro 30 e anexos XXIV a XXVI) evidencia que a capacidade instalada é ligeiramente superior à procura registada nas respostas sociais de SAD e CD. No SAD, a capacidade atinge 285 lugares face a 275 utentes, enquanto no CD são disponibilizados 135 lugares para 116 utentes.

Pessoas idosas e/ou em situação de dependência

555

Capacidade



525

Utentes



437

Utentes com acordo de cooperação com a SS



251

Lista de espera



94,6%

Taxa de utilização



Estes valores correspondem a uma taxa de utilização de 96,5% no SAD e de 85,9% no CD. Como consequência do diferencial existente entre capacidade e procura, as listas de espera são residuais, verificando-se apenas 8 utentes no SAD.

Quadro 30. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Indicador	Unidade de medida	Pessoas idosas				Pessoas em situação de dependência
		SAD	CD	ERPI	Total	ECCI
		Sol	Sol	Sol	Sol	Pub
Capacidade	n.º	285	135	119	539	16
Utentes	n.º	275	116	119	510	15
Utentes com acordo	n.º	237	96	104	437	NA
Utentes em lista de espera	n.º	4	0	247	251	NA
Taxa de utilização	%	96,5	85,9	100,0	94,6	93,8

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

No que respeita à resposta social de ERPI, observa-se uma ocupação total, com os 119 lugares preenchidos, correspondendo a uma taxa de utilização de 100%. A existência de uma lista de espera de 247 utentes evidencia a insuficiência da oferta face às necessidades do concelho, o que aponta para a pressão crescente sobre este tipo de resposta social, refletindo a alta demanda por serviços residenciais para pessoas idosas e dependentes.

Relativamente à resposta da rede geral da RNCCI (ECCI), dos 16 lugares disponíveis, 15 estão ocupados, resultando numa taxa de utilização de 93,8%.

Por fim, no que diz respeito aos utentes com acordo, verifica-se que estes representam 85,7% da frequência total, o que confirma a importância da rede solidária neste contexto. Analisando apenas as respostas sociais da rede solidária, destaca-se a resposta de ERPI, onde os utentes com acordo representam 87,4% da ocupação, seguida pelo SAD (86,2%) e pelo CD (82,8%), revelando que as respostas solidárias têm um papel preponderante na cobertura das necessidades sociais, especialmente nas respostas residenciais e de apoio domiciliário.

III.2.2.3. Taxa de cobertura

A análise da taxa de cobertura em 2023 das respostas sociais destinadas a pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) mostra que, nas respostas de SAD e CD, os valores do concelho da Lousã se situam ligeiramente acima da média do Continente (Figura 61). Em contrapartida, na resposta social de ERPI, o concelho apresenta um valor inferior ao registado a nível nacional (5,8% face a 8,7%), revelando uma menor taxa de cobertura nesta tipologia.

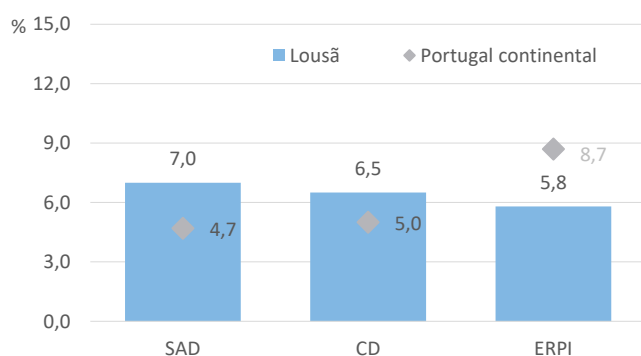


Figura 61. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para as pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI):

- SAD idosos: população residente com idade igual ou superior a 65 anos em 2021;
- CD: população residente com idade igual ou superior a 65 anos e inferior a 75 anos em 2021;
- ERPI: população residente com idade igual ou superior a 75 anos em 2021.

III.2.2.4. Área de influência

As respostas sociais que visam apoiar as pessoas idosas apresentam dois padrões distintos (Figura 62 e anexo XVIII). As respostas sociais de SAD e CD, como seria exetável, acolhem maioritariamente utentes originários da própria freguesia de implantação dos equipamentos sociais, refletindo o seu carácter de proximidade. Aproximadamente 78,9% dos utentes do SAD e 80,2% dos utentes do CD residem na freguesia de instalação da resposta social, o que demonstra a forte concentração de utentes locais nestas respostas sociais. De igual forma, os utentes provenientes das outras freguesias do concelho representam 17,5% para o SAD e 19,8% para o CD, indicando que, embora a maior parte dos utentes seja residente nas freguesias de origem, há também uma procura significativa a nível concelhio.

Por outro lado, a resposta social de ERPI, embora também acolha utentes maioritariamente da freguesia de implantação (com 81,5% dos utentes), apresenta uma grande dispersão territorial, com uma representação de 17,6% dos utentes provenientes das outras freguesias do concelho e apenas 0,8% de outros concelhos.

Por sua vez, a ECCI apresenta, naturalmente, uma área de influência estritamente municipal.

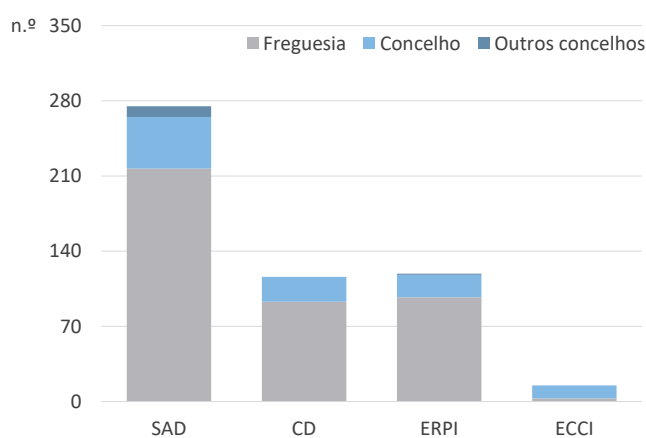


Figura 62. Área de influência das respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

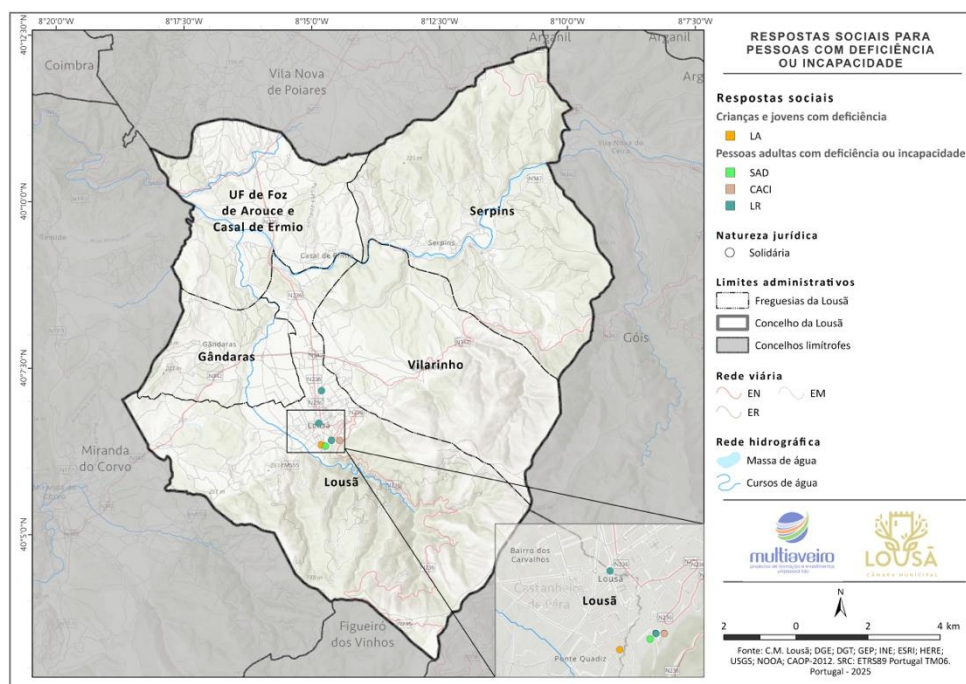
III.2.3.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No concelho da Lousã encontram-se em funcionamento oito respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidade, designadamente 1 LA, 2 CACI, 4 LR e 1 SAD, todas integradas na rede solidária (Quadro 31, mapa 19 e anexo XXVII). Importa destacar que todas estas respostas sociais estão concentradas na freguesia da Lousã, refletindo uma centralização da oferta de serviços para pessoas com deficiência ou incapacidade nesta freguesia.

Quadro 31. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Natureza jurídica	Pessoas com deficiência ou incapacidade				Total
	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade			
	LA	CACI	LR	SAD	
	(n.º)				
Sol	1	2	4	1	8

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

III.2.3.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização

A capacidade instalada das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade totaliza 272 lugares, dos quais 250 se encontram ocupados, o que corresponde a uma taxa de utilização global de 91,5% (Quadro 32). Todas as respostas apresentam taxas próximas da lotação máxima, destacando-se o LR, com 100%, e os CACI, com 92%. A maioria esmagadora dos utentes (248 de 250) possui acordo, o que reforça o papel central da rede solidária e da comparticipação pública no acesso a estas respostas, garantindo que a maior parte dos utentes tenha apoio financeiro e institucional.

A análise da lista de espera revela carências evidentes de lugares disponíveis, uma vez que quase todas as respostas sociais registam utentes em espera. Em particular, destaca-se a resposta de LR, com 69 utentes em lista de espera, seguida pela resposta social de LA, com 5 utentes, pelos CACI, com 5 utentes, e, por fim, o SAD, com 3 utentes. Esta situação sublinha a pressão crescente sobre a rede de respostas sociais, evidenciando a necessidade de aumentar a capacidade para dar resposta à procura crescente por serviços de apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade.

Pessoas com deficiência ou incapacidade

272

Capacidade



250

Utentes



248

Utentes com acordo de cooperação com a SS



82

Lista de espera



91,9%

Taxa de utilização



Quadro 32. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Indicador	Unidade de medida	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência			Total
		Lar de apoio	CACI	LR	SAD	
		Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
Capacidade	n.º	15	150	67	40	272
Utentes	n.º	12	138	67	33	250
Utentes com acordo	n.º	12	138	66	32	248
Utentes em lista de espera	n.º	5	5	69	3	82
Taxa de utilização	%	80,0	92,0	100,0	82,5	91,9

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.3.3. Taxa de cobertura

A análise da taxa de cobertura em 2023 das respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR) revela que o concelho da Lousã apresenta valores significativamente superiores aos registados a nível do Continente.

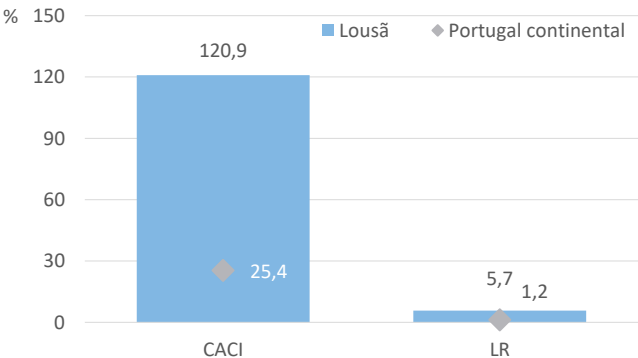


Figura 63. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para as pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR): população residente com deficiência com 16 ou mais anos em 2021. Para inferência da população residente com deficiência com 16 ou mais anos é utilizada a proporção de indivíduos com 15 ou mais anos com pelo menos uma dificuldade identificada a partir dos Censos de 2011 e, assumindo que essa proporção e distribuição geográfica se mantém inalterada, é extrapolada a população-alvo com base nas estimativas da população residente em 2021.

Na resposta social de CACI, a taxa de cobertura local atinge 120,9%, contrastando com os 25,4% observados a nível nacional, o que demonstra uma oferta de serviços local muito

mais robusta em comparação com a média nacional. Já na resposta social de LR, o valor local é de 5,7%, superior à média nacional de 1,2%, evidenciando também uma oferta localmente mais consolidada, embora ainda com um valor relativamente baixo, que reflete a necessidade de expandir a capacidade para atender a uma procura crescente. (Figura 63).

III.2.3.4. Área de influência

As respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade na Lousã têm uma área de ação predominantemente municipal e local, uma vez que 72,8% dos utentes residem no concelho. Deste total, 57,2% residem na própria freguesia de implantação da resposta social, enquanto 15,6% residem nas restantes freguesias do concelho. Por outro lado, cerca de 68 utentes (27,2%) provêm de outros concelhos, o que revela uma expressiva procura supramunicipal por estas respostas sociais (Figura 64 e anexo XVIII).

As respostas de CACI e LR destacam-se por atrair um número considerável de utentes de fora do concelho, com 31,9% dos utentes de CACI e 35,8% dos utentes de LR oriundos de outros concelhos, refletindo a atração regional e a qualidade percebida destes serviços, que fazem com que o concelho da Lousã seja um polo de referência no apoio a pessoas com deficiência ou incapacidade.

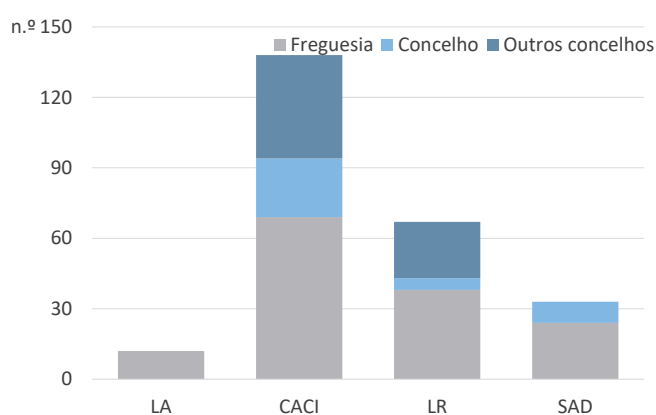


Figura 64. Área de influência das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.4. Família e comunidade

III.2.4.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

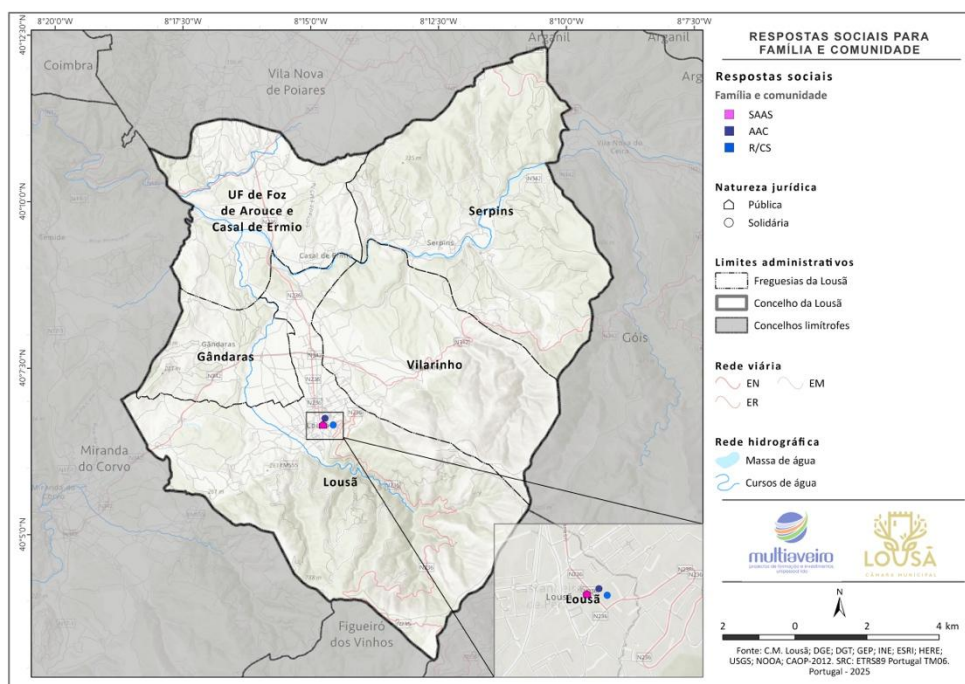
No concelho da Lousã encontram-se em funcionamento 3 respostas sociais direcionadas à família e comunidade, distribuídas por 1 SAAS, 1 AAC (Privação Material) e 1 R/CS. Destaca-se a clara predominância da rede solidária, que assegura 2 destas respostas, face à rede pública, responsável apenas por 1 (Quadro 33 e anexo XXVIII).

Quadro 33. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

Natureza jurídica	SAAS	AAC (Privação Material)	R/CS	Total
	(n.º)			
Pub	1	0	0	1
Sol	0	1	1	2
Total	1	1	1	3

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

O mapa de distribuição territorial das respostas sociais dirigidas à família e comunidade no concelho da Lousã evidencia uma forte concentração destas respostas na freguesia da Lousã, onde se localiza a maioria dos equipamentos e serviços de apoio. Esta concentração reflete o peso demográfico e funcional desta freguesia, que assume um papel central na prestação de serviços de proximidade e no apoio às famílias e à comunidade, funcionando como o principal polo agregador da rede social concelhia (Mapa 20).



Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

III.2.4.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização

A análise da taxa de utilização das respostas sociais destinadas à família e comunidade, nas tipologias em que o conceito de capacidade se aplica, evidencia alguns contrastes relevantes (Quadro 34). As respostas sociais de AAC (Privação Material) e R/CS apresentam taxas de utilização de 100%, revelando um funcionamento em plena capacidade, o que reflete a procura constante por apoios de natureza alimentar e material, associados a situações de vulnerabilidade económica e social. Também a resposta de SAAS regista um valor elevado (98,3%), evidenciando que esta tipologia funciona muito próxima da sua lotação máxima.

De forma global, estas taxas de utilização revelam que as respostas dirigidas à família e comunidade operam num nível de saturação elevado, refletindo a pressão crescente sobre os serviços de apoio social e a necessidade de reforçar recursos humanos e financeiros para garantir a manutenção da qualidade do acompanhamento e a capacidade de resposta perante o aumento das situações de carência.

Família e comunidade

483

Capacidade



476

Utentes



98,6%

Taxa de utilização



Quadro 34. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade.

Indicador	Unidade de medida	SAAS	AAC (Privação Material)	R/CS	Total		
		Pub	Sol	Sol	Pub	Sol	Total
Capacidade	n.º	400	73	10	400	83	483
Utentes	n.º	393	73	10	393	83	476
Utentes com acordo	n.º	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Utentes em lista de espera	n.º	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de utilização	%	98,3	100,0	100,0	98,3	100,0	98,6

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.4.3. Área de influência

As respostas sociais dirigidas à família e comunidade apresentam um raio de abrangência predominantemente municipal, o que confirma o seu carácter de proximidade e a vocação local destas estruturas de apoio (Figura 65 e anexo XXIX). A presença de utentes provenientes de outros concelhos verifica-se apenas na resposta social de SAAS, ainda que com valores residuais.

De forma global, observa-se que 83,2% dos utentes residem na freguesia da Lousã, enquanto 16,4% pertencem às restantes freguesias do concelho, evidenciando a forte concentração da procura na freguesia onde se localizam estas respostas. Apenas 0,4% dos utentes são oriundos de outros concelhos, o que confirma que a escala de atuação destas respostas é essencialmente local, orientada para o acompanhamento e apoio às famílias residentes no território concelhio.

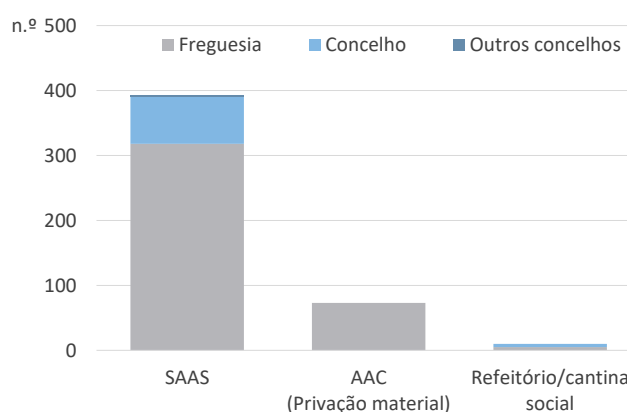


Figura 65. Área de influência das respostas sociais para família e comunidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

IV. OUTROS PROGRAMAS, PROJETOS E RECURSOS SOCIAIS

Além da RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, no concelho da Lousã encontram-se um conjunto de outros programas, projetos e recursos sociais que complementam a rede de respostas às carências e problemáticas sociais crescentes evidenciadas pela população, integrando respostas que não são exclusivas da área social, caracterizadas por uma interseção de áreas, nomeadamente entre a área social e a saúde, entre a área social e a educação e entre a área social e o emprego, bem como respostas que foram surgindo no território em resultado da iniciativa e da flexibilidade adaptativa da sociedade civil, do tecido organizacional, da autarquia ou das freguesias, que procuram responder a necessidades sociais e demográficas emergentes, decorrentes da natural evolução da sociedade, bem como de contextos de crise.

IV.1. Processos de rendimento social de inserção

O RSI consiste numa resposta integrada, sistemática e multidimensional que intervém junto das famílias, através de um acompanhamento efetivo, com vista a criar condições para percursos de autonomia, a partir do desenvolvimento de ações conducentes à promoção da inserção social dos beneficiários. Este percurso de inserção social inclui, primeiramente, o diagnóstico familiar e, depois, a negociação do contrato de inserção e a aplicação de estratégias de acompanhamento e respetiva avaliação contínua, tendo como grande objetivo a autonomização dos beneficiários.

No concelho da Lousã o RSI é da responsabilidade do Núcleo Local de Inserção (NLI), que assegura o acompanhamento de 175 processos ativos nas 5 unidades territoriais que constituem o território concelhio (Quadro 35). Refletindo o seu peso populacional no

contexto concelhio, Lousã é a unidade territorial que apresenta o maior número de processos ativos (120 processos). Seguem-se, com valores bastante distanciados, as unidades territoriais de Vilarinho (20 processos), da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (16 processos) e de Serpins (14 processos). Em último lugar surge a unidade territorial das Gândaras (5 processos).

Quadro 35. Processos de RSI, 2024.

Freguesia	Processos ativos	Processos cancelados
	(n.º)	
Gândaras	5	1
Lousã	120	30
Serpins	14	3
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	16	3
Vilarinho	20	3
Total	175	40

Fonte: Dados disponibilizados pela CML/UISS.

IV.2. Cantinas sociais (âmbito do PES)

As cantinas sociais inserem-se na rede solidária das cantinas sociais e constituem-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Social (PES) da Segurança Social, que tem como finalidade colmatar as necessidades ao nível da alimentação das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através do fornecimento de refeições.

Este programa de emergência alimentar permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas confeccionadas na instituição para consumo no domicílio.

No concelho da Lousã existem duas cantinas sociais para apoiar as pessoas e/ou famílias mais carenciadas, a da Santa Casa da Misericórdia da Lousã (SCML) e a da ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã, as quais se traduzem num total de 18 refeições protocoladas e 15 refeições distribuídas (Quadro 36).

Quadro 36. Refeições protocoladas e distribuídas por cantina social (âmbito do PES).

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Refeições protocoladas	Refeições distribuídas
			(n.º)	
Lousã	SCML	SCML	10	9
Vilarinho	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	8	6
Total			18	15

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Observando o número de refeições distribuídas por freguesia (Quadro 37 e figura 66), destaca-se a unidade territorial da Lousã, com 6 refeições distribuídas (4 na cantina social da SCML e 2 na cantina social da ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã). Numa posição intermédia encontram-se as unidades territoriais da UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio, com 4 refeições distribuídas (2 na cantina social da SCML e 2 na cantina social da ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã), e das Gândaras, com 3 refeições distribuídas (2 na cantina social da SCML e 1 na cantina social da ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã). Por fim, aparecem as unidades territoriais de Serpins e Vilarinho, ambas com apenas uma refeição distribuída, a primeira na cantina social da SCML e a segunda na cantina social da ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã.

Quadro 37. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES.).

Freguesia	SCML	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	Total
	(n.º)		
Gândaras	2	1	3
Lousã	4	2	6
Serpins	1	0	1
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	2	2	4
Vilarinho	0	1	1
Total	9	6	15

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

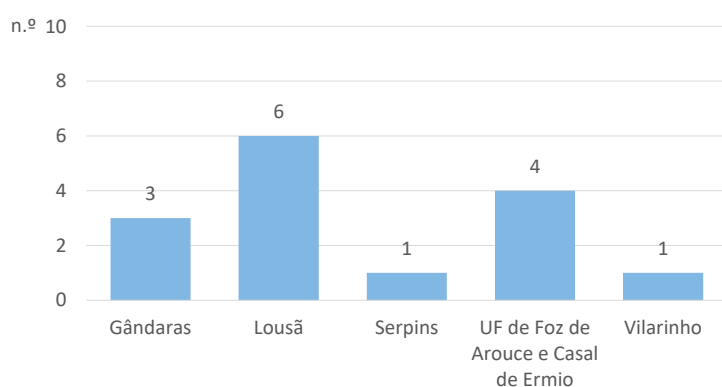


Figura 66. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES.).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

IV.3. Outras ações e medidas sociais

Num contexto de evolução permanente da sociedade portuguesa, é fundamental que a área social mude de atitude, adquira novos saberes e repense o modelo de atuação, no sentido de satisfazer as exigências crescentes da população. É neste quadro que, com vista a reforçar a RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, se encontram em funcionamento no concelho da Lousã um conjunto de outras ações e medidas sociais capazes de apoiar na resposta às carências e problemáticas sociais evidenciadas pela população (Quadro 38).

Estas ações e medidas sociais respondem a populações-alvo já apoiadas pelas respostas típicas, a saber, crianças e jovens, pessoas idosas e/ou em situação de dependência, pessoas

com deficiência ou incapacidade e família e comunidade, mas, também, a populações-alvo não abrangidas pela RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, a saber, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante e pessoas vítimas de violência doméstica (PVVD).

Quadro 38. Outras ações e medidas sociais.

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	SPOT GAMES e MyPolis	Academia MyPolis	Crianças e jovens	Trata-se de uma ferramenta que transforma a sala de aula num espaço de jogo e os professores em gamemasters. É um programa que apoia o professor na dinamização da unidade curricular de Cidadania e Desenvolvimento, abrangendo todos os domínios definidos pela DGE. Tem como objetivo principal formar cidadãos conscientes, responsáveis e participativos numa sociedade democrática, promovendo a Educação para a Cidadania: ser cidadão responsável e consciente dos seus direitos e deveres, valorizando a dimensão ética, a responsabilidade, a disciplina e a participação. A intervenção decorre em contexto escolar e baseia-se em metodologias ativas e inovadoras, recorrendo às tecnologias de informação e comunicação. Os alunos adquirem conhecimentos sobre temas selecionados, submetem propostas através de uma aplicação digital, votam nas ideias apresentadas e implementam a proposta vencedora na sua escola, tornando-se agentes de mudança. O projeto destina-se a todos os alunos do Agrupamento de Escolas da Lousã, desde o 2.º CEB até ao ensino secundário.
CML	AE da Lousã	AAAF	Crianças e jovens	Destina-se a crianças dos 3 aos 6 anos que frequentam os jardins de infância da rede pública da Lousã e visa assegurar o acompanhamento de crianças na educação pré-escolar antes e após o horário letivo, bem como durante as interrupções escolares. Tem como objetivos proporcionar um ambiente lúdico, estável, seguro e afetivo, respeitando as rotinas e o direito das crianças ao brincar e ao lazer. Este serviço também responde às necessidades das famílias, sobretudo dos pais trabalhadores, oferecendo momentos distintos de apoio.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
Activar - Associação de Cooperação da Lousã	CML, Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), Status - EP da Lousã, AE da Lousã e Arauz - Associação de Jovens da Lousã	EspacoJ E9G	Crianças e jovens	Trata-se de um projeto da associação ACTIVAR dirigido a crianças e jovens dos 10 aos 25 anos em situação de vulnerabilidade no concelho da Lousã. Desenvolve-se em ambiente informal e não formal, promovendo o sucesso escolar, a formação e qualificação profissional, o desenvolvimento de competências (incluindo digitais), a cidadania ativa e a dinamização comunitária. A intervenção decorre em articulação com escolas e entidades locais, com atividades regulares de apoio educativo, robótica, orientação vocacional, participação cultural e voluntariado.
CML	Entidades públicas e privadas do concelho da Lousã	Férias Ativas	Crianças e jovens	Destina-se a crianças e jovens dos 6 aos 14 anos e visa ocupar os tempos livres nas pausas letivas do Natal, Páscoa e Verão, através de atividades físicas, desportivas, culturais e recreativas. Desenvolvido em diversos espaços municipais, o programa promove o desenvolvimento pessoal, social e educativo dos participantes, ao mesmo tempo que apoia as famílias na gestão dos períodos de interrupção escolar. Entre os principais objetivos estão o incentivo à prática regular de atividade física, a promoção de estilos de vida saudáveis e a oferta de momentos de lazer e socialização.
Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares (ADSCCL)	CML, Efapel, Sétima Geração, AE da Lousã, Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho, Sociedade Filarmónica Lousanense e FPCEUC	Fortaleza de Afetos	Crianças e jovens	Trata-se de um serviço multidisciplinar de acompanhamento de crianças e jovens do concelho da Lousã em situação de vulnerabilidade que comprometa o seu crescimento e evolução. O projeto terá a duração de 36 meses, com início em março de 2024, sendo cofinanciado pelo Centro 2030 – Portugal Inovação Social, com investimento social da Câmara Municipal da Lousã, Efapel, Sétima Geração Lda. A intervenção será desenvolvida em diversos contextos – escolas, comunidade e sede da ADSCCL – e assenta numa metodologia multidisciplinar, inovadora e adaptada a cada caso, através de ações individuais e de grupo, promovendo o bem-estar emocional, a capacitação pessoal e social e o envolvimento comunitário. Entre os principais objetivos destacam-se: - Redução em 50% dos níveis de ansiedade e depressão entre os participantes; - Diminuição de 10% nas ocorrências disciplinares (diminuição da incidência da agressividade, violência, bullying e indisciplina na escola); - Diminuição do insucesso escolar relativo e/ou absoluto em 10 % das crianças e jovens acompanhadas; - Melhor acesso a apoio especializado em saúde mental e dificuldades de aprendizagem; - Redução em 10% das sinalizações de risco; - Promoção de escolhas vocacionais mais ajustadas e felizes. O projeto destina-se a 300 crianças e jovens entre os 0 e os 29 anos em situação de vulnerabilidade, com impacto indireto estimado em mais de 1000 crianças e jovens e cerca de 500 adultos (pais/educadores), bem como na capacitação de pelo menos 50 profissionais de educação.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	USF Serra da Lousã, USF Aldeias de Xisto, UCC Arouce (Lousã), Aflopinhal, ANPC, FBDC, BVS, ANBP, Baldios da Lousã, Conselho Directivo dos Baldios dos Lugares da Extinta Freguesia de Vilarinho, Fundação Floresta Unida, AE da Lousã, APSI, ADAI, Águas do Centro Litoral e ICNF	Oficina de Segurança - Educar para o Futuro	Crianças e jovens	Destina-se a crianças da educação pré-escolar e 1.º CEB e tem como objetivo dotar o público-alvo de conhecimentos sobre os riscos e perigos a que estão expostos, incentivando a adoção consciente de atitudes de prevenção e emergência. Ambiciona proporcionar a aquisição de competências de autonomia, visando cidadãos responsáveis, participativos e atentos. O projeto conta com quatro mascotes que representam diferentes áreas temáticas e utiliza jogos, visitas guiadas e espetáculos musicais para sensibilizar os mais novos e, indiretamente, a comunidade em geral. Com mais de 40.000 visitantes, a iniciativa combina educação, criatividade e cidadania, e já é reconhecida a nível local e nacional.
CML	AE da Lousã	Plataforma Educativa Digital “Escola Virtual”	Crianças e jovens	Assenta numa plataforma de ensino-aprendizagem personalizada através da qual se disponibiliza as matérias curriculares das principais disciplinas do Currículo Nacional, com o recurso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e que permite aos utilizadores a possibilidade de abordarem o estudo de um modo integrado e credível através da Internet, ajudando a consolidar os conhecimentos adquiridos na sala de aula, promovendo a autonomia no estudo e constituindo um veículo de aprendizagem e teste das matérias curriculares multimédia e interativo. Utilizando as TIC, permite uma aprendizagem personalizada, promovendo a autonomia dos alunos e consolidando os conhecimentos adquiridos na sala de aula. Destina-se a todos os alunos do concelho, do Pré-Escolar ao 12.º ano, e a todo o corpo docente, garantindo igualdade no acesso a recursos educativos, especialmente para alunos com apoio social escolar. Foram atribuídas cerca de 2.000 licenças para alunos e 200 para docentes, num investimento municipal de cerca de 50.000€ para os anos letivos de 2022/2023 e 2023/2024.
Rede de Bibliotecas da Lousã (escolares e municipal)	AE da Lousã, livrarias locais, editoras e escritores dos livros selecionados, entidades que oferecem livros à Rede de Bibliotecas da Lousã (escolares e municipal), entre outras	Projeto de Promoção de Leitura - O Prazer de Ler	Crianças e jovens	Tem como objetivo incentivar o gosto pela leitura junto das crianças e jovens do concelho. Consiste na realização de atividades de animação e mediação da leitura realizadas em tempo letivo, com duração de cerca de 45 minutos e mediante inscrição dos docentes. Sob o tema “O Prazer de Ler” são tratados diversos temas, nomeadamente alguns dos enquadrados pela Rede de Bibliotecas Escolares, bem como outros de particular pertinência para o território, como a inclusão das pessoas com deficiência, a igualdade de género, a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável ou os hábitos alimentares saudáveis. O projeto destina-se aos alunos do 1.º e 2.º anos do 1.º CEB e às Salas Mediadoras de Aprendizagem e as sessões são pensadas para estimular não só o prazer de ler, mas também a reflexão e a aprendizagem sobre questões sociais e educativas.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	AE da Lousã	Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares	Crianças e jovens	O SABE presta apoio técnico, pedagógico e logístico às bibliotecas escolares, auxiliando-as em diversas áreas, como a seleção e aquisição de materiais, a catalogação de livros e material-não livro e a organização e identificação dos espaços, entre outras questões logísticas. O SABE promove a cooperação entre a biblioteca municipal e as bibliotecas escolares e envolve outras instituições, para ampliar o acesso aos recursos de informação.
CML	AE da Lousã	Toque e Tom	Crianças e jovens	Consiste em atividades lúdicas, com cerca de 45 minutos de duração, integradas no tempo letivo e planificadas em articulação com os Educadores de Infância. As sessões, ministradas por professores com formação específica em áreas como Desporto e Música, têm como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento das competências essenciais da educação pré-escolar. Estas atividades são realizadas em coadjuvação com os educadores, permitindo não só o enriquecimento das práticas pedagógicas, mas também a promoção do autoconhecimento, da autonomia, da socialização e das expressões motora e musical nas crianças. Desde o ano letivo 2011/2012, todas as crianças dos jardins de infância públicos da Lousã beneficiam gratuitamente deste projeto, financiado pela autarquia. Além das sessões práticas, há momentos de encontro entre os professores das diferentes áreas (Desporto, Música, Inglês) e os educadores de infância, nos quais se trocam estratégias e experiências de ensino-aprendizagem, reforçando a qualidade do trabalho educativo.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
SNIPi	ELI Vila Nova de Poiares/Lousã	IP	Crianças e jovens com deficiência	O SNIPi integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade do ME, do MTSSS e do MS dirigido a crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias e tem como missão garantir a IP na infância. A IP na infância pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio da educação, da área social e da saúde para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para: i) Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança; ii) Fortalecer as competências dos cuidadores; e iii) Promover os recursos das famílias e da comunidade. Estas ações devem ser realizadas nos ambientes habituais das crianças (e.g.: casa, creche, estabelecimento de educação pré-escolar, entre outros), durante as rotinas e atividades diárias, de forma a promover a participação da criança nas experiências de aprendizagem, partindo dos objetivos definidos pela família. A primeira infância é um momento notável de desenvolvimento cerebral. É nos primeiros anos que o desenvolvimento e a aprendizagem decorrem com maior rapidez. Assim sendo, estão criadas as condições para que a intervenção junto da criança contribua para o seu desenvolvimento futuro. Os primeiros anos de vida da criança são, também, uma fase de grande desafio para a família. As relações parentais e familiares vão-se construindo e é importante que a criança desenvolva sentimentos de segurança e de bem-estar e experimente várias atividades de aprendizagem ricas em estímulos. São objetivos do SNIPi: i) Assegurar às crianças a proteção dos seus direitos e o desenvolvimento das suas capacidades; ii) Identificar e referenciar todas as crianças que necessitam de IP; iii) Intervir em função das necessidades do contexto familiar de cada criança, de modo a prevenir ou reduzir os riscos de atraso no desenvolvimento; iv) Apoiar as famílias no acesso a serviços e recursos dos sistemas da educação, da segurança social e da saúde; e v) Envolver a comunidade através da criação de mecanismos articulados de suporte social. A organização do SNIPi é baseada na articulação entre os serviços do ME, do MTSSS e do MS. O SNIPi é coordenado pela Comissão de Coordenação Nacional, a qual é constituída por representantes do ME, do MTSSS e do MS, sendo que as competências de cada ministério se encontram claramente definidas no Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro. As Subcomissões de Coordenação Regional são constituídas por profissionais designados pelos três ministérios e têm como competências, entre outras, apoiar a Comissão de Coordenação do SNIPi, transmitir as suas orientações aos profissionais que compõem as ELI e acompanhar os Núcleos de Supervisão Técnica de dimensão distrital.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
ADSCCL	CML, CPCJ, AE da Lousã, Segurança Social e Tribunal de Família e Menores de Coimbra	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)	Crianças e jovens em situação de perigo	Trata-se de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias. Tem como objetivos: 1) Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade consciente; 2) Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança; 3) Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental; 4) Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas; 5) Potenciar a melhoria das interações familiares; 6) Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida; 7) Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual; 8) Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar; e 9) Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso. Encontra-se licenciado para intervir nas modalidades de preservação familiar, reunificação familiar e ponto de encontro familiar, sendo o número máximo de famílias a acompanhar de 30 na modalidade de preservação familiar, 5 famílias na modalidade de reunificação familiar e 15 famílias na modalidade de ponto de encontro familiar. São dinamizadas as seguintes ações: 1) Acompanhamento social; 2) Apoio psicossocial e pedagógico; 3) Formação/reforço, capacitação e empoderamento parental; 4) Terapia familiar e/ou mediação familiar; 5) Atividades comunitárias; 6) Intervenção com o meio escolar; e 7) Intervenção em rede.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
Dueceira - Lousã	Municípios, CPCJ, AE, GNR, USF/UCC, serviços locais da Segurança Social, IEFP, CIG, Ministério Público, entre outras	Núcleo de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (NAVVD) '6 em Rede' - Resposta de Apoio Psicológico (RAP) a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica	Crianças e jovens em situação de perigo	A RAP a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica tem como objetivo ir ao encontro das crianças e jovens que necessitam de intervenção e acompanhamento psicológico, no âmbito de violência doméstica (maus tratos físicos, psicológicos/emocionais e exposição à violência interparental/conjugal), de violência de género e de violência no namoro, assumindo a valência uma itinerância que permite uma resposta de proximidade, flexível e adaptada às necessidades. São seus objetivos específicos: - Melhorar a intervenção junto de crianças ou jovens, indo ao encontro do quadro legal em vigor, no qual são identificados os propósitos de: a) Potenciar o reconhecimento dos profissionais como pessoas de contacto e de referência; b) Promover a segurança da criança ou jovem; c) Acompanhar, intrasectorialmente e intersectorialmente, o percurso da criança ou jovem; e d) Garantir o apoio continuado e integral da criança ou jovem, evitando a revitimação; - Prestar apoio psicológico e psicoterapêutico, bem como, quando necessário, o encaminhamento para outras respostas especializadas, das crianças e jovens vítimas de violência doméstica (maus tratos físicos, psicológicos/emocionais e exposição à violência interparental/conjugal), e de violência de género/violência no namoro; - Auxiliar as crianças e jovens vítimas de violência doméstica e de violência de género no seu processo de empoderamento e auto-determinação; - Promover a (re)integração das crianças e jovens, sempre que possível, na família, escola e comunidade, com recurso a metodologias de intervenção individual ou em grupo e baseadas em abordagens especializadas, tais como as abordagens psicoterapêuticas focadas no trauma.
CML	IPSS e outras associações ou coletividades locais, entidades e instituições nacionais ou regionais, USF Serra da Lousã, USF Aldeias de Xisto, UCC Arouce (Lousã), GNR e ISS	Conselho Municipal Sénior	Pessoas idosas	Criado em 2023, trata-se de um órgão consultivo da Câmara Municipal que visa promover os direitos e o bem-estar da população idosa do concelho. Este espaço de participação reúne representantes políticos e comunitários com o objetivo de dar voz ativa às pessoas com mais de 65 anos na identificação de necessidades e na construção de soluções. Pretende-se, assim, garantir a sua dignidade, qualidade de vida, autonomia e proteção biopsicossocial. Entre os seus principais objetivos estão: - Proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da pessoa idosa; - Promover os direitos dos idosos; - Prevenir ou responder a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde ou bem-estar; - Idadismo - combater o preconceito em torno da pessoa mais velha; - Combater a exclusão social na população idosa; - Promover a pessoa idosa em segurança, no seu meio natural de vida com maior autonomia. O Conselho contribui ativamente para políticas públicas locais, nomeadamente na elaboração do Regulamento do Cartão Municipal Sénior, do Plano Municipal Sénior e de estratégias de desenvolvimento social.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	Associação de natação da Lousã	Lousã a Mexer +	Pessoas idosas	Criado em 2001, este projeto promove a prática regular de atividades físicas entre reformados ou pensionistas com mais de 55 anos. As atividades incluem ginástica, natação, yoga, caminhadas, zumba sénior, entre outras, adaptadas às capacidades individuais e realizadas nas várias freguesias do concelho. Com um custo simbólico de 4€/mês (relativo ao seguro), o projeto visa melhorar a mobilidade, autonomia e qualidade de vida dos idosos, combatendo o sedentarismo e o isolamento social. Conta com o apoio de instituições locais e serviços de saúde, e tem contribuído significativamente para a prevenção de doenças e redução do recurso a cuidados médicos. Inicialmente, a média de participantes era de 150 e atualmente é de 300 idosos. São quatro os professores da área desportiva, afetos ao projeto, com o número de horas variável em função do número de inscrições por modalidade.
CML	USF Serra da Lousã, USF Aldeias de Xisto, UCC Arouce (Lousã), juntas de freguesia, IPSS e outras associações locais	Plano Municipal Sénior	Pessoas idosas	Desenvolvido desde 2001, o plano oferece um conjunto de atividades gratuitas, destinadas a idosos ou pensionistas com mais de 62 anos residentes no concelho. A adesão é feita através do Cartão Municipal Sénior, que além de permitir o acesso às atividades, garante descontos em produtos e serviços de empresas locais. O projeto tem como objetivos principais combater o isolamento social, promover a participação ativa em atividades sociais, culturais, artísticas e físicas, melhorar a qualidade de vida, e fomentar um envelhecimento ativo e saudável. Pretende ainda valorizar o papel dos idosos na sociedade e desenvolver as suas capacidades psicomotoras e sociais. Entre as atividades incluídas no plano estão: “Miminhos dos Avós”, “Internet sem idade”, passeios, festas e matinés dançantes, “Estórias C@ntadas”, ações de sensibilização, o projeto “Envelhe(Ser)”, a “Semana Sénior” e o “Lousã Mexer+”, com atividades físicas adaptadas como ginástica, natação, hidroginástica, zumba sénior e boccia.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
ADSCCL	CML, juntas de freguesia e outras entidades locais	Rede Cuidas	Pessoas idosas	Tem como principal objetivo garantir cuidados interdisciplinares domiciliários a seniores, ajudando-os a planear um envelhecimento ativo, feliz e integrado, evitando ou retardando a institucionalização. Através de rastreios itinerantes e encontros regulares com idosos – sob o mote “mente sã em corpo são” – promove-se a reflexão sobre o envelhecimento, adaptado às características, vontades e condições de cada pessoa. Os principais objetivos são os seguintes: - Garantir a quem quer envelhecer, maior conforto do seu lar; - Capacitar os participantes, de estratégias construtivas e saudáveis para o bem envelhecer; - Promover a autoconfiança e autoconhecimento; - Contribuir para o seu bem-estar e sinalizar eventuais situações de risco ou perigo; - Contribuir para o bem-estar e qualidade de vida desta população: fomentar a manutenção da autonomia das pessoas idosas nas suas dimensões físicas, psíquicas e sociais. O projeto oferece atividades como estimulação da memória, prevenção da demência, gerontomotricidade, orientação para segurança habitacional, informática para a vida diária, bem como encaminhamento para serviços sociais e de saúde. Destina-se a pessoas com mais de 65 anos, residentes no concelho da Lousã e com reforma inferior ao salário mínimo nacional. Entre 2021 e 2023, o projeto contactou mais de 1800 idosos e interveio diretamente com mais de 350, através de planos individualizados no domicílio. Estes resultados contribuíram para criar redes de suporte, reforçar a autonomia e o bem-estar dos participantes, e reduzir a necessidade de institucionalização.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	Juntas de freguesia e outras entidades	Programa Lousã - Ecos de Emoções Positivas	Pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	O projeto Lousã – Ecos de Emoções Positivas, promovido pela CML, visa sensibilizar a população para a importância da saúde mental, combater o estigma associado e promover estilos de vida saudáveis, através de uma abordagem comunitária e transversal. Entre os objetivos específicos do programa destacam-se: - Aumentar a literacia em saúde mental; - Referenciar os serviços de apoio psicológico existente; - Prevenir a discriminação e combater o estigma; - Promover o bem-estar mental e a saúde positiva; - Capacitar agentes educativos para a intervenção e diagnóstico precoce; - Desenvolver competências de autocuidado da própria saúde mental; - Partilhar experiências e referenciar os serviços de apoio psicológico disponíveis. Destinado a toda a população do concelho, o programa integra atividades como campanhas de comunicação, seminários, eventos desportivos e de contacto com a natureza (ex: Sunset Talks, Lousã Night Run Session), com a participação de uma equipa interdisciplinar do município. O projeto tem registado forte adesão da comunidade, com destaque para ações como o seminário “Saúde Mental no Desporto” (45 participantes), as primeiras edições das Sunset Talks para jovens e seniores, e a Lousã Night Run Session, com cerca de 120 inscritos. Conta com vários parceiros internos e externos, como o Programa “Lousã a Mexer+”, Programa CLDS 5G, Projeto “Férias Ativas”, Escolas do Concelho, IPSS, Entidades e Associações Desportivas, CPCJL, entre outros.
CML	-	Atribuição de Vales de Compras	Família e comunidade em geral	O apoio em vales de compras destina-se a aquisição de bens perecíveis (frutas, legumes, carne, peixe, produtos lácteos e produtos de higiene, entre outros) como reforço aos produtos atribuídos pelos centros de recursos alimentares. O beneficiário tem a liberdade de escolha quer dos produtos alimentares quer do estabelecimento comércio, desde que este esteja protocolado com o Município, em que: a) Cada vale corresponde a um valor de 10,00€ e o número de vales a atribuir por família dependerá do número de elementos do agregado familiar; b) O número de vales a atribuir por ano será definido anualmente pelo/a Presidente da Câmara Municipal, ou pelo/a Vereador/a com competência delegada, sendo o seu limite o previsto no Orçamento Municipal, podendo, em situações excecionais, devidamente fundamentadas, ser aumentado por deliberação da Câmara Municipal o valor global para este fim.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	-	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT)	Família e comunidade em geral	Tem como objetivo a disponibilização de apartamentos de transição, uma resposta habitacional em apartamento e por período transitório, podendo assumir, entre outras, as formas de apartamento partilhado ou de apartamento de reinserção. Prevê a reabilitação de 18 alojamentos em Bairro dos Carvalhos.
CML	BACF, Conferência Nossa Senhora de Fátima da Paróquia de São Silvestre da Lousã, Fábrica da Igreja Paroquial de Serpins e Centro Cristão da Associação Vida Abundante	Centros de Recursos Alimentares da Conferência Nossa Senhora de Fátima da Paróquia de São Silvestre da Lousã, da Fábrica da Igreja Paroquial de Serpins e do Centro Cristão da Associação Vida Abundante	Família e comunidade em geral	Os 3 centros de recursos alimentares fazem a recolha, armazenamento e distribuição de produtos às famílias sinalizadas pelos diferentes serviços de apoio social do concelho. Estes produtos são o resultado da recolha no banco alimentar e dos produtos adquiridos com financiamento da Câmara, bem como da dadaiva de empresas. O Município estabeleceu protocolos com estas entidades o qual estabelece o apoio financeiro para aquisição de produtos alimentares, em função do número de famílias que cada uma assegura apoio. Para além deste apoio ainda é assegurado um apoio anual o qual se destina a garantir as condições logísticas de funcionamento do Centro de recursos e, no caso da Conferência Nossa Senhora de Fátima da Paróquia de São Silvestre da Lousã para ajuda no pagamento de renda, água, luz, transporte e medicamentos, contribuindo, desta forma, para minimizar os problemas sociais do Concelho.
CML	CPCI, MP, GNR, AE da Lousã, EP da Lousã, USF Serra da Lousã, USF Aldeias de Xisto, UCC Arouce (Lousã), IPSS locais e ISS	GIF	Família e comunidade em geral	O Gabinete de Intervenção Familiar (GIF) é um serviço gratuito, global e integrado de acompanhamento familiar e/ou individual, que procura potenciar o papel ativo da família nas suas diferentes dimensões (individual, parental, conjugal), apoiando-as na procura de respostas adequadas para as suas dificuldades e fomentando, para tal as capacidades de comunicação no seio familiar e/ou conjugal, as capacidades parentais e promovendo ações de formação/informação junto das famílias e da comunidade. Este gabinete presta acompanhamento psicossocial individualizado, realiza avaliações psicológicas, apoia famílias e casais em crise, oferece aconselhamento parental, orientação escolar, e desenvolve atividades que incentivam a parentalidade positiva e a coesão familiar. Destina-se a todas as faixas etárias em situação de fragilidade psicológica, social ou familiar, promovendo uma resposta integrada e próxima às necessidades identificadas.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	Montanha Clube (secção de trail e caminheiros), Grupo de Caminheiros Terras D'Arunce, USF Serra da Lousã, USF Aldeias de Xisto e UCC Arouce (Lousã)	Marcha e Corrida	Família e comunidade em geral	Tem como principal objetivo incentivar a prática regular de atividade física, promovendo hábitos de vida saudáveis com acompanhamento técnico adequado. Direcionado à população em geral do concelho da Lousã, o programa combina atividades físicas com momentos de convívio e socialização, contribuindo para o bem-estar físico e psicológico dos participantes. As sessões decorrem às segundas-feiras com aulas de FitCamp (20h-21h), e às quartas e sextas-feiras com caminhadas (20h-21h30). A inscrição oferece um kit de participação e seguro de acidentes pessoais. Os impactos incluem benefícios comprovados como a redução de riscos de doenças cardíacas, diabetes, osteoporose, hipertensão e obesidade, bem como melhorias na mobilidade, força, coordenação e bem-estar geral.
CML	CIMRC, CIG, BizFuture e XZ Consultores	PMIND	Família e comunidade em geral	Com a elaboração e implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) da Lousã, o Município pretende combater assimetrias de género numa lógica de cooperação local e/ou intermunicipal, no sentido de corrigir fatores de desigualdade e de discriminação e de introduzir boas práticas que possam ser replicadas, uma vez que é consensual, que a igualdade de género cada vez mais constitui a base para um mundo mais igual, mais justo, coeso e sustentável. A intervenção inclui ações de formação, sensibilização e capacitação, dinamização de fóruns comunitários e promoção de boas práticas, com o objetivo de difundir os valores da igualdade, melhorar a qualidade dos serviços locais e aumentar a capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade. Destina-se à comunidade em geral, à equipa municipal e às entidades da Rede Social. Entre abril e junho de 2023, o projeto alcançou taxas de execução superiores a 75% na maioria das ações.
CML	Parceiros da Rede Social	PMII	Família e comunidade em geral	O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII) visa promover a integração de cidadãos imigrantes, com particular enfoque nos nacionais de países terceiros, assegurando-lhes igualdade de oportunidades e facilitando o seu acesso aos serviços e à vida comunitária. Desde 2008, o município integra a Rede Nacional de CLAIM's, prestando informação, apoio à legalização e encaminhamento nas áreas de educação, saúde, emprego, habitação, ação social, entre outras. A Câmara Municipal pretende promover, no âmbito deste Plano e, em parceria com várias entidades, um conjunto de ações que tem como objetivo a capacitação dos agentes que desempenham funções de apoio e acolhimento e o envolvimento dos cidadãos imigrantes em atividades de interesse comunitário e dar uma resposta cada vez mais eficiente ao nível da integração e interculturalidade e contribuir para a sustentabilidade social.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	Parceiros da Rede Social	Programa Municipal de Emergência Social da Lousã	Família e comunidade em geral	Este programa visa, por um lado, proteger pessoas e famílias que se encontrem em situação de carência económica e vulnerabilidade social e, igualmente, complementar os apoios sociais existentes, nomeadamente ao nível das prestações e respostas sociais. Inserido numa estratégia de intervenção articulada com os parceiros da Rede Social, o programa visa combater a pobreza, exclusão e disfunção sociais, promovendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida. Os apoios concedidos têm carácter excecional, temporário ou emergente, podendo ser de natureza financeira, material ou em espécie. São prioritariamente abrangidas situações de desemprego, doença, habitação precária, risco de despejo, monoparentalidade, deficiência a cargo ou vítimas de violência doméstica. Em 2023, foram apoiadas cerca de 400 famílias.
ISS/CML (entidade coordenadora)	SCM de Pampilhosa da Serra, Irmandade da SCM de Semide, Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, Irmandade da SCM de Góis, Fundação ADFP, ADSCCL e SCML (entidades mediadoras) Parceiros da Rede Social	Programa PESSOAS 2030 - Privação Material	Família e comunidade em geral	O projeto Privação Material, no âmbito do programa PESSOAS 2030 e da tipologia ESO4.13 – Combate à Privação Material, visa mitigar situações de carência extrema e promover a inclusão social nos concelhos da Lousã, Góis, Miranda do Corvo e Pampilhosa da Serra. É promovido por um consórcio liderado pela CML. A intervenção divide-se em duas modalidades complementares: - Distribuição direta de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, com medidas de acompanhamento; - Distribuição indireta através de cartões eletrónicos. As medidas de acompanhamento incluem ações de sensibilização sobre seleção de alimentos, prevenção do desperdício e gestão do orçamento familiar. Entre os objetivos específicos do projeto destacam-se: - Combater a pobreza alimentar; - Promover a inclusão social das famílias mais vulneráveis. O projeto apoia 413 beneficiários, sendo 244 através da distribuição direta e 169 por via de cartões eletrónicos. É desenvolvido em parceria com o Instituto da Segurança Social, I.P. e com 7 entidades mediadoras dos quatro municípios, garantindo uma resposta integrada e coordenada.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
CML	UCC Arouce (Lousã), bombeiros voluntários, ADSCCL, GNR, Maternidade Daniel de Matos, 10 empresas comerciais e ABL	Programa Primeiros Passos	Família e comunidade em geral	Criado em 2021, o programa tem como principal objetivo promover a igualdade de oportunidades desde os primeiros momentos de vida, assegurando a proteção dos direitos das crianças e apoiando as famílias na fase inicial da parentalidade. Simultaneamente, procura incentivar a fixação de jovens casais no concelho, tornando a Lousã um território mais acolhedor e propício ao nascimento e crescimento de novas gerações.. O programa combina apoio financeiro — sob forma de reembolso de despesas elegíveis efetuadas em estabelecimentos locais — com iniciativas de informação e capacitação parental, dinamizando simultaneamente a economia local. Estas ações integram o subprojeto “Bê-á-bá – Cuidar é Amar”, que valoriza a vinculação precoce entre cuidadores e bebés. Entre os objetivos principais do programa estão: - Promover espaços de diálogo e de partilha de experiências entre família/cuidadores e profissionais; - Ajudar os pais/cuidadores a diminuir o grau de insegurança, angústia, medo, culpa, no exercício das responsabilidades parentais; - Apoiar com intencionalidade partilhando sugestões e informações; - Contribuir para a melhoria do bem-estar dos bebés e da família; - Promover o conhecimento ao nível dos cuidados essenciais e vitais para o desenvolvimento saudável das crianças, nesta faixa etária. Destina-se a grávidas a partir das 28 semanas e a pais/mães com bebés até 12 meses (ou adotantes com crianças até 36 meses), residentes na Lousã há mais de um ano. Desde 2021 até março de 2024, participaram 177 grávidas nas aulas de preparação para o parto e foram apoiadas financeiramente 146 famílias, num total de 201 processos analisados. Em média, são promovidas 8 sessões anuais de informação e educação parental.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
ISS/CML	Parceiros da Rede Social	Radar Social	Família e comunidade em geral	O projeto Radar Social insere-se na Componente 03 – Respostas Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), integrando o investimento RE-C03-i01 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais. Trata-se de um projeto-piloto a nível nacional promovido pela CML, enquanto beneficiário final, em parceria com o Instituto da Segurança Social, I.P., como beneficiário intermediário. O principal objetivo do Radar Social é promover a inclusão social no concelho da Lousã, através da identificação e acompanhamento de pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de pobreza e exclusão social, em articulação com os parceiros da Rede Social local. Entre os objetivos específicos destacam-se: - Identificar e referenciar pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social; - Realizar avaliações sociais preliminares e prospetivas; - Informar/orientar a pessoa ou família, assegurando o seu encaminhamento para a rede de serviços e acompanhamento social ou para os parceiros da Rede Social; - Ativar de forma direta a rede de recursos locais da Rede Social sempre que da referenciação resultar a necessidade de uma intervenção social de emergência; - Promover a georeferenciação de recursos e soluções locais; - Estimular a participação e a sustentabilidade comunitária. Os destinatários do projeto são todas as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, incluindo aquelas em risco de discriminação, pobreza ou exclusão social. A equipa técnica, inserida na Unidade de Intervenção Social e Saúde do município, é responsável pela execução das ações previstas. A meta do projeto é sinalizar até 500 famílias (cerca de 1300 pessoas) até 31 de março de 2026.

(Continua)

(Continuação)

Entidade promotora	Entidades parceiras	Resposta social	Grupo-alvo	Breve descrição
Dueceira - Lousã	Municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, Comando Distrital da GNR e CPCJ	NAVVD '6 em Rede' - Estrutura de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica	Pessoas vítimas de violência doméstica	Trata-se de uma rede intermunicipal de apoio a vítimas de violência doméstica, criado em setembro de 2020, visando facilitar o encaminhamento e apoio às vítimas através de um gabinete itinerante. Este gabinete oferece atendimento personalizado, aconselhamento e intervenção, promovendo a capacitação e autodeterminação das vítimas. Inclui também a Resposta de Apoio Psicológico (RAP) para crianças e jovens vítimas, com duas psicólogas e uma linha direta via WhatsApp. O projeto procura combater a violência doméstica, promover a igualdade e oferecer apoio próximo e adaptado. Em 2023, foram sinalizadas 33 vítimas na Lousã, maioritariamente mulheres, envolvendo também crianças.
ISS/CML (entidade coordenadora global/local e entidade executora) Activar (entidade executora)	Parceiros da Rede Social	Programa CLDS 5.ª Geração - "Lousã + Social"	Grupos potencialmente vulneráveis Pessoas em situação de vulnerabilidade económica e social Migrantes, minorias étnicas e seniores	O CLDS 5G visa reforçar as políticas de inclusão social e de combate à pobreza em Portugal, assumindo o território como uma dimensão essencial para a sua concretização. Neste âmbito, o projeto Lousã+Social tem como principal objetivo promover a coesão social no concelho da Lousã, caracterizando-se por uma intervenção de proximidade junto das pessoas beneficiárias. Entre os objetivos gerais do projeto destacam-se: - Promover a inclusão social dos grupos em situação de maior vulnerabilidade; - Aumentar os níveis de participação na comunidade, sobretudo dos grupos com menor participação cívica; - Consolidar a coesão social no território; - Fortalecer o trabalho em rede no seio do Conselho Local de Ação Social. As atividades serão desenvolvidas pela CML, enquanto entidade coordenadora e executora da parceria, e pela Activar – Associação de Cooperação da Lousã, na qualidade de entidade executora. O projeto teve início a 3 de março de 2025 e, apesar de ainda não terem sido alcançados resultados, prevê-se que, ao longo dos 48 meses de duração, se atinja uma taxa de execução de 90% das nove ações previstas, abrangendo um total de 390 destinatários.

Fonte: Dados disponibilizados pela CML/UISS.

V. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT

Ao longo do diagnóstico realizado, através da análise de um conjunto abrangente de indicadores de diferentes dimensões, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessária à identificação dos principais problemas e necessidades da RSES, essencial ao processo de planeamento e ordenamento subjacente à sua programação, que se pretende holística, participada e territorializada.

Com uma população residente de 17.006 habitantes em 2021, o concelho registou, no último período intercensitário, um decréscimo de -3,4% (menos 598 residentes face a 2011). À escala das freguesias, destaca-se a UF de Lousã e Vilarinho, que com 12.921 habitantes (76%) se afirma como a mais populosa, seguida de Serpins, com 1.711 habitantes (10,1%). Com quantitativos populacionais inferiores segue-se a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (7,4%) e a freguesia de Gândaras (6,5%).

No último período intercensitário, todas as freguesias registaram perdas populacionais, com destaque para Gândaras (-15,1%) e UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (-12,2%). Com decréscimos menos expressivos segue-se a freguesia de Serpins (-5%) e UF de Lousã e Vilarinho (-1,0%).

No que respeita à natalidade, a análise da última década evidencia uma tendência global de diminuição, apesar de variações anuais. Entre 2011 e 2024 verificou-se uma redução de 59 nascimentos (de 167 para 108).

A evolução da estrutura etária confirma a realidade do duplo envelhecimento demográfico, característico das sociedades desenvolvidas. Entre 2011 e 2021, a proporção de jovens passou de 15,8% para 13,3%, enquanto a de idosos aumentou de 17,9% para 22,9%. Em consequência, o índice de envelhecimento registou uma subida expressiva, de 113,6 para 172,3, significando que, em 2021, por cada 100 jovens existiam cerca de 172 idosos, face aos 113 registados em 2011.

De acordo com o cenário “base/normal” das projeções demográficas, a população residente no concelho da Lousã deverá registar um decréscimo contínuo até 2041. Em 2031, estima-

se uma população de 16.180 habitantes, o que representa uma redução de -4,9% face a 2021. Na década seguinte, a perda populacional poderá atingir 1.195 residentes (-7,4%), traduzindo, no conjunto do período 2021-2041, uma diminuição global de 2 021 habitantes (-11,9%), passando o concelho de 17.006 para 14.985 residentes.

Ainda que o cenário de referência aponte para uma tendência regressiva, importa referir que cenários alternativos, que pressupõem um aumento do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) e uma continuidade do acréscimo da população migrante, poderão atenuar as perdas populacionais projetadas, contribuindo para uma maior estabilização demográfica do território.

No que respeita à natalidade, as projeções demográficas apontam para uma tendência de estabilização ao longo da próxima década, passando de 104 nascimentos em 2021 para 106 em 2031, seguida de um ligeiro decréscimo para 99 nascimentos em 2041.

A análise da estrutura etária reforça este cenário de transformação. Entre 2021 e 2031, prevê-se uma diminuição significativa da população jovem (-23,8%, correspondendo a -538 residentes), jovem adulta (-8,9%, correspondendo a -159) e adulta (-9%, correspondendo a -822). Em contrapartida, a população idosa (65 anos ou mais) deverá aumentar 17,8%, o que corresponde a mais 693 indivíduos nesta faixa etária. Esta evolução traduz um claro reforço do processo de envelhecimento, com impacto direto nas necessidades sociais do concelho.

Este crescimento da população idosa terá impacto direto em diversos setores, como saúde, segurança social e serviços de apoio, exigindo uma adaptação das políticas públicas e um reforço de infraestruturas e serviços especializados. Além disso, a maior proporção de pessoas idosas na população poderá influenciar o mercado de trabalho, com uma eventual diminuição na força laboral ativa e uma necessidade crescente de cuidados de longa duração e assistência social.

Com o crescimento da população idosa, o índice de dependência de idosos poderá aumentar de forma significativa, passando dos 35,8 em 2021 para 46,4, em 2031 e chegando aos 64,1 em 2041. Este cenário implica que, em 2041, no concelho da Lousã, haverá aproximadamente 64 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa, o que representa um aumento de 28 idosos por cada 100 ativos em comparação com os valores de 2021.

Da mesma forma, o índice de envelhecimento também deverá subir substancialmente, de 172,3 em 2021 para 266,5 em 2031 e para 339,4 em 2041. Este crescimento significa que, em 2041, poderão existir cerca de 339 idosos para cada 100 jovens, representando um aumento de 167 idosos por cada 100 jovens em relação a 2021.

Este conjunto de resultados evidencia uma reconfiguração profunda da estrutura demográfica, marcada por um reforço da população idosa e por uma redução expressiva dos jovens e da população ativa. Este cenário coloca desafios acrescidos ao município, nomeadamente no setor da saúde, proteção social e serviços de apoio, exigindo reforço da rede de cuidados e de infraestruturas. Simultaneamente, realça a necessidade urgente de políticas de rejuvenescimento demográfico, assentes no estímulo à natalidade, na atração e fixação de jovens e trabalhadores, e na criação de condições que reforcem a atratividade territorial da Lousã.

Numa outra perspetiva de análise, a leitura dos principais indicadores socioeconómicos no concelho da Lousã sublinha, para o ano de 2021, a preponderância do setor terciário na estrutura produtiva da Lousã. Nesse ano, este setor representava 71,1% do emprego, superando amplamente o setor secundário (25,7%) e o setor primário (3,2%), confirmando a predominância das atividades de serviços na economia concelhia.

No que respeita ao ganho médio mensal, em 2023 este situava-se em 1.220,6€, valor que coloca a Lousã abaixo da média da CIM Região de Coimbra (1.319,2€), da Região Centro (1.305,7€) e do Continente (1.466,7€). Contudo, persiste um diferencial salarial de género significativo, com as mulheres a auferirem em média menos 238,9€ do que os homens (1.090,2€ face a 1.329,1€), traduzindo desigualdades estruturais no mercado de trabalho.

Quanto ao desemprego, entre 2011 e 2021 verificou-se uma redução da taxa de 11% para 6,6%, acompanhando a tendência de melhoria nacional. Em 2021, observam-se diferenças de género: a taxa de desemprego era de 7,6% nas mulheres e de 5,5% nos homens, confirmando a maior vulnerabilidade feminina neste indicador.

As condições de vida da população refletem de forma clara a estrutura etária do concelho. Em 2021, o trabalho constituía o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos (48,8%), seguido pela reforma ou pensão (29,1%), indicador que evidencia o peso crescente da população idosa no total de residentes.

Um valor ainda expressivo corresponde à população a cargo da família (13,3%), enquanto os outros meios de vida, o subsídio de desemprego e os subsídios temporários representavam, respetivamente, 4,5%, 1,5% e 1,3%. Por fim, os beneficiários do rendimento social de inserção correspondiam a apenas 1% da população, o que equivale a 152 indivíduos, refletindo uma incidência relativamente reduzida de situações de vulnerabilidade económica extrema.

Por fim, os dados de 2021 relativos ao poder de compra per capita apontam para um valor de 84,4, abaixo da média da CIM Região de Coimbra (94,0) e da Região Centro (89,9). No contexto intermunicipal, apenas Coimbra (119,8), Figueira da Foz (94,8) e Mealhada (88,8)

apresentam um valor superior, confirmando a posição da Lousã como um dos concelhos economicamente mais dinâmicos da região.

Passando à avaliação da Rede Social e de Equipamentos Sociais (RSES), verifica-se que, no concelho da Lousã, esta integra 43 respostas sociais, distribuídas por quatro grandes populações-alvo (Quadro 39). As crianças e jovens concentram o maior número de respostas (17), compostas por 4 creches, 6 estabelecimentos de educação pré-escolar e 7 CATL's. Seguem-se as respostas dirigidas a pessoas idosas e/ou em situação de dependência (15), incluindo 7 SAD's, 5 CD's, 2 ERPI's e 1 ECCI. Para as pessoas com deficiência ou incapacidade existem 8 respostas (1 LA, 2 CACI's, 4 LR's e 1 SAD). As respostas dirigidas à família e comunidade totalizam 3 respostas (1 SAAS, 1 AAC - Privação Material e 1 R/CS).

Fica, assim, evidente o predomínio das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, sendo que, no primeiro caso, esta prevalência se relaciona com os estabelecimentos de educação pré-escolar.

A análise da natureza jurídica das respostas sociais confirma a relevância do setor não lucrativo, que representa 97,7% do total (42 respostas sociais), sendo que apenas existe uma resposta da rede lucrativa. Dentro do setor não lucrativo, sobressai a rede solidária (81,4%, equivalente a 35 respostas sociais) face à rede pública (16,3%, correspondendo a 7 respostas). A rede pública integra os estabelecimentos de educação pré-escolar do Ministério da Educação, geridos pelo Agrupamento de Escolas da Lousã, bem como a resposta social da responsabilidade da ULS de Coimbra, E.P.E. e do Município da Lousã. Por sua vez, a rede lucrativa é residual, sendo constituída apenas por uma creche, o que reforça o papel estruturante do setor solidário da RSES do concelho.

A observação da distribuição territorial das respostas sociais que compõem a RSES do concelho da Lousã mostra-nos que acompanha o padrão de distribuição populacional, concentrando-se nas unidades territoriais mais populosas. A freguesia da Lousã concentra o maior número de respostas sociais (27), seguida, embora com valores bastante inferiores, pelas freguesias de Serpins (5), Vilarinho (4), Gândaras (4) e UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio (3). Importa salientar que todas as freguesias dispõem de pelo menos uma resposta social, o que assegura uma cobertura territorial globalmente equilibrada, ainda que com níveis diferenciados de concentração e diversidade de respostas.

Em termos de capacidade instalada, é clara a relevância das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (1.062) e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (555), ainda que, uma vez mais, com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas. Com valores mais baixos, mas igualmente significativos, encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade (483). Por fim, com valores inferiores surgem as respostas sociais vocacionadas para as pessoas com deficiência ou incapacidade (272).

Retirando a influência dos estabelecimentos de educação pré-escolar, as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens, embora continuem a registar a maior capacidade instalada, diminuem para menos de metade a sua representatividade (de 1.062 para 637).

Quadro 39. Síntese da RSES.

Área de intervenção		Resposta social	Respostas sociais	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera
			(n.º)				
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	4	217	198	153	209
		Jl	6	425	364	20	5
		CATL	7	420	285	240	15
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	7	285	275	237	4
		CD	5	135	116	96	0
		ERPI	2	119	119	104	247
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1	16	15	NA	NA
	Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	Lar de apoio	1	15	12	12
Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade		CACI	2	150	138	138	5
		LR	4	67	67	66	69
		SAD	1	40	33	32	3
		Família e comunidade	SAAS	1	400	393	NA
AAC (Privação Material)	1		73	73	NA	NA	
R/CS	1		10	10	NA	NA	
Total			43	2 372	2 098	1 098	562

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção		Resposta social	Taxa de utilização	Área de influência		
				Freguesia	Concelho	Outros concelhos
			(%)	(n.º)		
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	91,2	171	20	7
		Jl	85,6	309	50	5
		CATL	67,9	239	43	3
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	96,5	217	48	10
		CD	86,0	93	23	0
		ERPI	100	97	21	1
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	94,0	3	12	0
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	Lar de apoio	80,0	12	0	0
	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade	CACI	92,0	69	25	44
		LR	100	38	5	24
		SAD	82,5	24	9	0
Família e comunidade		SAAS	98,0	318	73	2
		AAC (Privação Material)	100	73	0	0
		R/CS	100	5	5	0
Total			88,4	1 668	334	96

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Relativamente à repartição dos utentes, os valores superiores encontram-se nas respostas sociais dedicadas às crianças e jovens (847) e nas respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (525). Seguem-se as respostas sociais destinadas à família e comunidade (476). Numa posição mais distanciada, mas ainda assim, muito relevante, aparecem as respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência ou incapacidade (250). Anulando o efeito dos estabelecimentos de educação pré-escolar, voltam a sobressair as respostas sociais que visam o apoio às crianças e jovens, ainda que também aqui diminuam para menos de metade a sua representatividade (de 847 para 483).

Em relação aos utentes com acordo, destacam-se as respostas sociais dedicadas pessoas idosas e/ou em situação de dependência (437), seguidas, de perto, pelas respostas dirigidas às crianças e jovens (413). Por ordem decrescente de grandeza surgem as respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade (248).

Por sua vez, a observação dos utentes em lista de espera mostra que são as respostas sociais destinadas às crianças e jovens e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência que apresentam um valor superior, devido às respostas sociais de creche e ERPI, que

concentram a maioria dos utentes em lista de espera (209 em 229 e 247 em 251, respetivamente). Merecem, também, referência as respostas sociais dedicadas às pessoas com deficiência ou incapacidade (82).

Numa referência à taxa de utilização importa distinguir dois grupos de respostas, as que se encontram a funcionar no limite da sua capacidade máxima (100%) e as que se encontram a funcionar muito próximo do limite da sua capacidade máxima (>90%). Assim, o primeiro grupo é constituído pelas respostas sociais de ERPI, LR, AAC (Privação Material) e R/CS. O segundo grupo é constituído pelas respostas sociais de creche, SAD, ECCI, CACI e SAAS.

No que respeita à taxa de cobertura em 2023, destacam-se de forma expressiva as respostas sociais dirigidas a Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade, que apresentam valores muito superiores às médias nacionais. A resposta social de CACI regista uma taxa de cobertura de 120,9%, contrastando com os 25,4% observados a nível nacional, evidenciando uma capacidade instalada significativamente acima da média do país. Este resultado reflete a afirmação da Lousã como território de referência nacional na área da deficiência, sustentada na concentração e qualidade das respostas sociais especializadas e na inovação das práticas de inclusão social, educativa e profissional promovidas no concelho.

As respostas sociais destinadas à primeira infância (creche e ama) apresentam igualmente uma taxa de cobertura superior à média nacional, atingindo 56,8% face aos 55,2% registados no país. Por ordem decrescente, seguem-se as respostas sociais dirigidas a pessoas idosas, nomeadamente o SAD e o CD, cujas taxas de cobertura (7% e 6,5%, respetivamente) se situam ligeiramente acima das médias nacionais (4,7% e 5%, respetivamente). Em contrapartida, a resposta de ERPI apresenta uma taxa de cobertura de 5,8%, claramente inferior à média nacional (8,7%), evidenciando uma insuficiência relativa na oferta de respostas residenciais para idosos face às necessidades identificadas.

Finalmente, a análise da área de influência das respostas sociais por população-alvo evidencia a existência de diferentes padrões de abrangência territorial. Nas respostas sociais de proximidade, geralmente vocacionadas para apoiar as famílias durante o período diário dos dias úteis, o raio de implantação é maioritariamente municipal, acolhendo utentes do próprio concelho e, sobretudo, da freguesia onde os equipamentos se localizam. São disso exemplo as creches, os estabelecimentos de educação pré-escolar, os CATL, os SAD e os CD. Em contraponto, nas respostas sociais que implicam uma permanência prolongada ou institucionalização, a área de abrangência geográfica é significativamente mais alargada. É o caso das respostas sociais de CACI e LR, nas quais a Lousã se afirma como um território de referência na área da deficiência, acolhendo um número expressivo de utentes oriundos de outros concelhos — 31,9% no CACI e 35,8% no LR.

Em jeito de conclusão, procede-se agora à construção de uma análise SWOT, instrumento fundamental que tem como finalidade avaliar os fatores internos, através da identificação dos pontos fortes e fracos, e externos, através do reconhecimento das oportunidades e ameaças (Quadro 40). Este exercício de planeamento estratégico é uma etapa determinante para fornecer informações que permitam a construção de cenários de antecipação que sirvam de suporte à programação da RSES.

Quadro 40. Análise SWOT.

	PONTOS FORTES
	■ Localização central relativamente ao país. Proximidade relativa a Coimbra enquanto centro urbano/centro de conhecimento e saber; ■ Ação social assumida como área estratégica prioritária para o município; ■ Política de ação social local que assume e ultrapassa as competências atribuídas; ■ Boa articulação entre o município, as juntas de freguesia e as organizações sociais; ■ Diminuição do número de desempregados entre 2015 e 2025 (-36%, correspondente à passagem dos 845 aos 541 indivíduos); ■ Decréscimo do número de beneficiários do RSI entre 2011 e 2024 (-39,4%, representando a passagem das 635 às 385 pessoas); ■ Elevada cobertura da RSES, verificando-se que todas as unidades territorais apresentam respostas sociais; ■ Diversidade da RSES, procurando responder a todas as pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social; ■ Taxa de cobertura das respostas sociais de creche, SAD, CD, CACI e LR superior à taxa de cobertura média do continente; ■ Forte presença das respostas sociais de CATL (7), SAD (7), estabelecimento de EPE (6), CD (5) e LR (4); ■ Território de referência nacional na área da deficiência ou incapacidade, sustentado na concentração e qualidade de respostas sociais especializadas e na inovação das práticas de inclusão social, educativa e profissional promovidas; ■ Disseminação das respostas sociais para crianças e jovens e para pessoas idosas pelo território; ■ Concentração das respostas sociais para pessoas em situação de dependência, para pessoas com deficiência ou incapacidade e para família e comunidade no principal núcleo populacional.

(Continua)

(Continuação)



PONTOS FRACOS

- Dificuldade das organizações sociais em responder ao aumento, à diversificação e à complexificação das necessidades de apoio social e de saúde, em virtude da evolução da realidade demográfica, social, económica e cultural;
- Reduzida sensibilização das organizações sociais (corpos dirigentes) para a importância da atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores;
- Baixa qualificação profissional dos auxiliares de ação direta nas organizações sociais;
- Isolamento social e geográfico das pessoas idosas e consequente inatividade cognitiva e física, agravada pela crescente desertificação dos territórios mais periféricos e rurais;
- Dificuldade de integração social e profissional das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social (e.g.: pessoas em situação de carência socioeconómica, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, pessoas com CAD, PVVD e comunidade migrante);
- Taxa de cobertura da resposta social de ERPI inferior à taxa de cobertura média do continente;
- Baixa representatividade do setor lucrativo no domínio da proteção social às pessoas idosas;
- Falta de respostas para crianças e jovens em situação de perigo (e.g.: CAC para resposta a situações de emergência, CAC e CAC com unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens);
- Ausência de unidades de internamento da rede geral da RNCCI (e.g.: UMDR e ULDM);
- Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante (da RSES e de CCISM);
- Carência de lugares disponíveis nas respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência, como a doença de Alzheimer, em particular na resposta social de ERPI;
- Premência em reforçar a oferta de respostas destinadas a acolher temporariamente pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica (e.g.: CAT e CI).

(Continua)

(Continuação)



OPORTUNIDADES

- Descentralização de competências na área social;
- Possibilidade de acesso a vários programas de financiamento de âmbito nacional, temático e/ou regional, através do PRR, do Portugal 2030 (Pessoas 2030) e do Centro 2030;
- Ligação a Coimbra através de Metro Bus;
- Programa CLDS 5.ª Geração - “Lousã + Social”;
- Radar Social;
- Qualidade de vida, particularmente nas seguintes vertentes: i) disponibilidade de serviços; ii) condições de saúde; iii) criminalidade, segurança e problemas sociais; e iv) ambiente (tráfego, poluição e clima);
- Elevado potencial da serra da Lousã;
- Vasto património edificado/arqueológico e cultural;
- Riqueza e diversidade da gastronomia e dos produtos endógenos;
- Procura externa crescente de oferta diferenciadora de turismo associado à montanha, ao desporto de natureza, ao ambiente e património xistoso, religioso e inclusivo;
- Crise do Estado social e aparecimento de um número cada vez maior, mais diversificado e mais complexo de problemas sociais e de saúde como uma oportunidade para a área social adquirir outros saberes e práticas e reconfigurar o modelo de atuação, impulsionando o desenvolvimento de respostas sociais inovadoras e de modelos de financiamento alternativo;
- Envelhecimento, aumento da esperança média de vida da população e novos comportamentos, estilos de vida e expectativas das pessoas idosas como uma oportunidade de dinamização da economia municipal;
- Alargamento das respostas sociais de SAD (+20 lugares), CD (+20 lugares) e LR (+6 lugares), expansão das respostas sociais de ERPI (+3) e criação de novas respostas sociais (UC e habitação colaborativa e comunitária (ou cohousing) para crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves).

(Continua)



AMEAÇAS

- Abandono dos territórios rurais e das atividades tradicionais, nomeadamente da agricultura;
- Desequilíbrios demográficos entre os territórios e consequentes assimetrias na distribuição de serviços;
- Enfraquecimento das zonas mais periféricas e isoladas e crescente aumento populacional das zonas urbanas e periurbanas, causando despovoamento;
- Decréscimo populacional entre 2011 e 2021 (-3,4%, correspondente à passagem dos 17.604 aos 17.006 habitantes);
- Diminuição da natalidade entre 2011 e 2024 (-35,3%, representando a passagem dos 167 aos 108 nascimentos);
- Acentuado aumento do índice de envelhecimento entre 2011 e 2021 (de 113,6 para 172,3);
- Considerando apenas a dinâmica natural, a tendência será de declínio demográfico (-11,9%, valor correspondente à passagem dos 17.006 aos 14.985 indivíduos), de redução dos nascimentos (-4,6%, valor que representa a passagem dos 104 aos 99 nascimentos) e de aumento do envelhecimento (de 172,3 para 339,4) entre 2021 e 2041;
- Baixo nível de escolaridade da população empregada, com cerca de 38,8% apenas com o ensino básico;
- Carência habitacional;
- Degradação do parque habitacional e agregados familiares a viverem em condições indignas, principalmente nas zonas mais periféricas e rurais;
- Insuficiência do financiamento público face às reais necessidades das IPSS;
- Falta de recursos das organizações sociais (financeiros, materiais e humanos), em particular para a requalificação e modernização de infraestruturas e equipamentos e para o empreendedorismo e inovação social;
- Existência de alguma resistência por parte das organizações sociais ao estabelecimento de parcerias (individualismo) e ao trabalho em rede;
- Dificuldades das pessoas em situação de dependência, por falta de suporte familiar ou insuficiência de rendimentos;
- Aumento da prevalência de doenças do foro mental ou psiquiátrico incapacitantes na população.

VI. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS NOVOS, EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO OU COM FINANCIAMENTO PÚBLICO APROVADO

À RSES em funcionamento no concelho da Lousã acrescem os serviços e equipamentos sociais que já entraram em funcionamento após o levantamento de campo, que se encontram em fase de implementação ou que apresentam financiamento público aprovado (Quadros 41 a 44). As alterações à RSES traduzem-se, primeiro, em benefícios ao nível da melhoria dos serviços prestados e da qualidade de vida dos utentes, resultantes da beneficiação dos serviços e equipamentos sociais, e, depois, em transformações ao nível da capacidade instalada e da diversificação da RSES, consequência de intervenções de aumento dos lugares disponíveis em respostas sociais em funcionamento e de criação de novas respostas sociais.

Numa referência ao número de respostas sociais, são criadas, no total, **5 novas**, a saber, três ERPI, uma UC e uma habitação colaborativa e comunitária (ou *cohousing*) para crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves, **passando-se, assim, de um universo global de 43 para 48 respostas sociais.**

Por sua vez, no que se refere à diversificação das respostas sociais, é de referir que apenas **a UC e a habitação colaborativa e comunitária (ou *cohousing*) para crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves correspondem a novos serviços**, na medida em que já existiam 2 ERPI em funcionamento no território municipal.

Finalmente, em termos de capacidade instalada, verifica-se um **aumento de 180 lugares disponíveis**, dos quais:

- **54 lugares** já entraram em funcionamento após o levantamento de campo:
 - 20 lugares resultantes do alargamento de um SAD;
 - 20 lugares resultantes do alargamento de um CD;
 - 14 lugares resultantes da criação de duas ERPI (7+7).
- **6 lugares** encontram-se em fase de implementação (alargamento de um LR).
- **120 lugares** apresentam financiamento público aprovado:
 - criação de uma ERPI com capacidade para 57 utentes;
 - criação de uma UC com capacidade para 43 utentes;
 - criação de uma habitação colaborativa e comunitária (ou *cohousing*) para crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves com capacidade para 20 utentes.

Considerando apenas as alterações às respostas sociais existentes, o acréscimo de 180 lugares disponíveis traduz-se numa ampliação da capacidade instalada de 285 para 305 no SAD (+20), de 135 para 155 no CD (+20), de 119 para 190 na ERPI (57+7+7, num total de +71) e de 67 para 73 no LR (+6).

Consequência das transformações descritas, em termos globais, **a capacidade total instalada da RSES passa de 2.372 para 2.552 lugares disponíveis.**

Quadro 41. Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.

Programa	Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Capacidade		Investimento			Calendarização (data de início prevista)	Breve descrição da intervenção
								Inicial	Final	Público elegível	Privado elegível	Total		
								(n.º)		€				
PARES 03	Gândaras	Construção de raiz	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	SAD	Pessoas idosas	Solidária	40	60	281.917€	117.377,9€	399.293,9€	Maio de 2025	Construção de raiz de novo equipamento social para substituir o anterior
					CD	Pessoas idosas	Solidária	20	40					
-	Lousã	Remodelação	SCML	ERPI apartamentos 1	ERPI	Pessoas idosas	Solidária	-	7	-	-	-	Agosto de 2025	Adaptação de edifício existente
				ERPI apartamentos 2	ERPI	Pessoas idosas	Solidária	-	7					

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 42. Serviços e equipamentos sociais em fase de implementação.

Programa	Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Capacidade		Investimento			Calendarização (data de início prevista)	Breve descrição da intervenção
								Inicial	Final	Público elegível	Privado elegível	Total		
								(n.º)		€				
FSS	Lousã	Remodelação e ampliação	ARCIL	Lar de Apoio - Casa das Cores	LA	Crianças e jovens com deficiência	Solidária	15	-	533.099,6€	0	624.000€	Maio de 2025	-
PARES 03	Lousã	Construção de raiz	ARCIL	ARCIL - Lar Residencial Familiar	LR	Pessoas adultas com deficiência	Solidária	24	30	796.062€	199.017€	995.079€	Fevereiro de 2026	Construção de raiz de novo equipamento social para substituir o anterior
PARES 03	Lousã	Remodelação e ampliação	SCML	SCML	ERPI	Pessoas idosas	Solidária	80	-	-	267.000€	-	Dezembro de 2025	Remodelação e ampliação do 1.º piso da ERPI

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 43. Serviços e equipamentos sociais com financiamento público aprovado.

Programa	Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Capacidade		Investimento			Calendarização (data de início prevista)	Breve descrição da intervenção
								Inicial	Final	Público elegível	Privado elegível	Total		
								(n.º)		€				
PRR	Lousã	Remodelação e ampliação	Fundação ADFP	Hospital de São João	ERPI	Pessoas idosas	Solidária	-	57	5.900.000€	?	?	2026	-
					UC	Pessoas em situação de dependência	Solidária	-	43					
PRR	Lousã	Construção de raiz	Pedrinhas, Cooperativa de Solidariedade Social e Cultural - Pedro Brazião Rodrigues, CRL	Habitação colaborativa	Habitação colaborativa e comunitária (ou <i>cohousing</i>)	Crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves	Solidária	-	20	523.400€	66.026,7€	589.426,7€	?	-

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 44. Síntese da RSES com os serviços e equipamentos sociais novos, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado.

Área de intervenção		Resposta social	Respostas sociais	Capacidade	
			(n.º)		
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	4	217	
		Jl	6	425	
		CATL	7	420	
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	7	305	ALARGAMENTO DE 1 SAD +20 lugares
		CD	5	155	ALARGAMENTO DE 1 CD +20 lugares
		ERPI	5	190	+ 3 RESPOSTAS +71 lugares (57+7+7)
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1	16	NOVA RESPOSTA
		UC	1	43	
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	Lar de apoio	1	15	ALARGAMENTO DE 1 LR +6 lugares
	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade	CACI	2	150	
		LR	4	73	
		SAD	1	40	
Família e comunidade		SAAS	1	400	
		AAC (Privação Material)	1	73	
		R/CS	1	10	
Crianças com doenças oncológicas ou outras condições graves		Habitação colaborativa e comunitária (ou cohousing)	1	20	NOVA RESPOSTA
Total			48	2.552	

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

VII.

PROGRAMAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

VII.1. Missão, visão e valores

Missão

O município desempenha um papel determinante em matéria de ação social e bem-estar da população, enquanto estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade. O seu papel como agente promotor de um melhor atendimento e de uma resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis socialmente, no seu sentido mais amplo e holístico, está enquadrado pelas várias competências formalmente atribuídas, que lhe conferem um grande potencial de intervenção, direta e indireta, sobre as diferentes dimensões com influência nas condições de vida da população. Salientam-se os domínios relacionados com a habitação, a educação, a saúde, o transporte público, entre outros.

O decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e a portaria n.º 66/2021, de 17 de março, vieram fortalecer o papel das autarquias locais no domínio da área social e possibilitar uma maior adequação dos serviços prestados à população, através da atribuição da competência de elaborar a carta social.

Assim, e no âmbito da carta social, definiu-se a seguinte missão para o concelho da Lousã:



Promover um desenvolvimento social integrado, em conjunto com os parceiros sociais e a comunidade, criando condições favoráveis ao desenvolvimento de uma RSES que responda adequadamente às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Visão

Com base no conceito de desenvolvimento social, no direito à satisfação dos direitos sociais indispensáveis e na nova geração de políticas públicas sociais ativas direcionadas para a inclusão social, em detrimento da perspectiva assistencialista clássica, a carta social, no âmbito da programação da RSES, assume como visão:



Afirmar Lousã como um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma RSES adequadamente dimensionada e distribuída, que permita: i) responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes e antecipar as que vão surgindo a um ritmo acelerado, em resultado das transformações sociais na nossa sociedade; ii) criar condições facilitadoras da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional; iii) promover a coesão social e territorial.

No centro da visão definida para a programação da RSES está o compromisso do município na garantia de resposta a todos aqueles que dela precisam, na eliminação das desigualdades injustas e evitáveis e na integração dos grupos sociais desfavorecidos, intervindo nas determinantes socioeconómicas.

No seu sentido mais amplo e holístico, a visão definida para a programação da RSES pretende contribuir ativamente para a modelação de um sistema territorial e urbano equilibrado e policêntrico, através da qualificação, revitalização e valorização dos centros urbanos e da formação de novas centralidades, para a dinamização da atividade económica e para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado e da qualidade ambiental, e, por conseguinte, para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Valores

A visão definida para a carta social, no âmbito da programação da RSES, é orientada por seis valores que enquadram o desenvolvimento da estratégia de intervenção, devendo estar articulados entre si em todas as ações e medidas de operacionalização apresentadas:



- Subsidiariedade;
- Integração;
- Articulação;
- Participação;
- Inovação social;
- Responsabilidade intergeracional.

- **Subsidiariedade**, atendendo a que, pela proximidade à comunidade, é no território que se identificam as necessidades das populações, se localizam os recursos e os agentes de mudança que viabilizam ações de intervenção coletiva concertada e articulada, com vista à resolução ou prevenção de problemas concretos e ao desenvolvimento social, e se desenvolvem os processos participativos que permitem criar fatores de mudança propiciadores da construção de caminhos transformadores das situações de vulnerabilidade social e da inserção dos mais desfavorecidos;
- **Integração**, na medida em que a integração social é o grande propósito da intervenção social e que esta apela à ação concertada, coordenada e coerente das várias entidades na planificação, execução e avaliação da intervenção, à congregação de recursos e à convergência das políticas e dos instrumentos existentes na área social e noutros domínios, de modo a responder, de forma efetiva, ao carácter multidimensional da vulnerabilidade social, com destaque para os fenómenos de pobreza e exclusão social, e, assim, contribuir para a promoção da comunidade e para o desenvolvimento social;
- **Articulação**, considerando a necessidade de articular a intervenção social dos diferentes agentes sociais com atividade no território através do estabelecimento de parcerias efetivas e dinâmicas em torno de objetivos compartilhados que funcionem de uma forma simples, desburocratizada e flexível e forneçam um espaço comum que facilite o diálogo, a participação e a decisão, possibilite a criação de sinergias na utilização dos recursos existentes na comunidade, permita a partilha de responsabilidades e contribua para a promoção de projetos de ação

coletivos que procurem soluções para a resolução dos problemas sociais ou para a criação de novas respostas sociais;

- **Participação**, sendo que o combate à pobreza e exclusão social, numa perspetiva de promoção do desenvolvimento social, é tanto mais efetivo quanto mais amplamente participado for o processo, devendo alargar-se aos atores locais e às populações, em especial às que estão em situação de maior vulnerabilidade social, o que pressupõe a tomada de consciência pelas entidades e comunidades das causas que originam a pobreza e exclusão social e a sua organização e mobilização para que participem nas ações concretas que visem a resolução dos problemas sociais existentes. De referir a importância das organizações de base associativa, enquanto dispositivos que contribuem para o reforço dos elos sociais e para o protagonismo que os cidadãos devem ter nos processos de desenvolvimento que os visam;
- **Inovação social**, uma vez que, face às mudanças sociais que ocorrem a um ritmo acelerado e à emergência de novos problemas sociais, torna-se imprescindível a implementação de políticas, medidas e programas que sejam portadores de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas para se adequarem às novas realidades em presença. A sua concretização depende da descentralização da intervenção social, da desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados, do desenvolvimento de parcerias estratégicas baseadas na democracia participativa, da circulação e partilha de informação, da criação de um sistema de comunicação entre os serviços e os cidadãos e da geração de formas de atuação que motivem a participação das comunidades;
- **Responsabilidade intergeracional**, tendo em conta que é dever das gerações presentes adotar comportamentos sustentáveis no uso dos recursos, de forma a não privar as futuras gerações da possibilidade de usufruto.

VII.2. Objetivos

No quadro de uma complementaridade entre as entidades públicas e da administração local, as IPSS e o CLAS, a programação da RSES visa, em função das necessidades diagnosticadas, adequar, otimizar e racionalizar os serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, em função das perspetivas de evolução da sociedade, para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e assegurar que, a cada momento, as respostas sociais disponíveis a nível municipal respondem à procura efetiva existente, tendo em vista uma maior coesão social e territorial.

No essencial, o que se pretende é acompanhar as necessidades de evolução da população, resultantes das transformações sociais que ocorrem a um ritmo acelerado e determinam a alteração das exigências atuais e a emergência de novas carências, e garantir uma cobertura territorial da RSES ajustada, contribuindo, deste modo, para a concretização da visão estabelecida para a programação da RSES: afirmar Lousã como um espaço social e territorialmente coeso.

Partindo deste objetivo geral, são seus objetivos específicos os seguintes:

- Desenvolver os serviços e equipamentos sociais de proximidade para as situações que exijam um menor nível de especialização funcional;
- Melhorar a centralidade do território municipal na oferta de serviços e equipamentos sociais mais especializados;
- Criar condições para o desenvolvimento de respostas sociais com carácter inovador e com significativo impacte modernizador;
- Reforçar a influência do território municipal no contexto regional, através da criação de serviços e equipamentos sociais com um espectro territorial mais abrangente e com um nível de especialização superior;
- Diminuir as assimetrias territoriais locais e o isolamento das zonas mais periféricas e isoladas;
- Contribuir para a consolidação de uma RSES no município e na região com elevado padrão de qualidade.

VII.3. Critérios de programação

Princípios base

Partindo dos objetivos traçados, definiram-se os princípios base que orientarão a programação da RSES e a estruturação da estratégia de intervenção:

- **Universalidade:** garantir a igualdade e equidade no acesso de todos os utentes aos serviços e equipamentos sociais e reduzir as assimetrias sociais com base na desigualdade de oportunidades de acesso;
- **Proximidade:** assegurar a proximidade dos utentes aos serviços e equipamentos sociais, particularmente dos que integram grupos sociais com menor mobilidade e beneficiam de respostas sociais na sua área de residência, valorizando um quadro de vida local de qualidade;

- **Racionalidade:** permitir a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos e a maximização dos resultados, de modo a evitar redundâncias desnecessárias na oferta e a melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações com o menor volume de investimento, no quadro da valorização das competências, estruturas e instituições instaladas;
- **Sustentabilidade:** favorecer intervenções que melhorem a eficiência energética e hídrica e diminuam o impacto ambiental;
- **Territorialidade:** reordenar a RSES de modo a colmatar espaços não cobertos e contribuir para o reforço e a coesão do sistema urbano local, permitindo a estruturação do território através de um desenvolvimento territorial policêntrico.

Parâmetros técnicos

A programação da RSES é, ainda, suportada por um conjunto de parâmetros técnicos que apoiam o desenvolvimento da estratégia de intervenção:

- As tendências de evolução demográfica e socioeconómica e a previsão de indicadores sociais relevantes;
- A população de referência de cada resposta social e a sua perspetiva de evolução;
- A dimensão e caracterização da RSES e de outras infraestruturas;
- As taxas de utilização das respostas sociais;
- As taxas de cobertura das respostas sociais disponibilizadas pelos serviços competentes da segurança social;
- A articulação com os valores de referência de cobertura das respostas sociais, tendo por base as taxas de cobertura continentais ou outros referenciais nacionais ou internacionais;
- As necessidades identificadas no diagnóstico da RSES, em consonância com o DS e o PDS;
- As respostas sociais/áreas de investimento prioritário, estabelecidas pela tutela política nacional;
- A área de influência de cada resposta social, devendo distinguir-se os equipamentos de proximidade dos que não dependem tanto da proximidade ao seu público-alvo;
- A tipologia dos equipamentos sociais estabelecida na legislação em vigor e na nomenclatura aplicável;
- A dimensão padrão dos equipamentos sociais, por forma a estabelecer os limiares, mínimo e máximo, de utentes nas respostas sociais;

- Os recursos humanos existentes e necessários, nos termos previstos na legislação em vigor aplicável;
- A promoção da permanência dos idosos em contexto residencial e do apoio domiciliário em desfavor da institucionalização;
- A proximidade a serviços complementares de apoio, em particular nas áreas da saúde, da educação e do desporto.

Modelo de estruturação territorial

Refletindo a sua diversidade, as respostas sociais que compõem a RSES apresentam abrangências geográficas muito díspares, que vão desde uma capacidade de atração restrita ao local onde os equipamentos sociais se localizam (respostas sociais de proximidade) até uma capacidade polarizadora que se estende à totalidade do território nacional. Naturalmente, quanto mais alargado é o raio de implantação das respostas sociais, menor é a sua necessidade de proximidade ao seu público-alvo.

Constituindo a área de influência de uma resposta social um fator determinante para a sua programação, desenvolveu-se um modelo de estruturação territorial que definiu cinco níveis de atuação:

1. **Local:** serviços e equipamentos sociais cuja localização depende da proximidade ao grupo-alvo, correspondendo essencialmente a respostas sociais direcionadas a crianças e jovens (eg.: creches, JI e CATL) e pessoas idosas (eg.: SAD e centros de dia), que se pretendem universais e difundidas por todo o território municipal, de modo a assegurar que o seu público-alvo tenha resposta o mais próximo possível da sua área de residência e, no caso particular da população idosa, no âmbito do seu quadro de vida quotidiano, próximo dos seus familiares, para não perderem as relações de sociabilidade e garantir, sempre que possível, que se possam deslocar pelos seus próprios meios, sobretudo nas áreas urbanas mais consolidadas. Este nível operacionaliza-se através de duas dimensões territoriais fundamentais:
 - **Freguesia**, nas situações em que a dimensão populacional de uma freguesia justifique por si só a existência da resposta/equipamento social;
 - **Agrupamento de freguesias**, nas situações em que a dimensão populacional das freguesias não justifique soluções isoladas e requeira soluções de concertação territorial, numa lógica de eficiência e de eficácia da RSES, enquadrada no quadro da rede de acessibilidades instalada e das dinâmicas territoriais existentes e previsíveis.

2. **Municipal:** este nível subdivide-se em dois subníveis:
 - **Central**, nos serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo com um padrão de distribuição espacial difuso, carecendo, por isso, de uma localização acessível, normalmente existente nos locais centrais;
 - **Proximidade**, nos serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo específicos com um padrão de distribuição espacial pontual e concentrado num determinado local, justificando-se, por essa razão, que a resposta social seja aí instalada, principalmente considerando que se dirige, maioritariamente, a população com elevada carência económica e fortes condicionamentos de mobilidade.
3. **Supramunicipal:** serviços e equipamentos sociais com um nível intermédio de especialização e de área de influência, entre o nível municipal e o regional (geralmente a área de influência ultrapassa o território municipal, mas circunscreve-se aos municípios limítrofes);
4. **Regional:** serviços e equipamentos sociais com um nível de especialização elevado, de carácter estruturante, e com um largo espectro territorial;
5. **Nacional:** serviços e equipamentos sociais com um nível de especialização muito elevado e com uma área de influência nacional.

VII.4. Articulação com os instrumentos de orientação estratégica

A sustentabilidade da programação da RSES determina que esta se encontre em consonância com as prioridades estratégicas definidas nos principais instrumentos de orientação estratégica a nível internacional, nacional, regional e local, que, desde que devidamente adequadas ao contexto municipal, se devem articular entre si, no sentido de potenciar sinergias e assegurar coerência e eficácia nas ações a desenvolver. Esta constitui uma condição essencial para que a programação da RSES contribua para alcançar as metas de desenvolvimento social estabelecidas nos diferentes níveis e âmbitos de aplicação, bem como para viabilizar um modelo de desenvolvimento territorial integrado e sustentável.

A **nível internacional** são de referir a Agenda Estratégica da União Europeia para 2019-2024, o Plano de Recuperação da Europa, a Agenda Territorial 2030 - Um futuro para todos os lugares e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sob o lema “não deixar ninguém para trás”, preconiza um plano ambicioso assente nos ODS (Figura 67), cuja concretização está

dependente do papel ativo dos governos locais e regionais, não apenas enquanto implementadores da Agenda, mas como agentes transformadores (Ferreira, 2020). Os 17 ODS são o enquadramento para guiar os esforços de todos em direção a um mundo socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente mais desenvolvido e menos desigual (Ferreira, 2020).



Figura 67. ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods.

A “Carta Social da Lousã”, enquanto instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da RSES ao nível municipal, pretende contribuir para o cumprimento dos seguintes ODS: 1 - Erradicar a pobreza; 2 - Acabar com a fome; 3 - Vida saudável; 5 - Igualdade de género; 8 - Trabalho digno e crescimento económico; 10 - Reduzir as desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 16 - Paz e justiça; e 17 - Parcerias para o desenvolvimento.

A **nível nacional** são de referir a Estratégia Portugal 2030, onde se destaca a “agenda temática i) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade”, o PRR 2021-2026, onde se salientam as componentes “C1. Serviço nacional de saúde” e “C3. Respostas sociais”, na dimensão estruturante resiliência, e o PNCT, onde são de mencionar as políticas para a valorização do interior aprovadas. Para além destes merecem, ainda, referência:

- A ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza;
- A ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo;
- A ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação;
- A ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência;

- O PEM - Plano Estratégico para as Migrações;
- A ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas;
- A ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;
- O PNS - Plano Nacional de Saúde 2021-2030 (Plano Nacional de Saúde 2030: Saúde Sustentável de tod@s para tod@s”);
- O PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental;
- A Estratégia da Saúde na Área das Demências;
- O PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- A ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A **nível regional** é de referir a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região de Coimbra 2021-2027.

A **nível local** são de referir o DS 2024, o PDS 2024-2030 e o Programa CLDS 5.ª Geração - “Lousã + Social”.

A programação da RSES deve, ainda, ser articulada com os instrumentos de gestão territorial à escala nacional, regional e local, a saber, o PNPOT, o PROT-C e o PDM.

VII.5. Estratégia de intervenção

A visão definida para a programação da RSES materializa-se na estratégia de intervenção apresentada nas figuras seguintes. A estratégia de intervenção foi desenvolvida para corresponder a um ciclo programático de quatro anos e consubstancia-se em 6 eixos de intervenção, 17 objetivos estratégicos, 30 linhas de ação estratégica e 74 ações e medidas a desenvolver.



Figura 68. Síntese da estratégia de intervenção.

Fonte: Equipa técnica.



Figura 69. Quadro de referência da estratégia de intervenção.

Fonte: Equipa técnica.

A construção da estratégia de intervenção suportou-se nos problemas sociais identificados e na sua priorização. Os quadros 45 e 46 apresentam a lista de problemas, objeto de priorização, e os domínios de intervenção prioritária. Como referido anteriormente, a identificação dos problemas e a definição das prioridades de atuação foi realizada com base no diagnóstico da RSES efetuado no âmbito da carta social, bem como no DS 2024, que serviram de base de evidência, e na auscultação dos *stakeholders*.

Quadro 45. Dimensões sociais e respetivos problemas objeto de classificação.

Área de intervenção	Problemas identificados
Infância e juventude	■ Carência da resposta social de creche em alguns setores do território municipal
	■ Insuficiência de respostas para ocupação dos tempos livres (OTL) dos jovens com necessidades específicas de suporte à aprendizagem e à inclusão
	■ Desadequação entre a oferta formativa e as expectativas dos jovens
	■ Sentimento de desinformação acerca das ofertas formativas dos vários níveis de ensino, tanto a nível local, como regional
	■ Falta de uma estrutura apelativa e adequada às necessidades e rotinas das pessoas jovens para que possam estudar, partilhar experiências e organizar atividades em contexto de escola e na comunidade
	■ Inadequação dos horários da biblioteca face às necessidades dos jovens
	■ Pouca participação dos jovens em iniciativas locais
	■ Desconhecimento, por parte dos jovens, dos mecanismos de participação
	■ Poucas oportunidades de emprego na região para jovens qualificados
	■ Ausência de dinâmicas que fomentem o empreendedorismo jovem, tanto ao nível das infraestruturas, como ao nível formativo
	■ Falta de iniciativas de promoção cultural e musical
	■ Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento integral dos jovens
	■ Falta de uma estratégia de comunicação entre a comunidade jovem e as organizações
	■ Falta de investimento na juventude

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção	Problemas identificados
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	■ Aumento gradual do índice de envelhecimento e do índice de dependência de idosos
	■ Perda de relações económicas e afetivas, incluindo a perda do cônjuge, que agrava o sentimento de solidão e isolamento
	■ Isolamento social devido à ausência de retaguarda familiar e erosão das redes tradicionais de apoio, como o sentimento de vizinhança
	■ Falta de OTL, o que contribui para o desinteresse e desmotivação
	■ Inexistência de um espaço aberto destinado aos idosos autónomos, permitindo-lhes escolher as suas atividades
	■ Insuficiência e inadequação das respostas sociais às reais necessidades dos idosos, quer ao nível dos dependentes, quer dos mais autónomos
	■ Elevadas listas de espera na resposta social de ERPI
	■ Défice na resposta a emergências sociais com necessidade de acolhimento de idosos
	■ Aparecimento de doenças associadas ao aumento do índice de longevidade
	■ Existência de indícios de violência doméstica nos idosos
	■ Existência de barreiras físicas em espaços públicos e privados
	■ Famílias e/ou cuidadores informais em desgaste físico e emocional
	■ Idosos com alta hospitalar sem cuidadores ou com cuidadores/família esgotados
Pessoas com deficiência ou incapacidade	■ Desequilíbrio financeiro das instituições (o número de acordos não acompanha as necessidades reais)
	■ Insuficiência de respostas sociais para uma maior integração socioprofissional das pessoas com deficiência ou incapacidade
	■ Insuficiência de apoio de retaguarda no domicílio às pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias
	■ Existência de equipamentos e infraestruturas em estado degradado ou não modernizado
	■ ARCIL confrontada com desafios estruturais e conjunturais relevantes
	■ Insuficiência do financiamento público para responder às reais necessidades das respostas sociais e programas de reabilitação
	■ Dificuldades de financiamento para investir na requalificação e modernização de equipamentos e infraestruturas

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção	Problemas identificados
Família e comunidade	■ Presença de crianças e jovens com problemas antissociais e dificuldades de integração escolar, associados ao aumento de casos de depressão, <i>bullying</i> e dependências (incluindo uso excessivo de redes sociais e jogos)
	■ Identificação de problemas de negligência e existência de modelos educativos e de parentalidade desajustados às necessidades das crianças e dos jovens
	■ Sobrecarga de projetos e programas nas escolas e fraca participação dos pais
	■ Fraca participação das famílias no processo socioeducativo dos seus filhos
	■ Métodos disciplinares que incluem agressão física e escasso controlo
	■ Dificuldade de conciliação entre a vida familiar e profissional, particularmente nas famílias monoparentais
	■ Tempo de partilha familiar reduzido
	■ Exposição a comportamentos que podem comprometer o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças e dos jovens
	■ Situações de desemprego e insuficiência de rendimentos que se repercutem ao nível do acesso a cuidados básicos e do exercício da parentalidade
	■ Perturbações relacionadas com dependências, doença mental, conflitos conjugais e intrafamiliares, incluindo filio-parentais, e casos de violência doméstica
	■ Insuficiente coordenação entre os diferentes projetos, com risco de duplicação das intervenções

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção	Problemas identificados
Violência doméstica	■ Prevalência da violência doméstica de género e da violência nas relações íntimas
	■ Insuficiência de respostas de emergência social a nível local
	■ Falta de respostas a nível local para acolhimento temporário de PVVD
	■ Insuficiência de respostas para acompanhamento de agressores (jovens e adultos)
	■ Falta de autoestima e habilidade emocional das PVVD e dependência económica e emocional relativamente ao agressor, o que dificulta a sua autonomização
	■ Resistência das PVVD à denúncia
	■ Necessidade de maior sensibilização junto da comunidade para a sinalização/denúncia
	■ Baixa aceitação da retirada pela própria vítima, devido ao desenraizamento
	■ Existência de indícios de violência doméstica nos idosos
Imigrantes e minorias étnicas	■ Falta de recursos/meios de autonomia e segurança
	■ Aumento do número de imigrantes e pouca capacidade dos serviços para responder às suas necessidades no processo de integração
	■ Dificuldade no processo de legalização e equivalência escolar, sobretudo dos imigrantes recém-chegados
	■ Dificuldades financeiras enquanto não estão a trabalhar
	■ Dificuldade de inserção sociocomunitária e profissional, em especial no acesso à habitação e ao emprego (e.g.: incompatibilidades culturais e dificuldade em cumprir algumas regras instituídas)
	■ Sobrelotação das habitações (imigrantes acolhem outros imigrantes)
	■ Baixos níveis de escolaridade e competências profissionais das pessoas da comunidade cigana
	■ Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e subsidiodependência da comunidade cigana (maioria é beneficiária de RSI)
	■ Sentimento de discriminação
	■ Poucas atividades de partilha cultural

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção	Problemas identificados
Saúde	■ Instalações atuais inadequadas para o funcionamento das diversas equipas de saúde e serviços administrativos
	■ Dificuldade por parte das pessoas em acederem a consultas de especialidade
	■ Insuficiência de recursos humanos para apoio às famílias e indivíduos, após altas hospitalares e em situação de acamamento
	■ Insuficiência de serviços de reabilitação ao domicílio, sobretudo para os idosos sem retaguarda familiar
	■ Problemáticas ligadas ao isolamento, ansiedade e depressão
	■ Morbilidades associadas à obesidade e excesso de peso e tumores malignos
	■ Aumento dos gastos em medicamentos por parte das pessoas
	■ Aumento do número de pessoas com problemas de saúde mental
	■ Pouco conhecimento da problemática das dependências e da doença mental a nível local
	■ Pouca participação das pessoas e famílias em atividades físico-motoras
	■ Dificuldade das instituições em articularem e comunicarem com os serviços de saúde
	■ Transferência de competências para o município sem dotação orçamental adequada
Habitação	■ Falta de alojamentos para situações de emergência social e para públicos em situação de vulnerabilidade social
	■ Inexistência de habitação social (os dois bairros sociais em estado bastante degradado)
	■ Parque habitacional antigo
	■ Existência de algumas famílias a residir em habitações indignas e de situações de sem-abrigo, sobretudo entre homens isolados
	■ Existência de barreiras arquitetónicas, principalmente nas habitações mais antigas onde residem os mais idosos
	■ Aumento da inflação e subida das rendas
	■ Escassez de oferta no mercado de arrendamento dificulta o acesso à habitação, principalmente para agregados em vulnerabilidade social ou para população mais jovem que procura emancipar-se
	■ Escassez de habitação eleva preços do mercado imobiliário
	■ Aumento do risco de ações de despejo por dificuldades em pagar as rendas

(Continua)

(Continuação)

Área de intervenção	Problemas identificados
Economia/Emprego	■ Falta de oportunidades de emprego qualificado para os mais jovens, sobretudo pós-percurso académico
	■ Dificuldade na retenção e fixação de jovens qualificados
	■ Fraco incentivo ao empreendedorismo jovem
	■ Pouca valorização dos níveis de certificação dos adultos para obtenção, manutenção ou progressão no emprego
	■ Mercado de trabalho incapaz de absorver mão-de-obra altamente qualificada
	■ Insuficiência de oportunidades de emprego para pessoas com deficiência ou incapacidade e para outros grupos socialmente estigmatizados ou com dificuldades de inserção (e.g.: beneficiários de RSI, comunidade cigana e desempregados de longa duração (DLD) com mais de 55 anos)
	■ Aumento do desemprego entre mulheres e maiores de 55 anos
	■ Pouca flexibilidade no horário de trabalho
	■ Desigualdade salarial entre os géneros
	■ Tecido empresarial local dominado por micro e pequenas empresas
	■ Pouca abertura por parte das empresas para desenvolverem processos formativos internos
	■ Fraca participação em ações de responsabilidade social por parte das empresas locais
	■ Zona industrial pouco apelativa à fixação de empresas (espaço, sinalização, serviços e transportes)
	■ Produtos e mercados externos como fortes concorrentes da economia local

Fonte: Equipa técnica.

Quadro 46. Prioridades de atuação.

Área de intervenção	Problemas prioritários
Infância e juventude	■ Carência da resposta social de creche em alguns setores do território municipal
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	■ Insuficiência e inadequação das respostas sociais às reais necessidades dos idosos, quer ao nível dos dependentes, quer dos mais autónomos
Pessoas com deficiência ou incapacidade	■ Insuficiência de apoio de retaguarda no domicílio às pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias
Família e comunidade	■ Perturbações relacionadas com dependências, doença mental, conflitos conjugais e intrafamiliares, incluindo filio-parentais, e casos de violência doméstica
Violência doméstica	■ Prevalência da violência doméstica de género e da violência nas relações íntimas
Imigrantes e minorias étnicas	■ Aumento do número de imigrantes e pouca capacidade dos serviços para responder às suas necessidades no processo de integração
Saúde	■ Pouco conhecimento da problemática das dependências e da doença mental a nível local
Habituação	■ Falta de alojamentos para situações de emergência social e para públicos em situação de vulnerabilidade social
Economia/Emprego	■ Falta de oportunidades de emprego qualificado para os mais jovens, sobretudo pós-percurso académico

Fonte: Equipa técnica.

As ações e medidas a desenvolver no âmbito da estratégia de intervenção são as que se consideram como essenciais pelas entidades sociais que integram a RSES para garantir a adequação da RSES às necessidades sociais existentes e previstas, em função das perspetivas de evolução da sociedade, e configuram um cenário “ótimo” e “desejável”. No essencial, e salvo algumas exceções, correspondem a intenções, não raramente dependentes de fatores externos e alheios às entidades sociais que integram a RSES, como a publicação de legislação e regulamentação específica, a concretização das parcerias necessárias, o parecer e/ou a celebração de acordo de cooperação por parte da Segurança Social e a disponibilidade de recursos financeiros.

Para cada eixo de intervenção foram, ainda, definidas metas de implementação a atingir no final do ciclo programático de quatro anos. As metas de implementação refletem, sempre que possível, os problemas que exigem intervenção prioritária, bem como o que será atingível face aos recursos materiais e humanos, aos potenciais obstáculos ou dificuldades e ao intervalo temporal. As metas de implementação servirão, também, de apoio à avaliação do grau de execução das ações e medidas a desenvolver.

Para efeitos da elaboração da estratégia de intervenção considerou-se a RSES existente no momento do levantamento de campo, que decorreu, na generalidade, entre abril e outubro de 2025, e os serviços e equipamentos sociais novos e em fase de implementação.

A implementação da estratégia de intervenção é da responsabilidade das diferentes entidades com competências nos domínios específicos em causa, presentes no território ou a instalar, que assegurarão a dotação dos recursos financeiros, bem como a alocação dos recursos humanos e físicos necessários à respetiva concretização.



Eixo I. Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Num contexto onde as famílias encontram cada vez mais obstáculos ao pleno exercício das competências parentais em diferentes contextos, face aos novos desafios da sociedade, pela falta de conhecimento e informação, pela dificuldade de acesso a recursos ou pela vivência de situações adversas, ligadas a modelos de cuidados desorganizados, violentos e/ou negligentes, as respostas sociais destinadas à infância e juventude assumem um papel fundamental na vida das crianças e dos jovens e das famílias.

As respostas sociais direcionadas à infância e juventude representam um garante de apoio ao pleno e equilibrado desenvolvimento das crianças e dos jovens, na medida em que apoiam, complementam ou substituem a família no seu processo de socialização e promovem o seu desenvolvimento pessoal e social num ambiente seguro e estimulante, assegurando o seu próprio projeto de vida.

Apesar da diminuição dos nascimentos nas últimas décadas e das projeções demográficas apontarem para a manutenção desta tendência até 2041, no concelho da Lousã encontram-se, ainda, algumas carências no domínio de intervenção da infância e juventude, nomeadamente nas crianças até aos três anos de idade, onde a oferta de creche é insuficiente ou mesmo inexistente em alguns setores do território concelhio, e nas crianças e jovens em situação de perigo, onde se destaca a inexistência de respostas sociais direcionadas para o seu acolhimento (familiar e institucional) urgente e temporário e para o seu apoio na fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta e quando atingem os 18 anos.

É a estes problemas e outros identificados no diagnóstico levado a cabo no âmbito da carta social, para servir de suporte à programação da RSES e garantir um processo de tomada de decisão informado, que as ações e medidas previstas no âmbito do eixo I procurarão responder de forma adequada.

Quadro 47. Linhas de ação estratégica para o eixo I.

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

LA 1. Aumentar a taxa de cobertura da resposta social de creche e promover a sua reconfiguração e flexibilização

1

LA 2. Garantir a adequação da oferta à procura na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar

1

OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

LA 3. Disponibilizar uma resposta adaptada às necessidades de acompanhamento das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

4

OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo

LA 4. Proporcionar as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em situação de perigo

5

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

11

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

LA 1. Aumentar a taxa de cobertura da resposta social de creche e promover a sua reconfiguração e flexibilização

A 1. Incentivar o reforço da capacidade instalada na resposta social de creche, particularmente nos principais núcleos populacionais

LA 2. Garantir a adequação da oferta à procura na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar

A 2. Assegurar uma resposta ajustada às necessidades territoriais e/ou educativas (modelos pedagógicos próprios e inovadores) específicas na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar

OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

LA 3. Disponibilizar uma resposta adaptada às necessidades de acompanhamento das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

A 3. Garantir uma oferta ajustada às necessidades na resposta social de CATL

A 4. Melhorar os mecanismos de identificação e sinalização das crianças e jovens com Necessidades Educativas Específicas (NEE)

A 5. Alargar e diversificar a oferta inclusiva e a custos reduzidos para crianças e jovens a partir dos 10 anos, com e sem NEE, nos períodos letivos, através de atividades extracurriculares, e de interrupções letivas, através de OTL/campos de férias (e.g.: Férias Ativas)

A 6. Reforçar as respostas que disponibilizam apoio psicológico

OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo

LA 4. Proporcionar as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em situação de perigo

A 7. Reforçar as respostas que visam o apoio psicológico de crianças e jovens em situação de perigo (com processos de promoção e proteção na CPCJ), de forma a intervir nas problemáticas identificadas

A 8. Fomentar a criação de respostas vocacionadas para o apoio familiar e aconselhamento parental (e.g.: projetos de apoio à parentalidade positiva, como o GIF e o Programa Primeiros Passos)

A 9. Impulsionar a implementação de respostas dirigidas ao acolhimento (familiar e institucional), de emergência ou temporário (e.g.: CAC para resposta a situações de emergência e CAC)

A 10. Estimular a criação de respostas destinadas ao apoio à fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta (e.g.: CAC com unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens)

A 11. Incentivar o desenvolvimento de respostas direcionadas ao apoio a jovens institucionalizados que atingem os 18 anos

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 49. Metas de implementação para o eixo I.

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional	. Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada na resposta social de creche, particularmente no principal núcleo populacional; . Implementar em, pelo menos, uma creche, um modelo inovador de funcionamento - aberto todos os dias do ano, com horários alargados ao período noturno e com serviço de <i>babysitting</i> para necessidades pontuais.
OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens	. Realizar um levantamento das necessidades das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens, incluindo as crianças e jovens com NEE, no âmbito da OTL; . Implementar, pelo menos, uma resposta para crianças e jovens com NEE no período letivo (atividades extracurriculares) e de interrupção letiva (OTL/campos de férias); . Capacitar os recursos humanos das instituições que desenvolvem respostas para crianças e jovens para lidar com crianças e jovens com NEE.
OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo	. Implementar, pelo menos, uma resposta social para crianças e jovens em situação de perigo (e.g.: CAC para resposta a situações de emergência, CAC e CAC com unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens).
OE Objetivo estratégico	



Eixo II. Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

As alterações do perfil demográfico da população a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, no sentido do progressivo envelhecimento, decorrente da diminuição dos índices de fecundidade e mortalidade e do prolongamento da esperança média de vida, consequência do notável progresso social e da resultante melhoria das condições de vida, representam um desafio incontornável para a sociedade atual, devido não só ao seu crescimento exponencial, mas, também, ao aumento do número de anos que constituem este período da vida.

Consequência da realidade descrita, mas, também, do prolongamento da vida ativa das famílias, um dos domínios onde hoje se identifica uma necessidade cada vez maior de consolidar uma boa rede de apoio, em contexto domiciliário ou institucional, é nas pessoas idosas, que potencialmente se encontram em situação de maior vulnerabilidade a situações de insegurança e isolamento social e apresentam maior risco de perda de autonomia, em resultado da maior dificuldade em realizar determinadas funções e atividades pessoais e sociais relacionadas com a vida diária que afetam a autossuficiência e o acesso a serviços e equipamentos.

Efetivamente, o envelhecimento galopante e as crescentes dificuldades das famílias em cuidar dos seus familiares idosos têm sido dois dos principais desafios para a RSES em termos de capacidade de resposta, obrigando à sua profunda reconfiguração para responder ao forte crescimento da procura de respostas para a dependência. É inquestionável que uma das primeiras manifestações da transformação demográfica em curso é o aumento da incidência de doenças crónicas e da incapacidade funcional e, por conseguinte, do número de pessoas em situação de dependência. Fatores como a insuficiência de recursos económicos e o isolamento social agravam a situação e requerem a capacidade de criar e ativar mais e melhores recursos para apoiar esta população.

O concelho da Lousã não é alheio a esta realidade, situação que tem determinado, nos últimos anos, um aumento e uma diversificação das respostas sociais para colmatar e/ou minimizar as necessidades desta população em situação de especial vulnerabilidade. Mas apesar do reconhecido esforço realizado, persistem algumas carências, particularmente para as situações de maior dependência, onde a oferta é claramente insuficiente para a

procura verificada e, simultaneamente, desajustada às necessidades específicas existentes. Destacam-se os casos da resposta social de ERPI e das respostas da rede geral da RNCCI (UMDR, ULDM e UC).

O eixo II consubstancia a necessidade de melhorar e especializar a rede de apoio para o envelhecimento e dependência, tendo como principais objetivos: i) Fomentar a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e/ou em situação de dependência; ii) Prevenir e combater o isolamento social e geográfico das pessoas idosas e/ou em situação de dependência; iii) Prevenir fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crónicas e/ou incapacitantes; e iv) Criar e/ou adequar as respostas da RSES e da rede geral da RNCCI destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência.

Quadro 50. Linhas de ação estratégica para o eixo II.

Eixo II.

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Linha de ação estratégica	Número de ações
OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização	
LA 1. Favorecer condições de apoio ao idoso em contexto domiciliário	3
LA 2. Propiciar condições à manutenção do idoso no seu meio sócio-familiar	3
LA 3. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social	6

(Continua)

(Continuação)

OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência

LA 4. Reforçar a oferta na dependência e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados e a melhoria da intervenção		3
LA 5. Promover projetos de institucionalização integrada (utentes e familiares)		1
LA 6. Incentivar serviços e equipamentos de apoio ao cuidador informal		2
OE Objetivo estratégico	LA Linha de ação estratégica	Número total de ações
		18

Eixo II.

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização

LA 1. Favorecer condições de apoio ao idoso em contexto domiciliário	A 1. Assegurar uma oferta adequada às carências na resposta social de SAD
	A 2. Desenvolver uma nova geração de apoio domiciliário, que permita a evolução de um serviço centrado na satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e a higiene, para um serviço inovador e integrado, mais flexível e multifacetado, com informação partilhada entre o utente e os múltiplos cuidadores
	A 3. Incentivar projetos de teleassistência 24h
LA 2. Propiciar condições à manutenção do idoso no seu meio sócio-familiar	A 4. Garantir uma oferta ajustada às necessidades na resposta social de centro de dia
	A 5. Reconfigurar e flexibilizar as respostas em contexto institucional de dia
	A 6. Reforçar a rede de transportes públicos (adaptados e não adaptados)
LA 3. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social	A 7. Potenciar projetos de preparação e planeamento da reforma
	A 8. Promover atividades de valorização das capacidades, competências, conhecimentos e/ou aptidões das pessoas idosas
	A 9. Desenvolver iniciativas intergeracionais de cooperação e partilha de saberes e experiências entre idosos e crianças e jovens
	A 10. Incentivar o voluntariado sénior
	A 11. Fomentar iniciativas de literacia (académica, cultural, funcional e tecnológica) das pessoas idosas
	A 12. Estimular projetos que promovam a participação ativa das pessoas idosas em atividades sociais, culturais, artísticas e físicas (e.g.: Lousã a Mexer + e Plano Municipal Sénior)

(Continua)

OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência

LA 4. Reforçar a oferta na dependência e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados e a melhoria da intervenção	A 13. Ampliar a capacidade instalada na resposta social de ERPI e garantir a prestação de cuidados sociais e de saúde mais especializados, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência, como a doença de Alzheimer, com vista não só à sua assistência, mas, também, ao controlo (e eventual desaceleração) da doença A 14. Aumentar a capacidade instalada na rede de cuidados continuados integrados (e.g.: UMDR, ULDM e UC) A 15. Potenciar a criação de respostas inovadoras que assentem num modelo de habitação colaborativa e comunitária (ou cohousing)
LA 5. Promover projetos de institucionalização integrada (utentes e familiares)	A 16. Estimular a criação de estruturas residenciais com capacidade de resposta a múltiplas problemáticas, destinadas ao acolhimento de diferentes elementos do agregado familiar em situação de dependência (e.g.: pais idosos com filhos deficientes)
LA 6. Incentivar serviços e equipamentos de apoio ao cuidador informal	A 17. Impulsionar a criação de serviços domiciliários que assumam a responsabilidade de cuidar do utente durante períodos de curta duração para que o cuidador possa realizar outras atividades (e.g.: ir às compras, ao cinema e jantar fora) A 18. Fomentar a criação de respostas residenciais vocacionadas para o acolhimento temporário de utentes e o consequente descanso do seu cuidador

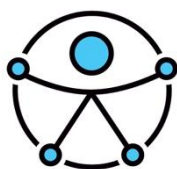
OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Eixo II.

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização	. Criar uma rede municipal de articulação interinstitucional, com vista à partilha de informação, documentação e experiências, entre outros aspetos, bem como ao desenvolvimento de atividades conjuntas com a população idosa e/ou em situação de dependência; . Implementar, pelo menos, mais dois projetos de promoção do envelhecimento ativo e saudável (e.g.: sessões de psicomotricidade/estimulação cognitiva, atividades artísticas, sessões de leitura, turismo sénior, participação comunitária/voluntariado, entre outros); . Implementar, pelo menos, uma oferta de transporte público (adaptado e não adaptado); . Desenvolver, pelo menos, um SAD de nova geração que funcione de forma integrada, assegurando cuidados de apoio social e de saúde.
OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência	. Capacitar os recursos humanos para a prestação de cuidados a grandes dependentes e a pessoas com demência, como a doença de Alzheimer; . Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada na resposta social de ERPI; . Criar uma habitação colaborativa e comunitária (ou cohousing).

OE Objetivo estratégico



Eixo III. Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade

Numa sociedade que pretende realizar todo o seu potencial e garantir condições de acesso e de exercício dos direitos de cidadania nos diversos contextos de vida em igualdade para todos os cidadãos é imperativo consolidar a rede de atendimento especializado a pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, para aumentar as suas possibilidades de desenvolvimento e facilitar a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional.

O eixo III da carta social tem como objetivo complementar e reforçar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no concelho da Lousã por todas as entidades com responsabilidades diretas e indiretas no domínio das pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, de modo a promover a qualidade de vida e a inclusão social e laboral das pessoas com deficiência ou incapacidade.

Embora o concelho da Lousã disponha de uma oferta diversificada de serviços e equipamentos sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias comparativamente a outras unidades de referência, esta revela-se, ainda assim, insuficiente face à procura existente, sobretudo no domínio das pessoas adultas com deficiência.

Quadro 53. Linhas de ação estratégica para o eixo III.

Eixo III.

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente

LA 1. Incentivar a modernização nos serviços de apoio inclusivo e proximidade territorial

4

LA 2. Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais e potenciar a empregabilidade

3

LA 3. Colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados para pessoas com mobilidade reduzida provisória ou definitiva

2

LA 4. Contribuir para a construção de parcerias e redes no âmbito do turismo inclusivo ou acessível

1

OE 2. Reforçar a rede de apoio às pessoas com deficiência ou incapacidade

LA 5. Garantir soluções ajustadas às necessidades das pessoas e às especificidades do ciclo de vida em que se encontram

2

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica

Número total de ações

12

Eixo III.

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente

LA 1. Incentivar a modernização nos serviços de apoio inclusivo e proximidade territorial	A 1. Fomentar a organização de iniciativas para a capacitação de pessoas, famílias, instituições e comunidades para a autonomia
	A 2. Potenciar o desenvolvimento de projetos para a melhoria das condições de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional
	A 3. Reforçar as iniciativas para a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade nos edifícios habitacionais e nos espaços públicos
	A 4. Impulsionar o reforço das respostas vocacionadas para a consolidação do modelo de apoio à vida independente (e.g.: SAVI)
	A 5. Estimular a qualificação através de formação profissional
LA 2. Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais e potenciar a empregabilidade	A 6. Fomentar experiências profissionais em contexto real de trabalho para aperfeiçoar as competências e facilitar a integração no mercado de trabalho
	A 7. Sensibilizar as entidades empregadoras para a contratação de pessoas com incapacidade
LA 3. Colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados para pessoas com mobilidade reduzida provisória ou definitiva	A 8. Potenciar a criação de serviços de transporte adaptados
	A 9. Impulsionar o desenvolvimento de projetos no domínio da mobilidade inclusiva
LA 4. Contribuir para a construção de parcerias e redes no âmbito do turismo inclusivo ou acessível	A 10. Promover o desenvolvimento de serviços destinados a suprir as dificuldades das pessoas com necessidades específicas

OE 2. Reforçar a rede de apoio às pessoas com deficiência ou incapacidade

LA 5. Garantir soluções ajustadas às necessidades das pessoas e às especificidades do ciclo de vida em que se encontram	A 11. Incentivar a criação de novas respostas sociais (Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - CAARPD, RAI e habitação colaborativa e comunitária - cohousing)
	A 12. Estimular o reforço da capacidade instalada em respostas sociais existentes, quer para crianças e jovens (e.g.: IP e LA), quer para pessoas adultas (SAD, CACI e LR)

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica A Ação

Quadro 55. Metas de implementação para o eixo III.

Eixo III.
Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente	. Elaborar um relatório das barreiras (e.g.: urbanísticas, arquitetónicas, nos transportes, nas comunicações e na informação), necessidades e propostas de intervenção; . Desenvolver, pelo menos, um SAD de nova geração que funcione de forma integrada, assegurando cuidados de apoio social e de saúde.
OE 2. Reforçar a rede de apoio às pessoas com incapacidade	. Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada nas respostas sociais de LA, SAD, CACI e LR; . Criar, pelo menos, mais uma resposta social (e.g.: CAARPD, RAI e habitação colaborativa e comunitária - cohousing).

OE Objetivo estratégico



Eixo IV. Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

A saúde mental e a saúde física são duas vertentes fundamentais e indissociáveis da saúde, mas a saúde mental é há décadas o “parente pobre” da saúde. Não obstante a crescente prevalência desta problemática em Portugal, à semelhança do que acontece na Europa e no resto do mundo, a doença mental continua a ser o setor da saúde em que o Estado menos dedica atenção política e menos investe.

A pandemia provocada pela covid-19, responsável por um aumento dos níveis de solidão, ampliou a incidência desta problemática na população de forma muito significativa. De acordo com dados da OMS, publicados em 2022, a prevalência global de ansiedade e depressão cresceu em 25% no período pandémico, afetando maioritariamente os jovens e as mulheres.

A população idosa (institucionalizada e não institucionalizada) é também particularmente vulnerável à doença mental. O risco aumenta quando se associa a isolamento social e a limitações na capacidade funcional. Também nesta população a pandemia provocada pela covid-19 foi responsável por um aumento da sintomatologia depressiva e ansiosa.

O atraso na implementação e desenvolvimento de medidas, a falta de respostas e as assimetrias na sua distribuição territorial, bem como a escassez de recursos humanos, sobretudo nos cuidados de saúde mental comunitários, repercute-se na falta de equidade e de igualdade de acesso ao tratamento da doença mental, para desespero dos doentes e das famílias, cuidadoras informais que continuam sem apoio e acompanhamento.

Aos fatores descritos acresce, ainda, o preconceito, ainda bastante enraizado, em relação à doença mental, que determina que frequentemente as pessoas com doença mental sejam alvo de atitudes estigmatizantes e discriminatórias e que se constitui como um dos principais entraves à recuperação e reabilitação dos indivíduos, levando a que, não raramente, os próprios não reconheçam a sua doença.

Mas apesar do quadro descrito e dos enormes desafios que persistem, nos últimos anos a problemática da saúde mental tem estado na ordem do dia do debate público e tem ganho relevância na agenda política nacional, prevendo-se um investimento significativo para concluir a reforma da saúde mental.

No concelho da Lousã não existem respostas sociais específicas para as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante. Então, o principal objetivo do eixo IV é definir uma estratégia que permita, primeiro, promover a saúde mental e fomentar estilos de vida saudáveis, e, depois, dotar o território regional de uma rede de apoio à doença mental capaz de responder às necessidades existentes, quer no domínio da RSES, quer no domínio dos CCISM, e garantir que a mesma está disponível para todos os cidadãos, com vista a tornar o concelho da Lousã como um território de referência no domínio da saúde mental.

Quadro 56. Linhas de ação estratégica para o eixo IV.

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

LA 1. Incentivar projetos no âmbito da promoção do bem-estar e da saúde mental da população e da prevenção e intervenção precoce na doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

2

LA 2. Contribuir para a criação de ambientes que promovam e sustentem a saúde mental

3

OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

LA 3. Promover a criação de respostas de acordo com as necessidades diagnosticadas (tratamento, estabilização e reabilitação)

1

OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados

LA 4. Fomentar projetos no domínio da inclusão social de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

2

LA 5. Estimular o desenvolvimento de um programa de emprego apoiado para a integração de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

1

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica

Número total de ações

9

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

LA 1. Incentivar projetos no âmbito da promoção do bem-estar e da saúde mental da população e da prevenção e intervenção precoce na doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	A 1. Fomentar o desenvolvimento de ações de sensibilização no domínio da saúde mental para os diferentes grupos populacionais, particularmente os mais vulneráveis, e suas famílias, com vista a melhorar a literacia em saúde mental e a reduzir a estigmatização e discriminação de pessoas com problemas de saúde mental (e.g.: Programa Lousã - Ecos de Emoções Positivas)
	A 2. Impulsionar o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do apoio na área da psicologia, psiquiatria e outras especialidades para os diferentes grupos populacionais, particularmente os mais vulneráveis, e suas famílias
LA 2. Contribuir para a criação de ambientes que promovam e sustentem a saúde mental	A 3. Promover a implementação de práticas promotoras da saúde mental e do bem-estar em contexto escolar (e.g.: cheque psicologia e/ou psiquiatria, metodologias ativas de aprendizagem e diversificação das atividades extracurriculares - área artística, cultural e desportiva), assentes no modelo de aprendizagem socioemocional (e.g.: Fortaleza de Afetos)
	A 4. Estimular a implementação de práticas promotoras da saúde mental e qualidade de vida em idosos (institucionalizados e não institucionalizados)
	A 5. Incentivar o desenvolvimento de programas de promoção da saúde mental e da felicidade em contexto laboral (e.g.: criar nas empresas a figura de tutor para apoiar no processo de integração e adaptação às funções) e a partilha de boas práticas

OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

LA 3. Promover a criação de respostas de acordo com as necessidades diagnosticadas (tratamento, estabilização e reabilitação)	A 6. Impulsionar o desenvolvimento de respostas da RSES (e.g.: FSO, Unidade de Vida Autónoma, Unidade de Vida Apoiada e UVP), de CCISM (e.g.: USOa, RTA, RAMo e RAMa), de habitação colaborativa e comunitária (ou cohousing) ou projetos piloto
---	--

OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados

LA 4. Fomentar projetos no domínio da inclusão social de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	A 7. Fomentar a capacitação dos recursos humanos (e.g.: RSI, SAAS e atendimento social) para apreensão de técnicas/estratégias para lidar com este público-alvo
	A 8. Promover a organização de atividades de pintura, teatro, dança, expressão corporal, desporto, entre outras
LA 5. Estimular o desenvolvimento de um programa de emprego apoiado para a integração de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	A 9. Incentivar a criação de respostas de índole profissional com vista à integração das pessoas com problemas de saúde mental no mercado de trabalho em posições adequadas às suas capacidades

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica A Ação

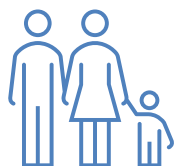
Quadro 58. Metas de implementação para o eixo IV.

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	. Assegurar a continuidade das ações de sensibilização para a saúde mental em curso e promover o seu reforço e alargamento, com especial incidência na depressão e na ansiedade; . Elaborar um plano de promoção da saúde mental e do bem-estar para as entidades sociais.
OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras	. Desenvolver, pelo menos, uma resposta no âmbito do tratamento (e.g.: RTA, RAMo e RAMa), em articulação com a saúde.
OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados	. Criar, pelo menos, uma resposta no âmbito do acompanhamento (e.g.: Equipa de Apoio Domiciliário - EAD), em articulação com a saúde.
Ações transversais	. Elaborar um relatório das necessidades e propostas de intervenção, em articulação com todos os stakeholders; . Estabelecer um protocolo com parceiros e definir um modelo de operacionalização.

OE Objetivo estratégico



Eixo V. Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

As grandes mudanças sociais que temos vindo a experimentar, nomeadamente ao nível da configuração familiar, do mercado de trabalho, das mentalidades e do modo e das expectativas de vida, entre muitas outras, acarretam consigo problemas e necessidades sociais individuais, familiares e comunitárias diferentes e com consequências evidentes ao nível do acesso e da utilização da RSES.

Aos conhecidos problemas sociais juntam-se hoje novas necessidades originadas pela transformação da sociedade e do seu modo de organização, que aumentam ainda mais a pressão sobre a RSES e agravam os seus problemas de desajustamento já bastante evidentes. Ao cenário descrito acresce a imprevisibilidade e velocidade da evolução social, que obriga a RSES a uma capacidade de adaptação rápida e permanente.

A crise da economia portuguesa, provocada pelo impacto da pandemia da covid-19 e acentuada pela guerra na Ucrânia, agravou fragilidades pré-existentes e revelou novas debilidades. O aumento do desemprego e a perda do poder de compra gerou impactos dramáticos, alargando o risco real de pobreza a mais famílias e acentuando as desigualdades sociais e económicas, em particular nos grupos sociais mais vulneráveis.

É neste contexto que a definição de trajetórias exequíveis e resilientes, conducentes à criação das condições necessárias para garantir capacidade de resposta atempada e adequada a problemas sociais velhos e emergentes, assume uma importância absolutamente decisiva.

O eixo V reúne um conjunto de ações e medidas que visam apoiar as famílias, na sua multidimensionalidade, e construir uma comunidade mais coesa, alavancando oportunidades para a inclusão, inserção e integração social. Entre outros objetivos, as ações e medidas previstas neste eixo V visam: i) Proporcionar uma resposta global e integrada às problemáticas das pessoas, famílias e comunidades mais prementes e geradoras de pobreza e exclusão social; ii) Contribuir para a (re)inserção e proteção social de pessoas, famílias e comunidades socialmente desinseridas e/ou economicamente desfavorecidas e contrariar ou minimizar o impacto dos fatores geradores de pobreza e exclusão social em contextos de maior precariedade socioeconómica; e iii) Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos humanos e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e grupos mais

vulneráveis, combatendo as desigualdades socioeconómicas e os efeitos da pandemia e reforçando a coesão socioterritorial.

Quadro 59. Linhas de ação estratégica para o eixo V.

Eixo V.
Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Linha de ação estratégica	Ações
OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade	
LA 1. Capacitar a família e comunidade nas suas diferentes dimensões de funcionamento	
	5
OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica	
LA 2. Estimular o desenvolvimento de serviços ou projetos inovadores e intersectoriais de apoio às vítimas	
	5

(Continua)

(Continuação)

OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação

LA 3. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante	1
---	----------

LA 4. Valorizar a diversidade e o pluralismo como um ativo social e comunitário, eliminando estigmas e preconceitos	1
--	----------

OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com comportamentos aditivos e dependências

LA 5. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática	2
--	----------

OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes

LA 6. Sinalizar e avaliar grupos em situação de vulnerabilidade social e garantir a sua integração na RSES, com vista à prestação de apoio de acordo com as suas necessidades específicas	1
--	----------

OE Objetivo estratégico	LA Linha de ação estratégica	Número total de ações
		15

Eixo V.

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade

LA 1. Capacitar a família e comunidade nas suas diferentes dimensões de funcionamento	A 1. Reforçar os apoios à habitação a pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica
	A 2. Estimular a criação de respostas sociais que visam o apoio a Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA)
	A 3. Consolidar e ampliar as respostas sociais dirigidas às pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica, na dupla vertente das respostas de emergência e de continuidade, através da criação de novas (e.g.: Centro de Alojamento Temporário - CAT e Comunidade de Inserção - CI) ou do alargamento das existentes (e.g.: Atribuição de Vales de Compras, Centros de Recursos Alimentares, Programa Municipal de Emergência Social da Lousã e Programa PESSOAS 2030 - Privação Material)
	A 4. Impulsionar a implementação de respostas sociais inovadoras direcionadas à prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de pobreza e exclusão social (e.g.: ações de sensibilização de combate à iliteracia financeira e à violência em contexto escolar, ações de divulgação aos cidadãos mais vulneráveis sobre os seus direitos e deveres e programas de desenvolvimento de competências)
	A 5. Fomentar a instalação de respostas sociais vocacionadas para a satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores (e.g.: centro de férias e lazer)

OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica

LA 2. Estimular o desenvolvimento de serviços ou projetos inovadores e intersectoriais de apoio às vítimas	A 6. Promover a prevenção das várias manifestações da violência doméstica, conscientizar sobre os seus impactos e fomentar uma cultura de não violência (e.g.: ações de sensibilização contra a violência no namoro)
	A 7. Garantir proteção e segurança às vítimas e diminuir o seu risco de revitimização (e.g.: teleassistência)
	A 8. Assegurar uma resposta adequada às características e necessidades da população local e regional no atendimento e acompanhamento (e.g.: estruturas de atendimento que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica e apoio psicológico e social e RAP, como o Projeto 6 em Rede)
	A 9. Garantir uma resposta ajustada às necessidades da população local e regional no acolhimento de emergência (e.g.: unidades residenciais para acolhimento urgente de vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores ou maiores dependentes com deficiência)
	A 10. Estimular a criação de respostas destinadas ao acolhimento temporário de vítimas (mulheres e homens), acompanhadas ou não de filhos menores (e.g.: Casa de Abrigo - CAAb), abrangendo domínios mais especializados (e.g.: vítimas idosas, vítimas com deficiência, vítimas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, vítimas de violência sexual, vítimas LGBTQIA+ e vítimas de violência financeira)

(Continua)

OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação

LA 3. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante	A 11. Reforçar os projetos direcionados ao acolhimento e à integração social e profissional da população migrante (e.g.: regularização, ajuda psicológica, apoios sociais, alojamento, serviços de saúde e educação/formação/capacitação, empregabilidade e atividades comunitárias), com vista à sua autonomia (e.g.: PMII e Programa CLDS 5.ª Geração - "Lousã + Social")
LA 4. Valorizar a diversidade e o pluralismo como um ativo social e comunitário, eliminando estigmas e preconceitos	A 12. Criar serviços especializados de prevenção e combate a todas as formas de discriminação, exclusão social, violência e violação de direitos, em razão da cor, raça, origem étnica, nacionalidade, religião, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, idade, deficiência, doença, classe social ou outro fator

OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD)

LA 5. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática	A 13. Promover o desenvolvimento de projetos no domínio da prevenção e diminuição dos CAD, com especial incidência nos jovens A 14. Incentivar a criação de respostas sociais para colmatar as necessidades dos cidadãos com CAD, suas famílias e comunidades afetadas (e.g.: EID e apartamento de reinserção social)
--	--

OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes

LA 6. Sinalizar e avaliar grupos em situação de vulnerabilidade social e garantir a sua integração na RSES, com vista à prestação de apoio de acordo com as suas necessidades específicas	A 15. Impulsionar soluções inovadoras para atender a necessidades sociais emergentes
--	---

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Eixo V.

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade	. Realizar, pelo menos, duas ações de sensibilização em domínios relacionados com a prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de pobreza e exclusão social (e.g.: iliteracia financeira, violência em contexto escolar, direitos e deveres dos cidadãos mais vulneráveis e parentalidade positiva); . Criar, pelo menos, uma resposta de alojamento urgente e temporário (e.g.: CAT ou CI) para situações de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (até o encaminhamento para uma solução habitacional definitiva).
OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica	. Realizar, pelo menos, duas ações de sensibilização por ano dirigidas à comunidade em geral; . Implementar, pelo menos, mais um projeto de intervenção no âmbito da violência doméstica.
OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação	. Realizar, pelo menos, duas ações de sensibilização por ano, sobre desconstrução de estereótipos e prevenção de práticas discriminatórias; . Implementar, pelo menos, mais um projeto de intervenção no âmbito do acolhimento e da integração da população migrante.
OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com CAD	. Realizar, pelo menos, duas ações de sensibilização por ano, sobre CAD; . Implementar, pelo menos, um projeto de intervenção no domínio dos CAD.
OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes	. Elaborar um relatório das necessidades e propostas de intervenção, em articulação com todos os stakeholders; . Efetuar reuniões periódicas de avaliação da evolução da situação social.
OE Objetivo estratégico	



Eixo VI. Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

A igualdade de oportunidades, o bem-estar e a melhoria das condições de vida são fatores determinantes para a construção de uma sociedade moderna e justa. É neste contexto que a preocupação com a qualificação dos serviços e equipamentos sociais, para garantir um acesso crescente a respostas sociais de qualidade que promovam a satisfação das necessidades dos cidadãos, é um compromisso municipal. É tempo de ajustar os serviços e equipamentos sociais às novas exigências, aliando as questões da equidade e universalidade das respostas, à qualidade e segurança dos edifícios e à gestão eficaz e eficiente dos recursos.

Partindo da necessidade de responder às fragilidades identificadas na RSES municipal e assegurar a adequação da sua qualidade funcional, arquitetónica e ambiental às carências atuais de curto e médio prazo, as ações e medidas propostas no âmbito do eixo VI visam promover a reabilitação e capacitação da RSES municipal e aumentar progressivamente os níveis de qualidade e adequação do serviço prestado ao utente através da melhoria das condições humanas, materiais e operacionais.

Num quadro com estas características, o eixo VI assume como principais objetivos: i) Aperfeiçoar as condições de operacionalidade dos serviços e equipamentos sociais nos domínios da higiene, conforto, salubridade, segurança e acessibilidade, bem como da eficiência energética e qualidade ambiental; ii) Estimular o apetrechamento e a modernização da RSES; iii) Incentivar a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação nos serviços e equipamentos sociais; iv) Melhorar a qualidade do serviço prestado aos utentes e as condições de trabalho dos recursos humanos afetos à RSES; v) Criar, requalificar e adequar os serviços e equipamentos sociais às necessidades dos diferentes grupos-alvo; vi) Coordenar e monitorizar a intervenção social no concelho da Lousã, de modo a evitar sobreposições e a direcionar o investimento para as necessidades prioritizadas; vii) Otimizar os recursos e mecanismos da rede social; e viii) Promover a dinamização da rede social.

Quadro 62. Linhas de ação estratégica para o eixo VI.

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

LA 1. Assegurar a satisfação das exigências de funcionalidade, conforto, higiene e salubridade dos edifícios, bem como de eficiência energética, qualidade ambiental, segurança e acessibilidade	4
--	---

OE 2. Capacitar os recursos humanos

LA 2. Incentivar a atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores, com vista à melhoria do desempenho e da progressão profissional	3
---	---

LA 3. Criar condições para o estabelecimento de parcerias	1
---	---

LA 4. Promover a igualdade de género, a eliminação de discriminações e a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional	1
---	---

OE Objetivo estratégico	Número total de ações
LA Linha de ação estratégica	9

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

LA 1. Assegurar a satisfação das exigências de funcionalidade, conforto, higiene e salubridade dos edifícios, bem como de eficiência energética, qualidade ambiental, segurança e acessibilidade	A 1. Construir edifícios de raiz para substituir equipamentos sociais com problemas de conservação e adequação
	A 2. Ampliar ou reabilitar equipamentos sociais com problemas de conservação e adequação
	A 3. Reconverter equipamentos sociais para responder a necessidades demográficas e socioeconómicas diagnosticadas
	A 4. Dotar os equipamentos sociais com recursos humanos e meios técnicos e materiais adequados às exigências da realidade social atual, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados e, por conseguinte, da qualidade de vida dos utentes

OE 2. Capacitar os recursos humanos

LA 2. Incentivar a atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores, com vista à melhoria do desempenho e da progressão profissional	A 5. Desenvolver estratégias centradas na valorização dos colaboradores, na melhoria das condições laborais e na criação de planos de desenvolvimento profissional, com vista à retenção dos recursos humanos
	A 6. Organizar formação contínua para os colaboradores das organizações sociais e para os corpos dirigentes nas diferentes áreas e contextos de intervenção social (e.g.: crianças e jovens com Perturbações do Neurodesenvolvimento - PND, pessoas idosas e/ou em situação de dependência e pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante), bem como em matérias relacionadas com a gestão das instituições (e.g.: elaboração de candidaturas a projetos de financiamento)
	A 7. Desenvolver formação para dotar os colaboradores das competências digitais necessárias à utilização das ferramentas tecnológicas adequadas às suas necessidades funcionais
LA 3. Criar condições para o estabelecimento de parcerias	A 8. Promover ações de formação para fomentar o espírito de trabalho em rede
LA 4. Promover a igualdade de género, a eliminação de discriminações e a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional	A 9. Identificar e promover boas práticas institucionais em matéria de políticas de igualdade de género, de eliminação de discriminações e de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional e implementar medidas de ação positivas e inovadoras passíveis de serem incorporadas pelas organizações sociais

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica A Ação

Quadro 64. Metas de implementação para o eixo VI.

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Objetivos estratégicos	Metas de implementação
OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais	. Elaborar um relatório das necessidades de intervenção nos equipamentos sociais com necessidades de melhoria das condições de funcionamento.
OE 2. Capacitar os recursos humanos	. Realizar um levantamento das necessidades de formação dos recursos humanos; . Promover a articulação entre a autarquia, as entidades sociais e os estabelecimentos de ensino secundário e profissional locais para dar resposta às necessidades de formação dos recursos humanos; . Desenvolver ações de sensibilização no domínio das boas práticas institucionais em matéria de eliminação de discriminações e de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional; . Estabelecer parcerias interinstitucionais com vista à partilha de boas práticas e recursos e desenvolvimento de atividades.

OE Objetivo estratégico

VII.6. Plano de monitorização e avaliação

O processo de realização da carta social municipal não se esgota no ato de elaboração da estratégia de intervenção, a última etapa do seu ciclo de desenvolvimento é relativa à monitorização e avaliação. É esta etapa que garante que a carta social municipal se mantém um instrumento permanentemente válido, uma vez que permite a sua constante adequação a uma realidade que evolui ininterruptamente em função de alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política social.

Na qualidade de entidade responsável pela elaboração da carta social municipal, a sua monitorização e avaliação compete à CML, que é igualmente responsável pela sua atualização, em consonância com o DS e o PDS e com a evolução da RSES, bem como pelo apoio e/ou orientação técnica às várias entidades, sempre que solicitarem.

A monitorização e avaliação permite reagir de forma atempada a eventuais desvios face ao inicialmente previsto, na medida em que torna possível perceber as transformações da realidade e proceder à tomada de medidas corretivas que possibilitem manter o equilíbrio e a sustentabilidade da RSES (adequação da oferta à procura).

É tendo como pano de fundo este cenário que se recomenda que a CML promova um processo de monitorização e avaliação da carta social municipal que assegure o acompanhamento contínuo do progresso da implementação da estratégia de intervenção e garanta a atualização regular e sistemática dos principais indicadores de caracterização da evolução da RSES, na dupla vertente da situação atual e das perspetivas de evolução. O plano de monitorização e avaliação é composto pelas seguintes componentes:

1) Recolha, tratamento, atualização e análise da informação

A primeira etapa do plano de monitorização e avaliação é a recolha, o tratamento, a atualização e a análise da informação, que serve de base à avaliação intermédia e final. Esta etapa deve ocorrer com uma periodicidade, pelo menos, bienal.

A seleção dos indicadores de caracterização a recolher deve ter por base a informação considerada relevante para fornecer uma visão global da evolução da RSES, em particular da oferta e procura e do estado de conservação. Neste âmbito, é fundamental proceder à atualização dos questionários e à constituição de uma base de dados para a organização de toda a informação.

Para efeitos da atualização da carta social municipal, as entidades do setor social, solidário ou lucrativo, reportam obrigatoriamente aos municípios informação sobre o encerramento e/ou criação de respostas sociais no território municipal, bem como sobre as necessidades

e as vagas ocupadas e/ou livres nas respostas sociais que se encontram em funcionamento. Cabe aos competentes serviços da segurança social atualizar as taxas de cobertura, tendo por referência a informação reportada.

2) Avaliação intermédia e final

A segunda etapa do plano de monitorização e avaliação consiste na avaliação, que deve ser feita, igualmente, com uma periodicidade, pelo menos, bienal. Esta etapa culmina na realização de dois relatórios: (i) o relatório de avaliação intermédia, a realizar a meio do ciclo programático de quatro anos (2028), com o objetivo de fazer o ponto de situação da execução das ações e medidas a desenvolver, do cumprimento das metas e da evolução da RSES; e (ii) o relatório de avaliação final, a realizar no final do ciclo programático de quatro anos (2030). Ambos devem ser objeto de análise por parte do CLAS da Lousã e ser enviados aos serviços competentes da segurança social.

Os relatórios a realizar devem respeitar uma matriz que incida nas seguintes dimensões de análise:

- Identificação de alterações no quadro legal;
- Descrição de transformações na envolvente territorial, demográfica e socioeconómica;
- Evolução da RSES constante na carta social municipal, identificando os serviços e equipamentos sociais que se encontrem em funcionamento e a respetiva capacidade, assim como os serviços e equipamentos sociais entretanto encerrados e/ou criados, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado e a respetiva localização, entidade titular e capacidade;
- Avaliação do grau de execução das ações e medidas a desenvolver e do cumprimento das metas;
- Definição de propostas de alteração à estratégia de intervenção, caso se justifique.

3) Revisão

A última etapa do plano de monitorização e avaliação corresponde à revisão. A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo esse período ou sempre que a RSES se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis.

Constituem fundamento para a revisão da carta social municipal transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da RSES anteriormente aprovados, bem como alterações na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município.

4) Equipa técnica de monitorização e avaliação

A implementação do plano de monitorização e avaliação prevê a constituição de uma equipa técnica de monitorização e avaliação. Sendo recomendável que a gestão do processo de monitorização e avaliação fique sob a responsabilidade da CML, neste âmbito está prevista a criação de uma estrutura com técnicos da autarquia que operacionalize todo o processo e assegure a coerência da atuação. Esta estrutura deve funcionar em estreita ligação com o CLAS da Lousã e garantir a articulação com técnicos de outros departamentos da autarquia que justifique envolver.

Adicionalmente, o CLAS da Lousã tem um papel fundamental como órgão consultivo e de acompanhamento, devendo emitir pareceres sobre os relatórios de avaliação intermédia e final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, L. (2010). *Economia portuguesa, as últimas décadas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água;

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Escolar Editora;

Bandeira, M. L. (Dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Cardoso, J., Magalhães, P., & Pais, J. M. (Org.) (2013). *Portugal social de A a Z. Temas em aberto*. Impresa Publishing/Expresso;

Carrilho, M. (2005). Metodologia de cálculo das projecções demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 37, 5-24;

EU/AWG (2014). *The 2015 ageing report underlying assumptions and projection methodologies*. European Commission;

Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991 - 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 34;

Ferrão, J. (2005). Dinâmicas demográficas: Uma visão panorâmica. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades* (pp. 50-71). Círculo de Leitores e Autores;

Ferreira, P. M. (2020). *Rumo a 2030: Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Instituto Marquês de Valle Flor;

Gabinete de Estratégia e Planeamento (2024). *Carta Social - Rede de serviços e equipamentos 2023*. Gabinete de Estratégia e Planeamento;

Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Population Reference Bureau;

INE (2014). *Tipologia de áreas urbanas de 2014 (TIPAU 2014)*. INE;

Matias, G. (2014). *Migrações e cidadania*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., & Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland. In J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, & C. A. Braumann (Eds),

Advances in regression, survival analysis, extreme values, markov processes and other statistical applications. Springer;

Mendes, M. F., & Rosa M. J. V. (2012). *Projeções 2030 e o futuro. Encontro presente no futuro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Edições Presença;

Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A ciência da população*. Editorial Presença;

Oliveira, I. T., & Mendes, M. F. (2010). A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, 194, 115-138;

O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M., & Ezra, M. (2001). A guide to global population projections. *Demographic Research*, 4, 203-288;

Preston, S. H., Heuveline, P., & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and modeling population processes*. Blackwell Publishing;

Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2013). *Portugal e a Europa: Os números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Torres, A. (1996). *Demografia e desenvolvimento: Elementos básicos*. Gradiva.

Documentos legais

Lei n.º 18-A/2001, de 3 de julho. (2001). Diário da República: 1.ª série - A, n.º 152. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2001/07/152a02/00060007.pdf>

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. (2013). Diário da República: 1.ª série, n.º 19. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 157. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/15700/0410204108.pdf>

Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março. (2025). Diário da República: 1.ª série, n.º 51. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/03/05102/0000200014.pdf>

Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. (2020). Diário da República: 1.ª série, n.º 156. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/08/15600/0000800017.pdf>

Portaria n.º 66/2021, de 17 de março. (2021). Diário da República: 1.ª série, n.º 53. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2021/03/05300/0003600041.pdf>

Bases de dados eletrónicas

www.cartasocial.pt

www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods

www.eportugal.gov.pt

www.iefp.pt

www.ine.pt

www.pordata.pt

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.	45
Figura 2. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.....	47
Figura 3. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.....	48
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	49
Figura 5. Crescimento natural no concelho entre 2011 e 2024.	50
Figura 6. Crescimento natural por freguesia em 2021.	51
Figura 7. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.	51
Figura 8. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	52
Figura 9. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2011 e 2021.	54
Figura 10. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2011.	54
Figura 11. Pirâmide etária da população residente no concelho em 2001 e 2021.	54
Figura 12. Pirâmide etária da população residente no concelho em 1950 e 2021.	54
Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.....	55
Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.	56
Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021.....	57
Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021.....	58
Figura 17. Provável evolução da população residente no concelho entre 2021 e 2041 (cenários). ...	67
Figura 18. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.	68
Figura 19. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.	69
Figura 20. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.....	70
Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.....	71
Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.....	72
Figura 23. Provável evolução dos nados-vivos no concelho entre 2021 e 2041 (cenários).....	74
Figura 24. Provável população residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.	76
Figura 25. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).....	78
Figura 26. Pirâmide etária da população no concelho em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).....	78
Figura 27. Pirâmide etária da população no concelho em 2021 e 2041 (cenário.....	79
Figura 28. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho entre 2021 e 2041.....	79
Figura 29. Provável evolução do índice de envelhecimento no concelho, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.	80
Figura 30. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no concelho entre 2021 e 2041.	83

Figura 31. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.	83
Figura 32. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.	84
Figura 33. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.....	85
Figura 34. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	86
Figura 35. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.	88
Figura 36. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.....	88
Figura 37. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.....	89
Figura 38. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.	89
Figura 39. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.	92
Figura 40. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.	92
Figura 41. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.	93
Figura 42. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	93
Figura 43. Evolução da população desempregada entre 2015 e 2025 (março).....	94
Figura 44. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2023.	96
Figura 45. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2023.	96
Figura 46. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2023.	97
Figura 47. Poder de compra <i>per capita</i> em 2021.	99
Figura 48. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> entre 2004 e 2021.....	99
Figura 49. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, no concelho.	103
Figura 50. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.	104
Figura 51. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no concelho.	105
Figura 52. Respostas sociais, segundo a população-alvo, no concelho.	107
Figura 53. Respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no concelho.	107
Figura 54. Respostas sociais, segundo a tipologia, no concelho.....	107
Figura 55 [A e B]. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo.	109
Figura 56. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica no concelho.....	110
Figura 57. Utentes das respostas sociais segundo a natureza jurídica no concelho.....	110
Figura 58 [A e B]. Área de influência das respostas sociais por população-alvo.	111
Figura 59. Taxa de cobertura das respostas sociais para primeira infância em 2023.....	115
Figura 60. Área de influência das respostas sociais para crianças e jovens.....	116
Figura 61. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas em 2023.	120
Figura 62. Área de influência das respostas sociais para pessoas idosas.	121
Figura 63. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade em 2023.	123
Figura 64. Área de influência das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	124
Figura 65. Área de influência das respostas sociais para família e comunidade.	127

Figura 66. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).	132
Figura 67. ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.	175
Figura 68. Síntese da estratégia de intervenção.	176
Figura 69. Quadro de referência da estratégia de intervenção.....	177

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. População residente no concelho entre 1950 e 2021.	46
Quadro 2. População residente no concelho entre 2001 e 2024.	47
Quadro 3. População residente no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	53
Quadro 4. Cenário “base/normal”.	64
Quadro 5. Cenário “otimista”.	65
Quadro 6. Cenário “desejável”.	66
Quadro 7. População residente e sobreviventes no concelho entre 1950 e 2041.	69
Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.	70
Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.	73
Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.	74
Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.	75
Quadro 12. População residente e sobreviventes no concelho, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.	77
Quadro 13. População residente e variação populacional no concelho, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	77
Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.	80
Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.	82
Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.	83
Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.	84
Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.	85
Quadro 19. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.	87
Quadro 20. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.	90
Quadro 21. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.	91
Quadro 22. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.	95
Quadro 23. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2023.	96
Quadro 24. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2023.	97
Quadro 25. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2023.	98

Quadro 26. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2023.	98
Quadro 27. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.	112
Quadro 28. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens.	114
Quadro 29. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	118
Quadro 30. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	119
Quadro 31. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	121
Quadro 32. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	123
Quadro 33. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.	125
Quadro 34. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade.	127
Quadro 35. Processos de RSI, 2024.	130
Quadro 36. Refeições protocoladas e distribuídas por cantina social (âmbito do PES).	131
Quadro 37. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).	132
Quadro 38. Outras ações e medidas sociais.	133
Quadro 39. Síntese da RSES.	153
Quadro 40. Análise SWOT.	156
Quadro 41. Serviços e equipamentos sociais que entraram em funcionamento após o levantamento de campo.	163
Quadro 42. Serviços e equipamentos sociais em fase de implementação.	163
Quadro 43. Serviços e equipamentos sociais com financiamento público aprovado.	164
Quadro 44. Síntese da RSES com os serviços e equipamentos sociais novos, em fase de implementação ou com financiamento público aprovado.	165
Quadro 45. Dimensões sociais e respetivos problemas objeto de classificação.	178
Quadro 46. Prioridades de atuação.	184
Quadro 47. Linhas de ação estratégica para o eixo I.	187
Quadro 48. Ações e medidas para o eixo I.	188
Quadro 49. Metas de implementação para o eixo I.	189
Quadro 50. Linhas de ação estratégica para o eixo II.	192
Quadro 51. Ações e medidas para o eixo II.	194
Quadro 52. Metas de implementação para o eixo II.	196
Quadro 53. Linhas de ação estratégica para o eixo III.	198
Quadro 54. Ações e medidas para o eixo III.	199
Quadro 55. Metas de implementação para o eixo III.	200

Quadro 56. Linhas de ação estratégica para o eixo IV.....	203
Quadro 57. Ações e medidas para o eixo IV.....	204
Quadro 58. Metas de implementação para o eixo IV.....	205
Quadro 59. Linhas de ação estratégica para o eixo V.....	208
Quadro 60. Ações e medidas para o eixo V.....	210
Quadro 61. Metas de implementação para o eixo V.....	212
Quadro 62. Linhas de ação estratégica para o eixo VI.....	214
Quadro 63. Ações e medidas para o eixo VI.....	215
Quadro 64. Metas de implementação para o eixo VI.....	216

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Enquadramento geográfico.....	41
Mapa 2. Hipsometria.....	43
Mapa 3. Declives.	43
Mapa 4. População residente em 2021 e variação populacional entre 2011 e 2021 por freguesia....	48
Mapa 5. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.	55
Mapa 6. Índice de dependência total por freguesia em 2021.....	57
Mapa 7. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.	58
Mapa 8. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.	59
Mapa 9. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.	70
Mapa 10. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.	71
Mapa 11. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.	72
Mapa 12. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.	75
Mapa 13. Índice de envelhecimento em 2021 e provável em 2041 por freguesia.	81
Mapa 14. Índice de dependência total em 2021 e provável em 2041 por freguesia.	82
Mapa 15. Distribuição territorial dos equipamentos sociais.	104
Mapa 16. Distribuição territorial das respostas sociais.	106
Mapa 17. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.....	113
Mapa 18. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	118
Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	122
Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.	126

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.	237
Anexo II. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.	237
Anexo III. Crescimento natural no concelho entre 2011 e 2024.	238
Anexo IV. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.	238
Anexo V. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.	238
Anexo VI. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.	239
Anexo VII. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.	239
Anexo VIII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.	239
Anexo IX. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	240
Anexo X. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.	240
Anexo XI. RSES.	241
Anexo XII. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	244
Anexo XIII. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	244
Anexo XIV. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por população-alvo, no concelho.	245
Anexo XV. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	245
Anexo XVI. Respostas sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.	246
Anexo XVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo no concelho.	248
Anexo XVIII. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo no concelho.	249
Anexo XIX. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.	250
Anexo XX. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de creche.	250
Anexo XXI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.	251
Anexo XXII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CATL.	251
Anexo XXIII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	252
Anexo XXIV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de SAD.	252

Anexo XXV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CD.	253
Anexo XXVI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de ERPI.	253
Anexo XXVII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	254
Anexo XXVIII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.	254

ANEXOS

Anexo I. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidade territorial	2001	2011	2021
	(n.º)		
Gândaras	-	1 308	1 111
Serpins	1 712	1 802	1 711
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	1 474	1 438	1 263
UF de Lousã e Vilarinho	12 567	13 056	12 921
Lousã	15 753	17 604	17 006
Região de Coimbra	472 334	460 139	436 862
Centro	1 783 596	1 744 554	1 653 195
Continente	9 869 343	10 047 621	9 855 909

Fonte: INE.

Anexo II. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidade territorial	2001-2011		2011-2021		2001-2021	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Gândaras	-	-	-197	-15,1	-	-
Serpins	90	5,0	-91	-5,0	-1	-0,1
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	-36	-2,5	-175	-12,2	-211	-14,3
UF de Lousã e Vilarinho	489	3,7	-135	-1,0	354	2,8
Lousã	1 851	10,5	-598	-3,4	1 253	8,0
Região de Coimbra	-12 195	-2,7	-23 277	-5,1	-35 472	-7,5
Centro	-39 042	-2,2	-91 359	-5,2	-130 401	-7,3
Continente	178 278	1,8	-191 712	-1,9	-13 434	-0,1

Fonte: INE.

Anexo III. Crescimento natural no concelho entre 2011 e 2024.

Anos	N	TN	M	TM	CN	TCN
	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)
2011	167	9,5	144	8,2	23	1,3
2012	162	9,3	187	10,7	-25	-1,4
2013	123	7,1	147	8,5	-24	-1,4
2014	127	7,4	156	9,0	-29	-1,7
2015	152	8,8	158	9,2	-6	-0,3
2016	141	8,2	159	9,3	-18	-1,1
2017	134	7,9	130	7,6	4	0,2
2018	125	7,4	157	9,3	-32	-1,9
2019	104	6,1	156	9,2	-52	-3,1
2020	127	7,4	183	10,7	-56	-3,3
2021	104	6,1	165	9,7	-61	-3,6
2022	109	6,3	183	10,6	-74	-4,3
2023	114	6,5	171	9,8	-57	-3,3
2024	108	6,1	203	11,5	-95	-5,4

Fonte: INE.

Anexo IV. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011						2021					
	N	TN	M	TM	CN	TCN	N	TN	M	TM	CN	TCN
	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)	(n.º)	(‰)
Gândaras	10	7,6	10	7,6	0	0,0	8	7,2	12	10,8	-4	-3,6
Serpins	14	7,8	14	7,8	0	0,0	9	5,3	17	9,9	-8	-4,7
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	7	4,9	17	11,8	-10	-7,0	4	3,2	14	11,1	-10	-7,9
UF de Lousã e Vilarinho	136	10,4	103	7,9	33	2,5	83	6,4	122	9,4	-39	-3,0
Lousã	167	9,5	144	8,2	23	1,3	104	6,1	165	9,7	-61	-3,6
Região de Coimbra	3 627	7,9	5 200	11,3	-1 573	-3,4	2 759	6,3	6 218	14,2	-3 459	-7,9
Centro	18 342	10,5	26 356	15,1	-8 014	-4,6	10 857	6,6	23 217	14,0	-12 360	-7,5
Continente	91 701	9,1	97 968	9,8	-6 267	-0,6	75 795	7,7	119 595	12,1	-43 800	-4,4

Fonte: INE.

Anexo V. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Unidade territorial	N	M	CN	SM	CE
	(n.º)				
Gândaras	84	128	-44	-153	-197
Serpins	120	184	-64	-27	-91
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	82	169	-87	-88	-175
UF de Lousã e Vilarinho	1 180	1 261	-81	-54	-135
Lousã	1466	1742	-276	-322	-598
Região de Coimbra	34 542	60 807	-26 265	2 988	-23 277
Centro	144 206	302 091	-157 885	66 526	-91 359
Continente	901 964	1 169 101	-267 137	75 425	-191 712

Fonte: INE.

Anexo VI. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	(n.º)							
Gândaras	145,3	260,0	56,3	59,4	22,9	16,5	33,3	42,9
Serpins	120,6	206,0	52,5	63,4	23,8	20,7	28,7	42,7
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	163,2	218,5	53,3	58,3	20,3	18,3	33,0	40,0
UF de Lousã e Vilarinho	105,3	158,7	49,9	55,3	24,3	21,4	25,6	33,9
Lousã	113,6	172,3	50,9	56,6	23,8	20,8	27,1	35,8
Região de Coimbra	176,7	243,9	55,4	64,2	20,0	18,7	35,4	18,7
Centro	169,3	236,8	56,6	63,9	21,0	19,0	35,6	19,0
Continente	130,6	184,6	51,6	57,5	22,4	20,2	29,2	20,2

Fonte: INE.

Anexo VII. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)							
Gândaras	245	207	452	38	115	206	93	452
Serpins	364	320	684	37	173	334	140	684
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	273	239	512	25	127	247	113	512
UF de Lousã e Vilarinho	2 806	2 860	5 666	296	1 651	2 644	1 075	5 666
Lousã	3 688	3 626	7 314	396	2 066	3 431	1421	7 314
Região de Coimbra	92 064	92 678	184 742	9 151	53 490	77 971	44 130	184 742
Centro	355 521	339 612	695 133	39 319	206 270	288 368	161 176	695 133
Continente	2 150 427	2 069 996	4 220 423	251 979	1 323 432	1 742 614	902 398	4 220 423

Fonte: INE.

Anexo VIII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
	(n.º)					
Gândaras	8	236	137	6	65	452
Serpins	2	333	202	18	129	684
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	2	236	141	18	115	512
UF de Lousã e Vilarinho	28	2 032	1 881	147	1 578	5 666
Lousã	40	2 837	2 361	189	1 887	7 314
Região de Coimbra	1 121	67 106	51 390	4 051	61 074	184 742
Centro	5 303	274 276	199 810	15 647	200 097	695 133
Continente	39 087	1 570 836	1 222 265	98 340	1 289 895	4 220 423

Fonte: INE.

Anexo IX. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Primário	Secundário	Terciário			Total
			De natureza social	Relacionados com a atividade económica	Total	
	(n.º)					
Gândaras	32	142	134	144	278	452
Serpins	37	233	178	236	414	684
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	29	126	145	212	357	512
UF de Lousã e Vilarinho	136	1 376	2 133	2021	4154	5666
Lousã	234	1 877	2 590	2 613	5 203	7 314
Região de Coimbra	4 834	43 977	68 422	67 509	135 931	184 742
Centro	21 210	212 127	215 109	246 687	461 796	695 133
Continente	119 877	1 064 973	1 246 923	1 788 650	3 035 573	4 220 423

Fonte: INE.

Anexo X. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Gândaras	11,9	14,8	13,2	3,2	10,0	6,4
Serpins	7,4	8,6	8,0	6,2	6,7	6,4
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	11,6	15,6	13,4	6,5	6,3	6,4
UF de Lousã e Vilarinho	9,2	12,8	11,0	5,6	7,7	6,6
Lousã	9,4	12,7	11,0	5,5	7,6	6,6
Região de Coimbra	9,9	10,7	10,3	5,6	6,3	6,0
Centro	10,0	12,1	11,0	5,3	6,8	6,0
Continente	12,5	13,9	13,2	7,2	8,9	8,1

Fonte: INE.

Anexo XI. RSES.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
Gândaras	Agrupamento de Escolas da Lousã	Jardim de Infância de Fontainhas, Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Gândaras	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	CATL das Fontainhas	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Gândaras	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Gândaras	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	Associação Recreativa, Cultural e Social das Gândaras	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
Lousã	Agrupamento de Escolas da Lousã	Escola Básica de Santa Rita, Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Lousã	Agrupamento de Escolas da Lousã	Jardim de Infância de Freixo, Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Lousã	Agrupamento de Escolas da Lousã	Jardim de Infância de Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Lousã	Unidade Local de Saúde de Coimbra, E.P.E.	Unidades de Cuidados na Comunidade Arouce (Lousã)	Equipa de cuidados continuados integrados	Pessoas em situação de dependência	Pública
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Centro de Estimulação Ocupacional (CEO)	Centro de atividades e capacitação para a inclusão	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Equipamento Sede	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Equipamento Sede	Centro de atividades e capacitação para a inclusão	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Lar Residencial Casa do Pátio	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Lar Residencial Familiar	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Lar Residencial para Pessoas com Deficiência Profunda	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	ARCIL - Lar Residencial XM	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	CATL da Escola Básica de Santa Rita, Lousã	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	CATL da Escola Básica n.º 1 da Lousã	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	CATL da Escola Básica n.º 2 da Lousã	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	Lar de Apoio - Casa das Cores	Lar de Apoio	Crianças e jovens com deficiência	Solidária
Lousã	Câmara Municipal da Lousã	Câmara Municipal da Lousã	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Pública
Lousã	Cáritas Diocesanas de Coimbra	Centro de ATL da Escola EB2,3 da Lousã	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	Cáritas Diocesanas de Coimbra	Centro de ATL da Escola Secundária da Lousã	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	Centro Social e Cultural Pinhal	Centro Social e Cultural Pinhal	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Creche	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Creche	Crianças e jovens	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Refeitório/cantina social	Família e comunidade em geral	Solidária
Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária
Lousã	Serra e Vaz, Lda	Cantinho dos Sonhos	Creche	Crianças e jovens	Lucrativa
Serpins	Agrupamento de Escolas da Lousã	Jardim de Infância de Serpins, Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Creche	Crianças e jovens	Solidária

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Serpins	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	Centro Social de Casal de Ermio	Centro Social de Casal de Ermio	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Equipamento de Foz de Arouce da Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Equipamento de Foz de Arouce da Santa Casa da Misericórdia da Lousã	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
Vilarinho	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
Vilarinho	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Vilarinho	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
Vilarinho	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	ADIC - Associação de Defesa do Idoso e da Criança de Vilarinho, Lousã	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XII. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
	(n.º)			
Gândaras	1	2	0	3
Lousã	3	4	1	8
Serpins	1	1	0	2
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	2	0	2
Vilarinho	0	1	0	1
Total	3	8	1	12

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XIII. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
	(n.º)			
Gândaras	1	2	0	3
Lousã	5	14	1	20
Serpins	1	1	0	2
UF Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	2	0	2
Vilarinho	0	1	0	1
Total	7	20	1	28

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XIV. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por população-alvo, no concelho.

Área de intervenção		Resposta social	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
			(n.º)			
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	0	3	1	4
		Jl	5	1	0	6
		CATL	0	7	0	7
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	0	7	0	7
		CD	0	5	0	5
		ERPI	0	2	0	2
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1	0	0	1
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	LA	0	1	0	1
	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade	CACI	0	2	0	2
		LR	0	4	0	4
		SAD	0	1	0	1
Família e comunidade		SAAS	1	0	0	1
		AAC (Privação Material)	0	1	0	1
		R/CS	0	1	0	1
Total			7	35	1	43

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XV. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
	(n.º)			
Gândaras	1	3	0	4
Lousã	5	21	1	27
Serpins	1	4	0	5
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	3	0	3
Vilarinho	0	4	0	4
Total	7	35	1	43

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XVI. Respostas sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.

Unidade territorial	Crianças e jovens		
	Crianças e jovens		
	Creche	Jl	CATL
	(n.º)		
Gândaras	0	1	1
Lousã	3	3	5
Serpins	1	1	1
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0
Vilarinho	0	1	0
Total resposta social	4	6	7
Total grupo-alvo	17		
Total população-alvo	17		

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Pessoas idosas e/ou em situação de dependência			
	Pessoas idosas			Pessoas em situação de dependência
	SAD	CD	ERPI	ECCI
	(n.º)			
Gândaras	1	1	0	0
Lousã	2	1	1	1
Serpins	1	1	0	0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	2	1	0	0
Vilarinho	1	1	1	0
Total resposta social	7	5	2	1
Total grupo-alvo	14			1
Total população-alvo	15			

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade		
	LA	CACI	LR	SAD
	(n.º)			
Gândaras	0	0	0	0
Lousã	1	2	4	1
Serpins	0	0	0	0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0	0
Vilarinho	0	0	0	0
Total resposta social	1	2	4	1
Total grupo-alvo	1	7		
Total população-alvo	8			

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Família e comunidade		
	SAAS	AAC (Privação Material)	R/CS
	(n.º)		
Gândaras	0	0	0
Lousã	1	1	1
Serpins	0	0	0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0
Vilarinho	0	0	0
Total resposta social	1	1	1
Total grupo-alvo	3		
Total população-alvo	3		

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo no concelho.

Área de intervenção		Resposta social	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera
			(n.º)			
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	217	198	153	209
		Jl	425	364	20	5
		CATL	420	285	240	15
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	285	275	237	4
		CD	135	116	96	0
		ERPI	119	119	104	247
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	16	15	NA	NA
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	Lar de apoio	15	12	12	5
	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade	CACI	150	138	138	5
		LR	67	67	66	69
		SAD	40	33	32	3
Família e comunidade		SAAS	400	393	NA	NA
		AAC (Privação Material)	73	73	NA	NA
		R/CS	10	10	NA	NA
Total			2 372	2 098	1 098	562

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XVIII. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo no concelho.

Área de intervenção		Resposta social	Freguesia	Concelho	Outros concelhos
			(n.º)		
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	171	20	7
		Jl	309	50	5
		CATL	239	43	3
		Sub-total	719	113	15
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	217	48	10
		CD	93	23	0
		ERPI	97	21	1
		Sub-total	407	92	11
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	3	12	0
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	LA	12	0	0
	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade	CACI	69	25	44
		LR	38	5	24
		SAD	24	9	0
		Sub-total	131	39	68
Família e comunidade		SAAS	318	73	2
		AAC (Privação Material)	73	0	0
		R/CS	5	5	0
		Sub-total	396	78	2
Total			1668	334	96

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XIX. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

Freguesias	Crianças e jovens							Total			
	Creche			JI			CATL				
	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Total	Sol	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)										
Gândaras	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	2
Lousã	2	1	3	3	0	3	6	3	8	1	12
Serpins	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	2
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vilarinho	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1
Total	3	1	4	5	1	6	7	5	11	1	17

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XX. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de creche.

Unidade territorial	Capacidade		Utentes		Utentes com acordo	Utentes em lista de espera		Taxa de utilização	
	Sol	Luc	Sol	Luc	Sol	Sol	Luc	Sol	Luc
	(n.º)							(%)	
Gândaras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lousã	148	33	129	33	121	170	22	87,2	100,0
Serpins	36	-	36	-	32	17	-	100	-
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vilarinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	184	33	165	33	153	187	22	89,7	100,0

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

Unidade territorial	Capacidade			Utentes			Utentes com acordo	Utentes em lista de espera			Taxa de utilização		
	Pub	Sol	Total	Pub	Sol	Total	Sol	Pub	Sol	Total	Pub	Sol	Total
	(n.º)										(%)		
Gândaras	50	-	50	50	-	50	-	0	-	0	100	-	100
Lousã	300	-	300	250	-	250	-	0	-	0	83,3	-	83,3
Serpins	50	-	50	39	-	39	-	0	-	0	78,0	-	78,0
UF Foz de Arouce e Casal de Ermio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vilarinho	-	25	25	-	25	25	20	-	5	5	-	100	100
Total	400	25	425	339	25	364	20	0	5	5	84,8	100	85,6

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CATL.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Gândaras	35	21	21	0	60
Lousã	350	229	199	15	65
Serpins	35	35	20	0	100
UF Foz de Arouce e Casal de Ermio	-	-	-	-	-
Vilarinho	-	-	-	-	-
Total	420	285	240	15	67,9

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXIII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Freguesias	Pessoas idosas											Pessoas em situação de dependência	Total				
	SAD			CD	ERPI			Sub-total			ECCI						
	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Pub	Sol	Luc	Total		
	(n.º)																
Gândaras	1	0	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2		
Lousã	2	0	2	1	1	0	1	4	0	4	1	1	4	0	5		
Serpins	1	0	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	2	0	2		
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	2	0	2	1	0	0	0	3	0	3	0	0	3	0	3		
Vilarinho	1	0	1	1	1	0	1	3	0	3	0	0	3	0	3		
Total	7	0	7	5	2	0	2	14	0	14	1	1	14	0	15		

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXIV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de SAD.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Gândaras	40	38	20	0	95
Lousã	100	100	80	2	100
Serpins	30	30	30	0	100,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	55	47	47	0	85,5
Vilarinho	60	60	60	2	100
Total	285	275	237	4	96,5

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CD.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Gândaras	20	20	0	0	100,0
Lousã	45	37	37	0	82,2
Serpins	15	15	15	0	100,0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	15	14	14	0	93,3
Vilarinho	40	30	30	0	75,0
Total	135	116	96	0	85,9

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXVI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de ERPI.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Gândaras	-	-	-	-	-
Lousã	80	80	65	177	100
Serpins	-	-	-	-	-
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	-	-	-	-	-
Vilarinho	39	39	39	70	100
Total	119	119	104	247	100,0

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXVII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Freguesias	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência ou incapacidade			Total
	LA	CACI	LR	SAD	
	Sol				
	(n.º)				
Gândaras	0	0	0	0	0
Lousã	1	2	4	1	8
Serpins	0	0	0	0	0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0	0	0
Vilarinho	0	0	0	0	0
Total	1	2	4	1	8

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XXVIII. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

Freguesias	SAAS		AAC (Privação Material)		R/CS	Total		
	Pub	Pub	Sol	Total	Sol	Pub	Sol	Total
	(n.º)							
Gândaras	0	0	0	0	0	0	0	0
Lousã	1	0	1	1	1	1	2	3
Serpins	0	0	0	0	0	0	0	0
UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio	0	0	0	0	0	0	0	0
Vilarinho	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1	0	1	1	1	1	2	3

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

